



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**A TRANSMISSÃO DE SABERES TRADICIONAIS E O EMPODERAMENTO DE
MULHERES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL**

FLÁVIA LOPES PACHECO

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**A TRANSMISSÃO DE SABERES TRADICIONAIS E O EMPODERAMENTO DE
MULHERES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL**

FLÁVIA LOPES PACHECO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito parcial para obtenção do
título de doutora em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dra. Maria Helena Santana Cruz.

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO



FLÁVIA LOPES PACHECO

Aprovada em: ____/____/____

**A TRANSMISSÃO DE SABERES TRADICIONAIS E O EMPODERAMENTO DE
MULHERES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada
pela banca

Prof^a Dra. Maria Helena Santana Cruz – (Presidente)

Prof^a Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão – (UFRPE)

Prof. Dr. Alfrancio Ferreira Dias – (UFS)

Prof^a Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho – (UFPA)

Prof^a Dra. Patricia Rosalba Salvador Moura Costa – (UFS)

Prof^a Dra. Marizete Lucini – (UFS)

ARACAJU

2019

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à minha mãe e à minha avó Ivone (*in memoriam*), por serem exemplos de mulheres fortes, em quem sempre me espelho. À minha filha Isadora e ao meu filho Marcelo, por me transformarem numa mulher que nem eu mesma sabia que poderia ser e me fazerem compreender o significado do que é amar incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

O processo de construção de uma tese, apesar de solitário boa parte das vezes, não é possível sem o apoio de algumas pessoas ou entidades, que possibilitaram que eu tivesse o tempo necessário para escrever e a sanidade mental para continuar, a disponibilidade para discutir e, enfim, concluir este processo de altos e baixos, mas certamente de ricos aprendizados.

Agradeço, em primeiro lugar sempre, àquela Deusa na forma de mulher, porque assim a quero representar. Não me importa se é Deus, Javé, Oxalá, Alá, Gaya ou uma energia que envolve o ser humano e nos motiva a seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. Acredito em Sua presença e força em nossas vidas terrestres, tenha Você o nome ou a forma que tiver e, ao mesmo tempo, respeito e admiro aos que em Ti não acreditam, mas seguem sendo pessoas boas, de paz, amor e comunhão fraterna... Já te peço tanto, minha Deusa, e hoje, em especial, agradeço por todas as dádivas que me deu ao longo da minha jornada.

Agradeço também à minha família, fonte inesgotável de afeto e que são minha fortaleza. Obrigada por existirem e estarem comigo, contribuindo no meu aprendizado terreno. Isadora, Marcelo, Márcio, mainha, Tavo, Daniel, Alice, Júlia, Danielle, Felipe, Henrique, Tavinho, Sara, Tomás e Raquel, amo vocês!

À Universidade Federal de Sergipe, que me possibilitou não apenas ingressar no doutorado, mas financiou meus estudos por dois anos seguidos, em que precisei me ausentar da sala de aula para me dedicar exclusivamente ao doutoramento. Universidade pública, gratuita e de qualidade, sempre em busca de melhorar o potencial técnico e acadêmico de suas mentes pensantes. Não apenas agradeço, mas desejo que essa instituição permaneça por muitos anos e cresça sempre! Agradeço, em especial, neste caso, às/aos minhas/meus colegas do Departamento de Secretariado Executivo, por tornarem essa licença possível.

À minha orientadora, Maria Helena. Obrigada por me aceitar como orientanda, pelos puxões de orelha, que sempre vieram acompanhados de palavras de apoio, por sempre responder tão prontamente aos meus questionamentos, por me mostrar que uma tese de doutorado pode ser feita sem tanto sofrimento e por sempre me puxar para cima quando precisei. Muito obrigada, pois não sei se teria conseguido sem você!

Às/aos colegas e amigas/os que fiz durante o doutorado. Em especial à minha turma, com quem dividi alegrias e angústias até o prazo final de entrega; e ao grupo de pesquisa com quem foi possível fazer discussões tão enriquecedoras para a minha tese e para a minha vida. Duas pessoas tiveram um destaque especial para mim nessa jornada e, sem elas, tudo teria sido mais difícil. Agradeço a Alf, que sempre me apoiou e trouxe uma palavra amiga em todos os momentos que precisei, e a Ana Paula, que dividiu comigo as alegrias e dissabores desse período de quatro anos. Vocês moram no meu coração!

À banca do doutorado, que teve a paciência de ler e contribuir para que este trabalho possa trazer reflexões que possibilitem uma maior igualdade entre mulheres e homens no campo da cultura.

Às mulheres da Fundação Dom José Brandão de Castro, que me abriram as portas das suas vidas para compartilhar aqui nesta tese e que muito me ensinaram a partir de suas falas, obrigada pela disponibilidade e pelas entrevistas, regadas de sorrisos e de sonhos.

À Secretaria de Cultura do Estado, por se colocar disponível para meus questionamentos e pedidos.

Às amigas e aos amigos que conquistei ou que mantive durante esse tempo na UFS. Agradeço aos que trabalham e trabalharam diretamente comigo: Augusto, pela amizade sincera de tantos anos, Amália, Jeffão, Manuela, Sueli, Lázaro, Abimael, Igor e Débora. Obrigada por acreditarem em trabalho coletivo! É muito bom trabalhar com vocês!

Dois grupos, em especial, sempre se fizeram presentes nesses quatro anos. O grupo dos Amostrados, que compartilharam risos, lamentações e aguentaram meu mau humor temporário: Martha, Gu, Markito, Mari, Matheus e Rox (Júnior não). E o grupo mais politizado da UFS, o Miolo Duro dos/as Professores/as em Movimento, do qual agradeço muito de fazer parte e de poder aprender com vocês: Bartira, Bené, Well, Sônia, Clau, Vera, Shirley, Saulo, Márcia, Silvana e Rosângela. Todas/os vocês são pessoas essenciais em minha vida! Obrigada por estarem ao meu lado nesse momento!

Às/aos minhas/meus alunas/os, que respeitaram minha ausência e, sempre que me encontravam, demonstravam um carinho tão grande, que me faz ter certeza da profissão que escolhi: ser professora! Nesse Brasil, onde cada vez mais impera o desrespeito com minhas/meus colegas de profissão, em que querem incutir na cabeça da sociedade que a educação não serve para libertar o

oprimido e sim para manter o *status quo* dos opressores, saibam sempre que não deixaremos de ser resistência!

Às amigas e amigos que fiz durante minhas andanças acadêmicas no Recife. Vocês me ensinaram a ser uma pessoa mais humana, a pensar e problematizar a sociedade, a viver no meio acadêmico com afeto, carinho e respeito. Agradeço aos membros do Observatório da Realidade Organizacional, especialmente a Fernando, Paulo, Monique, Alessandra, Michelle, Júlio, Débora, Cristina, Myrna, Alba, Bia, Raquel, Michelaine, Bruno, Rodrigo, Gustavo, Mariz e Rosimeri; ao grupo do mestrado, Popper não faz mancova, e ao do doutorado, a Banda P. Meu agradecimento mais que especial vai para duas pessoas: Sueli, pelas conversas, pela morada, pelo apoio, pelos passeios, pela cerveja regada a muito conhecimento e carinho; e a Marcelo, que não apenas me orientou, mas me incentivou a continuar no caminho da academia, sempre com as palavras certas e o coração enorme. Você deixou grandes saudades aqui, mas estará sempre vivo em minhas pesquisas e em meu jeito de enxergar o mundo. A todas/os vocês, muito obrigada!

Às minhas amigas e aos meus amigos de infância e da juventude e que se tornaram amigos/as para uma vida toda. Saber que vocês ainda fazem parte da minha vida e eu da de vocês me mostra como o conceito de família pode ser amplo.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente tornaram possível a conclusão desta etapa da minha vida, meus mais sinceros agradecimentos!

Com licença poética

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.

Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
-- dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

ADÉLIA PRADO (1993, p. 11)

RESUMO

Essa tese teve o objetivo de analisar a experiência de empoderamento de mulheres inseridas no campo das políticas públicas culturais voltadas para a transmissão de saberes artesanais. Para isso, foi selecionado o caso de uma organização que recebeu incentivos dessa política pública e, com isso, identificamos e descrevemos o campo cultural que se formou a partir da transmissão de saberes de cultura popular na comunidade pesquisada. O processo de empoderamento foi analisado a partir da experiência das mulheres que atuaram/atua nessa organização. Esta é uma pesquisa qualitativa, baseada numa epistemologia feminista, trazendo a categoria gênero como ponto central, mas não como única forma de interpretação, na medida em que os trabalhos sobre campo social e tipos de capitais de Pierre Bourdieu também parecem importantes para uma maior compreensão sobre o processo de construção da realidade das mulheres entrevistadas. A história oral foi utilizada na medida em que as memórias dessas mulheres foram um dos principais meios de coleta de dados dessa tese. Por meio de suas narrativas, foi possível identificar suas trajetórias em torno das ações da organização selecionada, e verificar uma influência positiva da política cultural em seus processos de empoderamento, apesar de que a divisão sexual do trabalho doméstico continuou como o principal fator limitante para que elas pudessem participar mais ativamente da esfera produtiva. Por isso, é importante colocar que não é possível mudar a divisão sexual do trabalho profissional das artesãs, sem trabalhar uma mudança na divisão sexual do trabalho doméstico, do poder e do saber na sociedade. Assim, devemos pensar em políticas públicas que estejam fundadas na luta pela igualdade e pela justiça, já que é dever de todos nós, homens e mulheres, trabalharmos em defesa de um mundo mais humano, com a ética nos diferentes tipos de trabalho e sem hierarquias gendradas.

Palavras-chave: Artesanato. Gênero. Cultura Popular. Políticas Culturais.

ABSTRACT

This thesis aimed to analyze the experience of empowerment of women inserted in the field of public cultural policies addressing at the transmission of artisanal knowledge. For this, we selected the case of an organization that received incentives from this public policy and, with this, we identified and described the cultural field that was formed from the transmission of knowledge in popular culture in the researched community. The empowerment process was based on the experience of the women who acted in this organization. This is a qualitative research, based on feminist epistemology, bringing the gender category as a central point, but not as the only form of interpretation, insofar as Pierre Bourdieu's works on the social field and types of capital also seem important for a better understanding of the process of construction of the reality of the women interviewed. Oral history was used to the extent that the memories of these women were one of the main means of collecting data for this thesis. Through their narratives, it was possible to identify their trajectories within the actions of the selected organization, and to verify a positive influence of cultural policy in their empowerment processes, although the sexual division of domestic work continued as the main limiting factor so that they could participate more actively in the productive sphere. It is therefore important to note that it is not possible to change the sexual division of the professional work of the artisans, without changing in the sexual division of domestic work, power and knowledge in society. Thus, we must think of public policies that are based on the struggle for equality and justice, since it is the duty of all of us, men and women, to work in defense of a more human world, with ethics in different types of work and without hierarchies of gender.

Keywords: Cultural Policies. Gender. Handicraft. Popular Culture.

RÉSUMÉ

Cette thèse vise à analyser l'expérience de l'autonomisation des femmes insérée dans le domaine des politiques publiques culturelles visant à la transmission du savoir artisanal. Pour cela, nous avons sélectionné le cas d'une organisation qui a reçu des incitations de cette politique publique et, avec cela, nous avons identifié et décrit le champ culturel qui s'est formé à partir de la transmission du savoir dans la culture populaire dans la communauté étudiée. Le processus d'autonomisation a été analysé à partir de l'expérience des femmes qui ont agi dans cette organisation. Il s'agit d'une recherche qualitative, basée sur l'épistémologie féministe, qui fait de la catégorie de genre un point central, mais pas une forme d'interprétation unique, dans la mesure où les travaux de Pierre Bourdieu sur le champ social et les types de capital semblent également importants pour une meilleure compréhension sur le processus de construction de la réalité des femmes interviewées. L'histoire orale est utilisée dans la mesure où la mémoire de ces femmes constitue l'un des principaux moyens de collecte des données de cette thèse. À travers ses récits, il a été possible d'identifier ses trajectoires autour des actions de l'organisation sélectionnée et de vérifier l'influence positive de la politique culturelle sur ses processus d'autonomisation, bien que la division sexuelle du travail domestique soit restée le principal facteur limitant pour qu'elles pourraient participer plus activement dans la sphère productive. Il est, donc, important de noter qu'il n'est pas possible de changer la division sexuelle du travail professionnel des artisans sans travailler pour changer la division sexuelle du travail domestique, du pouvoir et du savoir dans la société. Devrions-nous, donc, penser à des politiques publiques fondées sur la lutte pour l'égalité et la justice, car nous avons tous le devoir, hommes et femmes, de travailler pour la défense d'un monde plus humain, avec l'éthique dans différents types de travail et sans hiérarchies de genre créées.

Mots-clés: Artisanat. Culture Populaire. Genre. Politiques Culturelles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Pontos de Cultura do Estado de Sergipe	34
Quadro 2 - Entrevistadas e suas Principais Características.....	40
Quadro 3 – Categorias Analíticas Propostas no Modelo Tridimensional de Fairclough	41
Quadro 4 - Fatores Inibidores e Impulsionadores do Empoderamento das Mulheres	61
Figura 1 – Fases do Empoderamento Feminino	62
Figura 2 – Mapa do Estado de Sergipe / Alto Sertão Sergipano	86
Figura 3 – Mapa da Rota Lampirônica	87
Quadro 5 – Número de Famílias Atendidas pelo Bolsa Família por Grupos Populacionais	89
Figura 4 – Índice de Vulnerabilidade Social em Sergipe (2000 e 2010).....	90
Figura 5 – Almofadas de Renda de Bilro com Espinhos de Mandacaru	96
Figura 6 - Rotas de Renda de Bilro do Município de Poço Redondo/SE (1930-1970)	98
Figura 7 - Dinâmica da Cultura	104
Quadro 6 - Evolução da atividade artesanal de rendas no Brasil	106
Figura 8 – Oficina de Renda de Bilro	111
Figura 9 – Diferença entre a almofada de renda de bilro antes e depois	114
Figura 10 – Oficina de Renda de Bilro em Serra da Guia	115
Quadro 7 – Atores que Compõem a Renda de Bilro em Poço Redondo em Ordem Cronológica	119
Figura 11 – Campo da Transmissão, Produção e Preservação da Renda de Bilro em Poço Redondo	123
Figura 12 – Oficina de Renda de Bilro na Casa de Rosalina	135
Figura 13 – Parte dos Bilros de Dadá	162
Quadro 8 – Relação entre Empoderamento e Tipos de Capital	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMPR – Associação de Artesãos de Poço Redondo

ACAMUFEC – Associação Cultural de Amigos do Museu do Folclore Edison Carneiro

ACRANE – Associação Cultural Raízes Nordestinas

ARTESOL – Artesanato Solidário

CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique

CRAB – Centro de Referência do Artesanato Brasileiro

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

ESTADIC – Pesquisa de Informações Básicas Estaduais

FAPITEC – Federação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

GEDISST – Groupe D'études Sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTI – Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MINC – Ministério da Cultura

MPA – Movimento do Pequeno Agricultor

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PC – Pontos de Cultura

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras em Domicílio

PNCV – Política Nacional Cultura Viva

PNRD – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROMOART – Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural

PT – Partido dos Trabalhadores

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe

SIIC – Sistema de Informações e Indicadores Culturais

UFPE – Universidade Federal de Sergipe

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 SOBRE A AUTORA E SUA RELAÇÃO COM A PESQUISA	26
2 PERCURSO METODOLÓGICO	31
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	43
3.1 OS ESTUDOS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO	43
3.2 GÊNERO E RELAÇÕES DE TRABALHO	47
3.2.1 A Divisão Sexual do Trabalho	51
3.3 PODER E EMPODERAMENTO FEMININO	58
3.4 CULTURA POPULAR	63
3.5 AS TEORIAS DE BOURDIEU SOBRE RELAÇÕES SOCIAIS E PODER SIMBÓLICO	70
3.6 O ESTADO E AS POLÍTICAS CULTURAIS	79
4 UM POUCO SOBRE POÇO REDONDO	86
4.1 A ORIGEM DA RENDA DE BILRO NO BRASIL	91
5 SOBRE A RENDA DE BILRO EM POÇO REDONDO	95
5.1 O FIM DA RENDA DE BILRO EM POÇO REDONDO?	101
5.2 O MOVIMENTO DE TRANSMISSÃO DE SABERES SOBRE RENDA DE BILRO ..	106
6 SOBRE A FUNDAÇÃO DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO E O PONTO DE CULTURA NA TRILHA DO SERTÃO	125
6.1 AS MULHERES DO PONTO DE CULTURA NA TRILHA DO SERTÃO	136
6.1.1 Sebastiana.....	137
6.1.2 Nenê	143
6.1.3 Noca	149
6.1.4 Rosalina	152
6.1.5 Maria Fernandes	155
6.1.6 Zefinha	157
6.1.7 Dadá	160
6.1.8 Maria Bonita	169
6.1.9 Mariquinha	170

6.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184
APÊNDICES	
A. Roteiro de Entrevista com as lideranças do Ponto de Cultura.....	195
B. Roteiro de Entrevista com as mulheres atendidas pelo Ponto de Cultura.....	197
C. Termo de Autorização	199

1 INTRODUÇÃO

Devido às últimas grandes modificações na economia mundial e nacional, percebe-se um discurso amplo acerca da redução do tamanho do Estado e da necessidade do enxugamento da “máquina” pública. As novas ações de política pública deixam evidente a existência da nova ordem mundial emergente em que a “desgovernamentalização” relativa do Estado torna possível a inserção de novos atores em áreas que eram, anteriormente, de responsabilidade exclusiva do governo e traz consigo um novo arranjo entre Estado, Mercado e Sociedade.

No Brasil, com a vitória, em 2002, 2006, 2010 e 2014 do Partido dos Trabalhadores, vivemos um período em que o discurso sobre as políticas públicas era o de democratização dos espaços públicos a partir da emancipação e participação popular. Além disso, houve um esforço para retirar o País do mapa da fome, onde ele se encontrava e, recentemente, com a falta de incentivo dessas políticas, desde 2016, já retomamos a esse infeliz ranking. No entanto, é importante frisar que, durante esse período, houve várias ações voltadas para a conciliação de classes, de forma que os interesses do mercado financeiro, apesar da maior participação do Estado em vários setores da sociedade, continuaram crescentes.

Isso ocorreu na educação, na saúde, na cultura etc. Assim, ao mesmo tempo em que cresciam, visivelmente, as condições de vida das camadas populares, seja por meio de programas assistencialistas, seja pela construção de novos postos de trabalho, acesso a moradia, educação, saúde e lazer, eram também crescentes o aumento dos rendimentos de bancos e grandes empresas privadas voltadas para as mais diversas áreas. Com isso, o Brasil realmente percebeu um período de prosperidade, mas as desigualdades sociais aumentaram cada vez mais. Em dados apresentados pela Revista El País Internacional, nosso país desponta como primeiro colocado no índice concentração de riqueza dos 1% mais ricos em comparação aos mais pobres. Ou seja, nossos bilionários ficam à frente dos sheiks árabes.

Essa pesquisa analisa o período de 2001 a 2015 e indica que, mesmo com as ações de redução de pobreza, de melhoria de acesso à educação, cultura e saúde para as populações excluídas, 1% da população mais rica detém 30% da renda do país (BORGES, 2017). A desigualdade ainda é evidente se levarmos o aspecto econômico em consideração.

Outro dado, que cabe analisar é que, apesar das pesquisas apontarem um crescente aumento

no número de mulheres nos postos de trabalho e melhoria nos índices de escolaridade, é crescente também a quantidade delas que trabalham sem carteira assinada, em condições precárias, sem remuneração ou aquelas que trabalham para o próprio consumo e o familiar, principalmente no setor agrícola (BRUSCHINI, 2007). Além disso, houve um aumento da carga de trabalho feminina, considerando que, apesar das mulheres terem conquistado o espaço público, ainda cabe principalmente às mulheres, a tarefa dos cuidados com a casa e criação dos/as filhos/as, o que demonstra que, apesar dos avanços, a divisão sexual do trabalho doméstico e sua atribuição às mulheres continuou intacta, o que nos leva a entender que há uma relação entre o trabalho doméstico e a afetividade, que parece estar no centro dessa permanência (HIRATA, 2001).

Dentre as inúmeras áreas nas quais as mulheres se encontram está o campo cultural, em especial do artesanato. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), fica evidente a prevalência de mulheres que trabalham com artesanato, já que, em 2007, os dados apresentados por esse instituto, revelaram que o Brasil possui mais de 8,5 milhões de artesãos/ãs, dos/as quais 87% são mulheres. De modo que podemos dizer que o artesanato é um setor eminentemente feminino e, junto com as características de gênero, relacionadas ao saber artesanal, está também a desvalorização do trabalho da mulher artesã.

Ainda é preciso destacar que o trabalho artesanal normalmente é feito dentro do ambiente doméstico e as mulheres não precisam participar do espaço público para contribuírem financeiramente no orçamento, mantendo-se em casa, nas tarefas do lar e do cuidado com as crias. O saber artesanal assim, normalmente é passado de mãe para filha, de forma que o conhecimento se mantém vivo por meio dessa transmissão de saberes. Porém, se levarmos em consideração que enquanto a indústria e o capitalismo evoluíam, a atividade artesanal passou por mudanças, de modo que pudesse atender melhor a expectativa do mercado (TAVARES; PADILHA, 2016), e alguns trabalhos artesanais perderam espaço nesse ambiente de mercado, é possível que algumas tradições sejam colocadas de lado e, com isso, algumas manifestações artísticas e culturais podem morrer.

Para evitar que essas tradições sejam extintas, o Estado pode agir de modo a incentivar a preservação do artesanato ou de qualquer outra manifestação da cultura popular, através de projetos que desenvolvam ações que possibilitem a transmissão dos saberes dos mestres e mestras do conhecimento popular. Essa é a proposta Política Nacional Cultura Viva (PNCV), que foi criada em 2004, com o objetivo de “garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural a partir do Ministério da Cultura, e em parceria com governos estaduais

e municipais e por outras instituições, como escolas e universidades” (BRASIL, 2016). No caso de Sergipe, essa parceria foi realizada junto à Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe (Secult) no ano de 2009.

Para José Márcio Barros e Paula Ziviani (2011), o principal foco desta política pública está na garantia ao exercício da cidadania cultural no Brasil através de uma ampliação das bases de acesso, como: os meios de fruição, produção e difusão cultural – a fim de aumentar as possibilidades do fazer artístico –, o alcance do financiamento público, o aperfeiçoamento e a reutilização de equipamentos culturais já existentes e, em consequência, uma melhoria das condições para que os projetos culturais da sociedade, em especial, das comunidades menos favorecidas, sejam contemplados. A tônica principal desta política reside na ideia implementada pelo ex-ministro, Gilberto Gil, de agregar recursos a iniciativas já existentes, oferecendo oportunidades para que a comunidade desenvolva, amplie e aprimore o que já vinha sendo feito.

A partir deste projeto, começa-se uma busca pela democratização da cultura no Brasil, já que a ideia é que os Pontos de Cultura¹ sejam formadores das populações de baixa renda, que habitam áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios; adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social; estudantes da rede básica de ensino público; habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro; comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos; agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural (BRASIL, 2016).

Percebemos que essa proposta de política pública está alinhada às determinações da Unesco no que diz respeito ao patrimônio imaterial, já que é coerente com o seu discurso de que para preservar esse patrimônio, o povo deve poder continuar produzindo-o e transmitindo-o (UNESCO, 2017) e, para que isso aconteça, o trabalho dos Pontos de Cultura serve como “escola” para repassar esse conhecimento. Escola entre aspas, porque o Ponto de Cultura é, segundo a proposta da política pública, um espaço de transmissão dos saberes, assim como a escola, mas não necessariamente utiliza o espaço físico da escola para isso (apesar de haver também essa possibilidade). Assim, os Pontos se tornam um espaço de formação para a cultura, seja dentro da instituição escolar ou não.

¹ Pontos de Cultura são entidades ou coletivos formados a partir de editais propostos pelo Ministério da Cultura (MinC) e que fazem parte do que hoje já é uma política pública – Política Nacional de Cultura Viva.

Levando em consideração que essa é, provavelmente, a política cultural mais importante do Brasil nos últimos anos e, levando em consideração que a ideia de se fazer políticas públicas tem como objetivo diminuir as desigualdades sociais do país, cabe questionar se é possível a redução dessas desigualdades se não há, nas políticas públicas, uma preocupação relacionada às questões de gênero. No caso do Cultura Viva, esse ponto é colocado como transversal à proposta, mas não há qualquer menção de ações específicas para atuar em cima das diferenças de gênero no campo cultural. O que nos leva a questionar se é possível falar em empoderamento e democratização popular, sem considerar esta categoria, como importante nesse contexto.

O campo cultural surge como um importante espaço de debate, principalmente quando tratamos de cultura popular, que normalmente está relacionada ao trabalho de um grupo econômica e racialmente excluído. Ao analisar as relações de gênero, a partir das trajetórias de lideranças de organizações de cultura popular, esta pesquisa tentará demonstrar como a cultura faz da educação um mecanismo poderoso na demarcação dos lugares e das diferenças entre os gêneros.

Pierre Bourdieu (2005) apresenta que, ao buscar compreender alguns efeitos estruturais no campo artístico, criou a noção de campo de poder que, segundo ele, não pode ser confundida com campo político, pois não é um campo como os outros. É “o espaço das relações de força entre os diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão” (BOURDIEU, 2005, p.52). Domina o campo aquele conjunto de agentes ou instituições que possuem uma quantidade específica de capital (principalmente o econômico ou cultural), que os torna capazes de ocupar posições dominantes no interior de seus campos respectivos através da consagração ou transformação da “taxa de câmbio” entre os diferentes tipos de capital, e também por meio do poder sobre as instâncias burocráticas que podem alterá-la por meio de medidas administrativas.

Assim, por entender que há uma disputa entre os agentes para a formação do campo, é necessário, além de discutir as questões de gênero, conhecer o campo da cultura, que se pretende pesquisar. Então, pensar em políticas públicas que enxergam a mulher como “instrumento” de desenvolvimento econômico das comunidades em que atua, está fortemente relacionado com o seu desenvolvimento sociocultural. O desafio desta pesquisa está em relacionar a influência de uma política pública voltada para a cultura com a influência das relações de gênero nas práticas das mulheres das organizações beneficiadas por essas políticas.

A construção social de gênero consolidada ao longo da história impede, segundo Rocio

Castro (1999, p.130), que a mulher deixe de lado características que lhes foram transmitidas ao longo de gerações:

A assistência aos outros é uma tarefa social e culturalmente atribuída às mulheres, fato que tem desenvolvido nelas uma maior preocupação pelas questões sociais. As mulheres foram as que ocuparam um protagonismo dentro dos movimentos populares urbanos, mobilizando-se por condições dignas de moradia, saúde, educação e acesso aos serviços coletivos.

Esse aludido protagonismo da mulher no panorama nacional reflete-se, por exemplo, nas opções de organismos internacionais como a ONU e a UNESCO que reconhecem e privilegiam a ação da mulher como suporte na preservação, reprodução e desenvolvimento das comunidades em seus programas de apoio em todo o mundo.

A divisão sexuada das funções próprias das esferas produtivas e reprodutivas justificou e delimitou uma educação diferenciada para cada sexo. Assim, falar em políticas públicas e relações de gênero possibilita pensar no empoderamento feminino, na medida em que ter esse poder representa um papel importante na mobilização social de mulheres em torno de contextos específicos, que pode fortalecer grupos sociais tradicionalmente negligenciados dos processos políticos, como o campo da cultura popular. Dessa forma, refletir em como as políticas públicas culturais estão sendo implementadas destacando as diferenças nas relações de gênero pode criar/demonstrar novos espaços de articulação, bem como a emergência de novos agentes/atores políticos envolvidos na transformação democrática da relação Estado-sociedade em Sergipe e no Brasil.

Para Helleith Safiotti (1987), a educação feminista deve ser compreendida enquanto um processo político social, que busca descortinar as diferenças entre o que é dito na história oficial, mas representa a história real. Desse modo, entendo não só que a cultura popular é um importante canal de educação de um povo, mas ainda considero, neste trabalho, que a própria análise da pesquisa, ao utilizar os conceitos de gênero, está contribuindo na educação da realidade social sobre o campo pesquisado.

Martha Narvaz e Silvia Koller (2006, p.651) apontam que a complexidade da investigação feminista deve estar presente em todo o processo de condução da investigação, pois como as diversas epistemologias e metodologias começam a partir da escolha do delineamento a ser utilizado na pesquisa, métodos diferentes acabam por conduzir a diferentes resultados. Assim, os pressupostos epistemológicos, ontológicos e éticos presentes nos delineamentos de pesquisa têm implicações

políticas, podendo estar a serviço dos mais variados interesses.

Quando falamos em empoderamento, trazemos o termo advindo da expressão ‘empowerment’ (LEON, 2000) e que nos remete à ideia de que as mulheres são capazes de ter controle sobre suas próprias vidas, incluindo os seus corpos. A pesquisa feminista coloca uma atenção especial ao lugar do/a investigador/a na relação com os/as participantes e com o impacto da investigação nos/as participantes da pesquisa, de forma que a relação desigual de poder que existe entre o/a investigador/a e o/a investigado/a é colocada de modo que a perspectiva do/a último/a seja validada e reconhecida como fundamental, já que os/as participantes são especialistas das suas próprias experiências (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.651). Levo em consideração nesta tese que as metodologias feministas estão relacionadas com a inclusão dos aspectos de gênero e de poder na construção do conhecimento, o que torna válida quaisquer abordagens de pesquisa, desde que construídas e analisadas sob uma perspectiva não sexista.

A reflexão sobre as experiências de mulheres que atuam no campo da cultura popular constitui uma modalidade de conhecimento reveladora de um sistema coletivo de entendimento ou consenso. Assim, entendo que a análise das relações sociais de gênero está fundamentada na compreensão de que as distinções entre trabalhadoras/es mulheres e homens são resultado de construções culturais, são produto da cultura e não decorrem de dados biológicos. Por conseguinte, a dominação, com base no princípio patriarcal veiculado pela difusão da valorização da figura masculina, encontra suas origens e sua função na cultura atual, nos valores, na institucionalização de normas sancionadas pela coletividade, nas regras de comportamentos, nos estilos de comunicação, no sistema informal de relacionamentos identificados e fundados nas experiências dos homens, vinculadas por relações hierárquicas de poder desfavoráveis ao gênero feminino.

Neste sentido, considerei fundamental conhecer o que estão fazendo as mulheres no campo da cultura popular e o que de fato estão fazendo as mulheres para além dos papéis tradicionais de esposas e mães donas de casa, toda essa reflexão pensada a partir da implementação de políticas públicas culturais e o quanto foi possível, para essas mulheres, modificarem seu cotidiano. Assim, a fim de compreender a relação entre políticas culturais, transmissão de saberes e desigualdade de gênero no campo do artesanato, é que foi desenvolvida esta tese. Para isso, foi escolhida uma organização que trabalha com a transmissão de saberes da cultura popular e que recebeu incentivo da Política Nacional Cultura Viva, a Fundação Dom José Brandão de Castro ou, como ficou denominada, Ponto de Cultura na Trilha do Sertão. Essa organização tem como objetivo principal, dentre outros,

manter a tradição em renda de bilro no município de Poço Redondo.

O objeto deste estudo, em seu plano teórico e prático, ressalta as experiências de mulheres que atuam em organizações de cultura popular, entendidas como sujeitos da história, para explicar a realidade em que se acham inscritas, elaborando uma fala própria sobre si mesmas. A partir das memórias das mulheres envolvidas nesse projeto e seus relatos a respeito de suas experiências de empoderamento mediante seu trabalho com cultura popular é que se encontra o foco principal desta tese.

Assim, o **objetivo geral** dessa pesquisa é analisar a experiência de empoderamento de mulheres inseridas no campo das políticas públicas culturais voltadas para a transmissão de saberes artesanais. E, para que esse objetivo seja atendido, foram traçados os seguintes **objetivos específicos**:

- Caracterizar o campo estruturado a partir da política pública voltada para a transmissão de saberes em cultura popular.
- Descrever as ações da organização selecionada e sua participação na estruturação do campo cultural da comunidade.
- Analisar a experiência das mulheres envolvidas com o Ponto de Cultura e identificar os fatores que impulsionaram ou inibiram seu empoderamento após a implementação da política pública.

Pode-se dizer que o problema da inserção da mulher no mercado de trabalho e da política é crucial para sua emancipação e precisa ser encarado numa perspectiva mais abrangente. Entre os pesquisadores brasileiros, inclusive, aponta-se a necessidade de se redefinir o conceito de trabalho, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista operacional, de forma a incluir o trabalho doméstico de mulheres, por muito tempo aliado das teorias econômicas, preocupadas, essencialmente, com formas monetarizadas de produção (CRUZ, 2005).

Outro ponto importante e que motivou essas reflexões está no interesse em analisar as assimetrias nas relações (o comportamento) de gênero com a finalidade compreender como são construídas as desigualdades entre homens e mulheres dentro do campo cultural. Além disso, levei em consideração que os pontos de cultura, enquanto uma política pública, podem ser um mecanismo valioso de educação e emancipação para as comunidades em que atuam, na medida em que agem como espaço de difusão e promoção da cultura. Para Célio Turino (2010, p.43):

Tão ou mais importante que o recurso é o processo de transformação que o Ponto de Cultura desencadeia: respeito e valorização das pessoas da própria comunidade, novas formas de pactuação entre Estado e sociedade, fortalecimento da autonomia, conexão em rede, intensificação da troca de saberes e fazeres, liberação de sonhos e energias criativas.

As últimas décadas são testemunhas da crescente e regular conscientização da necessidade de empoderamento das mulheres com medidas para aumentar a equidade social, econômica e política e ampliar o acesso a direitos fundamentais, melhorar a nutrição, saúde básica e educação. Não podemos esquecer que esse estar empoderada significa possuir determinados tipos de capital (cultural econômico etc.) a partir da educação e do trabalho remunerado, além do poder de participação em diversas esferas sociais, o que possibilita, portanto, a aquisição da emancipação individual e a consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política, conforme define Ferdinand Pereira (2006).

O pressuposto teórico da pesquisa é de que as relações de gênero nos espaços de cultura são construções sociais. A construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros. A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma. As relações de gênero refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres.

Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras. Não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero (SAFFIOTI, 1992, p. 10).

Uma questão teórica importante que as pesquisadoras feministas enfrentaram é quanto ao uso da categoria classe social. Danielle Kergoat (1996) trouxe uma importante contribuição a este debate. Para ela a utilização que é feita do conceito de classe não permite captar o lugar da mulher na produção e na reprodução sociais. As relações de classe e relações de gênero são coextensivas: tanto para as mulheres como para os homens só podem ser analisadas conjuntamente. Todos os indivíduos são homens ou mulheres e, por outro lado, todos têm uma situação de classe a ser determinada.

Para Helleith Saffioti (1997, p. 61), os processos de subjetivação-objetivação estão constantemente sujeitos a capacidade-incapacidade de apropriação dos frutos da *práxis* humana por parte dos sujeitos, não somente em virtude da sociedade estar dividida em classes sociais, mas também por ser ela atravessada pelas contradições de gênero e raça/etnia. A autora não concebe, contudo, esses três ordenamentos das relações sociais como complexos, que correm paralelamente. Para Helleith Saffioti (1997), estas três dimensões são três antagonismos fundamentais que entrelaçam-se “de modo a formar um nó”, que põe em relevo as contradições próprias de cada ordenamento das relações sociais e que as potencializa, apresentando este nó uma lógica contraditória.

A política pode ser encarada como campo das escolhas a partir de valores, espaço de luta e de exercício pelo poder. As estruturas de poder no âmbito das políticas culturais podem ser analisadas sobre múltiplas formas. A cultura continua a ser um conceito vivo e dinâmico, num contexto em que a crise generalizada tem facilmente servido como álibi para o desenvolvimento político e financeiro.

Neste sentido, a inserção da abordagem de gênero nas ações de políticas públicas, principalmente aquelas que atuam especificamente com mulheres, constitui um aspecto fundamental para ampliação das possibilidades de equidade e empoderamento. Apesar da existência de diversos conceitos e caminhos para se tratar de empoderamento, nesta pesquisa, é possível intuir que ao estar empoderado, a pessoa é capaz de afirmar-se perante um grupo de forma autônoma e consciente, e decidir ou participar das decisões a respeito de sua vida, de forma a melhorar sua qualidade de vida, a partir de uma visão mais crítica da realidade e da precariedade, subordinação, dominação e discriminação em que muitas vezes se encontra (LEÓN, 1999).

Para Charliton Machado, Idalina Santiago e Maria Lúcia Nunes (2010), os estudos que tratam da problemática de gênero relacionadas às práticas culturais têm contribuído significativamente para a profundidade teórica reflexiva, possibilitando entender as transformações constitutivas de relacionamentos e estilos de vida em uma determinada época e espaço. Dito isto, o autor e suas colegas propõem que face às exigências de uma nova realidade, é necessário que haja uma ampliação das reflexões e discussões teórico-metodológicas e pesquisas relacionados à problemática de gênero, de modo a abrir um **espaço interdisciplinar** para a diversidade de opiniões, práticas e saberes sobre gênero, oriundos dos diferentes lugares sociais ocupados pelos sujeitos dispostos ao debate.

O empoderamento, ao incentivar a mudança de atitude das pessoas e, em especial das mulheres, torna-se uma estratégia importante para a mudança do cenário discriminatório da sociedade atual. Esse processo pode ter nos pontos de cultura pesquisados um lugar fértil para sua consolidação em razão da forma de funcionamento desse tipo de organização, o que possibilitaria uma equidade entre homens e mulheres em função de liderança.

Esta tese, portanto, foi elaborada por uma mulher, que buscou olhar o feminino. Nas páginas seguintes, deixarei claro o meu posicionamento sobre o tema e meu olhar durante a pesquisa, além de relacionar essa minha percepção com o caminho teórico metodológico escolhido. Compreendendo que a realidade não é neutra, resolvi me colocar na tese, até porque as mulheres que entrevistei merecem o respeito de que suas falas sejam utilizadas de forma adequada. Pretendi deixar claro no texto o que foi dito por elas e o que é a **minha** interpretação sobre o que foi dito considerando contexto, história e meu arcabouço teórico e conceitual, o que pode ser diferente da visão delas a respeito do assunto.

No entanto, minha vivência, enquanto professora, graduada e com mestrado em Administração, área funcionalista, baseada numa visão pragmática no mundo se faz perceber no ordenamento desta tese. Apesar do meu esforço em me colocar e em colocar as mulheres que entrevistei, fica evidente o meu aprisionamento ao modelo formal de escrita e reflexão, representados através da estruturação deste trabalho, apesar de tentar a todo tempo me desvencilhar dele, seja a partir de uma escrita pessoal, seja a partir de uma escolha metodológica mais crítica. Assim, nos próximos tópicos, trago um pouco sobre minha experiência no campo cultural e minha opção por esta pesquisa.

A partir daí, apresento o caminho da pesquisa, onde explico de forma mais sistemática, qual o tipo de pesquisa e como ela foi realizada, desde os métodos de coleta e análise de dados, até as idas e vindas no processo de escrita da tese. Logo depois, é traçado o perfil do município de Poço Redondo e um pouco da sua história, com o objetivo de compreender o contexto daquela região e, posteriormente, um pouco da história da renda de bilro e como ela passou por um processo de representação do feminino no local, junto com o bordado, e passa por um período de quase extinção.

Posteriormente apresento alguns dos fundamentos teóricos que considerei importantes colocar para a compreensão do campo de implementação das políticas públicas culturais, com uma reflexão sobre o Estado e sobre os trabalhos de Bourdieu de configuração do campo, *habitus* e capital. Também achei pertinente levantar alguns estudos que demonstrem minha percepção sobre

a relação entre cultura popular e educação, área principal de reflexão no Programa de Pós Graduação em Educação, e também sobre os estudos de gênero e as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho, além do empoderamento feminino, como forma de superar essas desigualdades.

Prossigo com as ações públicas necessárias para a preservação da renda de bilro no município e, com isso, é possível identificar os principais atores/as envolvidos na estruturação do campo cultural surgido a partir da transmissão dos saberes em renda de bilro. Em sequência, trouxe as narrativas de experiências das mulheres que fizeram parte do Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão ou de outras ações públicas para a preservação desse patrimônio imaterial, sendo essas histórias foram contadas a partir das minhas reflexões a respeito de gênero, tipos de capital envolvido e sua relação com as políticas públicas. Encerro com as considerações finais, que buscam responder aos objetivos dessa pesquisa.

1.1 SOBRE A AUTORA E SUA RELAÇÃO COM A PESQUISA

O interesse em pesquisar os Pontos de Cultura se deu pelo meu envolvimento, em 2006, nas atividades do Pontão de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os pontões são entidades que concorrem a editais do MinC da mesma forma que os pontos de cultura, mas a sua finalidade está voltada para a articulação entre os pontos de cultura, seja de âmbito regional, estadual ou por área temática de interesses comuns a partir de atividades relacionadas à educação ou cultura.

Assim, em abril de 2006, fui para São Paulo, representando o Pontão de Cultura da UFPE para a primeira edição da TEIA. A Teia é o encontro nacional dos Pontos de Cultura, e também ocorrem encontros regionais das entidades que integram o Programa Cultura Viva. Em nível nacional aconteceu nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2010 e tinham como objetivo reunir representantes dos diversos pontos de cultura, facilitando assim a troca de informações de modo que os PC se apresentassem, se conhecessem e se vissem.

E foi buscando entender um pouco mais a realidade desses pontos que, durante a Teia, me aproximei dos representantes dos pontos de Pernambuco e apresentei a eles a proposta do Pontão da UFPE. Após o evento, iniciamos uma agenda de encontros para realizar um trabalho de articulação e fortalecimento dos pontos do Estado. E foi por meio dessa vivência que comecei a perceber que a

representatividade feminina era muito presente nos pontos de Recife, principalmente àqueles relacionados à cultura popular.

Além disso, em cada reunião que frequentava junto com os pontos de Pernambuco, sentia na fala de seus representantes uma faísca de esperança renovada pelo Programa Cultura Viva, pois a partir daquele recurso, era possível melhorar suas condições de trabalho e, assim, empoderar as comunidades atendidas pelas ações dos seus pontos de cultura. É importante destacar que os pontos surgem apenas após a aprovação do edital, mas só é possível concorrer aos recursos do MinC organizações já formalizadas e que realizem atividades de ordem cultural. Assim, os recursos do governo, complementavam os das entidades.

Em muitos momentos, portanto, os discursos dos representantes dos pontos de cultura ressaltavam a proposta do programa, que era democratizar as políticas públicas a partir de ações de compartilhamento de gestão e participação da sociedade civil, característico de diversos projetos implementados no governo Lula. Porém, a vivência com esses pontos também tornou evidentes alguns embates na relação Estado-sociedade civil. Célio Turino, idealizador dos pontos de cultura, afirma que o modelo de convênio entre governo e entidades não era o mais adequado para atender às demandas dos novos atores sociais, mas, segundo ele, era necessário resolver esses problemas a partir de uma experiência concreta (TURINO, 2010, p. 45).

E foi observando os avanços e frustrações desse programa, que me encantei com o campo de pesquisa. Já em Aracaju, em 2012, iniciei, junto com outros colegas de departamento, uma pesquisa, financiada pela FAPITEC, junto a uma atividade de extensão realizada na UFS que tinha como objetivo oferecer cursos de gestão aos pontos de cultura do Estado. Nesse período, pude perceber que, mesmo tantos anos após a minha experiência inicial com os pontos de cultura em Recife, a articulação entre os pontos de cultura de Sergipe ainda está numa fase muito mais embrionária que os de Pernambuco, o que aumentou o meu interesse em pesquisar os pontos de cultura.

Dito isto, pretendo destacar o caráter transformador da Política Nacional Cultura Viva, em destaque, das ações realizadas pelos Pontos de Cultura em suas comunidades. É possível perceber que há, na proposta do projeto inicial dos Pontos de Cultura, uma ligação com os Círculos de Cultura Popular de Paulo Freire, isso inclusive é afirmado por Célio Turino em um de seus artigos na página da REDE em 2013 (TURINO, 2013).

Além disso, em 2015, quando iniciei estudos mais concretos acerca das relações entre gênero e sua centralidade no mundo do trabalho, foi que percebi que esta política pública, apesar de rica e, indiscutivelmente, importante para o campo da cultura, de modo mais específico, mas também para a sociedade, de uma forma geral, apresenta uma ausência de reflexão/ação no que diz respeito ao empoderamento feminino e sua consequente redução das desigualdades de gênero. Claro que existem ações específicas voltadas para a mulher, mas estas dependem principalmente da sensibilidade ou conhecimento do proponente do projeto sobre o tema. Se é uma política pública, uma questão central como essa deveria ser levada em consideração.

Assim, comecei a buscar conhecer os pontos de cultura de Sergipe que possuíssem essa sensibilidade e que trabalhassem com a questão da mulher de forma mais efetiva. Nesse percurso, algumas dificuldades de acesso foram encontradas, na medida em que muitos dos pontos de cultura já haviam encerrado o convênio com a Secretaria de Cultura do Estado, muitos deles com problemas ainda na entrega da prestação de contas e, talvez por isso, não me respondessem os e-mails e ligações ou, mesmo quando respondiam, apresentavam uma série de dificuldades de acesso, por conta da não continuidade das propostas.

Foi assim que foi escolhida, como caso de análise, a Fundação Dom José Brandão de Castro, que atuou como Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão, no município de Poço Redondo, na transmissão do saber fazer renda de bilro e até hoje se mantém com esse papel, mesmo que os recursos federal/estadual tenham acabado. As mulheres que o compõem se mantêm acreditando no potencial transformador da cultura popular para o empoderamento de homens e mulheres na região do cangaço. E foi com um misto de encantamento e visão crítica, que entrei no campo do saber das mulheres rendeiras e daquelas que auxiliaram/auxiliam no processo de preservação desse patrimônio imaterial.

Além disso, é importante destacar que, adoto nesta tese uma escrita pessoal, na medida em que assumo a minha inevitável presença no texto e me embaso, para isso, em Alberto Guerreiro Ramos (1996), pois me entendo como um “ser-no-mundo” e um “ser-do-mundo”. Portanto, enquanto pesquisadora, de forma ética e engajada, coloco-me como: mulher, feminista, latinoamericana, nordestina e contra o sistema hegemônico capitalista.

Assim, é preciso deixar claro que algumas decisões foram tomadas nesta tese a partir do meu estar no mundo e, além de uma escrita pessoal, enquanto feminista, escolhi deixar demarcadas as expressões de gênero no masculino e feminino, para que a mulher se encontre presente em todo o momento da minha fala e explicações. Também fiz a escolha de colocar o nome, além do sobrenome,

de todos/as os/as autores/as apresentados/as ao longo da tese. Essa foi uma escolha que me pareceu essencial, na medida em que acredito ser necessária a visualização de quem são as mulheres autoras de trabalhos que citei. Consegui perceber, em muitos textos, que as citações sobre autoria muitas vezes colocavam o substantivo masculino, pois o sobrenome não nos permite identificar o gênero de quem escreve e, naturalmente, as pessoas acabam assumindo que ali estão homens. No caso dessa pesquisa, porém, é possível perceber o grande número de mulheres que estão produzindo trabalhos no campo dos estudos de gênero, de cultura e de políticas públicas.

No que se refere aos meus pressupostos **ontológicos**, assumo que a realidade é construída a partir das interações sociais, não existindo, portanto, uma realidade social externa que se imponha de forma objetiva e que o/a pesquisador/a seja capaz de representa-la como ela é em essência. Enquanto pesquisadora, levo comigo a construção da realidade para a situação de pesquisa, ao mesmo tempo em que interajo com as construções e interpretações de outras pessoas sobre o fenômeno a ser estudado (MERRIAM, 1998).

Sendo assim, da mesma forma que Pedro Demo (2004), considero que a realidade social não é neutra e a politicidade é parte inevitável e essencial das Ciências Sociais e Humanas. Além disso, trago Boaventura de Souza Santos (2008) para argumentar que todo o conhecimento depende de um contexto e todo contexto é uma construção social e dinâmica, produto de uma história que deve ser explicada por meio de relações desiguais. Acrescento, portanto, a estes autores, Maria Eulina Pessoa de Carvalho (2010), que nos diz que o conhecimento não pode ser neutro, na medida em que aquilo que conhecemos é influenciado por nossa educação: crenças, valores e modelos (de vida, profissão) disponíveis, além de autoconceitos que são moldados ou negociados a partir de limites que nos são impostos ou oportunidades seletivas.

Sigo nesta tese, baseada em uma **epistemologia feminista**, considerada por Margareth Rago (1998, p.10) como uma forma específica de produzir o conhecimento a partir da marca especificamente feminina, tendencialmente libertária, emancipadora, de forma que há *um aporte feminino/ista específico, diferenciador, energizante, libertário*, que rompe com um enquadramento conceitual normativo. Para ela, isso acontece porque o pensamento feminista trouxe a **subjetividade como forma de conhecimento**, propõe uma **nova relação entre teoria e prática**, defende o **relativismo cultural**, questionando a noção de que este conhecimento visa atingir a verdade pura, essencial e enfatiza a **historicidade dos conceitos e a coexistência de temporalidades múltiplas**.

Conforme Norman Denzin (2006), os estudos de gênero proporcionaram avanços fundamentais ao desenvolvimento das questões e das metodologias da pesquisa qualitativa, ao examinarem os processos de construção e de diferenciação de gênero e as desigualdades. Da mesma forma, os estudos de gênero participam, em cheio, dos processos de reelaboração dos métodos das ciências humanas, pois parece indiscutível essa necessidade, nesse momento da história, ao processo de construção de teorias e, em particular, à elaboração de teorias feministas.

De acordo com Cruz (2014), as metodologias feministas assumem o caráter intrínseco das abordagens críticas, expressam um caráter extremamente político de analisar a realidade de forma dialética e com interesse de transformação. As metodologias se tornam, portanto, um instrumento ou estratégia importante para a realização da mudança social a partir do resgate da experiência feminina, do uso de análises e de linguagens não sexistas e da busca pelo empoderamento dos grupos oprimidos, em especial das mulheres.

Compreendo, portanto, que uma das principais colaborações da teoria feminista para se pensar a epistemologia, principalmente, no campo das Ciências Sociais e Humanas, é a centralidade da categoria gênero, pois ela desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional dos movimentos constitutivos das diferenças sexuais (SCOTT, 1991). É a partir da perspectiva de gênero que ocorre uma valorização da cultura.

Assim, no aspecto **teórico-metodológico**, esta pesquisa enfoca uma análise crítica das relações de gênero, valorizando-se as dimensões moral e política e o reconhecimento da necessidade de mudança social para melhorar as vidas, particularmente das mulheres. Isto leva não apenas à definição de uma questão de pesquisa (desigualdades de gênero, por exemplo), mas ao desafio da maneira como a pesquisa é realizada.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia adotada em uma pesquisa deverá ter uma função de estruturação e orientação geral da investigação a ser realizada, a fim de apresentar um modelo de trabalho que facilite a coleta e análise de dados (BRYMAN, 1992).

Em todo o tipo de pesquisa científica, existe uma estrutura metodológica que irá dar uma sequência lógica à ligação entre os dados empíricos e as questões de pesquisa iniciais e, por fim, suas conclusões. Pode-se dizer, portanto, que o desenho da pesquisa é um plano de ação que possibilita ao investigador sair da fase de questionamento inicial para a obtenção de algumas conclusões (respostas) sobre esses questionamentos (YIN, 1994).

Neste capítulo, pretendo descrever a forma como a pesquisa foi realizada, a partir da descrição de suas diversas etapas. As minhas escolhas de coleta e análise de dados estão atreladas a uma visão feminista, como já dito anteriormente nessa pesquisa, e, por isso, os caminhos da **pesquisa qualitativa** me parecem mais adequados nesse contexto. Enquanto a *pesquisa quantitativa* normalmente ignora as vozes femininas ao estudar objetos que são estudados de um modo valorativamente neutro, não sendo analisadas especificamente como mulheres se posicionam (FLICK, 2009), a *pesquisa qualitativa* possibilita que as vozes das mulheres e suas necessidades sejam ouvidas e os objetivos sejam materializados. Buscam-se soluções para as questões que realçam o *modo* como a experiência social é criada, adquire sentido e significado sobre novos temas, novos objetos e questões.

Para Augusto Triviños (1995), as pesquisas qualitativas têm dois traços fundamentais, a saber: uma natureza desmistificadora dos fenômenos, do conhecimento e do ser; e a rejeição da neutralidade do saber científico. É a partir da rejeição da neutralidade do saber científico que pode estar a força principal desse tipo de análise, já que uma maior possibilidade de interpretação por parte do pesquisador permitirá um maior questionamento acerca dos dados, buscando-se aproveitar a sua capacidade de percepção de aspectos obscuros ou escondidos dos fenômenos. Segundo Maria Cecília Minayo (2009), as pesquisas qualitativas buscam compreender o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, como é o caso das pesquisas quantitativas.

Como o foco principal deste trabalho está em responder ao seguinte questionamento: “**Como se dá a experiência de empoderamento de mulheres inseridas no campo das políticas públicas culturais voltadas para a transmissão de saberes artesanais?**”, entendo que a análise mais aprofundada de um caso traria as especificidades que uma visão mais abrangente de uma área não possibilitaria, ao menos no tempo necessário para a conclusão desta tese. Nesse sentido, essa pesquisa se configura como um **estudo de caso qualitativo**, já que foi realizada uma pesquisa nas experiências de mulheres que atuaram/atuem em uma organização que foi beneficiada pela política cultural do Plano Nacional Cultura Viva, tornando-se, assim, um ponto de cultura.

Os estudos de caso qualitativos são caracterizados através da busca pelos significados e compreensão dos mesmos, relacionando-os a contextos e experiências através do uso da estratégia indutiva, já que o/a pesquisador/a é o instrumento primário da coleta e análise dos dados e o resultado final ser apresentado de forma ricamente descritiva (MERRIAM, 2009; STAKE, 2005).

Robert Stake (2005) ainda define que o estudo de caso consiste na escolha do que deve ser estudado e não uma escolha metodológica, pois seja qual for o método, escolhemos pesquisar o caso. Nessa tese, escolhemos um caso único, que é o da atuação das mulheres em uma organização que atuou como transmissora de saberes da cultura popular a partir de uma política pública na área da cultura. A escolha da Fundação Dom José Brandão de Castro, conhecida como Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão não foi feita de forma aleatória.

Inicialmente, foi realizada uma **pesquisa documental**, a fim de compreender o que vinha sendo produzido acerca dos pontos de cultura e de compreender a sua importância no campo cultural brasileiro. A partir daí, foram coletadas informações no Perfil do Estado e dos Municípios Brasileiros para Cultura de 2014 (IBGE, 2015), que demonstra que, desde a década de 1970, a Unesco estabeleceu um novo marco conceitual para a produção de estatísticas culturais que, ao longo do tempo, redefiniram e ampliaram o campo de entendimento da cultura. Mais recentemente, a posição dessa organização em relação à cultura alcança a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável, do mesmo modo em que propõe a diversidade cultural expressa pela defesa do pluralismo cultural, da identidade, da liberdade de expressão e dos direitos humanos, do acesso à informação e ao conhecimento, especialmente o científico e tecnológico, da promoção da criatividade, da paz e da solidariedade internacional.

Esse documento aponta que, no Brasil, em 2001, o IBGE lançou o primeiro volume de resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic, referente ao ano de 1999,

destinada a fornecer um diagnóstico sobre os municípios e suas gestões. Com isso, um bloco sobre a existência de equipamentos culturais e meios de comunicação foi investigado no questionário dessa pesquisa e reproduzido em outras seis edições do levantamento (2001, 2005, 2006, 2009, 2012 e 2014).

Somente em 2004, como desdobramento de um seminário nacional sobre cultura organizado pela Unesco em 2002, foi firmado um convênio entre o Ministério da Cultura e o IBGE para a produção sistemática de indicadores culturais, levando em consideração as linhas estabelecidas internacionalmente para a produção de estatísticas nessa área. Foram, assim, divulgadas três edições do estudo Sistema de Informações e Indicadores Culturais, contemplando os seguintes períodos de referência: 2003, 2003-2005 e 2007-2010.

Em 2010, foi criado pelo MinC o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, que tinha a finalidade de integrar os cadastros e informações culturais existentes no Governo Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, para gerar indicadores e estatísticas da realidade cultural brasileira. O Plano Nacional de Cultura, criado através da mesma lei (Lei no 12.343, de 2 de dezembro de 2010), previa o SNIIC como fonte principal para monitoramento do cumprimento de suas metas.

Considerando o papel das políticas públicas no ambiente federativo, foram projetados dois Suplementos de Cultura da Munic: um referente ao ano de 2006, e o outro em 2014. Além da Munic, foi levada a campo, também em 2014, a Estadic com um Suplemento de Cultura. As duas pesquisas permitem a avaliação das informações relativas às gestões municipais ao longo de quase uma década, e, para o ano de 2014, as relações federativas envolvendo os estados e os municípios (IBGE, 2015). Com esses dados, fiz um levantamento inicial do campo cultural.

Podemos já entender, com esses dados, que não é possível deixar de levar em consideração que há uma forte ligação do MinC com organismos internacionais como ONU e Unesco, e essa relação é que molda o campo cultural e as decisões relacionadas a ele. Mas, além disso, entendemos que é necessário datar o período que pretendemos analisar o campo pesquisado, pois um fator que deve ser avaliado a respeito da política cultural estudada diz respeito aos governos que a promoveram e implementaram.

Segundo as informações prestadas pelas prefeituras à Munic, em 2014, havia 3.422 pontos de cultura no País, sendo que os Estados do Rio de Janeiro e Ceará apresentavam os maiores percentuais

de municípios com pontos de cultura em seus municípios: 64,1% e 59,8%, ressaltando-se também a presença em torno de um terço dos municípios nos Estados de Pernambuco (34,6%), Espírito Santo (32,1%), Acre (31,8%), Piauí (29,0%), Bahia (27,6%) e Amazonas (27,4%).

Sergipe é o menor estado brasileiro em extensão territorial, possuindo área total de 21 910,348 km². Conta com 75 municípios e, destes, 16 possuem pontos de cultura, tendo um percentual de aproximadamente, 21,3% municípios com PC (IBGE, 2015). O IBGE constatou que o tamanho populacional é o que determina a incidência de um ponto de cultura em um município, pois aumenta a sua proporção, na medida em que aumenta o número de habitantes. Os dados do IBGE indicam que, em 2014, os pontos de cultura estavam presentes em 92,6% das capitais brasileiras.

A fim de conhecer melhor quantos e quais eram os pontos de cultura atuando em Sergipe, considerando que a minha última coleta de dados nesse sentido, a partir da pesquisa anterior, financiada pela FAPITEC, havia ocorrido em 2013, fui à Secretaria de Cultura do Estado em busca de mais informações. Lá me foi passado que os pontos de cultura eram os mesmos que na época da minha primeira pesquisa, pois o último edital para financiamento deles havia sido aberto em 2011. Além disso, a maioria deles já havia encerrado o convênio, enquanto outros ainda estavam com ele em aberto porque precisavam entregar a prestação de contas.

No que diz respeito mais especificamente aos pontos de cultura do Estado, a Secult nos enviou, em 02 de dezembro de 2016, dados atualizados dos Editais I e II dos Pontos de Cultura de Sergipe. Nessas informações, presentes no Quadro 3, é possível identificar a existência de 30 pontos atuando em todo o estado.

Quadro 1: Pontos de Cultura do Estado de Sergipe

Pontos de Cultura	Responsável por sexo
Grande Aracaju	
Centro Comunitário Sócio Cultural Barra dos Coqueiros	Mulher
Grupo Cultura Mamulengo de Cheiroso	Mulher
Sociedade em Defesa dos Moradores da Invasão e Palafitas – SOMORIPAC	Mulher
Associação Abaô de Arte, Educação e Cultura Negra	Mulher
Grupo Oxente de Teatro	Mulher
Ação Cultural	Mulher
Associação Circulante de Educação e Cultura	Homem
Centro de Promoção e Desenvolvimento Sustentável Oxogum Lade	Homem
Sociedade para o Avanço Humano e Desenvolvimento Ecosófico – SAHUDE	Mulher
Companhia de Artes Mafuá	Homem

Grupo Teatral Boca de Cena	Homem
Instituto de Arte Cênica de Aracaju	Mulher
Leste Sergipano	
Ação Social Professora Elizabete	Homem
Baixo São Francisco	
Associação Comunitária N. Sra. do Patrocínio do Brejão – ASCOMPAB	Mulher
Associação Comunitária Padre Nestor	Homem
Associação dos Moradores do Povoado Ladeirashas	Homem
Agrete Central Sergipano	
Filarmônica N. Sra. da Conceição	Homem
Sociedade Filarmônica Padre Manuel	Homem
Médio Sertão Sergipano	
Associação de Incentivo a Pesquisa N. Sra. dos Enforcados	Homem
Alto Sertão Sergipano	
Associação Luz do Sol	Mulher
Fundação Dom José Brandão de Castro	Mulher
Associação dos Artesãos do Município de Poço Redondo	Homem
Federação Nacional de Arte Albertina Brasil	Homem
Instituto Vida Ativa	Mulher
Associação Cultural Raízes Nordestinas	Homem
Centro Sul Sergipano	
Associação Cultural Casa de Cultura Zabumbambus	Homem
Companhia de Teatro Cobras e Lagartos	Mulher
Associação Filarmônica Lira Santana	Homem
Sul Sergipano	
Associação Sergipana de Desenvolvimento Comunitário Resgate da Cidadania	Homem
Associação Clube das Mães de Tomar do Geru	Mulher

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados informados pela Secult.

Com base no que está apresentado no Quadro 1, é possível perceber que a participação feminina na gestão desse tipo de organização é significativa, considerando que das 30 organizações existentes do Estado, 14 possuem mulheres como coordenadoras dos projetos enviados à Secult, o que nos leva a refletir acerca do papel da mulher em organizações nesse setor. Ao mesmo tempo, é preciso salientar que os dados informados pela Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe, referem-se aos responsáveis legais pelo Ponto, o que pode ser caracterizado muito mais pela formalidade necessária no edital, que o papel de liderança na atuação.

Com posse dessas informações, solicitei da responsável pelo contato com os pontos de cultura de Sergipe indicações sobre os pontos que atuavam principalmente com mulheres no campo da cultura popular. Dos 30 existentes, ela indicou 4 pontos, não apenas pelo fato de trabalharem com as variáveis solicitadas, mas também por possuírem uma estruturação e organização que ela considerava adequadas, pois todos já haviam encerrado corretamente as suas prestações de contas. Todos os

pontos foram contatados por telefone e e-mail. No entanto, apenas foi possível entrevistar as pessoas envolvidas com o Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão, que atuava no município de Poço Redondo com o objetivo de transmitir, para as novas gerações, o conhecimento no patrimônio imaterial local, que é a produção de renda de bilro.

Assim, foi realizada uma primeira coleta de dados, a fim de conhecer um pouco sobre o trabalho do Ponto de Cultura. No primeiro contato, feito inicialmente por e-mail e depois por telefone, a responsável e coordenadora do projeto do Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão foi informada por mim dos objetivos da pesquisa em que pedi, também, que marcássemos uma entrevista, em local da escolha dela, para que pudesse iniciar a investigação. Prontamente fui atendida por ela, que tinha uma viagem marcada por motivos de doença do esposo naquela semana, mas na semana seguinte marcou o encontro, na sala de estudos de seu condomínio, localizado em Aracaju.

Foi realizada assim uma **pesquisa bibliográfica**, onde foram coletadas informações sobre os trabalhos dos Pontos de Cultura no Brasil, sua importância para as comunidades e as limitações de suas ações, que foram incorporadas em algumas das minhas análises ao longo da tese. Além disso, outros trabalhos envolvendo o trabalho artesanal e as mulheres foram necessários para aprofundar as reflexões sobre o foco da pesquisa que trouxe o artesanato como ponto focal da cultura popular. Também foram encontrados, nesta pesquisa, artigos relacionados ao processo de quase extinção e implementação de políticas públicas para a preservação da renda de bilro no município de Poço Redondo. Esses trabalhos, em especial, foram de grande importância para a compreensão do campo da pesquisa e complementação das informações dadas pelas entrevistadas, levando em consideração o caráter histórico das mudanças ocorridas na comunidade.

Também foram coletados dados primários, como os dados com a lista de pontos de cultura do Estado e seus respectivos endereços, responsáveis e contatos; resultados de pesquisa do IBGE, do SNIIC, do PNUD a respeito do Estado de Sergipe e, em especial, do município de Poço Redondo. Assim, foi possível conhecer um pouco sobre a região onde a pesquisa foi inserida e o contexto em que aquela sociedade vive, para que a análise fosse realizada colocando esses aspectos em observação.

No que diz respeito à **observação**, ela foi realizada a partir do momento em que iniciei o contato com os agentes que compõem o campo. No entanto, apesar de reconhecer que a simples presença da pesquisadora é capaz de modificar a realidade, esta não será uma observação participante. Fiz anotações e tirei fotos das atividades realizadas pelo ponto de cultura, mas não intervi em suas

ações em momento algum. Além disso, algumas das entrevistas foram realizadas em lugar diferente ao do ponto de cultura e minhas observações/reflexões, foram explicitadas durante a análise dos dados e, em especial, das entrevistas.

Conforme Cleiciele Augusto e colegas (2013), a observação é um método de análise visual que ocorre através de uma aproximação com o ambiente natural em que um determinado fenômeno ocorre, a fim de se aproximar da perspectiva dos sujeitos investigados. Para que ocorra de forma adequada é necessário que seja elaborado um planejamento cuidadoso do trabalho a ser realizado.

Ainda foram realizadas **entrevistas semiestruturadas** com as três principais coordenadoras das ações do Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão e com três das principaisicineiras que atuavam/atuam na Fundação e prestaram serviços ou se beneficiaram dele durante o período em que a parceria com MinC/Secult ocorreu. É importante salientar que todas as entrevistas foram gravadas e ocorreram seguindo um roteiro de entrevistas semiestruturado (Apêndice A), o que significa dizer que as perguntas estavam ali como auxiliares no processo de obtenção dos dados, mas não fiquei presa a essas perguntas, já que a entrevista semiestruturada permite ao entrevistado “discorrer sobre um tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2009, p. 64).

Também é importante salientar que as entrevistas ocorreram no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018 e o tempo de duração das entrevistas foi diferente para cada entrevistada, mas variaram entre 30min a 1h30min. Cada uma das entrevistas foi realizada em separado, mas em um momento, durante minha primeira visita a Poço Redondo houve algumas conversas informais com outras rendeiras que participaram do processo e cujos dados foram importantes para analisar a problemática central. Foi feita uma visita a Poço Redondo em dezembro de 2017, onde entrevistei inicialmente Noca, além de ter conversado com Rosalina, Maria Fernandes, Maria Bonita e Osana. Logo depois, em janeiro de 2018, entrevistei Rosalina, Zefinha e Dadá. Em ambas as viagens, fui na companhia de Sebastiana, que marcou com as demais o dia da entrevista e indicou as pessoas com quem eu devia conversar, incluindo as rendeiras mais antigas da região. As entrevistas com Sebastiana e Nenê foram realizadas em Aracaju nos meses de outubro e novembro de 2017, respectivamente.

Essa tese está baseada, principalmente no relato dessas mulheres e sobre suas experiências de como vivenciaram suas vidas e ações a partir do trabalho com o Ponto de Cultura no sentido de facilitar a transmissão de saberes de uma expressão cultural tão importante para aquela comunidade. Dessa forma, as fontes orais são parte determinante para a análise dos dados desta pesquisa.

As **fontes orais** dizem respeito ao narrador tendo como *objeto de estudo*, seus relatos de vida, sua realidade vivida, apresentados subjetivamente, *os eventos vistos sob seu prisma e crivo perceptivo*, possibilitando conhecer as relações sociais e as dinâmicas que se inserem ao objeto de estudo. Foi utilizado o método de história oral de vida, que busca compreender a interação entre a mudança social, vidas e ação de indivíduos ou grupos, conforme Scherto Gill e Ivor Goodson (2015). Inúmeros campos do saber dela se apropriam, como meio de algo se conhecer. Assim sendo, não possui estatuto independente e não pertence a uma área exclusiva de conhecimento, mas presta-se a diversas abordagens em campo pluridisciplinar. As fontes orais podem apresentar-se como histórias orais de vida, relatos orais de vida e depoimentos orais. As duas primeiras formas referem-se a situações em que o próprio narrador referencia sua vida e experiência. Na outra, o narrador informa fatos ou informações que detém, presenciados ou vividos por ele.

Nesta linha de reflexão conforme ressalta Maria Izaura Pereira de Queiroz (1987), a peculiaridade da fonte oral reside na riqueza oferecida pela rede de signos, sentimentos, significados e emoções, expressos pelo narrador ao pesquisador, em forma de dados coligidos, expressando em si mesma, tanto abundância como qualidade. Revela-se (quando o/a pesquisador/a permite) que se apreenda seus significados e conotações, sejam pelo tom, ritmo e volume imprimidos pelo narrador, os quais, muitas vezes, não são expostos na forma escrita.

O enfoque de narrativa e o de história de vida reconhecem que os significados, ações e a atividade humana estão sujeitos a interferência sociocultural, histórica e política. Essa metodologia se adequa aos estudos de gênero, na medida em que estes têm como característica o seu papel na transformação da vida social, em especial na busca de justiça social para as mulheres, ou seja, possuem uma dimensão política (CHANTLER e BURNS, 2015). Para as autoras citadas, quatro características são essenciais na pesquisa feminista, são elas: a) a pesquisa feminista faz uma indagação crítica; b) é uma pesquisa de “voz” e fundamentada na experiência das mulheres; c) reflexividade, que deve se concentrar em posicionar o pesquisador dentro de relacionamentos, a fim de que sejam adotadas práticas de pesquisa mais igualitárias e um conhecimento que incorpore a compreensão das relações de poder constitutivos da pesquisa e o que esta reproduz; e d) uma ética do cuidado, baseada em relações não hierárquicas, estabelecimento de relações de apoio com os participantes da pesquisa e uma produção de conhecimento responsável.

Especificamente, a **epistemologia feminista** trouxe a subjetividade como forma de conhecimento, propõe uma redefinição dos processos da subjetivação, uma nova relação entre teoria

e prática, uma redefinição na análise da posição dos sujeitos (contra uma epistemologia deslocalizada, a visão de lugar nenhum) e da política gendrada do conhecimento, em que as mulheres (e outros grupos oprimidos e marginalizados) têm pouco espaço como sujeito e objeto de conhecimento, pouco poder e autoridade epistêmica na produção do conhecimento público. Denzin reconhece o lugar da emoção, subjetividade e do corpo no conhecimento, concebido como práxis, conscientização e empoderamento individual e coletivo (DENZIN, 2006).

Além disso, para uma maior compreensão do campo cultural, outros relatos foram coletados ao longo da pesquisa. Em visita ao município de Poço Redondo, foi possível conhecer duas das três idosas que ainda vivem e foram consideradas “guardiãs da renda” em trabalho de pesquisa realizado por Beatriz Dantas, em 2002 e que será melhor explicado posteriormente. Além disso, uma dasicineiras que trabalhou no Ponto de Cultura também esteve presente em uma conversa informal que tive com jovens aprendizes da renda de bilro e outras mulheres da Fundação Dom José Brandão de Castro. Como todas essas conversas foram gravadas, com o consentimento dessas mulheres, e suas histórias de vida, contadas rapidamente, estão entrelaçadas com a transmissão de saberes da renda de bilro em Poço Redondo, achei importante colocá-las na tese.

A fim de preservar todas as entrevistadas, seus nomes foram alterados e, para substituí-los, preferi renomeá-las, deixando de lado termos como: Entrevistada 1, 2 ou 3. E, para que as memórias dessas mulheres estivessem atreladas a nomes que fizessem sentido nesse trabalho e ao contexto do sertão sergipano, onde a história dessas mulheres foi contada, escolhi o nome de cangaceiras que faziam parte do grupo de Lampião, que morreu justamente, em Poço Redondo.

Essa escolha, mesmo sem que tivesse sido feita com essa intenção, também acabou trazendo em evidência os traços de uma sociedade patriarcal e machista, como é o sertão do Nordeste, em especial o da região do cangaço. Pois, na medida em que procurava nomes de mulheres cangaceiras, acabei me deparando com o fato de que estas mulheres faziam parte do bando para acompanhar seus maridos e, por isso, seus nomes, em todas as pesquisas, vieram atrelados aos nomes dos seus esposos cangaceiros. Assim, trataremos as mulheres entrevistadas como: Maria Bonita, mulher de Lampião; Mariquinha, mulher de Labareda; Naninha, mulher de Gavião; Nenê, mulher de Luis Pedro; Noca, mulher de Mormaço; Osana, mulher de Labareda (segunda); Verônica, mulher de Bala Seca; Zefinha, mulher de Besouro. Maria Fernandes, mulher de Juriti; Rosalina, mulher de Mariano; Sebastiana, mulher de Moita Brava; e Dadá, mulher de Corisco (MULHERES DO CANGAÇO, 2018). A fim de facilitar a compreensão de quem são cada uma das entrevistadas, já que suas falas aparecem ao longo da análise dos dados, farei aqui um resumo de quem é cada uma delas.

Quadro 2 – Entrevistadas e suas Principais Características

Entrevistada	Principais características
Maria Bonita	Tinha 80 anos no momento da entrevista. É uma das “guardiãs da renda”. Aprendeu a fazer sozinha renda de bilro ainda menina. Foi uma das rendeiras que ensinou nas oficinas em Poço Redondo e ainda vende renda por encomenda.
Mariquinha	Com 77 anos, também é uma das três rendeiras entrevistadas por Beatriz Dantas. Aprendeu a fazer renda com sua mãe, ainda menina, depois se voltou para a costura e voltou à renda anos depois e ainda vende renda por encomenda.
Maria Fernandes	Tinha 27 anos no momento da pesquisa, casada e com uma filha de 3 anos. Fez parte da primeira turma de oficinas de renda de bilro quando tinha 16 anos e depois de aulas de renda de bilro, inclusive pela Fundação. Depois de casa deixou de produzir renda e passou a vender bolos e salgados. Diz que voltará a fazer renda quando estiver mais velha.
Sebastiana	Com 70 anos, é a presidente da Fundação. Com graduação em Serviço Social e pós graduada. Foi professora, consultora de Poço Redondo e foi coordenadora do Artesanato de Sergipe. Reside e nasceu em Aracaju.
Nenê	Filha de Sebastiana, com 33 anos e co-fundadora da Fundação, junto com sua mãe. Graduada em Comunicação Social, mestrado em Antropologia e Doutorado em andamento na Escócia. É consultora do PNUD, faz parte de um coletivo de mulheres negras e aprendeu a bordar com sua avó. Mora e nasceu em Aracaju.
Noca	Tinha 43 anos, separada há 9 anos, com duas filhas e um filho (toda a família aprendeu a fazer renda de bilro nas oficinas). É oficineira da Fundação. Sempre sustentou a família com seu trabalho e, além das oficinas, desenvolve uma série de tarefas. Faz parte do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e trabalha na roça, faz faxina e dá aula de corte e costura.
Rosalina	Com 43 anos, dá aulas na oficina de bordado. Casada com uma filha (que não mora mais com ela) e um filho. Faz parte do MPA, costura, borda e faz salgados e bolos para vender, além de fazer parte da Fundação e disponibilizar um espaço da sua casa para as oficinas.
Zefinha	Com 40 anos, é casada e tem um filho com 1 ano, na época da pesquisa. É uma das coordenadoras da Fundação e braço direito de Sebastiana e Nenê em Poço Redondo. Não trabalha com artesanato, mas possui grande articulação no município pelo seu desempenho junto ao MPA. Nascida e criada em São Paulo, foi para Poço Redondo acompanhando a mãe. Possui graduação em Serviço Social.
Dadá	Com 48 anos, casada há 27 anos, com duas filhas e um filho. Suas duas filhas sabem fazer renda e fazem/fizeram faculdade com os recursos da mãe com a venda da renda de bilro. Faz uma série de atividades para o sustento da casa e foi aluna da primeira oficina de renda de bilro. Hoje é um dos principais nomes quando se fala da renda de bilro no município, atua diretamente na Associação de Artesãos de Poço Redondo e, juntamente com as antigas rendeiras, é considerada, hoje em dia, como uma das “guardiãs da renda” de Poço Redondo.
Naninha	Filha de Dadá. Também foi aluna das oficinas e deu aula de renda de bilro. Durante a pesquisa não foi entrevistada, pois estava em outro município fazendo faculdade. Segundo Dadá, quando pode, Naninha também auxilia na produção da renda de bilro.
Osana	Uma das guardiãs da renda de bilro de Poço Redondo. Ainda produz renda junto com Dadá, Maria Bonita e Mariquinha. Não foi entrevistada.

Fonte: Dados da pesquisa

Os relatos das três primeiras rendeiras não foram baseados em entrevistas formalizadas, mas sim em conversas informais quando fiz minha primeira visita a Poço Redondo. Suas falas, no entanto, foram gravadas e serviram de base para compreender melhor a realidade do município e as ações e visões das mulheres de Poço Redondo sobre as ações públicas e as transformações da produção e venda da renda pelas mulheres da cidade. No caso das duas últimas, não foram entrevistadas, mas

como foram citadas nas entrevistas, também tiveram seus nomes relacionados aos das cangaceiras de Lampião.

O processo de análise dos dados envolveu, uma **análise interpretativa dos discursos** dos diversos atores que compõem o campo, pois, para Bourdieu (2005a), as relações sociais são mediadas pela linguagem e essa linguagem é uma das formas de representação do poder simbólico. Isso corrobora com o argumento de Norman Fairclough (2001) que define que os discursos não só refletem entidades e relações sociais, mas as constroem ou as constituem.

Desta forma, a relação entre linguagem e sociedade é interna e dialética o que, para Fairclough (2001), leva a duas implicações: a primeira está relacionada ao fato de que o discurso é um modo de ação, a forma como as pessoas podem agir sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros, bem como um modo de representação. E a segunda aponta que há uma relação dialética entre discurso e estrutura social, existindo com mais frequência tal relação entre a prática social e a estrutura social: sendo a última tanto uma condição como um efeito da primeira. Essa foi, portanto, uma pesquisa feita a partir de uma análise do discurso baseada na Teoria Social do Discurso. Para Fairclough e Wodak (apud DIJK, 2010, p. 115), os principais fundamentos desse tipo de análise são: abordar problemas sociais; mostrar que as relações de poder são discursivas; que o discurso constitui a sociedade e a cultura, além de realizar um trabalho ideológico e; ser histórico.

Assim, a pesquisa foi encaminhada segundo a sua proposta de um **conceito de discurso e análise do discurso tridimensional**, numa tentativa de reunir a análise linguística e a teoria social, colocando o discurso num contexto mais socioteórico, dando-lhe o sentido de ‘texto e interação’ na análise do discurso orientada linguisticamente. Dessa forma, qualquer evento discursivo foi considerado, simultaneamente, como texto, exemplo de prática discursiva e exemplo de prática social. O Quadro 3 mostra as categorias analíticas de cada uma das dimensões acima citadas:

Quadro 3 - Categorias Analíticas Propostas no Modelo Tridimensional de Fairclough

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura textual	Produção Distribuição Consumo Contexto Força Coerência Intertextualidade	Ideologia - Sentidos - Pressuposições - Metáforas Hegemonia - Orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas.

Fonte: RESENDE, RAMALHO (2013, p. 29).

Para Viviane Resende e Viviane Ramalho, entender o uso da linguagem como prática social implica em compreendê-la como um modo de ação situado historicamente, constituído socialmente, mas também constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Na função **ideacional**, o discurso contribui para a construção de ideologias, a partir de representações do mundo ‘como o mundo é’ para o locutor; na **identitária**, o discurso contribui para a constituição ativa de auto-identidades e de identidades coletivas; na **relacional**, o discurso contribui para a constituição de relações sociais. Já a função do **textual** reflete a forma como as informações são organizadas e relacionadas no texto. Desse modo, as escolhas que as pessoas fazem do modelo e estrutura de suas orações são também escolhas sobre o significado (e a construção, manutenção ou subversão) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 1992, p. 104).

Assim, deixo evidente em todo o texto, não apenas a fala das mulheres entrevistadas, mas as condições em que as encontrei, o local da entrevista e minhas observações acerca das falas e ações das entrevistadas. Não se pode, no caso dessa tese, deixar de considerar que falávamos entre mulheres e que há uma diferença considerável entre forma de ver o mundo e ações das entrevistadas que lideravam o ponto de cultura e moram na capital, com as que vivem em Poço Redondo e carregam consigo pensamentos e contexto de vida completamente diferente das primeiras, bem como da pesquisadora.

Diante do exposto, é possível perceber que este modelo de análise de discurso crítica se adequa a esta pesquisa, e auxiliou na compreensão das falas das mulheres que participam de uma organização beneficiada por políticas culturais, levando em consideração as relações de gênero e suas diferenças.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os conceitos que serão apresentados neste capítulo têm o objetivo de fornecer uma base teórica para posterior interpretação do problema investigado, auxiliando no processo de análise dos dados. O problema que se pretende aqui estudar é analisar a experiência de empoderamento de mulheres inseridas no campo das políticas públicas culturais voltadas para a transmissão de saberes artesanais.

Para isso, apresento neste capítulo algumas questões acerca dos estudos sobre a mulher e relações de gênero, para depois discutir gênero, relações de trabalho e a divisão sexual do trabalho. Posteriormente trataremos dos conceitos de empoderamento, em especial o feminino, para depois trazer a discussão sobre poder simbólico em Bourdieu. E, por fim, trazer uma discussão a respeito do Estado e sua influência no campo cultural.

3.1 OS ESTUDOS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO

Os estudos sobre a mulher passaram a ganhar mais fôlego no debate acadêmico a partir de 1949 após a publicação de “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir. Apesar das disputas anteriores pela busca do espaço feminino, este livro é um marco para a maioria das pessoas que pesquisam sobre a mulher, pois é a partir das indagações de Beauvoir que homens e mulheres passam a discutir, com maior profundidade, os motivos que fazem com que as mulheres assumam uma posição de subordinação aos homens ao longo da história.

Ao proclamar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, Simone de Beauvoir nos ajuda a compreender que o ser mulher não está atrelado apenas às características biológicas, mas principalmente à uma construção social reproduzida ao longo da história da humanidade (BEAUVOIR, 1970), ou seja, não é o nosso sexo de nascimento que nos define e sim as relações sociais e a forma como a sociedade nos impõe as características de gênero.

Essas ideias começaram a surtir efeito na realidade prática das mulheres e diversos trabalhos passaram a discutir o feminino. No intuito de explorar as ambiguidades e tensões presentes na teoria feminista, Bila Sorj (1992) aponta que, na modernidade, a questão gênero foi colocada como categoria

central e é frequentemente estudada a partir da concepção de que o sexo biológico não é capaz de explicar/justificar a diferença entre homens e mulheres, e que, além disso, essas diferenças são construídas a partir de um processo histórico, acompanhando o pensamento de Beauvoir. Ademais, as teorias feministas modernas, sofrem uma forte influência dos movimentos feministas, tendo assim um interesse não apenas acadêmico de reestruturar a tradição das Ciências Sociais, mas também de formular um projeto de emancipação das mulheres.

Neste sentido, ela apresenta que a maior parte das modernas teorias feministas utilizam como pano de fundo o marxismo, através do esforço em igualar gênero a classe, no que diz respeito à sua centralidade explicativa. Assim, esta seria uma teoria que possui uma categoria universal, que identifica a mulher como o sujeito histórico que pode gerar a transformação na sociedade e que possui um caráter de utopia libertária. Essa característica é importante, na medida em que, ao estudar as questões de gênero, muitos trabalhos pretendem descortinar os anos em que as mulheres foram colocadas como alguém que não existia.

Em texto publicado no final dos anos 1990, Ana Alice Alcântara Costa escreve que, apesar de termos conseguidos diversos direitos, isso ainda não significou que as mulheres realmente garantiram uma igualdade de direitos em seu dia a dia e, por isso, os primeiros anos do século XXI seriam marcados (como realmente estão sendo) por políticas compensatórias para a mulher. Ela explica que tais ações são necessárias para que se inicie um trabalho de conscientização a respeito da transformação da condição feminina e da divisão sexual do trabalho (COSTA, 1998).

No entanto, anos depois, Cecília Sardenberg (2010) aponta uma forte crítica ao que tem sido desenvolvido no que diz respeito aos direitos da mulher e argumenta que, apesar da ênfase dada nos últimos anos a respeito de uma humanidade mais igualitária, a diferença entre homens e mulheres ainda persiste em todo o mundo e que as ações políticas voltadas para uma maior equidade barram em uma cultura ainda paternalista, o que nos remete, de volta a Simone de Beauvoir, quando ela afirma que devemos estar constantemente atentas, pois basta uma crise para que nossos direitos, tão duramente conquistados, sejam-nos retirados.

Com relação a isso, Maria Helena Santana Cruz (2012) ressalta que a exclusão social da mulher tem como um de seus principais pilares de sustentação, as determinações impostas pelo modelo econômico-social atual, que estabelece uma produção e consumo homogeneizante, que opera, modela e orienta a vida da sociedade. A autora ainda salienta que esse processo de exclusão, construído a partir das relações sociais, é multidimensional, manifestando-se de várias maneiras na

sociedade, o que traz “[...] desdobramentos específicos nos campos da cultura, da educação, do trabalho, das políticas sociais, da etnia, da identidade e de vários outros setores” (CRUZ, 2012, p.17).

Cynthia Sarti (2004) vem ressaltar a particularidade do feminismo como uma experiência histórica que enuncia genérica e abstratamente a emancipação feminina e, ao mesmo tempo, é concretizado dentro de limites e possibilidades, dados pela referência a mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos. Ela ainda afirma que o movimento feminista no Brasil, apesar de ter surgido com mais força na década de 70, influenciado pelas ideias norte americanas e europeias, não pode ser dissociado da sua realidade histórica e social.

Algumas autoras² começam a apresentar a opressão vivida pelas mulheres a partir da divisão do trabalho econômico produtivo e reprodutivo. É a partir do trabalho reprodutivo que a mulher passa a ser colocada no ambiente privado, enquanto ao homem cabe o lugar público. Assim, as diferenças do patriarcado surgem, dando origem a um sistema de divisão que exclui e oprime as mulheres, a fim de que se mantenha uma ordem social sexista e patriarcal.

Carole Pateman (1993) descreve o patriarcado como uma forma de poder político, o qual tem sofrido modificações ao longo dos anos. Deixou de ser um pensamento tradicional, em que a autoridade paterna se reproduz como o modelo das relações de poder; passou para um patriarcado clássico, em que o direito e a obediência são políticos; até chegar ao patriarcado moderno, que é baseado nos princípios fraternais e contratuais (no texto, a autora faz alusão ao contrato social de Rousseau) e estruturam a sociedade capitalista moderna. Para ela, o contrato não é social e sim sexual, já que o indivíduo “criado” pela democracia é homem, a partir do momento que esse contrato não questiona a natureza ou conteúdo das relações sociais e da dominação do homem sobre a mulher.

O trabalho de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” é um clássico atual da literatura sobre gênero, pois tenta colocar em discussão a centralidade dessa categoria nos estudos históricos. Para fazer essa análise, a autora coloca como a questão da mulher vinha sendo discutida na história e apresenta que tanto o conceito como a visão a respeito da mulher nesse discurso tem mudado. Saímos assim de um debate essencialista, que vê que as diferenças entre homens e mulheres estão assentadas num determinismo biológico, para um posterior debate que reage ao silêncio do papel da mulher na História, em que a discussão sobre feminismo e patriarcado tomam forma, e um momento em que os estudos sobre mulher começam a ser denominados estudos sobre gênero.

² Podemos destacar os trabalhos de Helena Hirata (2002) e Heleith Safiotti (1987), que desenvolveram uma crítica feminista, onde a mulher é oprimida e submetida ao homem através da relação de trabalho capitalista.

A autora aponta a importância em discutir gênero por entender que, nessa categoria, as disputas entre homens e mulheres serão evidenciadas, o que irá dar maior explicação histórica da realidade, não sendo apenas a história contada por homens ou mulheres. No entanto, sua preocupação central se fundamenta em COMO essa categoria, tão útil para uma análise histórica, pode ser trabalhada e assumir sua importância, assim como os estudos marxistas, por exemplo, tem a sua centralidade, quando se resolve discutir economia, por exemplo.

Para Scott (1995), a definição do conceito gênero é dividida em duas partes ligadas entre si e o seu núcleo essencial está baseado na conexão integral entre duas proposições: a primeira é a que coloca o gênero como elemento constitutivo das relações baseadas nas diferenças entre os sexos, sendo esta dividida em quatro elementos relacionados – 1) os símbolos, que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas; 2) os conceitos normativos, que colocam em evidência as interpretações do sentido dos símbolos mencionados antes; 3) a concepção política, legitimada através das instituições (escolas, igrejas, Estado); e 4) a identidade subjetiva. A segunda parte desse conceito é a forma primária de dar significado às relações de poder estabelecidas entre os sexos na sociedade.

Desse modo, Joan Scott define que, para colocar o gênero como uma categoria central nos estudos históricos, esses elementos devem ser considerados a partir da concepção de que esta é uma categoria relacional onde há uma disputa de poder e, colocando o gênero então em evidência a partir dessa perspectiva, outros questionamentos seriam feitos e as diferenças entre homens e mulheres seriam, portanto, evidenciadas e colocadas como parte constitutiva do processo que se busca explicar.

Mais recentemente, os trabalhos de Judith Butler (2014) passam a fazer uma crítica mais profunda ao que ela denomina de regulações de gênero. Segundo ela, gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as normas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Com isso, ela entende que o gênero pode ser o aparato através do qual os termos masculino e feminino podem ser desconstruídos e desnaturalizados. Na medida em que as regulações operam através das normas, elas se tornam momentos chave nos quais a idealidade da norma é reconstituída e sua historicidade e vulnerabilidade são temporariamente excluídas.

Nesse sentido, Martha Giudice Narvaz (2010) ressalta a importância do pensamento filosófico de Derrida e, principalmente, de Michel Foucault nos estudos que trabalham gênero a partir de uma perspectiva pós estruturalista e ressalta a relevância dos trabalhos de Joan Scott e Judith Butler.

A autora ressalta que a complexidade da categoria analítica gênero é fundamental para entender os processos de produção das subjetividades, que não são apenas identidades sexuadas, estabilizadas no binário homens/mulheres, masculino/feminino. Para Martha Narvaz, as subjetividades são complexas, singulares, heterogêneas e, por isso, devem ser desnaturalizadas e problematizadas, mas isso não implica negar a existência de homens e de mulheres enquanto sujeitos empíricos concretos, o que seria impossível, dado que homens e mulheres estão vivendo com suas subjetividades e identidades, vivendo continuamente as diferenças que os demarca. No entanto, não se pode deixar de analisar ou buscar compreender os corpos “desviantes”, aqueles que não se encaixam nas normas estabelecidas sobre o paradigma anterior, pois é nesse desvio que muitas análises podem ter deixado de contar as histórias.

Vale destacar também que a maior parte dos estudos sobre mulher, tem relacionado a opressão feminina com outros fatores importantes, como raça e classe social, principalmente na América Latina, onde alguns autores vêm trabalhando no que consideram a quarta onda do feminismo.

Marlise Matos (2010) argumenta que há uma pressuposição nos estudos de que há uma tendência global feminista baseada numa lógica capitalista que se encaminha a um processo de globalização neoliberal e de ajustes a uma busca de maior justiça social. No entanto, ela salienta que, na América Latina, esta quarta onda é uma fase pós neoliberalismo, em que há uma completa multidimensionalidade da justiça, em que o feminismo milita em várias formas de resistência ao capitalismo, racismo e ao machismo.

Assim, podemos entender que os trabalhos feministas têm se debruçado na compreensão da realidade de modo a destacar as relações entre homens e mulheres estão longe de serem iguais e, para que isso seja alcançado, a maior parte dos trabalhos assumem um discurso de emancipação feminina, obtido a partir da consciência da sua situação de oprimida.

3.2 GÊNERO E RELAÇÕES DE TRABALHO

Podemos destacar que apenas recentemente os estudos sobre gênero começaram a ser discutidos mais seriamente no meio acadêmico e fora dele. O que não significa dizer que não há, antes do século XX, qualquer destaque à mulher ou a sua importância na construção da humanidade, mas significa dizer que tanto o seu papel, quanto a sua voz foram sobrepujadas por uma sociedade patriarcal, em que à mulher cabia o papel de cuidar da esfera doméstica, enquanto o espaço público pertencia aos homens.

Assim, a partir do momento em que os estudos feministas começaram a dar destaque ao papel da mulher na sociedade, bem como rejeitar o determinismo biológico implícito no termo “sexo” e “diferença sexual”, a utilização do termo “gênero” foi usada para ressaltar o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade (SCOTT, 1990).

Para a autora, um dos aspectos mais importantes para aquelas que defendiam a utilização do termo “gênero”, em seu sentido relacional, é de que a pesquisa sobre mulheres seria capaz de mudar o paradigma no seio de cada disciplina. Assim, a introdução de pesquisas sobre mulheres, além de acrescentar novos temas de estudo, acabaria por impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios de trabalho científico existente. Conforme Gordon, Buhle e Dye apud Scott (1990, p. 4): “Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história”.

Para Maria Helena Cruz (2005), no momento atual, de proclamada e dita inevitável globalização, em que discussões acerca das transformações no trabalho têm sido acentuadas em várias áreas do saber a fim de compreender de que forma estas mudanças atingem o conjunto das relações socioculturais e econômicas da sociedade industrializada, é importante retomar uma visão que coloque as desigualdades de gênero no centro das preocupações teóricas e políticas. É a partir dessa análise que será possível entender as formas como o “outro” foi e continua sendo construído social e historicamente.

Assim, Laís Abramo (2007) propõe que o conceito de imagens de gênero seja central nas discussões. Para ela, tais imagens são representações criadas sobre a identidade masculina e feminina que são produzidas social e culturalmente, de modo a determinar as oportunidades e formas de inserção de homens e mulheres no trabalho.

Segundo ela, essas imagens de gênero são fundamentais na constituição de uma “ordem de gênero” (que inclui o trabalho e outras dimensões da vida social) e de uma divisão sexual do trabalho que, ao mesmo tempo em que confere à mulher o papel de cuidar do espaço doméstico, atribui a essa esfera um valor social inferior ao mundo público, que não é reconhecido, inclusive, economicamente. Assim, a mulher acaba por ter menos tempo de se qualificar e profissionalizar de forma a adentrar no mercado de trabalho, como também tem seu trabalho desvalorizado, bem como seu papel na sociedade.

Portanto, fica evidente que as mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos, têm criado uma nova forma de organizar as pessoas e suas relações. No seio dessas mudanças, parece-me difícil deixar de destacar a importância dos estudos sobre a mulher e sua importância no mercado de

trabalho. Ao identificar as diferenças e desigualdades existentes com relação ao trabalho e a forma de encará-lo para homens e mulheres, será possível dar voz aquelas que ainda não foram ouvidas e de analisar de forma crítica a atual realidade para, futuramente, mudá-la, de modo que vivamos em um mundo mais igualitário. Essa me parece ser a visão política de vários(as) autores(as) ao descortinar a história a partir da análise das relações de gênero, classe e raça.

Além disso, é importante destacar que há uma questão numérica importante nessa discussão. Somos minoria apenas quando entendemos que vivemos numa sociedade em que o papel da mulher é constantemente rebaixado em relação ao dos homens, mas ao mesmo tempo, somos maioria quantitativamente em relações aos homens. Os dados do IBGE de 2010 ressaltam que para cada 100 mulheres no Brasil, existem 96 homens, o que significa que somos maioria. Somos maioria também, de acordo com esses dados, no que se refere à escolaridade, mas isso não nos assegurou um maior e melhor (ou ao menos igual) acesso ao emprego com relação aos homens. Basta analisar os dados rapidamente para entender que, apesar de ser maioria e de estar mais qualificada, à maioria das mulheres são relegadas ocupações sem carteira de trabalho assinada ou prestando serviços de empregadas domésticas.

Cristina Bruschini, em 2007, realizou uma pesquisa a fim de identificar e analisar as mudanças nas relações de trabalho das mulheres entre os anos de 1993 e 2005 com base nos dados estatísticos apresentados da Pesquisa Nacional por Amostras em Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir desses dados, a autora conseguiu identificar que entre o fim do século XX e início do século XXI as trabalhadoras brasileiras obtiveram algum progresso no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que persistiram inúmeras condições desfavoráveis.

No que diz respeito à escolaridade – seja a de nível médio, no qual as jovens superam os jovens, seja a de nível superior, no qual as mulheres também são maioria em relação aos homens –, as trabalhadoras mais instruídas passaram a ocupar postos em profissões de prestígio, como medicina, direito, magistratura, arquitetura e mesmo na engenharia, tradicional reduto masculino, bem como cargos executivos em empresas do setor formal (BRUSCHINI, 2007).

No que trata das condições desfavoráveis, a autora identificou que o maior contingente de trabalhadoras, representada por mais de 30% da força de trabalho feminina, continua sendo composto por um grupo de ocupações precárias, dentre elas: empregadas domésticas, das quais 75% sem registro em carteira; e trabalhadoras não remuneradas ou aquelas que trabalham para o próprio consumo e o consumo familiar, principalmente no setor agrícola. Destarte, Cristina Bruschini (2007)

defende que a persistência de traços de segregação se revela também em outras dimensões: na esfera ocupacional, no desemprego mais elevado e nas desigualdades salariais em relação aos colegas do sexo oposto, mesmo quando as condições são semelhantes entre os sexos, como na jornada de trabalho, no nível de escolaridade e outras.

Também não se pode deixar de destacar que um ponto importante no que diz respeito às relações de gênero está intimamente relacionado à quantidade de tempo “gasta”, por essas mulheres, nos afazeres domésticos e pelos cuidados com as crianças demais familiares. De acordo com Helena Hirata (2001), apesar do fato de que o desenvolvimento das tecnologias domésticas facilitou essas tarefas, a divisão sexual do trabalho doméstico e sua atribuição às mulheres continuou intacta, o que nos leva a entender que há uma relação entre o trabalho doméstico e a afetividade, que parece estar no centro dessa permanência.

Reforçando essa lentidão no que diz respeito à mudança com relação ao papel da mulher e sua responsabilidade sobre a vida privada, retomo outra pesquisa realizada por Cristina Bruschini em 1998, quando esta analisa os dados do PNAD em relação aos anos decorridos entre 1985 a 1995, ou seja, dez anos antes que o analisado em sua pesquisa de 2007. Os dados finais desse trabalho apontam, da mesma forma que a última pesquisa, que o contingente de trabalhadoras da época era composto por mulheres mais velhas e casadas. Porém, essas suas novas responsabilidades não as eximiu daquelas ligadas ao ambiente familiar e materno, pois em qualquer que fosse a situação laboral das mulheres entre os anos de 1985-1995, estas eram também responsáveis por múltiplas tarefas associadas à casa, aos filhos e à família em geral.

Para a maioria das pesquisadas, é possível identificar que a sobreposição dos afazeres domésticos e da atividade econômica, sendo o último vital para a sua sobrevivência e a da família, ou para sua autonomia e poder de negociação no grupo familiar, acaba por representar uma enorme sobrecarga. Com isso, a autora destaca que é desta condição de gênero que resulta, para as mulheres, uma posição secundária e discriminada no mercado de trabalho.

Dessa forma, os estudos relacionados ao trabalho da mulher possuem, em sua maioria, uma visão histórica, em que o trabalho feminino sempre foi visto (e continua) como inferior ao trabalho masculino. Antigamente, não era dado à mulher o direito de se capacitar, já que a ela cabia o trabalho de reprodução e não o de produção. No entanto, a partir de um maior aprofundamento da lógica capitalista, a mulher passou a exigir espaço ao mesmo tempo em que o seu trabalho passa a ser também necessário para o sustento da família.

Assim, as mulheres começam a se capacitar e hoje elas já são, em muitos casos, maioria com relação aos homens capacitados. No entanto, o que as pesquisas apontam é que, mesmo com esta maior qualificação da mulher, continua existindo o esforço de reprodução muito fortemente ligado ao trabalho da mulher e, por isso, a mulher que trabalha fora passa a sofrer uma jornada tripla, em que, além do trabalho produtivo, ainda é a principal (e muitas vezes única) responsável pelos cuidados com a casa.

Além disso, dentro das organizações, seu trabalho não é valorizado na mesma proporção que o trabalho dos homens. Muitas são as pesquisas que indicam que é muito mais difícil para uma mulher alcançar os altos postos da organização, sob a visão patriarcal de defendê-las de um trabalho dito masculino.

Assim, a partir dos conceitos acima apresentados, podemos perceber que a sociedade vem passando por um processo de transformação, em que a inserção da mulher no mercado de trabalho tem modificado também as relações sociais da família, na medida em que estas precisam se ausentar de suas tarefas exclusivas de mães e esposas e passam a ser também provedoras do lar.

No entanto, apesar dos avanços e inserção da mulher no ambiente público, a sua relação entre público e privado, aliada às relações de poder estabelecidas por uma sociedade ainda patriarcal, torna o trabalho e a casa, para a mulher, um espaço de constantes lutas por espaço na busca de relações mais iguais entre homens e mulheres.

No que diz respeito aos trabalhos das mulheres em artesanato, isso fica ainda mais evidente, já que a artesã normalmente realiza suas atividades no próprio ambiente doméstico, não havendo uma distinção entre o espaço público com o privado e, ficando ela, submetida aos afazeres da casa e cuidado com os/as filhos/as. Segundo Sônia Lages (2007, p.17), no Brasil colonial, as atividades manuais estavam relacionadas com o fazer feminino e era no trabalho como costureiras, doceiras, fiandeiras, criadas, cozinheiras ou lavadeiras, que as mulheres acabavam por reproduzir os papéis que lhes eram dados tradicionalmente. Sendo estes papéis, nos dias de hoje, ainda reproduzidos, o que faz com que a mulher artesã, enquanto mulher trabalhadora, tenha que lidar cotidianamente com esta ideologia de naturalização de ‘papéis sociais’ sexuados e desiguais.

3.2.1 A Divisão Sexual do Trabalho

Em um dossiê organizado e traduzido por Helena Hirata (1989) sobre uma discussão para o curso: “Tecnologia, processos de trabalho e políticas de emprego”, efetuado no quadro do Programa

de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Daniele Kergoat expõe a necessidade do conceito de divisão sexual do trabalho e sua função heurística. Segundo a autora, os comportamentos humanos só podem adquirir um sentido, se referidos a um conjunto de relações sociais, pois é neste conjunto que sua configuração e movimento constituem a trama da sociedade. Não pensar isoladamente, não imperializar uma relação social, mas esforçar-se para pensar conjuntamente em termos de complexidade e de coextensividade as relações sociais fundamentais da análise de classe e sexo.

Segundo ela, fica evidente nos estudos que as operárias capacitadas estão em piores condições que os operários homens não capacitados, e isso comprova que as relações de trabalho não se desenvolvem num terreno neutro. Ver a comparação homem/mulher sob a perspectiva das relações sociais através da divisão sexual do trabalho permite abordar os dois lados da questão. Além disso, por meio dessa análise, busca-se reestabelecer as relações entre o que tinha sido separado, até então, através de uma definição mais extensiva do trabalho (conceito de trabalho recobrindo tanto o trabalho assalariado quanto o trabalho doméstico) e afastando-o do âmbito exclusivo das relações mercantis.

Além disso, no mesmo debate, Christophe Dejours, ao falar sobre psicopatologia do trabalho, argumenta que a situação das mulheres é diferente dos homens devido ao sofrimento psíquico. Os homens fazem uso da dominação doméstica como forma de se defender contra o sofrimento causado no trabalho, sendo suas vítimas as mulheres e crianças. As grandes organizações exportam formas de organização do trabalho que sofrem resistência em seus países e levam para os países subdesenvolvidos, o que aumenta, nestes países, a violência social.

Alguns outros artigos vêm buscando entender as desigualdades relacionadas à divisão sexual do trabalho a partir de pesquisas descritivas em áreas eminentemente masculinas, como é o caso da engenharia e do direito (LOMBARDI, 2008; BONELLI, 2011) e em áreas nas quais a essência está na luta contra as desigualdades sociais, como é o caso dos sindicatos (ARAUJO e FERREIRA, 2000). Em todos os casos, é nítida a diferença e ainda desigualdade no trabalho entre homens e mulheres, o que ressalta a importância dessa categoria de análise para os estudos sobre gênero.

Maria Rosa Lombardi (2008) apresenta os resultados de sua pesquisa realizada no Brasil e na França entre 2003/2004, onde foram realizadas 33 entrevistas com 7 engenheiros e 26 engenheiras, a autora busca traçar um perfil a respeito das questões do gênero relacionadas a cargos de chefia na área de engenharia. Em seu trabalho, a autora conclui que, para os homens, a ascensão aos cargos mais altos da organização acontece de forma natural e, normalmente, são motivadas ou contam com a contribuição de um grupo de colegas.

Já no caso das mulheres, fica muito claro pelo que foi visto nas entrevistas, que chegar ao topo da hierarquia não é fácil e, dependendo das organizações, é impossível. Todas foram unânimes em identificar que colegas homens, muitas vezes com competências técnicas e de conhecimento menores que as dela, galgam postos maiores na organização, provavelmente pelo fato de serem homens.

Uma outra questão que é apontada pelas entrevistadas diz respeito às características femininas e como elas contribuem para a resolução de conflitos e, que por meio delas é possível crescer profissionalmente. No entanto, ao mesmo tempo, essas características femininas parecem deixar “subir” até certo ponto. Aos cargos mais altos da hierarquia organizacional, parece ser consenso, cabem os papéis masculinos e, caso as mulheres desejem chegar ali, não pode haver características consideradas (e naturalizadas como) femininas, pois elas podem atrapalhar.

Numa outra direção, Ângela Araújo e Verônica Ferreira (2000) mostram o panorama do sindicalismo no Brasil, em especial no que diz respeito à introdução da mulher nessas organizações e a evolução da sua atuação e conquistas, desde os anos 70 até o fim da década de 90. Porém, é importante salientar que, segundo as autoras “As mulheres foram chamadas a participar do sindicato enquanto parte do conjunto de trabalhadores, ou ainda, para reforçar a luta dos homens”. Essa frase é marcante e vem mostrar o que ocorre até hoje nos sindicatos, as questões propostas pelas mulheres, tais como creches, proteção às gestantes e equiparação salarial, são vistas como uma “divisão da categoria”, pois são questões específicas da mulher.

Finalizam, portanto, afirmando que as diversas crises do mundo capitalista têm, cada vez mais, aumentando o número de desempregados, reduzindo o poder de articulação do trabalhador e criando postos de trabalho terceirizados, no setor de serviço, e que exploram cada vez mais o trabalhador. Com isso, não podemos deixar de evidenciar que quem mais vem sofrendo com essas mudanças são as mulheres, que têm perdido lugar, sendo desempregadas e, quando empregadas, exercendo funções mais rotineiras, com alto grau de lesões por esforços repetitivos e ganhando menos que os homens.

Justamente por causa desse viés um pouco mais descritivo e, em alguns momentos, marxista, em que a ênfase se dá na economia de mercado, que Mary Garcia Castro (1992) apresenta uma crítica à forma como o conceito de divisão do trabalho vinha sendo apresentado pelas diversas pesquisadoras feministas. E, por isso, Maria Helena Cruz (2005) reforça que é necessário considerar o uso da força de trabalho das mulheres não somente do ponto de vista da lógica do capital, mas ainda através de processos de dominação social, política e ideológica.

No entanto, apesar da crítica, Mary Castro (1992) aponta que a elaboração de Danielle Kergoat sobre qualificação, em que considera a mulher como socializada, no âmbito da família e por estereótipos sociais sobre gênero, para determinadas ocupações e processos de trabalhos, enriquece o debate sobre divisão sexual do trabalho de várias formas.

Primeiramente, a autora entende que desta forma, o conceito de divisão do trabalho operacionaliza as relações entre reprodução (entendida por um de seus constituintes, a vida na casa/lar) e a produção (vivência das relações sociais no trabalho remunerado). Além disso, possibilita articular divisão sexual do trabalho com divisão sexual da rebelião. Pois Kergoat enfatiza que a luta por autonomia das mulheres seria uma luta de classe e de sexo, na qual as operárias seriam, ao mesmo tempo, aliadas e antagônicas em relação aos operários.

Mary Castro (1992) porém, afirma que a relação entre o que chama de divisão sexual de rebelião e a divisão sexual do trabalho ainda é uma promessa enquanto enfoque de conhecimento.

Passados 15 anos após esse artigo de Mary Castro, Helena Hirata e Danielle Kergoat (2007), tratam da conceituação a respeito da divisão sexual do trabalho também de modo crítico, declarando a necessidade em apresentar as duas visões principais dos trabalhos que tratam sobre o tema. De um lado estão os estudos que tratam de constatar as desigualdades entre homens e mulheres, bem como o acúmulo e soma dessas desigualdades e, do outro lado, os trabalhos, dos quais elas dizem se debruçar, que buscam compreender a natureza do sistema que dá origem a essas desigualdades.

Segundo as autoras, o termo divisão sexual do trabalho é utilizado com mais frequência no discurso acadêmico das ciências humanas e, em especial, na Sociologia. No entanto, é muitas vezes usado de forma que se torna desprovido de qualquer conotação conceitual, e remete apenas a uma abordagem que descreve os fatos, aponta as desigualdades, mas não organiza as informações de forma coerente.

Assim, conceituam, a divisão sexual do trabalho a partir de uma perspectiva de dinâmica social, considerando-a como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 599). Desse modo, divisão sexual do trabalho tem como características: a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, paralelamente a isso, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Ressaltam ainda que, além disso, para ir além do plano conceitual, seria necessário distinguir claramente os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades, que são: o princípio de

separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Segundo elas, esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas e podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista.

Assim, parece-nos importante ressaltar a divisão sexual do trabalho no que diz respeito ao trabalho das mulheres na gestão de organizações de cultura popular, pois estaremos, ao mesmo tempo, trabalhando com questões relacionadas à mulher gestora, à mulher que desenvolve atividades no espaço público e no privado e ainda de que forma essas mulheres são responsáveis por difundir, promover e defender a cultura popular da comunidade nas quais atuam. Para isso, será necessário compreender a sua dinâmica de trabalho e inclusive as diferenças (ou não) na sua forma de atuação em suas organizações em relação aos homens.

O desenvolvimento histórico do conceito de trabalho foi formalmente interpelado nos anos 1970 com o desenvolvimento das pesquisas que introduziram a dimensão sexuada nas análises. É a partir da problemática da divisão sexuada do trabalho e seus conceitos conexos, como o de qualificação, que foram introduzidas a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução. Algumas pesquisadoras do *Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail* – GEDISST e do *Centre National de la Recherche Scientifique* – CNRS, na França, como Danielle Kergoat (2002), propuseram uma reconceituação do trabalho, por inclusão no conceito de trabalho a) do sexo social e b) do trabalho doméstico. Essa reconceituação abrangeu também *o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal*. Isso porque o trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis. Compreende-se que a inclusão da equidade de gênero no trabalho ainda é uma conquista difícil.

A constituição da mulher como sujeito político, deu-se a partir da mobilização destas em torno da democratização do regime militar e questões que atingiam os trabalhadores urbanos pobres. Depois passaram a se organizar em movimentos de mulheres, em que denunciavam não só as desigualdades de classes, mas também passaram a levantar temas específicos à condição de mulher (FARAH, 2004; SANTANA, 2000). Assim, a mulher passa a ser vista como cidadã, que pode interferir não apenas nas relações familiares, mas também no espaço público.

A mulher, no entanto, parece estar cada vez menos presa, exclusivamente, ao espaço doméstico. Hoje em dia ela transita entre os domínios público e privado, o que a torna um ser privilegiado nessa articulação.

Porém, Mary Castro (1997), salienta que os diferentes papéis (masculino/feminino), impostos às pessoas em função do sexo, legitimam relações de poder em um sistema de dominação patriarcal. Portanto, para a autora, para que se entenda o gênero nas organizações, sejam elas as organizações culturais que se pretende estudar, ou o Estado ou empresas privadas, é necessário evidenciar que “[...] as organizações não são assexuadas, têm um sexo: o masculino” (CASTRO, 1997, p.2).

Então, torna-se evidente a necessidade de se pesquisar, mais profundamente as questões de gênero e como estas influenciam a vida do trabalho. Izaura Fischer e Fernanda Marques (2001) trazem as seguintes abordagens:

- a) As relações de gênero possuem uma dinâmica própria, mas também se articulam com outras formas de dominação e desigualdades sociais (raça, etnia, classe).
- b) A perspectiva de gênero permite entender as relações sociais entre homens e mulheres, o que pressupõe mudanças e permanências, desconstruções, reconstrução de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações.
- c) A categoria gênero reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais.
- d) A condição de gênero legitimada socialmente se constitui em construções, imagens, referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas.
- e) As relações de gênero, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder.

Com isso, pode-se compreender a importância que o trabalho da mulher, na gestão de organizações, pode trazer um nível de análise capaz de gerar uma transformação nas relações sociais. Castro (1997), salienta que as mulheres, por estarem livres dos condicionantes do papel masculino, têm muito a contribuir com o seu trabalho em organizações, pois a partir delas, é possível questionar que os valores, ditos como masculinos, são os únicos possíveis no funcionamento dessas organizações.

Além disso, cabe destacar que a gestão da maioria dos bairros periféricos das grandes cidades latino americanas vem sendo realizada por organizações próprias, em que as mulheres exercem um importante papel, tornando-se protagonistas da história daquelas comunidades (CASTRO, 1997).

Assim, o conceito gênero, torna-se uma categoria de análise importante, já que, segundo Maria Helena Cruz (2012), a sua discussão extrapola a análise a respeito da relação masculino/feminino. Esses estudos são capazes de levantar questionamentos que buscam uma maior compreensão acerca de problemas culturais complexos e relações de poder, na medida em que expõe que mulheres e homens já são tratados de forma distinta desde o seu nascimento, em função da sua condição de sexo biológica.

Em especial no caso das mulheres artesãs e que atuam no campo da cultura popular, como é o caso das que foram entrevistadas nesta tese, ainda existem estudos que identificam que essas mulheres trabalhadoras trazem suas experiências marcadas por relações sociais sexuais tradicionais, em que a sobrecarga do trabalho doméstico e cuidados com os/as filhos/as está em suas mãos (BARBOSA, D'ÁVILA, 2014). Márcia Alves da Silva (2014) ainda nos traz que a produção artesanal, exercida pelas mulheres está atrelada a trabalhos que foram (e ainda são!) historicamente separados dos espaços públicos e desconsiderados pela lógica do mercado. Para ela, o artesanato passa por um processo de dupla exclusão, pois entende que 1) é uma atividade que não se adequou à produção industrial em massa (alicerce do capitalismo industrial) por sua característica de trabalho manual e criativo; e 2) foi historicamente relegado, quase de forma exclusiva, às mulheres. Sendo usado como meio fazê-las permanecer no espaço doméstico.

Apesar do fato que as mulheres artesãs estão submetidas ao princípio da separação – em que existem trabalhos de homem e de mulher –, e o hierárquico – em que o trabalho de homem vale mais que o da mulher (HIRATA e KERGOAT, 2008), Vera Lúcia Barbosa e Maria Inácia D'Ávila (2014), entendem é possível que as artesãs, desenvolvam habilidades capazes de criar aptidões que se apliquem à vida social, em que os aspectos e os parâmetros do 'empoderamento' estejam presentes.

Isso é compatível com a proposta de Beat Schneider (2010) que considera a economia solidária (uma forma de montar grupos e comercializar as atividades artesanais) tende a superar as fronteiras existentes entre privado-doméstico e público, pois considera que este é um espaço intermediário e capaz de gerar mais perspectivas que no mercado de trabalho capitalista. Para ela, é assim que as mulheres podem mostrar a sua capacidade de expor ideias, combater os preconceitos de gênero que lhes são direcionados e reivindicar seus direitos, sendo um dos fatores importantes capaz de ocasionar um processo de empoderamento dessas mulheres que fazem parte desse tipo de organização.

3.3 PODER E EMPODERAMENTO FEMININO

Ao trazer a discussão dos estudos feministas, somos capazes de perceber que, apesar de todas as lutas, há ainda uma forte pressão do poder patriarcal em nossa sociedade. Fomos criadas dentro de uma cultura opressora, em que aos homens é dado o direito ao espaço público, enquanto a mulher deve ficar reservada ao espaço privado. Ao sair do espaço privado, por necessidade do sistema econômico capitalista, a mulher deve aceitar os cargos de menor prestígio, aquele que os homens não pretendem assumir ou, em funções iguais, receber menos.

Ao analisar os dados estatísticos de gênero, é possível observar que, apesar de sermos maioria populacional, as desigualdades referentes a gênero e raça são muito evidentes. Laís Abramo (2007) salienta que essas desigualdades devem ser consideradas nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em geral, e, em particular, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza.

Então, discutir a questão da mulher e as diferenças de gênero é pensar, inevitavelmente, em relações de poder. Para Ana Alice Costa (2000), esses problemas relacionados ao poder são as principais barreiras para projetos de desenvolvimento. E esses problemas não se referem exclusivamente a hierarquia funcional ou às esferas de decisão. Fazem parte do cotidiano do trabalho, nas relações entre os técnicos, entre técnicos e a comunidade e dentro da própria comunidade.

[...] a sociedade através de suas instituições (aparelhos ideológicos), da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constroem mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação. (COSTA, 2000, p.38).

Ao discutir, analisar ou implementar uma política pública cultural, no caso específico deste trabalho, é necessário pensar em mecanismos e formas de diminuir as desigualdades existentes entre homens e mulheres, ou seja, de dar maior poder às mulheres (empoderá-las).

Parece-nos então, impossível falar de uma política pública, que pretende dar poderes à sociedade, como é o caso da PNCV, que estamos discutindo, sem levar em consideração a existência de poderes que impedem o pleno exercício das atividades da mulher nesse contexto, em especial, as mulheres em cargos de liderança. Com isso, iremos discutir nesse trabalho os conceitos de

empoderamento, mas especialmente no que diz respeito ao empoderamento feminino, compreendendo-o, como uma das principais categorias de análise desta pesquisa.

Empoderar, segundo o dicionário Aurélio, significa “dar ou adquirir poder ou mais poder”. Apesar de encontrarmos diversos significados para o termo, o fato é que a ele está inevitavelmente associada a questão do poder. E, quando falamos em poder, estamos necessariamente falando em relações. Não existe relação de poder estabelecida de uma pessoa apenas.

Para Marcela Lagarde (apud COSTA, 2010), o poder é a capacidade de decidir sobre a sua própria vida, mas também na vida do outro. Para ela, quem exerce o poder se coloca no direito de decidir sobre castigos, bens materiais ou simbólicos e, dessa posição, domina, julga, sentencia e perdoa, acumulando e reproduzindo esse poder. Sendo assim, é necessário compreender que empoderar, não está relacionado apenas com uma pessoa tendo poder sobre ela mesma, mas em reconhecer o poder que exerce sobre os outros e é exercido por ela. Retomando o trabalho de Paulo Freire, não é possível empoderar, sem antes conscientizar.

Naila Kabeer (1997), por exemplo, afirma que as relações de poder são mantidas porque os vários atores envolvidos nesta relação (sejam eles os dominadores como os dominados), acabam por “aceitar” as versões da realidade social de forma a negar a existência de desigualdades.

Em um dos trechos de seu livro “A Pedagogia da Esperança”, Paulo Freire (1997), em que o autor relata a sua primeira experiência na sala de aula na Zona da Mata em Pernambuco. E no diálogo que ele apresenta, demonstra como, numa conversa com a classe a respeito de conhecimento, os alunos começam a perceber que as diferenças nas oportunidades que eles tinham em relação ao professor não ocorreram porque Deus quis, como assim inicialmente justificaram, mas sim seus padrões. E, com isso, a relação de poder existente anteriormente acaba sendo percebida através da consciência de classe.

Da mesma forma que Ana Cristina Casali Cruz (2008, p. 14), entendemos que o “Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”.

Segundo Ana Alice Costa (2000), o uso do termo “empoderamento” começou a ser usado pelas feministas ainda nos anos setenta, significando “a alteração radical dos processos e estruturas

que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero”. Sendo assim, as mulheres tornam-se empoderadas a partir de ações coletivas e de mudanças individuais.

Cecília Sadenberg (2006) aponta que:

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal.

Para a autora, no caso das latino-americanas, o maior objetivo para o empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Ela argumenta que isso não significa um interesse em acabar com a pobreza, com as guerras etc. Mas que, para nós, “empoderar” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, para que possamos assumir controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (grifos da autora).

Nesse caso, é importante destacar que as relações de gênero devem estar baseadas na busca pela “igualdade entre”, pois ela se apresenta de maneira recíproca e se constitui de forma horizontal entre indivíduos do mesmo nível. Isso é diferente da “igualdade para”, que adota um sentido único e sugere hierarquias ou relações verticais (DEERE e LEÓN, 2002). Então, podemos entender que uma condição prévia para que exista a “igualdade entre”, é o processo de empoderamento, já que é através dele que se pode pensar em uma igualdade com resultados concretos, que vai além da igualdade formal (direitos).

Assim, não podemos pensar em políticas culturais, como no caso desta tese, que não se destaque uma busca pelo empoderamento das mulheres, pois sem isso, não haverá igualdade de gênero e sem essa igualdade, não podemos falar em justiça, nem cidadania ou equidade social. Nesse aspecto apresentamos o quadro proposto por Munique de Oliveira e Temes Parente (2017), onde estas apresentam alguns fatores internos e externos, que podem inibir ou impulsionar o empoderamento das mulheres, tomando por base o trabalho de Emma Zapata Martelo (2003):

Quadro 4 – Fatores Inibidores e Impulsionadores do Empoderamento das Mulheres

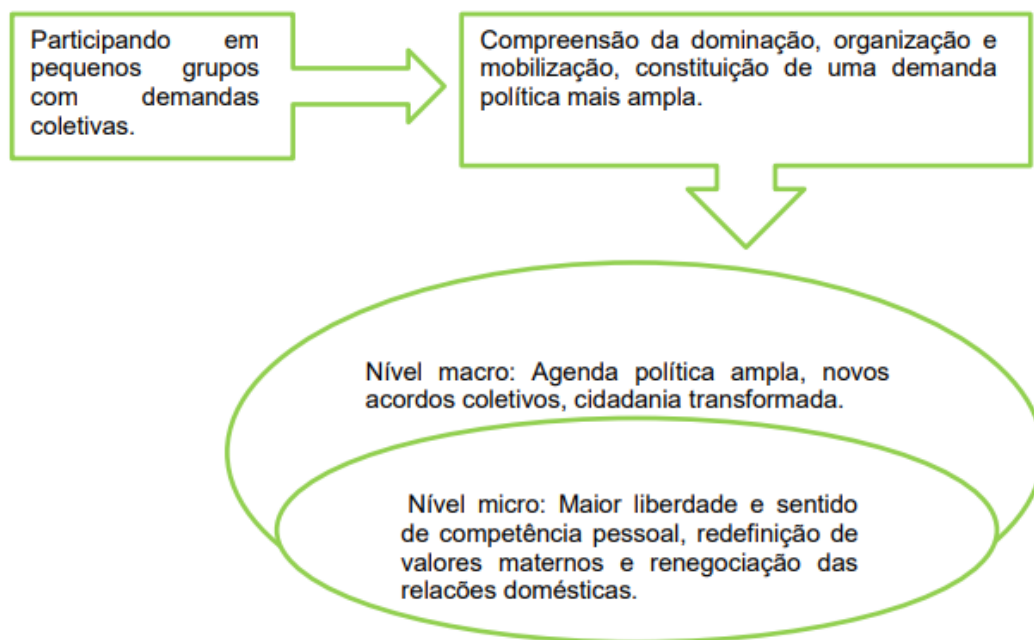
Fatores Inibidores	Fatores Impulsionadores
Responsabilidade doméstica	Poupança suficiente e renda
Opressão	Redes de relações sociais
Dependência econômica	Desenvolvimento do conhecimento
Falta de apoio	Informação
Falta de formação	Confiança e autoestima
Falta de uma participação maior	Reforço das competências
	Desenvolvimento de liderança

Fonte: OLIVEIRA, PARENTE (2017, p. 15)

Com base neste Quadro, é possível identificar que, nesta caminhada por se sentirem empoderadas, as mulheres artesãs podem apresentar, a partir do relato de suas experiências, diversos fatores que podem contribuir (impulsionar) ou dificultar (inibir) esse processo. Sendo assim, buscaremos compreender o empoderamento não apenas a partir apenas do tomar consciência de si, mas também com os usos que se faz a respeito dessa tomada de consciência e, ao mesmo tempo, faremos essa análise a partir da política pública cultural que, em seu discurso, tem o objetivo de empoderar essas organizações aprovadas pelos editais. Acreditamos que isso só é possível a partir do conhecimento do espaço social em que esta organização atua, bem como o conhecimento dos diversos agentes que compõem o seu funcionamento.

Além disso, destacamos também a proposta de Katiane Oliveira (2017), baseada em Cristina Bruschini, quando elabora a Figura 1, em que são dispostas as fases do empoderamento feminino a partir de sua participação em pequenos grupos com demandas coletivas, que pode ser criados ou beneficiados por políticas públicas, como o exemplo desta tese.

Figura 1 – Fases do Empoderamento Feminino



Fonte: (OLIVEIRA, 2017).

Nesta Figura, percebemos que a participação das mulheres nesses grupos, acaba por fazê-las compreender a dominação que as oprime e, com isso, passarem a se organizar de forma a conseguir maior uma demanda política em que, no nível macro, acabe atuando sobre uma agenda política mais ampla, acordos coletivos ou alterações na forma de se enxergar a noção de cidadania. Mas também desempenham ações de mudanças em nível micro em que lhes dá maior liberdade e um sentido de competência pessoal, onde valores maternos e a renegociação das atividades domésticas começam a ganhar espaço.

Para Bourdieu (2001), como já passamos por uma época em que não se queria reconhecer o poder nas situações em que ele existia, tentando dissolvê-lo através da observação de que ele está em toda parte e em parte nenhuma, é preciso descobri-lo onde ele menos salta aos olhos, onde ele é mais completamente ignorado ou reconhecido: no poder simbólico. Segundo ele, este poder invisível “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (p.8).

Portanto, partimos para o que Stewart Clegg e Cintia Hardy (1998) consideram uma visão crítica sobre o poder, e recorremos ao trabalho de Pierre Bourdieu (1996), que identifica que a noção

de sociedade é substituída pela noção de campo e de espaço social, e que estes só podem ser compreendidos através da identificação do princípio gerador que funda diferenças na objetividade – a estrutura de distribuição de formas de poder (tipos de capital) eficiente no universo social considerado, e que estes variam de acordo com lugares e momentos.

As lutas inerentes aos campos sociais, e a consequente mobilização dos tipos de capital (de poder), ocorrem pela existência de interesses em jogo. Interesse é “estar em”, é participar, é admitir que o jogo merece ser jogado e que os atores envolvidos existem na relação com um espaço social no interior do qual certas coisas são importantes e outras são indiferentes para os agentes socializados, constituídos de maneira a criar diferenças correspondentes às diferenças objetivas nesse campo. Ao mesmo tempo, querer fazer parte das mudanças na estrutura de poder em um campo é ter em comum com os componentes a concordância com o fato de que “vale a pena lutar a respeito das coisas que estão em jogo no campo”, “o essencial do que é tacitamente exigido por esse campo, a saber que ele é importante” (VIEIRA e MISOCKZKY, 2000, p.11).

Dessa forma, para se analisar o campo do poder existente no espaço social em que operam as diferenças de gênero existentes no campo da cultura popular, acredito ser necessário analisar as disputas entre os diferentes grupos que compõem o campo e, por estarmos falando em campo cultural, entendemos ser importante descrever o que entendemos por cultura popular nesta tese e, ao mesmo tempo, trazer a relação entre cultura popular e educação.

3.4 CULTURA POPULAR

Ao utilizar o termo cultura, no seu sentido mais amplo, podemos identificá-lo como a expressão de toda a ação humana. Por ser um conceito demasiado abrangente, ele possibilita uma série de usos nas mais diversas áreas de estudo. É comum perceber discussões acerca da cultura em ciências como a filosofia, a antropologia, a sociologia e a história, mas também é notável o uso desse termo nas nossas discussões diárias e mesmo em outros ramos da ciência que não estão diretamente relacionados com a atividade humana como, por exemplo, a biologia. Porém, ao tomarmos por base as atividades culturais, mais especificamente, estamos nos referindo de modo mais direto, às ações que constroem a identidade dos agrupamentos humanos. Entender a cultura por meio das expressões de um povo é, de certa forma, garantir a preservação de tradições, costumes e história da humanidade.

Sendo a cultura um “vasto celeiro de significações” (MITCHELL apud WARNIER, 2000) e consolidado ao longo do tempo por vivências individuais, ao sofrer as influências do processo de mundialização e da massificação de sua simbologia, incorpora as contradições inerentes a estas transformações. A mundialização da cultura prolifera por meio do processo de difusão no qual uma entidade cultural sai do seu local de origem, é adotada em outra comunidade e, através da aculturação, é reinterpretada pela sociedade que a recebe e altera seu significado original. Essa aculturação, segundo Serge Latouche (1994), pode significar etnocídio e violência cultural sobre as culturas locais.

Mas afinal, o que se entende por cultura popular?

Para Nestor Canclini (1992), a cultura deve ser vista como um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, através do qual é elaborada e construída a hegemonia de cada classe. Para ele, as culturas populares podem ser vistas como resultado de uma apropriação desigual do capital cultural, a elaboração específica das suas condições de vida e a interação conflituosa com os setores hegemônicos.

Vivian Catenacci (2001) aponta que inúmeras são as obras produzidas a fim de discutir ou reivindicar uma concepção acerca da cultura popular, vista pela autora como, ao mesmo tempo, produto de um contexto determinado e de um diálogo sobre as questões colocadas por este contexto. Analisa então a cultura popular a partir de uma abordagem multidisciplinar, que insere nessa discussão a concepção de povo e seu poder/saber; e a compreensão dos conceitos tradição/transformação como complementares.

Nestor Canclini (1997) levanta a necessidade de desconstruir o popular, a fim de reconstruir esse conceito já que, segundo o autor, a história do popular sempre foi relacionada à história dos excluídos, que não possuem patrimônio ou não conseguem fazer com que sua versão seja reconhecida e conservada. Para ele, a crise atual de investigação do conceito do popular se dá pela forma desconectada que os paradigmas são construídos nas Ciências Sociais.

A importância do trabalho de Paulo Freire está vinculada não só a sua teoria, mas a sua práxis. O seu pensamento foi focado em seus estudos, mas também no trabalho desenvolvido junto ao Movimento de Cultura Popular em Recife. Para ele, o indivíduo deveria de reconhecer sua presença no mundo e, pela assunção crítica desta presença, compreender que não apenas está no mundo, mas com o mundo.

Para Paulo Freire (1981), faz parte da natureza humana a possibilidade de transformar o mundo através de seu trabalho, de “dizer” o mundo e de expressá-lo e expressar-se. Assim, quando o homem não compreende, não dá a devida importância ao fato de que, transformando a realidade natural com seu trabalho, ele cria o seu mundo. Mundo da cultura e da história que, criado por ele (pelo homem), sobre ele se volta, condicionando-o. “Isto é o que explica a cultura como produto, capaz ao mesmo tempo de condicionar seu criador” (FREIRE, 1981, p. 27).

Um dos documentos do Movimento de Educação de Base, que se propõe a conceituar cultura, diz que:

É em sua condição de ser social que o homem realiza a cultura. Integrado em grupos sociais, definidos segundo características determinadas, o homem se faz agente da cultura, criando e transmitindo a outros homens os elementos criados. A própria estrutura social é expressa e modifica, através do tempo, como forma de cultura (MEB apud BRANDÃO, 2009, p. 15).

No entanto, o fazer cultura pode estar subordinado a um domínio político direto, de modo que as instituições hegemônicas exerçam poder social e simbólico sobre a vida cotidiana, o que cria um controle difuso, exercido por uma “cultura dominante” (que os autores denominam de cultura erudita) sobre uma múltipla “cultura dominada” (ou cultura popular).

Com isso, podemos dizer que a cultura popular, subordinada ao domínio da cultura erudita seria expropriada daquilo que pudesse para o povo a sua realidade de vida, tal como ela é. Assim, os diferentes setores das classes populares acabam por reproduzir como sua, uma cultura mesclada e situada fora do eixo da identidade das classes populares. E passam a produzir uma cultura politicamente dominada e externa ao processo social de gestão do poder. “Uma cultura, enfim, simbolicamente alienada e colocada aquém e além de uma consciência crítica” (BRANDÃO, 2009, p. 20).

Daí a importância do trabalho pedagógico de Paulo Freire, que buscava, continuamente, dar condições para que esse povo pudesse analisar criticamente a sua realidade e, ao se enxergar enquanto povo dominado e excluído, com consciência da sua realidade e do seu papel, lutar contra a ordem social hegemônica que lhe é imposta. É necessário, a partir dessa pedagogia, dar o “armamento” necessário para que o homem possa pensar de forma livre.

Nos livros de Paulo Freire, observa-se também uma importância em fazer o educador entender como deve ser desenvolvido o processo de aprendizagem. Nas páginas dos seus livros, é possível

compreender a discussão teórica sobre temas como ação cultural, sociedade em transição, educação e política entre outros. No entanto, um fator que se destaca é o fato de, em alguns momentos, haver uma preocupação em dar subsídios ao educador para que o mesmo possa atuar junto a esse povo e seja, ao mesmo tempo, capaz de se colocar no papel de educando de uma cultura que não é sua, mas do aluno. É como ele próprio fala no trecho de esclarecimentos do seu livro *Educação Como Prática de Liberdade*: “Todo o empenho do Autor se fixou na busca desse homem-sujeito que, necessariamente, implicaria em uma sociedade também sujeito” (FREIRE, 1967, p. 36).

Para Freire (1981), toda prática educativa envolve, necessariamente em uma postura teórica por parte do educador. Esta postura está relacionada a sua concepção dos seres humanos e do mundo. E não poderia ser diferente, já que o processo que nos orienta no mundo, envolve não só a associação de imagens sensoriais, mas também pensamento-linguagem; desejo, trabalho-ação transformadora sobre o mundo, de que resulta o conhecimento do mundo transformado. Este processo de orientação dos seres humanos no mundo, segundo o autor, só pode ser realmente compreendida na unidade dialética entre subjetividade e objetividade.

Com isso, assume-se que a educação deve ter um papel ativo, a fim de dar voz aos oprimidos, dando-lhes a oportunidade de refletir, de forma crítica, sobre problemas objetivos que envolvam a sua realidade. Segundo Carlos Brandão (2009), é aí que se encontra o lugar ativo da educação entre os movimentos de cultura popular e a sua integração com instituições dedicadas propriamente à educação popular.

Percebendo o trabalho de Paulo Freire, a cartilha elaborada pelo Movimento de Educação de Base (apud BRANDÃO, 2009, p. 20), aponta que:

Assim sendo, pretende a participação de todos na elaboração da cultura da sociedade em que vivem, bem como, e principalmente, na apreensão e na criação do sentido da cultura, isto é, do que a cultura significa para os homens dessa sociedade. A Cultura Popular, portanto, está vinculada a uma ação que não pode estar desligada do povo, isto é, dos grupos sociais que, por condicionamentos econômicos, políticos e sociais – e especialmente por condicionamentos culturais – estão marginalizados da cultura. [...] Sendo assim, pode-se dizer que Cultura Popular não é um fenômeno neutro, indiferente. Ao contrário, nasce de um conflito e nele desemboca, pois ela existe e se apresenta sempre em termos de libertação, de promoção humana, no sentido mais amplo.

A partir da fala de Carlos Brandão, que trabalhou ativamente na década de 60 no Movimento de Educação de Base, o mesmo interpreta que, nesta época, o sentido da ação social dado à cultura

popular foi ampliado através dos “movimentos” dos anos 60, já que passou a ser compreendida com um que fazer como um trabalho político através da cultura. Assim, a educação popular estava relacionada ao “fazer cultura popular”, e significava estabelecer diálogos com sujeitos e coletividades populares para, através deles, transformar a consciência das pessoas e torná-las autores críticos e criativos de suas culturas, a fim de romper com a ordem vigente para construir uma sociedade mais igual e livre (BRANDÃO, 2009).

Renalvo Silvio e Edvaldo Santos (2013) possuem uma visão um tanto pessimista a respeito dessa realidade e dizem que, apesar da luta travada por Paulo Freire na década de 60 e depois disso, as novas propostas curriculares, planos educacionais, reformulações em lei, além dos modismos pedagógicos e modalidades de ensino estão sendo organizadas com muita tecnologia e pouca humanidade. Com isso, a educação brasileira, para os autores, impede o crescimento da intelectualidade dos educandos, sobretudo, dos filhos das classes trabalhadoras, que permanecem dominados.

Com isso em mente, temos que compreender que o Estado, em sua essência, está continuamente tentando manter o seu status quo, o que irá manter seus dirigentes em sua posição de dominação, o que torna contraditório esperar que venha desse Estado e de suas instituições formais o caminho para uma pedagogia libertadora, como o próprio István Mészáros alerta. Assim, é preciso pensar em locais diferentes da escola para trabalhar essa conscientização do oprimido acerca do seu papel no mundo. E o campo da cultura parece ser fecundo para esse intento.

Carlos Brandão (2009) argumenta ainda que, nos dias atuais, iniciativas governamentais, como o programa dos Pontos de Cultura, do Ministério da cultura, poderiam representar algo a ser aperfeiçoado e difundido, já que a sua lógica está baseada em deixar com que a própria comunidade se aproprie do que entende como importante culturalmente e gerencie suas próprias iniciativas, com algum subsídio governamental. No entanto, como já dissemos anteriormente, qualquer alternativa que leve em consideração o Estado (e como não pensar nele?) esbarra no exercício real e concreto do reconhecimento de direitos autorais dos criadores populares de cultura, individuais ou coletivos, e ao mesmo tempo, na verdadeira possibilidade de emancipá-los.

Dito isto, pretendemos destacar o caráter transformador da Política Nacional Cultura Viva, em destaque, das ações realizadas pelos Pontos de Cultura em suas comunidades. É possível perceber que há, na proposta do projeto inicial dos Pontos de Cultura, uma ligação com os Círculos de Cultura

Popular de Paulo Freire, isso inclusive é afirmado por Célio Turino em um de seus artigos na página da REDE em 2013 (TURINO, 2013).

Os Círculos de Cultura eram, para Paulo Freire (1921-1997) um espaço em que se ensinava e aprendia dialogicamente, de forma que não havia espaço para a transmissão do conhecimento, mas para a construção do saber do educando a partir de suas próprias hipóteses e visão de mundo.

Teoria e denúncia se fecundam mutuamente do mesmo modo que nos círculos de cultura, o aprendizado ou a discussão das noções de “trabalho” e “cultura” jamais se separa de uma tomada de consciência, pois se realiza no próprio processo desta tomada de consciência. E esta conscientização muitas vezes significa o começo da busca de uma posição de luta. (FREIRE, 1997, p.8)

Em seu livro, *Educação como Prática da Liberdade*, Paulo Freire (1921-1997) aponta que o seu principal desafio educativo se deu a partir de uma análise da sociedade brasileira e sua realidade histórica. Para ele, poderia se optar por manter uma educação que evidenciasse uma sociedade sem povo, comandada por uma “elite” que aliena, minimiza e deixa o homem simples sem consciência desta minimização, ou por uma nova sociedade, em que o homem e o povo fossem sujeitos de sua própria História. Seu estudo partia de uma “[...] opção por uma sociedade que se ‘descolonizasse’ cada vez mais.” (FREIRE, 1967, p. 35). E assim, a educação deveria ser uma força de mudança e de libertação.

No trabalho desenvolvido junto ao do Movimento de Educação de Base (MEB), movimento de cultura popular (MCP) e o Centro Popular de Cultura (CPC), tomou-se como pressuposto que Educação e cultura eram instrumentos de transformação social, e passaram a ser pensadas, propostas e praticadas a partir das condições das classes subalternas e da visão de mundo das classes populares. Para Karen Maciel (2011), foi neste momento que Paulo Freire trouxe o instrumental para se pensar em uma educação que proporcionasse a conscientização do analfabeto, da libertação “do oprimido que hospeda o opressor” através da cultura popular.

Para Istvan Mészáros (2008), a educação se tornou um instrumento para fornecer conhecimento e pessoal necessário ao sistema produtivo que surgiu a partir do capitalismo, além de ser por meio dela (da educação) que são transmitidos os valores que legitimam os interesses dominantes. Assim, a natureza da educação estaria, segundo ele, vinculada ao destino do trabalho.

Isso não é diferente quando tratamos dos Pontos de Cultura. Apesar do caráter libertador e democrático, já mencionado anteriormente, algumas pesquisas são mais céticas no verdadeiro sentido do pensar a cultura em seu caráter antropológico, que foi propagado pelo MinC no momento de implementação da atual política cultural. Nos discursos do Plano Nacional Cultura Viva, há uma compreensão de que a cultura deve estar articulada em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

Daniel Ouriques Caminha (2013) conclui, em sua análise acerca dos discursos de Gilberto Gil e Juca Ferreira, Ministros da Cultura durante o governo Lula, sendo que o último foi ministro também no segundo mandato de Dilma, que no plano do discurso oficial do MinC, desde 2003 a função do Estado reaparece como uma força relevante como condutor de políticas públicas e interventor no sentido de corrigir as injustiças de uma sociedade baseada no livre mercado. Assim é construída, nesse período, uma concepção de Estado social no discurso do Ministério da Cultura, percebido através da intensificação de políticas culturais voltadas aos segmentos historicamente excluídos.

Daniel Caminha (2013) ainda ressalta que é o reconhecimento da existência desses segmentos, de sua cultura e suas manifestações artísticas que tornam possível que este Estado social possa trazê-los à institucionalidade, dando a aparência de que esse Estado está ao lado dessas classes. No entanto, ao interpretar os discursos, o autor demonstra que, se por um lado, novas alianças são constituídas, por outro, as mesmas elites ainda são as produtoras do consenso e do poder de direção da sociedade. Se por um lado, há uma rearticulação de um discurso de inclusão social através da cultura, por outro, a mídia de massa ainda é controlada por um número reduzido de famílias, o que o leva a questionar se o projeto hegemônico dos governos petistas caminhou realmente para a consolidação de uma democracia real dentro dos limites da lógica do mercado e dos interesses do capital.

Não podemos deixar de lado a compreensão de que as políticas públicas nacionais, regionais e locais se articulam com o discurso de organismos transnacionais em movimentos fronteiriços que favorecem a reconstrução de imaginários culturais (NUNES, 2011).

O Plano Nacional de Cultura está sendo elaborado, portanto, em um contexto político em que ganham força várias iniciativas voltadas ao fortalecimento de relações internacionais mais solidárias, com as quais o Brasil deve dialogar e contribuir. Pois estas articulações são imprescindíveis para lidar com uma conjuntura de tensão entre o local e o global, que expressa problemas e oportunidades inéditos (BRASIL, 2016).

Assim, ao analisarmos a atual situação do Brasil e do mundo, podemos perceber que a cultura e as organizações que atuam nesse universo, aparecem como prioridades das agendas de discussão dos fóruns nacionais e internacionais, o que pode elevar os níveis de disputa de poder entre os atores envolvidos nesse campo. Não podemos deixar de observar que há uma construção de discursos que atrelam o sentido de cultura popular a desenvolvimento econômico, tornando o cultural em mercadoria.

3.5 AS TEORIAS DE BOURDIEU SOBRE RELAÇÕES SOCIAIS E PODER SIMBÓLICO

Pierre Bourdieu não trabalhou diretamente com um conceito de gênero. No entanto, o seu estudo a respeito do androcentrismo da sociedade passa por um trajeto em alguma medida similar ao das autoras feministas até então discutidas. Em “A Dominação Masculina” (BOURDIEU, 2012), ele enfoca as relações de gênero, embora não dialogue com a produção feminista, levantando questões importantes acerca de quais os mecanismos históricos responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes nas sociedades contemporâneas.

A partir daí, apresenta seu conceito de *habitus*, que é um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano, o que torna homens e mulheres prisioneiros dessa dominação. As mulheres, por um lado, tornam-se cúmplices, segundo ele, dos seus opressores, já que estas permitem a opressão, mesmo quando podem se rebelar. Os homens, por outro lado, tornam-se reféns da sua própria dominação, já que esta exige um padrão constante de comportamento relacionado à força, virilidade e ação, a fim de não ser chamado de afeminado.

Assim, Bourdieu apresenta um modelo em que demonstra que características ditas masculinas, são mais valorizadas na sociedade ao longo dos anos, enquanto que as características que se resolveu determinar da mulher são, do outro lado, desvalorizadas.

Como todos os trabalhos de Pierre Bourdieu, o mesmo tenta apresentar que o campo é formado por meio de um jogo, no qual os agentes (homens e mulheres) jogam a fim de determinar seus espaços e que, neste campo, determinados tipos de capital são considerados os mais importantes. No caso

específico da dominação masculina, há um capital simbólico que representa o ser homem que não é dado à mulher.

Assim, a fim de manter a relação de dominação, o homem se utiliza, principalmente, de uma violência simbólica contra a mulher, desvalorizando-a e fazendo com que a mesma permaneça no lugar que lhe cabe, que é submetida ao homem.

Apesar das duras críticas recebidas de diversas feministas, que alegam, inclusive, que no campo científico, pelo fato dele ser homem, ele acabou passando por cima de diversos estudos e análises já feitas por outras feministas antes dele e que, da mesma forma que ele chegou a tais conclusões, outras feministas já tinham feito antes e, mesmo assim, ele silenciou suas vozes ao não citá-las em seu trabalho.

Além disso, podemos destacar que há uma discussão acerca da permissão ou não da mulher nessa relação. A violência simbólica é uma marca importante dessa dominação, e é importante destacar, inclusive, que essa violência também é cometida de mulher para mulher. Um outro ponto, que o próprio autor salienta também é o fato de que evidenciar a violência simbólica não exclui a violência física que, certamente as mulheres sofrem cotidianamente. No entanto, alega ele, quando a violência é física, é mais fácil se rebelar. No entanto, a violência simbólica acaba aprisionando a mulher de forma que ela acaba, aceitando o seu papel e, de forma sutil, acaba legitimando a violência física.

Parece importante recorrer à teoria de campo social de Bourdieu com o intuito de ter um conhecimento acerca dos principais atores que compõem o espaço onde o jogo está sendo jogado, onde as disputas de poder se entrelaçam e os diversos tipos de capitais são evidenciados na construção desse campo, pois acredito que é a partir desse conhecimento que é possível criar formas de resistência e luta para que haja uma transgressão da ordem que está consagrada por meio do *habitus*, para utilizar termos do próprio autor. Assim, vamos compreender melhor a discussão de Bourdieu a respeito do poder simbólico, *habitus* e como esses conceitos se entrelaçam para discutir a relação entre Estado e organizações culturais.

A fim de expressar a articulação dialética entre objetivismo e subjetivismo, que está presente em sua teoria, ou seja, a articulação entre estruturas mentais e sociais, Pierre Bourdieu, para classificar os seus trabalhos, utilizou-se do termo “construcionismo estruturalista” (ou estruturalismo construcionista). Dessa forma, procurou superar o velho subjetivismo que reinava nas ciências sociais (MISOCZKY, 2002; MADEIRO, 2004). Com isso, parte contra uma leitura “substancialista” de análises que se querem estruturais (ou relacionais), pois, segundo ele, tais leituras consideram cada

prática ou consumo em si e por si mesmas, independente das práticas intercambiáveis, concebendo a correspondência entre as posições sociais ou as classes) e os gostos ou práticas como uma relação mecânica e direta (BOURDIEU, 2005b).

Para ele, é preciso cuidar para que as propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer não sejam transformadas em propriedades naturalizadas como suas num dado momento, a partir de sua posição em um espaço social determinado e preso a uma situação de oferta de bens e práticas possíveis. Dito de outra forma, o autor considera que as práticas ou consumo de uma determinada sociedade são relacionais entre si e entre o momento histórico e posições sociais de cada sociedade.

Dessa forma, elabora que a primeira condição para a adequada análise da relação entre *posições sociais*, *disposições (habitus)* e *tomadas de posição* é compreender as “escolhas” que os diferentes agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática. Determina que essa ideia de diferença está presente na própria noção de *espaço social*, que é construído de tal forma que os agentes ou grupos são distribuídos em função de sua posição de acordo com dois princípios de diferenciação que, segundo ele, em sociedades mais desenvolvidas, são os mais eficientes – o capital econômico e o capital cultural. O que vem a corroborar com os estudos de Weber que as relações de poder estão condicionadas tanto à posição dos grupos em relação ao monopólio, ou não, dos meios de produção (capital econômico), quanto à posse de conhecimento das operações (capital cultural).

Destarte, Bourdieu (2005b) considera que para cada classe de posições, corresponde uma classe de *habitus* que é produzida a partir de um corpo estruturante, que incorporou as estruturas (historicamente construídas) imanentes de um mundo, ou de um campo, e que estrutura a percepção e ação nesse mundo (MISOCZKY, 2002). Os *habitus* são, portanto, os princípios que promovem as práticas distintivas e distintas, e que tem a função “de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (p.21).

Mas o essencial é que, ao serem percebidas por meio dessas categorias sociais de percepção, desses princípios de visão e de divisão, as diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões expressas tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira *linguagem* (BOURDIEU, 2005, p.22) [grifo do autor].

Dessa forma, os sistemas simbólicos (a arte, a religião, a língua), enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados

(passíveis de uma análise estrutural). No entanto, não basta perceber que as relações de comunicação são, sempre, relações de poder que dependem do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nessas ações, permitindo-lhes acumular poder simbólico (BOURDIEU, 2001). Afinal,

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição e de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (p.11).

Assim, complementa ressaltando que as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas em uma luta propriamente simbólica, com a finalidade de impor uma definição de mundo social que seja mais consonante com seus interesses e, impondo-a no campo das tomadas de posições ideológicas, reproduzindo então, de forma transfigurada, o campo das posições sociais³.

Então, os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de que as relações de poder que nele se exprimem só se manifestam de forma irreconhecível de relações de sentido. Em outras palavras, o poder simbólico, forma transfigurada e legitimada das outras formas de poder, só se exerce se for ignorado como arbitrário. O poder simbólico é definido, portanto, numa (e por meio de uma) relação determinada entre aqueles que exercem o poder e aqueles que lhes estão sujeitos, “capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 2001, p.15).

Deste modo, vem salientar que a posse de um determinado tipo de capital, por uma determinada classe social, é capaz de configurar a estrutura das relações constitutivas do campo, cumprindo assim a função de legitimar uma ordem estabelecida a partir do momento em que a manutenção da ordem simbólica irá contribuir diretamente para a manutenção da ordem política. Por outro lado, a classe para a qual é imposta uma visão de mundo (a classe dominada) só conseguirá afetar essa ordem política através da subversão política da ordem simbólica estabelecida (BOURDIEU, 2005a).

Em “Razões Práticas”, livro lançado em 1994 e traduzido para o português em 1996, em que propõe um retorno reflexivo sobre os fundamentos de suas pesquisas em trabalhos anteriores,

³ As tomadas de posição ideológica dos dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar dentro da classe e fora da classe a crença na legitimidade da dominação da classe (BOURDIEU, 2001, p.11).

Bourdieu apresenta os motivos que o levaram a introduzir no léxico da sociologia as noções de espaço social e campo de poder. Para ele, a noção de *espaço* possui o princípio de apreensão *relacional* do mundo social, em “que toda a ‘realidade’ que designa reside na *exterioridade mútua* dos elementos que a compõem” (BOURDIEU, 2005b, p.48). Os indivíduos ou grupos existem e subsistem enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível, é a “realidade mais real” e princípio real do comportamento desses indivíduos ou grupos.

Sendo assim, para ele, o objetivo principal da ciência social não é o de construir classes, mas de um grupo e da força real ou virtual que ele pode dar àqueles que o expressam e o constituem como grupo. Portanto, ao falar em espaço social, pretende fazer desaparecer o problema da existência ou não das classes (sem, no entanto, negar o essencial daquilo que os defensores da sua noção acreditam afirmar através dela, a *diferenciação social*). Acredita que as ciências sociais não devem se preocupar com a construção de classes, mas de espaços sociais nos quais as classes possam ser recortadas a fim de *construir e descobrir* o princípio de diferenciação capaz de reinventar teoricamente o espaço social observado. Afinal, para ele, todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, ou seja, como estruturas de diferenças que não podem ser verdadeiramente compreendidas senão através da construção do princípio gerador dessas diferenças: a estrutura da distribuição da forma de poder ou dos tipos de capital tidos como eficientes no universo social considerado (e estes irão variar dependendo do local ou momento).

Desse modo, considera que o espaço social global é um *campo*. Na sua concepção, o conceito de campo está relacionado a um campo de forças, em que as necessidades se impõem aos agentes envolvidos, e a um campo de lutas, em que os atores se enfrentam, possuindo meios e fins diferenciados, conforme a sua posição na estrutura do campo de forças e, nessa luta, acabam por contribuir para a conservação ou transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 2005b).

Ao tratar da gênese desse conceito, Bourdieu (2001) explica que, ao reinterpretar, numa perspectiva relacional, a análise de Weber sobre religião, identificando nela uma série de conceitos retirados na economia, percebeu a existência de propriedades gerais, válidas nos diferentes campos, que a teoria econômica assinalou, mas sem dela possuir o adequado fundamento teórico. Assim, define que não é a transferência que está na origem da construção do objeto, mas, pelo contrário, a construção do objeto é que exige a transferência e a fundamenta, tratando-se de analisar os usos sociais da língua e obriga que se pensem as relações de permuta linguística como quaisquer outros mercados que se especificam segundo a estrutura das relações entre os capitais linguísticos ou

culturais dos interlocutores ou dos seus grupos.

Com isso, a fim de apreender o ponto de vista de onde são captadas as visões e perspectivas do campo intelectual, por exemplo, percebeu que era necessário romper com a constituição de campo intelectual como um sistema de posições predeterminadas que abrangem um mercado de trabalho, classes de agentes providos de propriedades (socialmente construídas) de um tipo determinado. Nesse caso, acrescenta que é necessário indagar o que as diferentes categorias de artistas e escritores, de uma determinada sociedade, em uma dada época, deviam ser do ponto de vista do *habitus* socialmente construído e que foi capaz de lhes dar a condição para que ocupassem as posições que lhes eram oferecidas por um determinado estado do campo intelectual e, assim, adotar algumas tomadas de posição estéticas ou ideológicas objetivamente vinculadas a essas posições (BOURDIEU, 2005a).

Bourdieu (2005b) apresenta que, ao buscar compreender alguns efeitos estruturais no campo artístico, criou a noção de campo de poder que, segundo ele, não pode ser confundida com campo político, pois não é um campo como os outros. É “o espaço das relações de força entre os diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão” (p.52). Domina o campo aquele conjunto de agentes ou instituições que possuem uma quantidade específica de capital (principalmente o econômico ou cultural), que os torna capazes de ocupar posições dominantes no interior de seus campos respectivos através da consagração ou transformação da “taxa de câmbio” entre os diferentes tipos de capital, e também por meio do poder sobre as instâncias burocráticas que podem alterá-la por meio de medidas administrativas.

Para se pensar um Estado, é necessário que sejam colocados em questão todos os pressupostos e pré-construções que estão inscritas na realidade que se trata de analisar e no próprio pensamento dos analistas. (BERNHARD apud BOURDIEU, 2005). Assim, do ponto de vista metodológico, romper com esses pressupostos e pré-construções sobre o Estado é uma tarefa difícil, porém necessária, pois as verdadeiras revoluções simbólicas são, para Bourdieu (2005b), aquelas que ofendem o conformismo lógico e, dessa forma, dar início a uma repressão impiedosa que promova um atentado contra a integridade mental.

Apresenta que é no domínio da produção simbólica que a influência do Estado se faz sentir, pois as administrações públicas e seus representantes produzem os problemas sociais e a ciência social, ao tomá-los como sociológicos, apenas os ratifica. Assim, surge a maior dificuldade ao se analisar a questão do Estado, grande parte dos estudos consagrados a esse objeto participam, de

alguma forma, da sua construção e, desse modo, da sua própria existência. Ao longo da história, o que tem percebido é que os programas de ação política que pretendem impor uma visão do Estado estão fundados sob uma visão que vai ao encontro dos interesses e valores associados à posição ocupada por aqueles que os produzem no universo burocrático em vias de constituição. Ou seja, a ciência social é, em si, desde a sua origem, parte integrante do esforço de construção da representação do Estado e que faz parte da própria realidade do Estado.

Bourdieu acredita então, que é preciso que as ciências sociais passem a tornar claras as adesões inconscientes que fizeram ao mundo social ao longo da história, pois, em sua concepção, as ciências sociais não são, de forma alguma, a expressão direta das lutas sociais, mas antes uma resposta aos problemas que esses movimentos e seus prolongamentos teóricos enunciam. Apesar de precisarem do apoio do Estado para aumentar sua independência em relação às pressões da demanda social, devem correr o risco de usar contra o Estado a liberdade (relativa) que ele lhe garante.

Ao trabalhar com a reconstrução da gênese do Estado, Bourdieu (2005b) acredita que é dessa forma que será possível promover a ruptura com a aparência naturalizada que o Estado tem sobre os nossos esquemas de percepção e pensamento. Dessa forma, poderemos perceber a violência simbólica que o Estado impõe tanto na objetividade, sob a forma de estruturas, quanto na subjetividade, ou seja, nas mentes, fazendo com que os conflitos, confrontos e os possíveis excluídos ressurgam, reatualizando a possibilidade de que a realidade pudesse ter sido (ou possam ser) de outro modo, que não aquele já naturalizado pelo Estado.

Reconstruindo essa gênese do Estado, Bourdieu (2005b) admite que o mesmo é o resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital: o capital de força física, ou instrumentos de coerção, o capital econômico, o capital cultural e o capital simbólico. Isso constitui o Estado como detentor de um metacapital que exerce poder sobre todos os outros tipos de capital e seus detentores, exercendo, dessa forma, um poder sobre os diversos campos e tipos específicos de capital, bem como da relação de forças entre os seus detentores. Sendo assim, o Estado se torna um *campo de poder* em que os detentores dos diferentes tipos de capital lutam a fim de obter o poder sobre o Estado.

Argumenta, então que, para se compreender a gênese de construção do Estado, deve-se analisar cada uma das diferentes dimensões desse processo, a saber (BOURDIEU, 2005b):

- a) *a concentração do capital de força física*, que é feita através das forças de coerção (exército e polícia) a fim de garantir a ordem interna e assegurar soberania externa, em

relação a outros Estados; e pela instauração de um fisco eficiente, concomitante à unificação do espaço econômico (criação do mercado nacional). No entanto, essa concentração da força física não funciona sozinha. É necessário que haja a concentração de um capital simbólico que lhe dê legitimidade e que faça com que tais forças sejam reconhecidas como necessárias ao *interesse do país*.

- b) *A concentração do capital econômico*, que está vinculado à instauração de um fisco unificado e acompanha, com esse fim, a concentração do capital da informação (do qual o capital cultural é uma dimensão) e, em consequência, a unificação do mercado cultural. Para isso, o Estado realiza uma unificação teórica, totalizando o ponto de vista do Todo através da apresentação de dados *estatísticos* de recenseamento ou contabilidade nacional, *objetivando* uma representação unitária do espaço que é feita por meio da *codificação* enquanto unificação cognitiva que implica na centralização e monopolização daquele código por uma determinada classe de letrados.
- c) *Concentração do capital cultural*, que contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos (jurídico, linguístico, métrico) e realizar a homogeneização das formas de comunicação, especialmente a burocrática. Com isso, o Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e divisão comuns. Essa unificação do Estado na questão da cultura é um elemento fundamental na construção do Estado-nação.

Assim, tudo remete à construção de um capital simbólico de autoridade reconhecida que, ao ser ignorada nos estudos sobre a gênese do Estado, torna-se a condição para a permanência de um Estado que dispõe de meios de impor e inculcar princípios duráveis de visão e divisão de acordo com suas próprias estruturas (BOURDIEU, 2005b).

Para se compreender verdadeiramente o poder do Estado na eficácia simbólica que ele exerce, Bourdieu (2005b) explica que é preciso superar a oposição entre uma visão fiscalista do mundo social, que concebe as relações sociais como relações de força física, e uma visão “cibernética” ou semiológica, que torna as relações de força simbólica em relações de sentido e comunicação. Para o autor, as relações de forças mais brutais são aquelas que, ao se utilizar do poder simbólico realizam atos de submissão a partir de estruturas cognitivas que fazem com que o Estado seja o maior detentor de poderes (já que possui um metacapital, ou seja, a unificação de diferentes tipos de capital, simbolizados num capital simbólico) e, assim, contribua, de forma determinante, na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social.

A construção social do Estado é acompanhada, portanto, por uma espécie de histórico comum transcendental que estabelece uma submissão à ordem estabelecida como produto do acordo entre as estruturas cognitivas que a história coletiva ou individual inscreveu nas estruturas objetivas do mundo ao qual se aplicam. “É esse acordo pré-reflexivo que explica a facilidade, de fato espantosa, com que

os dominantes impõem sua dominação” (BOURDIEU, 2005b).

Assim, para o autor, a construção do monopólio estatal da violência física está intimamente relacionado com o campo de lutas pelo monopólio das vantagens vinculadas a este, o que garante, ao detentor do capital estatal, a unificação e universalização relativa. Esse *monopólio do universal*, no entanto, só pode ser obtido ao preço da submissão a um reconhecimento universal da representação da dominação do Estado e que é realizado, principalmente, no interior do campo burocrático (BOURDIEU, 2005b).

Esse corpo burocrático, no qual o Estado é formado, é capaz de reproduzir códigos e regras de conduta que se concretizam por meio de um poder simbólico, que é utilizado com o intuito de garantir uma legitimidade (e, por conseguinte, passividade) de uma maioria que, por reconhecerem como válidos os capitais impostos pelo campo burocrático, submetem-se às suas regras e formas de conduta. Uma burocracia fundada no princípio racional instrumental, que é caracterizado pelo primado do formalismo, da personalização e do profissionalismo (MOTTA e PEREIRA, 1986). Os detentores dos capitais necessários para atender as regras dessa burocracia criam, então, mecanismos para consagrar o campo burocrático perante os demais agentes (que não detêm esses tipos de capital) através de uma violência simbólica que só é eficiente, por ser invisível.

O campo burocrático segue, então, ao longo da história das ciências sociais, como o modelo mais eficiente a ser reproduzido no sistema político, nos setores de produção, cultural, esportivos sociais etc. Com isso, impõe-se uma visão de mundo que enfatiza uma racionalidade técnica como forma legítima de organizar esse mundo, consagrando um Estado orientado para a dominação dos capitais econômico e cultural (através da educação), principalmente. Dessa forma, os cidadãos – mais desfavorecidos econômica e culturalmente – se colocam em silêncio no que diz respeito da conduta econômica racional (BOURDIEU, 2001) instaurada no campo político do Estado.

Para que esse silêncio seja rompido, o autor coloca que toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, pois, de outra forma, os mecanismos sociais que reproduzem a separação entre agentes passivos e ativos acabarão por construir regularidades históricas válidas em um determinado estado da estrutura de distribuição do capital como naturais. O campo político deve, assim, ser reconhecido como um campo de forças e de lutas em que a transformação da relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em um dado momento não é um império.

Ao tratar da burocracia, Bourdieu (2005b) afirma que ela é capaz de criar uma submissão universal a partir do seu reconhecimento enquanto neutra, acima dos conflitos, a serviço do interesse público e da racionalidade e, com isso, garantir o lucro da universalização para aqueles que a criaram. Com isso, quer lembrar que todos os valores universais são, de fato, particulares, portanto, sujeitos à suspeição, levantando assim que as celebrações dos dominantes (a cultura, o desinteresse, o puro), tudo isso só pode preencher sua função simbólica por ser legítimo enquanto princípio universal.

Por isso, não se pode analisar acriticamente os estudos ou ações impostas por um Estado que, em si, já é dominante e impõe uma visão de mundo a uma maioria dominada. Concordamos com Bourdieu (2005b) que é papel das ciências sociais desvendar os mecanismos de dominação e, “cada vez mais, escolher entre colocar seus instrumentos racionais de conhecimento a serviço de uma dominação cada vez mais racional, ou analisar racionalmente a dominação” (p.156) e, principalmente em toda a contribuição que o conhecimento racional, produzido por ela (a ciência social) pode dar à dominação.

3.6 O ESTADO E AS POLÍTICAS CULTURAIS

Uma organização nunca está sozinha, afirma Eugene Enriquez (1997), estabelece, necessariamente, relações com outras organizações, seja de forma cooperativa ou concorrente. Essas relações são estruturadas através da negociação constante, a fim de que lhes permita afirmar seus projetos. Assim, a dificuldade para cada organização consiste na manutenção de seu próprio projeto.

Segundo este autor, toda organização busca reconhecimento e aceitação (legitimação) no meio em que se desenvolve (ambiente institucional) e, para isso, ela define um caminho – ou caminhos – que considera apropriado e parte para um processo de institucionalização de suas condutas.

Mas com a grave crise enfrentada no início da década de 1970 e, posteriormente desencadeada nos anos 1980 e 1990, pelo Estado Nacional, Maria Cecília Forjaz (2000) argumenta que o Estado vem perdendo a sua importância como agência decisória, diante da força do Mercado globalizado e dos fluxos de capitais que ultrapassam as fronteiras nacionais e, de certa forma, desrespeitam-nas. Somado a isso, a globalização no fim do Século XX, trouxe as organizações e instituições externas como agentes em exercício das funções governamentais na medida em que formulam regulamentos

e leis, impõem-nas aos Estados Nacionais.

Diante de tais pressões sobre o Estado, percebe-se a necessidade de reformá-lo, o que, segundo Sônia Fleury (2001), deveria ser um processo no qual o Estado se tornaria mais ágil, flexível, eficiente e com mais responsabilidades diante da sociedade. Esta reforma gera então uma redefinição das suas relações com a sociedade, sendo um processo distintamente político, onde estão se configurando as relações de poder nas sociedades.

As mudanças ocasionadas pela reforma, trazem um novo cenário que se configura nos dias atuais, onde o processo de gestão das organizações públicas vem sendo compartilhado entre o Estado e sociedade privada, no que pode ser chamado de “desgovernamentalização” relativa do Estado.

Henri Acselrad (2002) chama a atenção para o fato de que essa parceria entre o Estado e determinados segmentos sociais tende a favorecer o desenvolvimento de uma democracia imaginética. Este fenômeno pode ser explicado a partir da seguinte citação de Hamel apud Acselrad, (2002, p.41):

A criação de inovações institucionais como fóruns e conselhos de participação comunitária (...) não apresentam efetiva influência nas decisões públicas, pois tais mecanismos não impedem que atores das comunidades e dos movimentos sociais sejam submetidos às relações de poder político ou ao domínio do discurso especialista.

A influência de determinado ator sobre o Estado pode ser, de alguma forma, estabelecida pelo mesmo, pois, segundo Paul Hirst e Grahame Thompson (1996), o Estado tem papel de fonte de legitimidade na transferência do poder ou sanção de novos poderes acima e abaixo do mesmo. Assim, em alguns casos, quando o Estado tem o controle sobre suas relações com determinado ator, o poder, detido por este, apenas é legitimado pelo Estado.

Pelo fato de deter o poder de legitimar e regulamentar as atividades sociais, o Estado é considerado por Fleury (2001, p. 9), como uma relação de forças que resultam num pacto de domínio e “no sentido weberiano, é o monopólio de uso legítimo da coerção”. Desta maneira, pode-se supor a influência do Estado no desenvolvimento local, mas ressaltando, que tal interferência é limitada pelas consequências da globalização.

Esta transposição de responsabilidades e percepção da importância do Estado são justificadas nas palavras de Luiz Carlos Bresser Pereira e Nuria Cunill Grau (1999, p. 21) “[...] não é possível

conceber mercado sadio sem Estado que não abdique de seu papel de regulação econômica, também é impossível imaginar sociedade democrática sem Estado que controle os centros de poder privado e opere sobre as desigualdades sociais.”

No Brasil, as políticas culturais aplicadas pelo Estado até o início do Século XXI estavam pautadas no “liberalismo cultural” (TEIXEIRA COELHO, 1997). Essas políticas afirmam que não defendem modelos únicos de representação simbólica, assim como entendem que não é dever do Estado promover cultura e oferecer opções culturais para a população. Dessa forma, o apoio à cultura passa a buscar uma maior dependência da iniciativa privada, o que acaba por enquadrar a cultura nas leis de mercado. Entende-se neste caso que a cultura deve ser uma atividade lucrativa a tal ponto que seja possível sustentar-se a si mesma.

O sistema econômico neoliberal vigente tem sido responsável por uma insustentabilidade econômica, política e social, principalmente em países do terceiro mundo, ocasionadas, principalmente pelo a) deslocamento das funções de regulamentação da economia do Estado para mercados financeiros; b) deslocamento dos organismos de representação da cidadania por empresas privadas; e c) descrédito da política e de suas instituições e a marginalização dos cidadãos dos processos de decisão econômica e social (OLIVA apud TENÓRIO, 2002).

Segundo Sueli Goulart, Michele Menezes e Júlio Gonçalves (2003), apesar da forte presença do Estado como agente financiador, organizador e motivador do setor cultural, percebe-se a retração dos investimentos públicos diretos e que o Estado vem passando a criar mecanismos que vêm a favorecer o financiamento de atividades culturais por indivíduos ou organizações privadas.

Nesse contexto, o setor cultural sofre, pois sob a atual “onda” neoliberal do determinismo de mercado, essa tentativa do Estado de “delegar” e/ou “descentralizar” as questões de natureza social para outros agentes, pode transformar entes públicos em privados, de ação emancipatória em compensatória (TENÓRIO, 2002). Assim, artistas, produtores e organizações culturais seriam levados a atuar em busca da eficiência e do consumo, deixando de lado a livre expressão de sua arte baseada em valores democráticos e de solidariedade humana e passando a se preocupar mais com questões políticas e/ou econômicas.

Parece, portanto, provável que essa forma de estruturação em que as empresas privadas passam a assumir um importante papel de financiadoras, promotoras e divulgadoras das ações culturais, as organizações culturais, a fim de garantirem os recursos necessários para a sua

sobrevivência, sintam-se pressionadas a ser orientadas por um processo de “empresarização”, em que a empresa se apossa das atividades humanas e passa a organizar os homens para sempre (SOLÉ, 2000). As empresas investem e financiam as atividades culturais com a finalidade de obter um retorno de imagem, que as legitime perante a sociedade. Assim, o que passa a importar na produção cultural não é mais o lúdico e o livre, e sim o retorno financeiro obtido através do consumo. As organizações culturais passam então a orientar as suas ações para cálculos de retorno a fim de manterem seus patrocínios e/ou parcerias com as empresas privadas.

Dessa forma, Cristina Carvalho (2003, p.76) argumenta que “os rituais culturais tradicionais são submetidos a um agiornamento estético. A cultura deve se tornar palatável e atraente ao gosto dos forasteiros suprimindo o que de rude, pobre e rústico existe na cultura tradicional”. Apesar de ser inegável a importância do campo cultural, não se pode perder de vista que o seu contexto é mais amplo, pois a cultura é um fator primordial ao desenvolvimento social, ao pleno exercício da democracia e da cidadania (BRANT, 2003).

As atividades e organizações ligadas à cultura sempre estiveram às margens do investimento e comprometimento estatal. Nada favorece mais ainda, este fato do que a elaboração das leis de incentivo para o setor cultural, sendo estas, segundo Fábio de Sá Cesnik (2002, p. 1), “soluções criadas pelos governos para o estímulo de determinados setores da economia, de interesse estratégico.” Logo, o Estado mantém um controle e, concomitantemente, se exime de algumas responsabilidades.

Isaura Botelho (2001) argumenta que a produção cultural brasileira pode ser conhecida graças, primordialmente, às leis de incentivo fiscal federal, estaduais e municipais. A autora aponta que os recursos orçamentários dos órgãos públicos, em todas as esferas administrativas, são tão pouco significativos que suas próprias instituições concorrem com os produtores culturais por financiamento privado, fazendo com que o financiamento de projetos culturais tenha acabado assumindo o primeiro plano no debate sobre políticas públicas, o que é preocupante, dado que ações como essas provocam, nas organizações culturais, uma mobilização em torno de ações voltadas ao mercado a fim de que as mesmas consigam financiamento de empresas privadas.

No entanto, o Estado não pode deixar apenas nas mãos das empresas as ações relativas ao setor cultural, dado que de acordo com a Constituição Federal de 1988:

Artigo 23 – é competência comum da União, dos Estados e dos Municípios:
III- proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e

- cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os notáveis sítios arqueológicos;
- IV- impedir a evasão, destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V- proporcionar os meios de acesso à cultura, à ciência e à educação.

Dessa forma, percebe-se que, apesar do distanciamento do Estado como principal fomentador de cultura, não se pode torná-lo um agente alheio a esse processo, pois o desenvolvimento cultural local deve fazer parte do planejamento de um país.

Além disso, quando o Estado focaliza suas ações culturais no envolvimento das empresas por meio de projetos de financiamento, as organizações culturais tornam-se dependentes do capital investido por essas empresas. Desse modo, a lógica de mercado se torna preponderante, ao invés de serem um complemento do financiamento público. Assim, as organizações culturais, para sobreviver, passam a buscar atender padrões de eficiência e eficácia a fim de conseguirem tais financiamentos. A racionalidade substantiva dá lugar a uma racionalidade instrumental.

Com a vitória à Presidência da República do candidato Luís Inácio Lula da Silva, do PT, criou-se uma expectativa de que um modelo alternativo ao gerencialista, voltado sob os princípios sociais, fosse a marca do novo Governo. No entanto, segundo Paes-de-Paula (2005), esse foi um projeto em construção e, até o momento, o que observamos é uma continuidade em relação às práticas gerenciais a partir de uma lógica neoliberal.

Não podemos, porém, deixar de salientar que, em alguns setores de ambos governos petistas, foram estabelecidos discursos e ações que tendiam a enfatizar mais os aspectos de uma nova administração pública social, em dissonância ao caráter gerencialista aplicado anteriormente, mas a ausência de um projeto global de reforma do Estado fez com que a construção de uma cultura política democrática e participativa nas relações entre o Estado e a sociedade fosse local e fragmentária. Se considerarmos que a estrutura e a dinâmica organizacional nos governos de Lula e Dilma não avançaram com relação aos governos anteriores, é possível levantar questionamentos acerca da real possibilidade de formulação e implementação de políticas públicas voltadas para uma visão mais social de reforma, principalmente após o impeachment ocorrido em 2016 e a nova configuração que se formou, inicialmente, a partir do governo interino de Michel Temer e, atualmente, pelo presidente Jair Bolsonaro. Esse é um momento ainda em transformação e é necessário tempo para compreender de que forma essa mudança impactará nas políticas culturais já existentes, em especial a Política Nacional Cultura Viva, que é a que pretendemos analisar.

Apesar do discurso de uma reforma fundada na cidadania e participação social, muitas propostas participativas, segundo Pedro Demo (1996), acabam camuflando novas e sutis repressões. Afinal, se participação estabelece uma disputa com o poder, criando uma outra forma de poder, o poder de controle social pela própria sociedade, o que vemos hoje nos processos de gestão participativa não passam, meramente, de uma forma de “manter tudo igual”, de deixar o poder quem sempre esteve.

O que vem ocorrendo, neste caso, é que a sociedade se vê, de certa forma, obrigada a participar de conselhos ou fóruns de participação que não foram criados pela própria comunidade, tornando-se assim um agente que aceita as determinações impostas pelo Estado. Essas ações, na maioria das vezes, têm tirado o cidadão do processo de planejamento participativo, o que o torna um agente alheio a todo o processo e acaba por burocratizar as ações ditas comunitárias. As pessoas não se envolvem, não discutem e o Estado continua a impor regras, só que dessa vez com uma força maior, já que tem a legitimidade da comunidade.

Com isso, acredita-se que uma reforma substantiva do Estado só é possível a partir do momento em que o mesmo passar a ser um ambiente político-institucional no qual se concretize a mediação dos conflitos e das diferenças, e em que se estabeleçam as bases do contrato social e as relações de reciprocidade dos cidadãos (NOGUEIRA, 2004). Ações voltadas para a preservação da cultura tradicional de uma sociedade podem ser capazes de criar traços de identificação dessa sociedade que, por meio dessa identificação cultural, passe a apresentar uma motivação mais imediata à participação (DEMO, 1996).

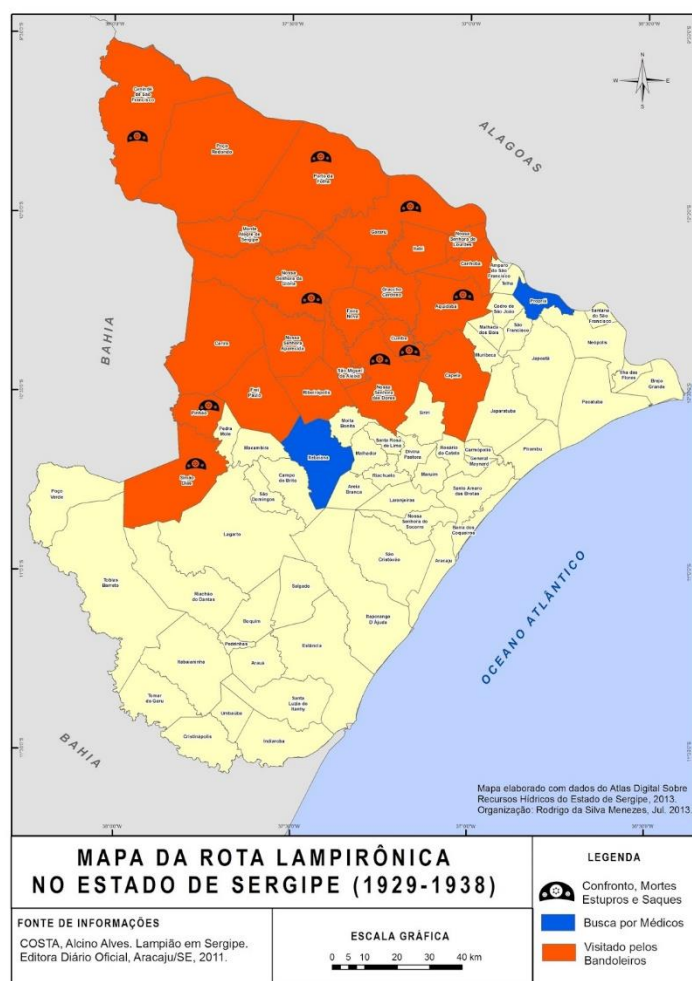
Para Vera Telles (2004, p.91), ao tomar a sociedade como foco da discussão, devemos problematizar as “práticas, discursos e valores que afetam o modo como desigualdades e diferenças são figuradas no cenário público, como interesses se expressam e os conflitos se realizam”. Para Eloise Dagnino (2002), a natureza dos conflitos está na partilha efetiva do poder. A autora aponta três limitações ao processo participativo que, se solucionadas, podem ocasionar uma verdadeira participação social na gestão pública.

A primeira delas está fundamentada nas concepções políticas brasileiras, resistentes à democratização, que são: a dificuldade do Estado em compartilhar o seu poder exclusivo sobre as políticas públicas e, por outro lado, a insistência dos setores da sociedade em participar dessas decisões e concretizar o controle sobre elas. Essa distinção de interesses faz com que as práticas democráticas acabem por se tornar apenas mecanismos de função consultiva ou de legitimação das

decisões tomadas nos órgãos públicos. A segunda limitação refere-se às características estruturais do Estado, ainda fundado sobre uma razão tecnoburocrata, que dificulta o acesso às informações. E, por fim, a exigência de uma maior qualificação técnica e política da sociedade, necessária a uma participação mais igualitária nos espaços públicos. Sem essa qualificação, a sociedade perde poder e, desse modo, o processo democrático torna-se deficiente.

forças volantes em 1938 (ZACHHI, 2013). Essa passagem de Lampião pelos municípios do alto sertão sergipano é tão importante que existem estudos que apontam os locais por onde Lampião passou pelo estado, bem como suas ações, desde estupros, confrontos, busca por médicos e visita a familiares e amigos. Esse ficou conhecido como Mapa da Rota Lampirônica e, como pode ser percebido na figura a seguir, Poço Redondo era um dos municípios visitados pelos cangaceiros.

Figura 3 – Mapa da Rota Lampirônica



Fonte: MENEZES, Rodrigo da Silva (2015)

A colonização do seu território data do fim do século XVII e início do XVIII, e está vinculada ao morgado de Porto da Folha. Em 1902, foi instalado no local uma fábrica de descarçar algodão no arraial Poço de Cima, que foi transferida pouco depois, para uma região a um quilômetro de distância. Assim, a cidade começa a ganhar forma e passou a ser chamada de Poço Redondo, pois era

semicirculada pelo riacho Jacaré. Apenas em 1956 o povoado foi desmembrado do território de Porto da Folha e foi elevado a sede do Município (POÇO REDONDO, 2018).

Possui, de acordo com dados do último censo demográfico, uma população estimada para 2018 de 34.412 pessoas – em 2010 o número de habitantes era 30.884 (IBGE, 2010), sendo o 17º município mais populoso do Estado, mas com o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, com um IDH de 0,529, o município possui um IDH baixo (entre 0,500 e 0,599) e a dimensão que mais contribui para o IDH do município é Longevidade, com índice de 0,760, seguida de Renda, com índice de 0,519, e de Educação, com índice de 0,376 (ATLAS BRASIL, 2018).

Ao mesmo tempo, os dados apontam que entre 2000 e 2010 o IDH do município passou de 0,363 para 0,529, o que demonstra uma taxa de crescimento de 45,73%. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,191), seguida por Longevidade e por Renda. O IDH da Educação é analisado a partir do cálculo de proporções de crianças e jovens que frequentam ou completaram determinados ciclos, o que indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado. Em Poço Redondo, em 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 88,89%; as crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental foi de 61,71%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 28,36%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 16,56%. Entre 2000 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 17,35 pontos percentuais, 41,47 pontos percentuais, 23,31 pontos percentuais e 14,42 pontos percentuais (ATLAS BRASIL, 2018).

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2016, o salário médio mensal das pessoas do município era de 2.4 salários mínimos, enquanto que a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 5.3% (IBGE, 2018). De acordo com o extinto Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), em agosto de 2018, 6.939 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família em Poço Redondo. Considerando que o MDS considerava que a média de cada família é de 4 pessoas, temos um total de aproximadamente 27.756 pessoas que recebem menos que meio salário mínimo e representam quase 80% da sua população total.

Dentre as famílias que recebem o auxílio do bolsa família, a grande maioria é de grupos ligados ao meio rural, totalizando mais de 4.000 famílias beneficiárias do Programa. Isso ocorre, principalmente porque, dentre os seus habitantes apenas 27,65% vivem em área urbana, enquanto os

outros 72,35% estão distribuídos na região rural, nos vários povoados que se espalham por sua extensão. O Quadro 5 apresenta o total das famílias beneficiárias do bolsa família em Poço Redondo:

Quadro 5 – Número de Famílias Atendidas pelo Bolsa Família por Grupos Populacionais

Grupos populacionais atendidos	Número de famílias
Famílias quilombolas	153
Famílias extrativistas	8
Famílias de pescadores artesanais	67
Famílias ribeirinhas	84
Famílias de agricultores familiares	3.620
Famílias Assentadas da Reforma Agrária	359
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito	98
Famílias acampadas	20
Famílias de catadores de material reciclável	4

Fonte: Adaptado de BRASIL (2018) – Relatório de Informações Sociais / RI Bolsa Família e Cadastro Único de Poço Redondo.

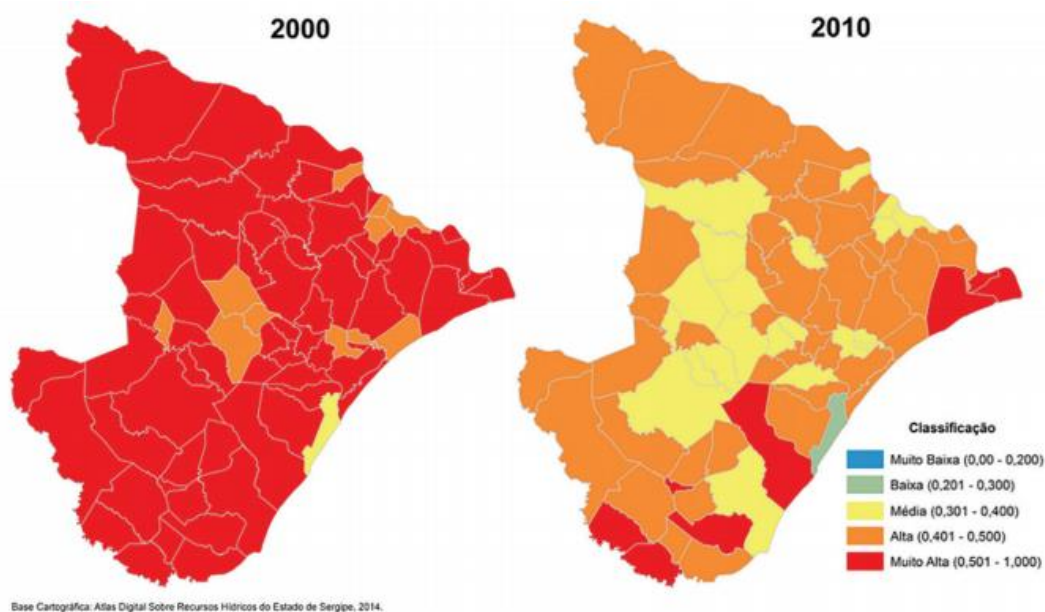
Segundo o Censo de 2010, a renda média da população per capita em cada domicílio era de R\$ 177,00, sendo que a renda mensal nominal total era, em média R\$ 521,00 para homens e R\$ 363,00 para mulheres. Assim, além da situação de pobreza e vulnerabilidade em que vive boa parte da população do município, o caso das mulheres ainda é pior, já que entendemos o fator econômico como uma variável importante para o empoderamento feminino. Mesmo assim, muitas mulheres, seja no meio urbano ou rural, são as principais responsáveis pelo orçamento doméstico, totalizando 2.550 famílias com mulheres como responsáveis principais, sendo que o número de famílias chefiadas por homens chega ao dobro (IBGE, 2010).

Segundo Ciro Brasil de Andrade e colegas (2017), Sergipe registrou, em 2000, um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de 0,531, estando na faixa de vulnerabilidade social muito alta. Dez anos depois, esse índice se reduziu para 0,393, o que fez o estado passar para a condição de média vulnerabilidade, havendo um decréscimo de 25,98%, o que foi muito próximo dos valores nacional e regional. No entanto, o trabalho aponta que a maioria de seus municípios (45, entre eles Poço Redondo) ainda se encontravam na condição de alta vulnerabilidade em 2010, conforme os dados do IPEA de 2015.

Assim, apresentam um mapa que apresenta o IVS em Sergipe e a diferença entre os dois períodos e em ambos é possível identificar que a região do alto sertão e, em especial o município de Poço Redondo, apesar de ter melhorado o seu índice de vulnerabilidade, permanece ainda como um

município de pessoas que carecem de ações públicas mais efetivas para a redução da vulnerabilidade social, que ainda é alta. Isso pode ser percebido na Figura a seguir.

Figura 4 – Índice de Vulnerabilidade Social em Sergipe (2000 e 2010)



Fonte: ANDRADE, Ciro Brasil de et al. (2017, p. 70).

Esses dados convergem com o que observei durante a pesquisa, seja pela percepção espacial de que as pessoas que residem nos povoados do município vivem basicamente no campo e de sua agricultura de subsistência. Ao chegar em Poço Redondo, com a coordenadora da Fundação Dom José Brandão de Castro, percebi a terra seca, com a pouca vegetação, característica da caatinga. Alguns arbustos ainda possuíam um verde, graças ao ano de 2017, marcado com muita chuva. As casinhas distribuídas aqui e acolá, antes de chegar na região urbana da cidade. A sede da Fundação e outro local onde as oficinairas ainda ensinam bilro às meninas mais jovens não estão na cidade, mas nos povoados de Pedras Grandes e Barra da Onça.

É importante destacar que, de acordo com Rangel Alves da Costa (2010), os novos núcleos de povoação de Poço Redondo, surgiram nas circunvizinhanças de propriedades agrícolas e a partir de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), incorporando posteriormente, o Movimento do Pequeno Agricultor (MPA). Assim, percebemos que este é um município fundado a partir de lutas pela terra, o que pode ser demonstrado a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que apontam que, em 2017, o estado

de Sergipe possuía 243 assentamentos, dos quais 31 estão localizados em Poço Redondo/SE; e das 10.972 famílias assentadas em Sergipe, 2.040 também estão lá (INCRA, 2018).

Mariana Barbosa Andrade (2013) apresenta que o município tem sua economia baseada, principalmente, pela produção leiteira nos povoados de Barra da Onça e de Santa Rosa do Ermínio, sendo a segunda maior bacia leiteira do estado, perdendo apenas para Nossa Senhora da Glória; pelo turismo, com a Rota do Sertão; pela prestação de serviços; além da produção de mandioca, milho e feijão. Esta última, segundo Weslany Aristides dos Santos (2016), está ligada a uma agricultura de subsistência.

Esses dados corroboram as informações do IBGE apresentadas anteriormente, em que é ressaltado que uma boa parte da população vive com menos de um salário mínimo, dependendo de apoios governamentais para garantir o sustento da família. Isso, aliado a uma região de pouca chuva e clima quente e seco, torna a terra imprópria para determinados tipos de alimentos. Ainda segundo Weslany dos Santos (2016), a economia de Poço Redondo também é caracterizada pela criação de animais como, suínos, galinhas, gado e cabras, destes últimos são retirados o leite para venda na feira livre. Além das atividades comerciais desenvolvidas na feira e lojas da região.

4.1 A ORIGEM DA RENDA DE BILRO NO BRASIL

Não há uma concordância acerca da origem da renda de bilro e nem é possível precisar a data exata em que esse trabalho artesanal começou a ter destaque. Mas há estudos que afirmam que na Europa, o seu uso indicava distinção e nobreza, e com o passar dos anos, a arte de fazer renda se tornou parte da instrução formal das moças europeias ‘de família’. Assim, o ensino de renda era feito em escolas e conventos de Portugal, Espanha, e outros países. (BRUSSI, 2009).

No Brasil, a maioria dos estudos apontam que a renda foi trazida pelas mãos das mulheres portuguesas que foram morar, principalmente em cidades litorâneas ou próximas a rios e aqui ganhou novas formas de aprender e fazer. O aprendizado das rendas, segundo Arthur e Luísa Ramos (1948 apud ANGELO, 2013), buscava enfeitar trajes e alfaia da igreja, além de adornar toalhas, cortinas, lençóis e peças do vestuário da nobreza.

Segundo uma pesquisa feita pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1978, sobre a renda de bilro no Rio de Janeiro, era possível identificar os seguintes estados como produtores de peças: na região Sudeste (Rio de Janeiro); na região Sul (Santa Catarina);

na região Norte (Pará); e na região do Nordeste (Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do norte, Sergipe e Bahia) (IPHAN, 1978).

Para Júlia Dias Escobar Brussi (2009), a difusão da renda no Brasil ocorreu por vias consideradas informais, tanto geográfica quanto socialmente, pois não se constituía como um aprendizado feminino formal, como acontecia na Europa. Assim, tornou-se uma forma de trabalho que era repassada e ensinada por parentes, amigas e vizinhas, no espaço de suas próprias casas. Nesse processo, a renda foi aprendida por mulheres de todas as camadas sociais e, assim, teve seu uso e significado alterados. Se antes representava um elemento de status e distinção social próprio das mulheres das camadas sociais mais elevadas, acabou sendo incorporado pelas demais mulheres, em especial aquelas mais pobres, que utilizaram o aprendizado para obtenção de renda.

Camila Bergamin (2013) aponta em seu artigo que trata da importância da renda de bilro para a economia familiar em Florianópolis, que no século XX, a atividade das rendeiras tornou-se importante símbolo do folclore brasileiro e passou a ser considerada como um grande atrativo comercial. Assim, essa foi uma época de grande produção e comercialização das peças, confirmando essa atividade como essencial no sustento da mulher rendeira, de forma que a renda se estabeleceu no contexto econômico e a atividade foi ressignificada: deixando de ser artesanato feito por entretenimento e ao mesmo tempo instrumento regulador da conduta feminina, já que mantinha a mulher em casa, e passou a ser uma atividade geradora de mercadorias, o que possibilitava às rendeiras o complemento da renda familiar e, em alguns casos, garantia sua independência financeira (ZANELLA; BALBINOT e PEREIRA, 2000).

No entanto, durante os períodos de ditadura militar e o início de democratização brasileira, até o governo de Fernando Henrique Cardoso, a importância dada à cultura, quando não estava relegada a segundo plano, foi colocada nas mãos do mercado. Para perceber esse percurso, basta buscar analisar a história do Ministério da Cultura e ver que, nesses períodos, a cultura esteve atrelada, inicialmente, a outros Ministérios ou, quando existiam, não passaram por um processo de crescimento ou de valorização dos patrimônios imateriais da tradição popular. Além disso, o processo de globalização e industrialização, com sua produção e consumo em massa, acabaram por tornar o artesanato algo apenas para turista ver. Isto ocorre porque a ascensão industrial passou a substituir as manufaturas e a produção artesanal, o que fez com que ocorresse um aumento da produção de mercadorias e uma busca crescente por mercados consumidores por parte das grandes indústrias. Cabe salientar que a produção em massa, acaba por fazer com que o valor do produto diminua e, com isso, as pessoas parem de comprar do artesão para buscarem um produto manufaturado.

Com o advento da 2ª Fase da Revolução Industrial e a ascensão de novas tecnologias (produção do aço, do automóvel, da energia elétrica), as indústrias passaram a substituir a mão de obra humana pela mecanizada, o que acabou gerando também desempregos. Além disso, houve uma diminuição no processo de migração interna no estado de forma que toda essa dinâmica pode explicar a redução da produção de renda de Bilro em vários municípios brasileiros, considerando que a produção deveria atender apenas aos turistas de uma dada região.

Desde 1978, quando realizada uma pesquisa com as mulheres rendeiras no Rio de Janeiro, foi percebido que havia uma necessidade de intervenção do Estado para que a tradição não desaparecesse. Nesta época, o artesanato das rendas tendia ao desaparecimento, pois com a ampliação do mercado de trabalho para a mulher com atividades muito mais atraentes e lucrativas e a concorrência que as rendas de bilros sofriam com relação às rendas industrializadas, mais baratas e mais fáceis de serem adquiridas fez com que quantidade de rendeiras diminuísse significativamente, tendo alguns municípios apenas uma “guardiã da renda” (RIO DE JANEIRO, 2004).

Para Maria Helena Cruz (2009), em pesquisa realizada no município sergipano de Nossa Senhora das Dores, região também do agreste Sergipano, identificou que essas regiões que transitam entre o rural e o urbano, apresentam transformações que nos levam a novas reflexões e análises sobre os novos modos de vida das mulheres, em especial a partir da combinação entre agricultura familiar e negócios. Segundo ela, essas mudanças assumem o que se denomina de “identidade camponesa” ou de identidade da mulher de artesã.

José Alexandre Felizola Diniz (1996), em sua pesquisa com camponeses em Sergipe, evidencia que o debate sobre a questão do campesinato passa pela expansão do capitalismo nas áreas rurais, pelas transformações tecnológicas modernas introduzidas no campo, os grandes fluxos migratórios para as cidades, a penetração e pelos estímulos a padrões urbanos de comportamento e atitudes nas zonas rurais. Esses aspectos são importantes também quando nos referimos ao trabalho da mulher no meio rural, pois como afirma Anita Brumer (1996), o desenvolvimento socioeconômico apresentado em diferentes regiões vai influenciar diretamente na forma como as mulheres estão inseridas na divisão social do trabalho e nos bens sociais, bem como na possibilidade de sua existência nessas sociedades.

Então, ao tratar de uma comunidade eminentemente rural, em que a maioria da população é formada por mulheres, pobres e camponesas, que precisamos entender como a renda de bilro se torna um ponto central na formulação de políticas públicas no município de Poço Redondo no intuito de gerar renda, aumentar os níveis de escolaridade, desenvolver o campo cultural e/ou trazer maior

número de turistas para a cidade. Assim, nos tópicos seguintes, busco apresentar como surgiu o trabalho artesanal de produção de renda de bilro, sua expansão, declínio e ressurgimento. Este último estimulado por meio de políticas públicas e ação de diversos agentes no processo de estruturação de um campo social voltado para a manutenção da tradição do trabalho da mulher rendeira.

5 SOBRE A RENDA DE BILRO EM POÇO REDONDO

Olê muié rendera
Olê muié renda
Tu me ensina a fazê renda
Que eu te ensino a namorá
(Zé do Norte)

E é com os versos dessa música, que ficou imortalizada na voz de Luiz Gonzaga, que começo a falar sobre a história da renda de bilro e das rendeiras de Poço Redondo. Um fato pitoresco a respeito dessa música, segundo Mundicarmo Ferretti (1988 apud DANTAS, 2006), está no fato de que ela foi escrita por um dos cangaceiros de Lampião, o que acabou associando o fazer renda com o sertanejo, o cangaço e o Nordeste.

Os dados da pesquisa de Fernando Araújo Sá (2009) no Sertão do São Francisco, demonstram que lá o cangaço pode ser pensado como um “passado que não quer passar”. A partir dos relatos de combatentes, pessoas que conviveram na época do cangaço ou de ex cangaceiros, ele percebeu que há uma série de interpretações da vida em sociedade, relacionadas com a forma como estas pessoas compreendem as suas experiências do “tempo do cangaço”. Então, a música, além de trazer a história de ter sido criada por um dos cangaceiros de Lampião (há relatos sobre a possibilidade de autoria ser do próprio Virgulino), também fez parte da trilha sonora do filme “O Cangaceiro” (1954) e se tornou o hino oficial do cangaço (DANTAS, 2006).

Para Beatriz Dantas (2006), justamente nesse período, dos anos 1950, foi que o artesanato das mulheres rendeiras que viviam no sertão nordestino passou a ganhar destaque e se tornar símbolo de distinção para quem podia consumi-los (não para quem produzia), pois além de ser feito à mão, era feito por mãos nordestinas. Isso, segundo a autora, assegura às rendeiras da região do São Francisco, um mercado de consumo e vendedores que iam em sua procura a fim de vender seus produtos. O que não significa, necessariamente, que o preço pago pelas rendas e bordados feitos por elas, tinham um preço compatível com a beleza de seu trabalho.

Os trabalhos em renda de bilro de Poço Redondo são feitos a partir de almofadas e vários espinhos de mandacaru que dão forma ao desenho, que são traçados com linhas que possuem bilros de madeira nas pontas. Em outras localidades é comum utilizar agulhas, mas para as rendeiras, os espinhos são melhores, pois existem em abundância e não enferrujam. Com a renda, as mulheres do

sertão do médio São Francisco sergipano arcavam com o custeio de pequenas despesas e auxiliavam no orçamento doméstico.

Figura 5 – Almofadas de Renda de Bilro com Espinhos de Mandacaru



Fonte: Foto à esquerda arquivo da pesquisadora e à direita Marina Zacchi (2013, p.23)

Dentre os anos de 1910 a 1940, era comum que todas as meninas, a partir dos 10 anos, aprendessem com suas mães ou avós a trabalhar com renda de bilro. Segundo Beatriz Dantas (2006), isso fazia parte da educação das meninas que na época não iam para a escola, até porque estas eram poucas e de difícil acesso. Assim, enquanto os meninos iam para a roça, as meninas eram iniciadas nos afazeres domésticos e nos segredos da renda. Com isso, no futuro, seriam capazes, tanto de cuidar de assumir suas funções de dona de casa, como conseguir algum dinheiro para compra de indumentárias e adereços.

Trabalhando nas almofadas e nos bilros, faziam sua inscrição no mundo feminino, tecendo junto com as rendas seu perfil de mulheres sertanejas, moldando em consonância com os valores locais e as mudanças que vão atingindo a região (DANTAS, 2006, p. 26)

Esse relato é compatível com o que dizem os estudos de gênero acerca do trabalho feminino e da divisão das esferas pública e privada no trabalho das mulheres. Para Almeida (1997), a existência de fronteiras entre público e privado, como lugares socialmente sexuados, formam a base do sistema patriarcal, que coloca homens e mulheres como socialmente assimétricos.

Em seu trabalho sobre as bonequeiras de Nossa Senhora das Dores, em Sergipe, Maria Helena Santana Cruz (2009) alerta que desde a nossa colonização, as mulheres brasileiras contribuíram na ampliação e enriquecimento da cultura e costumes do nosso povo por meio de atividades manuais, consideradas próprias do sexo feminino, dentro do ambiente doméstico. Essas atividades foram trazidas por meio da tradição portuguesa, e foram socializadas segundo uma cultura patriarcal, em que as mulheres viviam enclausuradas no lar, sujeitas à obediência do pai ou marido, aprendendo “coisas de mulher” e internalizando o modo de ser, de filha (por isso dizemos ser uma cultura patriarcal, em que o pai é quem detém o poder). Não cabia às mulheres aprender escrita ou leitura.

Com isso, percebemos a construção do *habitus* sobre a forma de agir da mulher sertaneja e, sendo estruturante, funda a sua forma de ser mulher e o seu trabalho eminentemente doméstico e de cuidados com as tarefas do lar. Mas ao mesmo tempo, o saber fazer renda e sua consequente venda, possibilita que essa mulher, que não tinha estudo, dispusesse de um capital cultural importante que, ao mesmo tempo que lhe assegura um conhecimento, é capaz de lhe proporcionar também algum capital econômico, ambos de grande importância para o seu processo emancipatório.

Isso implica dizer que a tarefa de produzir renda e vendê-la, também passa a colocar a mulher no mercado de trabalho, mesmo que para isso ela não precise sair de casa. Pois a possibilidade de trazer uma renda para auxiliar no orçamento doméstico é um fator importante para o aumento na sua participação na esfera pública da sociedade.

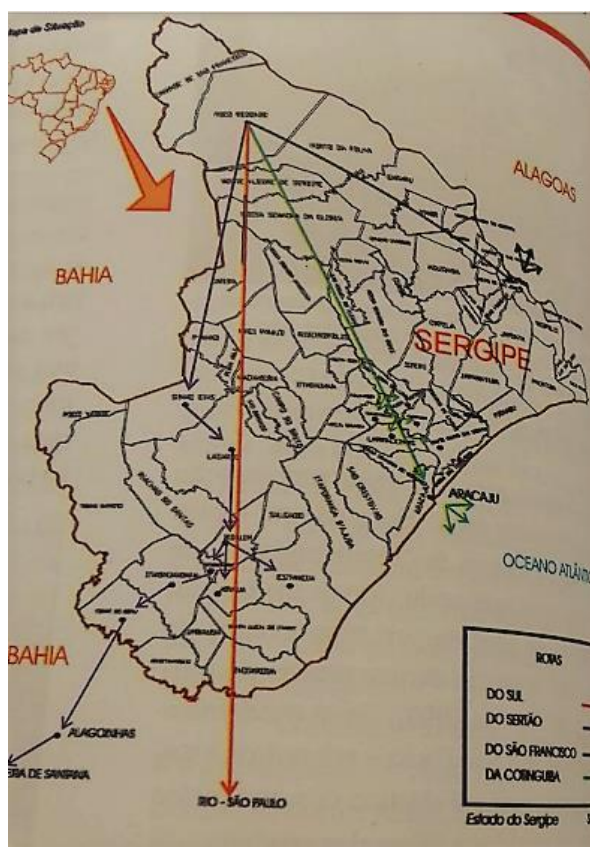
Segundo Beatriz Dantas (2006), um antigo manuscrito documenta que, no Século XIX, entre as atividades femininas, há um destaque para a renda de bilro, além das atividades de fiandeira, tecedeira, costureira e louceira. Já para Josimari Vitorino Santos e Rosely Fernandes Bezerra (2013), foi entre a década de 1930 e meados da década de 1970 do Século XX, que a renda de bilro viveu o auge de sua produção. As autoras apontam que a abertura das estradas favoreceu a exportação do produto para outros estados do Brasil.

Marina Zacchi (2013) apresenta que os bordados e rendas produzidos eram comercializados nas rotas do Cotinguiba, uma zona açucareira muito importante e rica da região e que chegava até a capital, Aracaju; do São Francisco, que seguia até Propriá, e daí para outros destinos; e a rota do sertão, que passava por Simão Dias, Lagarto, Estância, Boquim, Itabaianinha, e depois para a Bahia, em Alagoinhas.

Depois, em 1940, novos mercados foram abertos a partir dos fluxos migratórios para o “sul” e, com isso, muita renda e bordado foram levados para serem vendidos em São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Marina Zacchi (2013), os homens viajavam para comercializar as rendas, enquanto as mulheres ficavam com as crianças e a lida do dia a dia.

Em seu livro, Beatriz Dantas apresenta um mapa onde deixa representadas as principais rotas por onde era comercializada a renda de bilro, que saíam do município de Poço Redondo entre as décadas de 1930 a 1970, conforme pode ser observado na Figura 6, a seguir:

Figura 6 - Rotas de Renda de Bilro do Município de Poço Redondo/SE (1930-1970)



Fonte: DANTAS, 2006, p. 43

Assim, durante a época de 1930 a 1970, é possível perceber que a renda de bilro tinha dois eixos de comercialização: um que atendia às cidades mais próximas, a partir de encomendas de enxovais de noivas e recém-nascidos; enquanto o outro eixo se destinava à venda para o sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse último, Beatriz Dantas (2006) destaca a figura do homem, que saía de sua terra em busca de subempregos no Sudeste e, para isso, comercializava a renda, feita pelas mulheres nordestinas que ficavam em suas casas realizando atividades de bordado e bilro para serem comprados pelas mulheres do Sudeste, o que acabava por demarcar as diferenças regionais entre Sudeste e Nordeste.

Trago, com isso, mais um ponto de análise importante nos estudos de gênero que, mais uma vez ressaltam a presença do homem na esfera pública, já que ele é quem saía de casa para se “aventurar” no sudeste do Brasil a fim de trazer o sustento da sua família. Mesmo que esse sustento fosse tirado da mão de mulheres que, além do trabalho de cuidado com a casa e filhos e filhas, ainda desenvolvia o trabalho na roça (lembrando que a população de Poço Redondo é composta principalmente de pequenos agricultores) e na produção de peças de renda.

Com o passar do tempo, o ofício com rendas de bilro mudou para o bordado, sendo comum as histórias de lenços bordados por encomenda para cangaceiros conhecidos. Nessa época, algumas senhoras ainda voltavam à renda, enquanto outras preferiam os bordados, pois como era mais fácil carregar os panos e agulhas de bordado que as grandes almofadas e bilros, favorecia a conversa com outras mulheres enquanto realizavam a costura (ZACCHI, 2013).

De acordo com Josimari Santos e Rosely Bezerra (2013), a explicação das rendeiras sobre essa parada na produção se deu devido à desvalorização da renda no mercado, por doenças ocasionadas por causa da posição das costas curvadas para a produção das peças, ou simplesmente pela idade avançada e necessidade de descanso das mulheres que realizavam a atividade.

Na década de 1980, no entanto, por mudanças na moda e reorganização no mercado de artesanato, a partir de políticas públicas específicas, as rendas do Ceará começam a ganhar destaque enquanto que as rendas de bilro em Sergipe começam a perder espaço de comercialização (DANTAS, 2006). Com isso, houve uma diminuição no número de compradores e, conseqüentemente, um desestímulo para que as meninas mais jovens passassem a aprender o ofício.

As rendeiras começaram a trabalhar de duas formas distintas, por meio de encomendas permanentes ou exclusivas, já que não contavam mais com o papel do que Beatriz Dantas (2006)

denomina vendição⁴. Assim, passaram a trabalhar com encomendas de mulheres com mais recursos do próprio município ou de municípios vizinhos (normalmente filhas ou esposas de políticos ou fazendeiros) para enxovais, ou com entidades/pessoas que comprem uma quantidade determinada para vender fora.

Para realizar esse comércio, faziam o acerto de forma que, quem encomendava deixava as linhas e os cortes de pano, além de fornecer as amostras, sendo o pagamento realizado quando a peça era entregue. Desse modo, acabaram por denominar a pessoa que iria comprar a renda de “dona da renda”, deixando clara, antecipadamente, a propriedade do objeto que ainda estava sendo produzido, o que agrega um valor muito grande à matéria prima que é entregue, enquanto o trabalho das rendeiras não tem uma valorização adequada (DANTAS, 2006).

Essa era a forma mais comum de comercialização, considerando que a maioria das rendeiras não tinha recursos suficientes para comprar a matéria prima, produzir e aguardar que a peça fosse vendida. Então, “pondo o nome” para a renda ou o bordado, tinham a garantia do ganho, ainda que este estivesse muito aquém da beleza das peças que faziam (ZACCHI, 2013).

Algumas poucas rendeiras conseguiam trabalhar fora dessa rede de encomendas, sendo elas responsáveis pela aquisição da matéria prima, o que lhe possibilitava uma maior autonomia com relação àquelas que vendiam por encomenda. No entanto, tanto em um caso, como em outro, Beatriz Dantas (2006) aponta que as rendeiras reclamavam da falta de valorização do seu produto final. Aliado a essa falta de organização mais efetiva entre essas rendeiras, Beatriz Dantas (2006) ainda percebeu a ausência de rendeiras jovens, estando o ofício em vias de acabar após a morte das rendeiras ainda existentes.

Essa contextualização nos leva a compreender que o trabalho artesanal de produção de renda de bilro, bordados, costuras etc. eram destinados exclusivamente às mulheres. Mesmo no momento áureo da produção do bilro, esta atividade continuava a ser desenvolvida pelas mãos das mulheres camponesas que, dentro de casa, produziam a fim de garantir uma parte do sustento da casa. O que corrobora Manuel Castells (1999) quando afirma que as desigualdades no mercado de trabalho atingem mais fortemente as mulheres de modo que estas apresentam mais dificuldades que os homens para superar a pobreza.

Quando retratamos Poço Redondo e a situação econômica desta comunidade, fica claro que estamos levando em consideração que qualquer política pública que tenha sido desenvolvida no

⁴ Homem que comercializava a renda de bilro nas rotas do sul do Estado de Sergipe e para outros estados do sudeste do Brasil.

município e o trabalho desenvolvido por homens e mulheres da comunidade tem o intuito de diminuir a pobreza e suas mazelas. Para Maria Helena Cruz (2009), quanto mais pobre é uma região maior a probabilidade de que as mulheres se tornem trabalhadoras familiares auxiliares, ou seja, não possuam independência econômica, ou que sua remuneração por conta própria tenha baixos rendimentos. A passagem de trabalhadora familiar auxiliar sem remuneração, ou de trabalhadora por conta própria, com baixos rendimentos, para um emprego remunerado e assalariado constitui aspecto fundamental para a liberdade e a autodeterminação dessas mulheres.

Vera Lúcia Barbosa e Maria Inácia D'Ávila (2014) apresentam que a mulher artesã, enquanto trabalhadora, lida cotidianamente com a ideologia que naturaliza os 'papéis sociais' sexuais e desiguais, o que acaba por ser demonstrado através dos princípios organizadores da divisão social do trabalho propostos por Helena Hirata e Danielle Kergoat (2007), são eles: **o princípio de separação**, que define que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e **o princípio hierárquico**, que deixa subentendido que um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher. Para a autora, esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço que são colocados em prática a partir de um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, que rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a "papéis sociais" sexuais o que nos remete a um destino natural da espécie.

No caso do artesanato, como o da renda de bilro, a questão da divisão sexual do trabalho se apresenta porque este é um ofício predominantemente 'feminino', já que está relacionado a características denominadas femininas, como a 'delicadeza' do fazer minucioso (princípio da separação), e normalmente é considerado um complemento ao orçamento doméstico (princípio hierárquico). Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2007 o Brasil possuía mais de 8,5 milhões de artesãos. Desse total, 87% são mulheres, o que comprova a prevalência feminina neste ofício.

Assim, sigo o próximo tópico buscando compreender melhor como a renda de bilro volta a ter importância, a partir da ação de determinados agentes, na estruturação de um campo social que pode levar à emancipação ou aumentar o poder das mulheres do município de Poço Redondo.

5.1 O FIM DA RENDA DE BILRO EM POÇO REDONDO?

Em pesquisa desenvolvida em 2002, Beatriz Góes Dantas, na época professora de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), registrou e documentou a história da renda

de bilro em Poço Redondo, como também fez um registro documental das rendas existentes, com um interesse de conhecer a história e situação da produção desse importante patrimônio histórico imaterial, bem como não permitir a sua extinção. Segundo ela, na época da sua primeira pesquisa, em 2002, a prática de produzir peças em renda de bilro estava em vias de se acabar, inclusive, as rendeiras que ainda produziam estavam com idade avançada e foram denominadas “guardiãs da renda”. A autora constatou que as meninas mais novas da cidade, já não tinham mais interesse na produção de peças em renda de bilro, pois além de muito trabalhosa, não traziam um retorno financeiro (DANTAS, 2006).

Como dito anteriormente, a partir dos anos 1980, a renda de bilro do município de Poço Redondo, foi perdendo espaço. Além disso, o vazio deixado pela ausência dos homens que comercializavam a renda para outras localidades também fez com que diminuísse consideravelmente o número de mulheres que se interessassem ou possuíssem o domínio da técnica. Na verdade, durante o período em que Beatriz Dantas realizou a sua pesquisa, que iniciou em 2002 e culminou na publicação de seu livro em 2006, apenas duas dezenas de mulheres, com idade superior a 60 anos, ainda produziam e comercializavam (de forma incipiente) produtos em renda de bilro.

Algumas meninas ainda eram iniciadas na arte, mas não tinham interesse em se aprimorar na técnica. Muitas trocaram a almofadas pela agulha e bastidor⁵, realizando a atividade de ponto de cruz e rendendê. A transmissão desse saber dentro do ambiente doméstico - modo milenar e tradicional de transmissão de conhecimento, em especial, do conhecimento em cultura popular - foi interrompido, segundo Beatriz Dantas (2006) pela modernidade e pela nova forma de viver imposta pela sociedade às mulheres e pela desvalorização dessa atividade, refletida nos baixos preços pagos a um trabalho que necessita de muito tempo, conhecimento e domínio da técnica para ser realizado.

Considerando que os saberes e as técnicas registradas na memória necessitam de repetição e atualização para que possam ser difundidos e preservados entre as novas gerações, resta saber se terá continuidade a tradição das rendeiras de Poço Redondo ou se o futuro dará razão às artesãs que hoje, desencantadas, afirmam “quando morrer as velhas, vai se acabar a renda”. (DANTAS, 2006, p. 56)

Com isso, a autora aponta que essa modernidade, que nos traz técnicas avançadas na indústria fabril para produção de peças, muitas vezes de plástico, imitando o tecer dos fios de bilro e que, fabricadas em série, sem a necessidade do grande tempo despendido nem do conhecimento das mãos habilidosas das rendeiras, são vendidas a preços muito mais baratos e que desvalorizam ainda mais

⁵ caixilho de madeira no qual se prende o tecido para bordá-lo. (FERREIRA, 2010, p.95)

essa arte milenar. Ela questiona então se será possível para essas rendeiras, nessas condições, manter essa tradição viva no município de Poço Redondo.

Quando falamos em tradição, não podemos ficar presos/as ao passado, sem levar em consideração que a arte e a cultura acabam por encontrar uma forma de se ajustar e está em processo contínuo de renovação, já que vivemos em um mundo em constantes mudanças (GIDDENS, 1991), em que o local e o global se interpenetram e criam situações inusitadas de empréstimos e ressignificações culturais. Claro que isso deve ser pensado também a partir de políticas públicas que tragam um incentivo para que as pessoas que vivem daquela arte sobrevivam e consigam repassar os seus saberes para outras pessoas.

Afinal, sem os incentivos necessários do Estado, algumas manifestações culturais podem passar por um processo de extinção com a morte daqueles que ainda carregavam a sua memória e seus saberes. Para Maria Augusta Mundim Vargas e Paulo Sérgio da Costa Neves (2011), é possível perceber que em Sergipe, um número de manifestações culturais acabou por desaparecer, deixando suas marcas apenas nas memórias dos grupos que as produziam. Enquanto isso, novas ressignificações “explodem” em eventos de massa, de forma que a tradição local acaba por inspirar novos movimentos, linguagens, gestuais, ritmos etc.

Destacamos que Rosilene Alvim (1983), em seu estudo sobre a “arte do ouro” de Juazeiro do Norte, já alertava que a relação do artesanato com a tradição faz com que, muitas vezes, os grupos sociais que tiram do artesanato seus meios de existência sejam catalogados como partes de uma sociedade tradicional, em oposição a uma sociedade moderna. Para ela, porém, enxergar o artesanato como resquício de uma sociedade tradicional é esquecer a sua contemporaneidade e minimizá-lo em sua importância, já que é através das chamadas atividades artesanais que uma parte significativa da população sobrevive.

Os estudos do antropólogo Ricardo Gomes Lima, do Museu do Folclore (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/MinC), sobre o artesanato apontam que existem dois discursos quando se trata sobre esse tema. Para ele, há discursos que sugerem a “conservação” do objeto artesanal, que é dotado de estética perfeita e refletiria o gosto do seu produtor, nas condições em que foi produzido; enquanto que o segundo discurso advoga em favor da “adequação” do objeto artesanal aos tempos contemporâneos, de forma que seja realizada a criação de um novo design “refinado” com o intuito de garantir espaço no mercado (LIMA, 2005). Essas discussões, segundo ele, buscam condições para que o trabalho artesanal consiga uma maior geração de renda e ampliação do mercado, ao mesmo tempo em que respeita os artesãos/ãs e os valores populares e culturais.

Mesmo assim, Ricardo Lima (2005) destaca que “o artesanato não é mera mercadoria”, e sim um produto diferenciado pela sua dimensão econômica e cultural e também afirma que “artesanato não é imutável”. É um produto que integra um sistema de valores culturais da comunidade ou região. Ou seja, é o que Pierre Bourdieu (2004) denomina de “mercado dos bens simbólicos”, em que esses produtos culturais e simbólicos possuem um “duplo valor”, tanto cultural como mercantil.

Maria Augusta Vargas e Paulo Neves (2011) propuseram uma figura, a fim de demonstrar, esquematicamente, a dinâmica cultural. No caso de sua pesquisa, foi desenvolvido com base nas festas e identidade em Sergipe, mas pode ser aplicado no caso desta tese, já que estamos falando em troca de saberes, cultura popular e tradição. Assim, na figura elaborada por ela e ele e apresentada a seguir, colocam as tradições enraizadas no centro, por entenderem que elas exercem o papel de propagadoras de sentidos, e estes são manifestados concomitantemente ou não, mas sempre de forma a alimentar o surgimento de ressignificações.

Afirmam, portanto que é o pulsar dos territórios (e suas territorialidades) e sua dinâmica plural em permanente diálogo (que nem sempre é consensual) com as externalidades, sejam elas as ressignificadas ou as novas, advindas de grupos locais ou externos, da iniciativa privada ou pública.

Figura 7 - Dinâmica da Cultura



Fonte: MUNDIM VARGAS e NEVES (2011, p. 11)

Assim, no que diz respeito às tradições, temos que entendê-las como um processo complexo, cheio de significados, mas que anda em constante ressignificação, em especial por causa das trocas entre o global e o local. É evidente que, na medida em que as culturas e identidades de uma determinada sociedade se modificam, com elas as maneiras de fazer/produzir cultura também são alteradas.

Para Lia Calabre (2007), a existência de uma diversidade de públicos, com as visões e interesses diversos na contemporaneidade, deve ser levada em consideração no momento de elaborar políticas públicas. O processo de exclusão de uma grande parcela do público com relação a

oportunidades de consumo e de criação culturais são muito visíveis no Brasil. O caso das rendeiras de Poço Redondo é um exemplo claro disso. Assim, da mesma forma que entendemos que a cultura se ressignifica, Nestor Canclini (1997) nos traz o conceito de hibridização cultural como uma ferramenta que compreende o mundo da cultura de três formas: culta, popular e massiva. E, dentro dessas três formas de existir da cultura, há uma gama mais diversificada ainda de modos de ser e estar no mundo.

Como a promoção de políticas públicas de caráter mais universal pode auxiliar na preservação da cultura dos excluídos, por exemplo, e permitir que o acesso à cultura seja, de fato, para todos? Pierre Bourdieu e Alain Darbel (2003) trazem uma preocupação nesse sentido, quando nos alertam a manter cautela com relação à aplicação mecânica e simplista de uma política de acesso, considerando que esta é uma questão de um processo de “desigualdade natural das necessidades culturais”.

No caso específico da renda de bilro, após a pesquisa de Beatriz Dantas, a prefeitura do município, governo do Estado e outras instituições públicas, como a própria universidade, e outras instituições privadas, passaram a buscar formas de evitar que a arte (e sua produção) fosse extinta no município. Assim, foram desenvolvidas diversas ações para a transmissão desses saberes para as meninas mais jovens da comunidade, como também orientar as rendeiras para além do saber fazer, mas também em promover e comercializar as rendas do município. Diversas parcerias foram estabelecidas (e continuam sendo) no município com esse fim e é com base nessa nova forma de transmissão de saberes tradicionais e a experiência das rendeiras nesse processo que se coloca o foco deste trabalho.

O estudo de Márcia Luiza Freitas Ganem (2013, p. 68) aponta que se o objeto perde seu uso e função no espaço contemporâneo, possivelmente pode se extinguir e “até mesmo, virar uma obra de arte, uma peça de museu, mas isso não é capaz de manter uma cultura produtiva”. De acordo com os dados referentes aos anos de 2005 e 2006 pela publicação *Cultura em Números*, do Ministério da Cultura (2010), os locais de produção de rendas artesanais apresentam um decréscimo relevante, conforme apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 - Evolução da Atividade Artesanal de Rendas no Brasil

Região	Ano 2005 Número de municípios	Ano 2006 Número de municípios	Evolução %
Norte	16	12	-25%
Nordeste	309	223	-27,8
Sudeste	115	91	-20,9
Sul	112	69	-38,4
Centro-Oeste	33	20	-39,4

Fonte: IBGE/MUNIC. Elaboração MINC, 2010

Neste quadro, portanto, percebemos que entre 2005 e 2006 houve um decréscimo superior a 20% na produção de renda em todas as regiões do Brasil, o que comprova os estudos que apontavam a diminuição no número de rendeiras e a desvalorização e baixa procura das peças no mercado. É importante também destacar que os dados acima apresentados estão relacionados a todos os tipos de rendado, e não apenas a produção de peças em renda de bilro. Tentaremos, portanto, compreender os motivos que levaram à mudança desse quadro no que diz respeito à produção artesanal em renda de bilro junto às mulheres de Poço Redondo.

5.2 O MOVIMENTO DE TRANSMISSÃO DE SABERES SOBRE RENDA DE BILRO

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), proposto como método oficial para documentar, registrar, inventariar do IPHAN foi um ponto determinante para o que vem a ocorrer em Poço Redondo no que diz respeito à transmissão do saber fazer renda de bilro no município. A pesquisa da antropóloga sergipana, Beatriz Góis Dantas, sobre o trabalho de rendar com bilros, em Poço Redondo/SE data, de acordo com Christiane Falcão (2016), de uma época em que essa metodologia estava ainda “engatinhando”.

Foi durante essa pesquisa que Beatriz Dantas entrevistou cerca de 20 rendeiras no município, que culminou em um livro, publicado em 2006. Logo em sua introdução, a autora afirma que seu livro servia como uma contribuição para o registro do trabalho com renda de bilro, mas que, além disso, tinha pretensões de servir como uma colaboração entusiástica a fim de impedir o desaparecimento da atividade.

E foi através dos resultados de sua pesquisa que o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (Sebrae/SE), em parceria com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município e a antiga Secretaria de Estado de Combate à Pobreza ofereceram os primeiros cursos de renda de bilro para os integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (SEBRAE, 2011). Dessa forma, conseguiram um espaço, recursos materiais, bolsas para as rendeiras antigas, de forma que elas pudessem transmitir a arte de fazer renda para as jovens de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família a partir de 2006.

Utilizo aqui, partes das memórias das rendeiras entrevistadas, pois entre o que está escrito em artigos e reportagens da época, suas falas ajudam a compreender melhor o contexto e o movimento de tentativa de diversas organizações de preservar e ajudar a comercializar e divulgar o artesanato em Poço Redondo, em especial ao que diz respeito à produção de renda de bilro.

Nessa época, as rendeiras experientes recebiam um auxílio para ensinar a renda de bilro para as meninas mais novas e, como forma de incentivo, essas alunas também recebiam uma pequena remuneração, visando estimular as mais jovens ao aprendizado do trabalho artesanal com a renda, no intuito de não deixar a arte morrer. Assim, Maria Bonita, junto com as outras rendeiras mais antigas, transferiam seus saberes para as novas gerações, tornando possível a preservação da cultura daquela comunidade.

No entanto, para Maria Bonita, as meninas que aprenderam o ofício, em sua grande maioria, não se interessaram em continuar produzindo a renda. A exceção é Dadá e sua filha que, até hoje, junto com ela e mais outras três rendeiras, mantêm uma produção constante de venda de renda de bilro, seja na Associação dos Artesãos do Município, seja vendendo sob encomenda.

Algo que pode ser destacado sobre esse período, na visão de Maria Bonita é que não havia, em Poço Redondo, nenhum tipo de preocupação com o artesanato local, em especial com a produção de renda de bilro. Em seu entendimento, apenas na época da Doutora Iziane, prefeita da cidade no momento de implementação desse projeto, houve, de fato, uma ação do município para a preservação da arte, como pode ser percebido em sua fala:

Nunca teve nenhum pra se interessar pra ajeitar isso. Agora Iziane, né? Iziane já, já, já, já... foi por isso que teve o projeto, por causa dela. Mas se num fosse ela num tinha não (MARIA BONITA, EM ENTREVISTA).

Com isso, podemos perceber também os traços patrimonialistas que existem no Brasil e, principalmente, no interior do Nordeste brasileiro. As políticas públicas e pesquisas que contribuíram para a transmissão dos saberes da renda de bilro em Poço Redondo ultrapassam o desejo da prefeita

da época, mas estão principalmente relacionados com uma ação de mapeamento cultural do Governo Federal, que possibilitou a pesquisa desenvolvida por membros de uma universidade pública Federal e, a partir de seus dados, foi possível a ação de órgãos Nacionais, Estaduais e municipais.

Devemos recordar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNRD), que tinha como objetivos principais reverter as desigualdades regionais e explorar os potenciais endógenos da diversa base regional brasileira (BRASIL, 2003). Essa política estava fundamentada na equidade, a partir da redução das desigualdades regionais de renda, oportunidades e condições de trabalho, e também na competitividade, por meio de uma estruturação da base econômica regional que fosse capaz de competir no mercado nacional e internacional.

Para identificar as ações prioritárias, o Governo Federal utilizou como base de dados as informações extraídas dos censos demográficos do IBGE de 1991 e 2000, além de estimativas do PIB municipal, realizadas pelo Ipea para os anos 1990 e 1998. Assim, as principais categorias de análise foram: i) densidade demográfica; ii) crescimento populacional; iii) escolaridade; iv) urbanização; v) rendimento domiciliar; e vi) variação do PIB.

Como foi dito anteriormente nesta tese, Poço Redondo, ainda hoje, é a cidade com menor IDH do Estado de Sergipe, mas sua situação ainda era pior e, por isso, foi uma das cidades do Brasil que recebeu incentivos para modificar os baixos índices apresentados nos anos anteriores. Além disso, outras instituições passaram a atuar no município a fim de buscar ações de desenvolvimento do artesanato e empreendedorismo. Segundo Maysa Blay Roizman (2015), o Sebrae, a partir de 2003, iniciou um trabalho que ganhou força em 2008 com a “Chamada Nacional de Projetos de Indicação Geográfica” – que tinha como meta selecionar projetos para apoio técnico e financeiro no campo do empreendedorismo e artesanato.

Nessa época, em Poço Redondo, foram disponibilizadas 20 vagas para pessoas de baixa renda e participante do Programa Bolsa Família, mas como uma ficou sobrando e o coordenador do projeto percebeu o interesse de Dadá em participar da turma como aluna, permitiu que ela fizesse o curso, mesmo sem preencher os requisitos. Atualmente ela é uma das rendeiras mais conhecidas de Poço Redondo (ZACCHI, 2013).

Então, em 2007, a mesma pessoa que lhe deu oportunidade de fazer o curso, fez o convite para que ela fosse oficinaira no município de Sítios Novos. Como ela ainda não se sentia segura para isso, chamou uma das rendeiras antigas com ela, que, segundo Marina Zacchi (2013), foi Dona Mariquinha. Em sua fala, Dadá diz:

Era R\$ 400,00 pra nós duas, ainda pagava passagem pra ir pra Sítios Novos. E quando recebia ainda tinha que pagar passagem pra ir pra Canindé trocar o cheque, que era um cheque. Na cooperativa dos bordados a gente ensinava renda de bilro, isso em 2007 a gente ensinou renda de bilro pela Ação Social daqui mesmo (DADÁ, EM ENTREVISTA).

Depois, em 2008, uma nova etapa do projeto aconteceu e, segundo o Sebrae (2011), dessa vez 18 foram as mulheres capacitadas, mas ainda havia uma preocupação que era estimular a geração de renda através desse trabalho. Para isso, o Sebrae viabilizou a contratação de um designer, com o intuito de ensinar as mulheres a produzir peças mais comercializáveis no mercado. Assim, as rendeiras passaram a elaborar presilhas, diademas, passadeiras, tiaras, bolsas, carteiras e várias outras peças que passaram a ser vendidas para os próprios moradores do município e no Centro de Artesanato de Piranhas.

Além disso, o Sebrae também montou cursos de atendimento ao cliente, formação de preços, empreendedorismo e associativismo, tornando possível o surgimento da Associação dos Artesãos do Município de Poço Redondo, que passou a defender os interesses da categoria (SEBRAE, 2011). Nessa nova etapa, apenas Dadá deu aula para a nova turma com meninas e senhoras.

Nesse caso, pelas próprias características das organizações envolvidas e cursos ofertados, parece ficar claro que o principal intuito do projeto ter sido implementado no município tem a ver com o interesse do Estado em diminuir os índices de pobreza enxergando no artesanato uma alternativa de sobrevivência para o enfrentamento do desemprego e da precarização nas relações de trabalho.

Dessa forma, Paulo Fernandes Keller (2011) aponta que vários fatores têm levado a transformações no mundo do trabalho artesanal e na economia do artesanato: primeiro, o crescimento da produção voltada para o mercado tanto local (turismo) como distante (moda), ultrapassando a ideia de produzir para o consumo próprio e de caráter utilitário; e, segundo, o impacto da intervenção de políticas governamentais, em que se destacam a ênfase na organização associativa e na capacitação das artesãs para valorizar seu produto e vencer o comerciante ‘atravessador’; a introdução de uma consciência ambiental entre artesãs e artesãos; a introdução de uma visão empreendedora e a ênfase na transformação do artesão em um empresário e do artesanato em um negócio; a utilização da cooperativa como um meio (empresa) para alcançar competitividade; e ênfase na necessidade de aprimorar e adequar o produto ao mercado consumidor onde surge a relação entre artesão e designer, sendo que este atua para adequar o produto às exigências do mercado consumidor.

Argumento semelhante é proposto por Luciana Holanda (2011) em sua tese quando afirma que as políticas públicas acabam por burocratizar tanto as atividades dos coletivos culturais que estas

precisam adequar sua forma de gestão às práticas de *management*, fazendo com que gestores culturais tornem-se empresários e, com isso, desloquem parte do seu pensar criativo para o aprendizado e desenvolvimento de ações próprias do ambiente empresarial.

Em 2009, deu-se início a um novo trabalho, sempre no intuito de, não apenas manter vivo o patrimônio histórico que, neste caso, é a produção de renda, seja pela transmissão do saber fazer, como também para tornar o ofício sustentável, possibilitando que as aprendizes mantivessem o interesse em se aprimorar na técnica a fim de tornar o seu trabalho artesanal em gerador de renda. Neste sentido, surgem no Brasil alguns projetos, programas e leis com o intuito de preservar e manter o nosso patrimônio cultural.

Um desses programas, e que teve sua implementação no município de Poço Redondo foi o PROMOART (Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural), desenvolvido pela Associação Cultural de Amigos do Museu do Folclore Edison Carneiro (ACAMUFEC) em parceria com o Ministério da Cultura. Esse programa tinha como objetivo:

[...] apoiar os grupos produtores de artesanato de tradição cultural buscando seu desenvolvimento e destacar a qualidade e a importância dos saberes tradicionais específicos através da promoção de um mercado que reconheça esse valor oferecendo com isso condições dignas de sobrevivência aos artesãos e estimulando a sua arte (SANTOS e BEZERRA, 2013, p. 27).

Em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, o PROMOART adquiriu linhas para as oficinas de renda de bilro, montou oficinas de repasse do saber, tendo duração de seis meses e atendendo jovens da comunidade, também proporcionou oficinas de gestão da produção, da comercialização, formação de preço e capital de giro para as integrantes da cooperativa das bordadeiras de Sítios Novos e criação de identidade visual, entre outras atividades (SANTOS e BEZERRA, 2013).

Dadá se tornou agente local do programa e, de acordo com Marina Zacchi (2013), ela que ficou responsável por montar uma turma de quatorze garotas, a maior parte com idade entre 12 e 16 anos. A autora ainda afirma que as rendeiras antigas como: Mariquinha, Maria Bonita, Osana e Verônica foram as instrutoras nesse processo que durou aproximadamente um ano, em que se reuniram na sede do Ateliê do Cangaço. Na figura a seguir, é possível ver as rendeiras mais velhas ensinando as meninas mais jovens o trabalho com rendas de bilro.

Figura 8 – Oficina de Renda de Bilro



Fonte: Marina Zacchi (2013, p. 26)

Ainda no contexto do Promoart, Dadá fez parte da Caravana Brasil, que levou um grupo de artesãos de todo o país para conhecer lojas e centros de comercialização de artesanato em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; também fez parte do Mercado Brasil de Rendas e Bordados, em Brasília, e do Mercado Brasil, no Rio de Janeiro. Nesses eventos, ela pôde conhecer rendeiras de diferentes regiões do Brasil e trocar experiências, modelos de renda e ideias (ZACCHI, 2013).

Logo depois, ainda em 2010, o Ministério da Cultura, em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe, lançou um edital do Programa Cultura Viva, com o intuito de disponibilizar recursos para a criação de pontos de cultura no Estado. Nessa época, a fim de manter o trabalho de transmissão do saber artesanal da renda de bilro, a Associação de Artesãos do Município chegou a elaborar um projeto para participar do edital. No entanto, como essa ainda era uma organização muito nova e não preenchia os requisitos necessários para aprovação, este projeto acabou por ser cooptado pela Fundação Dom José Brandão de Castro que, a partir de então, denominou-se Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão, e que trabalhava no intuito de fortalecer a identidade sertaneja através da estética e o imaginário do cangaço.

Entre outras ações e objetivos do Ponto de Cultura, o principal deles estava atrelado à transmissão do saber da renda de bilro e, posteriormente, seu trabalho será explicado com mais

detalhes. Inicialmente, adolescentes e jovens do município foram capacitadas em julho de 2011. Em entrevista publicada pelo Instituto Marcelo Deda, a coordenadora do Ponto de Cultura, Sebastiana, disse que para que o trabalho fosse realizado, foi preciso vencer o preconceito das meninas. Segundo ela:

Além de acharem que era coisa de velha, elas não queriam andar com a almofada de bilro nas pernas, elas achavam feio. Então, para acabar com isso, nós criamos um suporte onde elas colocam a almofada em cima. Após essa adaptação, até as rendeiras antigas também gostaram e aderiram ao suporte (INSTITUTO MARCELO DEDA, 2012).

Com essa fala, podemos identificar também que a questão de trabalhar com a renda de bilro está relacionada não apenas com a questão de gênero, sendo normalmente um trabalho considerado feminino, mas também, no caso de Poço Redondo, uma questão geracional e uma construção da identidade das idosas da cidade. Como, por muitos anos, a arte de produzir renda deixou de ser algo passado de mãe para filha, perdeu valor mercadológico e, ao mesmo tempo, era feita apenas por mulheres idosas da cidade, acabou sendo diretamente relacionado com a idade da rendeira. Isso pode ser identificado na fala de Dadá, ao retratar a vivência de sua filha mais velha que também aprendeu e desenvolve, junto com a mãe, peças de renda. Segundo ela:

Ela (a filha) gostava de fazer assim... Eu fazia na porta, sentada assim e ela fazia na calçada. E aí passava... passaram um pessoal e disse: - “Olha só a velhinha fazendo renda” – Nossa! Ela catou a almofada, jogou dentro do quarto e disse: - “Eu não faço mais!”. E eu: - “Minha filha, feliz daquele que fica velho um dia, a pessoa ser chamada de velho é um elogio, que você um dia vai ficar velha. Quem não quer ficar velho vai morrer cedo”. Aí ela: - “Faço mais não, faço mais não, faço mais não”. Guardou a almofada pra lá e: - “Não quero mais e pode botar daqui essa almofada, que eu não faço mais”. Passado mais um tempo... aí ela via, né? Eu sempre ganhando um dinheirinho, uma coisinha e outra aí ela foi voltando a fazer de novo. Eu comecei a participar da Trilha e ela ia mais eu, né? E aí as meninas: - “Naninha, ajude aqui e tal” e ela foi voltando. Muitas jovens da idade dela, as amiguinhas dela do colégio via ela fazendo renda: - “Ah! Naninha, eu também quero, eu vou lá e você vai ter que me ensinar!”. E ela ia, ensinava as meninas. E aí pronto! Agora ela já não se importa mais em ser chamada de velha não.

Então, o desafio em transmitir os saberes da arte de renda de bilro estava incluído também em motivar às moças mais jovens a aprender o ofício e permanecer nele. Não apenas pelo aspecto mercadológico de venda do que era produzido, mas também pelo preconceito que o aspecto da geração causava na sociedade. As jovens eram desestimuladas pela própria comunidade, como no caso da filha de Dadá, a exercer a função de rendeira, sob a pena de ser taxada de velha. Conforme Parry Scott (2010, p. 16), devemos considerar que:

Gênero e Geração são termos relacionais que implicam em hierarquias e reciprocidades horizontais que são constituídas como relações de poder entre pessoas de sexos e idades diferentes. Seja qual for o seu local de residência ou de trabalho, cada pessoa vive um mundo permeado por culturas edificadas por simbolizações que atribuem, diferencial e dinamicamente, a homens e mulheres, e a crianças, jovens, adultos e idosos, certas características. Desta maneira, o campo está aberto para a elaboração de estratégias de colaboração e de conflito que têm consequências muito significativas para quem mora no ou vive do mundo rural.

Como no caso de Poço Redondo, que é um ambiente primordialmente rural, em que as mulheres e homens se revezam entre afazeres de comercialização do que é produzido e sua lida na roça. Em especial, no caso das mulheres, estas, além do trabalho na roça, ainda cuidam da casa, filhos e complementam com o seu trabalho com costura, bordado, renda ou venda de bolos etc (e, algumas vezes esta é a principal renda da casa). Ainda podemos perceber que, como a comercialização de renda de bilro foi perdendo não apenas o valor mercadológico, mas também o cultural, não sendo mais comum que as mães transmitissem esse ensinamento para as filhas e, assim, as crianças e jovens estivessem acostumadas ao hábito de sentar nas calçadas e produzir renda, o que tornou o trabalho da rendeira como algo que possuísse uma identidade de mulher e idosa.

Com o intuito de diminuir a resistência das jovens com relação ao aprendizado da renda de bilro, as almofadas que antes eram cobertas com panos de saco ganharam um novo revestimento, mais colorido e com vida, buscando despertar o interesse das jovens em aprender a arte produzida desde os tempos das suas bisavós. Além disso, o interesse em ensinar a renda dentro das escolas municipais aos jovens, ensinando não apenas a fazer renda, mas utilizando ferramentas multimeios, como uma rádio escola, que transmitia informações sobre o viver sertanejo, incluindo aí o trabalho com a renda de bilro, fez com que boa parte da juventude, incluindo alguns meninos também, sentissem o interesse em aprender a técnica antiga.

Assim, o trabalho do Ponto de Cultura começa a utilizar de artifícios que, conforme Parry Scott (2010), trazem consigo um pouco de astúcia, resistência, exercício de micropoderes e contestação, de modo a tornar possível uma aliança geracional dos grupos, a fim de construir políticas e práticas que criem uma sensação de melhora ao longo da vida.

Nesse jogo de poder, a dinâmica de aprendizado é capaz de modificar a forma como o trabalho é produzido, o que corrobora Maria Augusta Vargas e Paulo Neves (2011) e Canclini (2004), que apontam o caráter mutável do artesanato de modo a se adaptar com as transformações que existem baseadas na interrelação do global com o local. No caso específico das almofadas das rendeiras, há uma mudança baseada no ideário do cangaço, que passou a ganhar destaque no imaginário da

sociedade acerca do semiárido nordestino. Então, como pode ser percebido nas figuras a seguir, as almofadas ganham as cores do tecido de chita, que comumente remetem ao Nordeste.

Figura 9 – Diferença entre a Almofada de Renda de Bilro Antes e Depois



Fonte: Antes, foto retirada do livro de Beatriz Góis Dantas (2006, p. 44) e depois foto de registro da pesquisadora

As jovens eram o público alvo inicial do Ponto de Cultura, mas não apenas elas. As aulas eram destinadas à juventude do município, o que despertou interesse de dois meninos que, ao verem suas mães indo realizar os cursos, sentiram o interesse também em aprender um pouco do trabalho com a renda de bilro. Ambos os meninos, passaram a fazer o curso junto às suas mães e um deles, inclusive, tornou-se oficineiro em atividades posteriores do trabalho do Ponto de Cultura. No entanto, segundo suas mães, isso não ocorreu sem que houvesse preconceito. Segundo Noca:

Agora a gente tá lutando contra um problema mais sério: a sociedade, o preconceito. E o preconceito é mais familiar que da sociedade sobre os homens que tão fazendo renda. E nós tá lutando contra isso. Inclusive Rosalina é professora nisso. Os homens não se importar com o que os outros dizem, eles têm que fazer o que a vontade pedir. Aí a gente tá lutando é contra isso.

Com essa fala, percebemos os traços demarcados de gênero que influenciam não apenas as mulheres, mas também os homens, já que qualquer atividade que seja considerada como feminina, como é o caso da renda, não pode ser realizada por homens ou estes serão proibidos ou desestimulados ao aprendizado. No caso do filho de Noca, os amigos o chamavam de “viado” e, no intuito de manter intacta a sua masculinidade, ele dizia: “Se o cara me chamar de ‘viado’ eu vou pedir é a irmã dele!”.

Essa fala nos retoma à memória ‘O Poder do Macho’, de Heleieth Saffioti (1987), em que a autora aponta que, para os artistas, que possuem a sensibilidade mais aguda, acabam sendo tomados como homossexuais (Como se isso fosse algo negativo). A autora ainda levanta o questionamento sobre “quantos homens castraram o artista que poderiam ter sido com receio da marginalização destinada aos que não cumprem rigorosamente os preceitos do *macho*!”.

Cabe ressaltar ainda que o filho de Noca, na época, tinha apenas 13 anos, o que demonstra como as caracterizações de gênero iniciam desde crianças e, uma criança pré adolescente, precisar se apresentar como macho para o seu grupo de amigos, acaba por oprimir inspirações artísticas e, ao mesmo tempo, faz com que esse jovem cresça entendendo que existem coisas de homem e coisas de mulher e que a heteronormatividade é um padrão que deve ser mantido. No sertão, em especial, ainda existe a identidade do “cabra macho”, que é violento, mulherengo e poderoso.

O trabalho de formação de artesãos/ãs mirins foi realizado com a parceria do Sebrae e capacitou jovens que, na época, produziam e vendiam a renda de bilro e que passaram a produzir também réplicas das almofadas de bilro para comercializar como souvenir. Com a venda das peças, parte do dinheiro arrecadado era repassado para quem produziu. “Graças à Deus, com esse trabalho, temos alcançado muitos frutos. É muito bom ver que esses jovens estão utilizando o que aprenderam para gerar renda para suas famílias”, comemora Sebastiana (INSTITUTO MARCELO DEDA, 2012). A figura a seguir mostra uma das oficinas de renda de bilro desenvolvidas pelo Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão para as jovens residentes em Serra da Guia.

Figura 10 – Oficina de Renda de Bilro em Serra da Guia



Fonte: Sítio do Instituto Marcelo Deda, publicado em 12 de agosto de 2013.

O trabalho desenvolvido pela Fundação enquanto ponto de cultura durou até 2013, quando o repasse do dinheiro da terceira etapa do projeto ficou retido na Secretaria de Cultura devido a problemas nos formulários de prestação de contas do MinC. Mas, mesmo terminando o prazo do edital, a Fundação continua, nos dias de hoje, desenvolvendo oficinas para um número de meninas em idade escolar. Os recursos utilizados para isso são: as almofadas e linhas que ainda restaram do projeto do Ponto de Cultura, alguns recursos obtidos por meio de premiações recebidas pelo trabalho desenvolvido e da venda das peças produzidas pelas artesãs e de recursos próprios das duas dirigentes da Fundação, Sebastiana e Nenê.

Em Poço Redondo, em 2014 foi iniciado um trabalho com as rendeiras pelo Governo de Sergipe e Sebrae, em parceria com o Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI), que buscou capacitar as mulheres rendeiras para o que denominam desenvolvimento social e econômico sustentável. Com essa iniciativa, segundo dados da Agência Sergipe de Notícias (2016), as entidades buscavam contribuir para a melhoria das condições de vida da população e, de forma especial, da comunidade em situação de extrema pobreza. Levando em consideração isso, o município de Poço Redondo foi uma das localidades escolhidas, considerando seu IDH ser o menor do Estado.

Esse trabalho foi realizado junto às rendeiras da Associação de Artesãos de Poço Redondo (AAMPR) e também com a cooperativa de bordadeiras de Sítios Novos. Elas participaram de oficinas para aprender novas técnicas de forma a trazer inovação à tradição e assim reposicionar o mercado sergipano, garantindo, segundo o Sebrae (2015), um valor agregado através de novos designs mais contemporâneos, mesclando o local com o global, naquilo que Canclini (2002) chama de cultura popular híbrida, que carrega traços de tradição e preservação ao mesmo tempo que traz consigo um apelo mercadológico e de venda.

Esse trabalho recebeu um investimento pelo Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza e outra parte veio do Sebrae. O resultado desse trabalho foi percebido em 2016, quando o Centro de Referência do Artesanato Brasileiro (CRAB), no Rio de Janeiro, realizou uma exposição denominada ‘Retratos Iluminados’, que apresentou luminárias de um renomado design, produzidas a partir da produção das bordadeiras e rendeiras de Sítios Novos, de Poço Redondo e Entremontes, em Piranhas. Além disso, Dadá também foi convidada para ministrar uma oficina em São Paulo.

Em 2017 houve nova exposição, dessa vez denominada ‘Territórios’, também no CRAB a fim de apresentar os trabalhos desenvolvidos pelas artesãs e artesãos da comunidade antes, durante e depois de iniciada a parceria com o IPTI e o CRAB. Além disso, todas as peças produzidas pelas

rendeiras da Associação (Dadá, Maria Bonita, Osana, Naninha e Mariquinha) são vendidas na sede do CRAB, no Rio de Janeiro.

Segundo Mariquinha, elas se revezam nas encomendas, pois assim que surgem pessoas querendo comprar, muitas vezes a pessoa quer uma quantidade grande e com o tempo curto, é necessário que todas façam uma parte. Assim, as cinco rendeiras têm conseguido manter uma quantidade de vendas trabalhando de forma coletiva, através dessa relação da Associação de Artesãos do Município de Poço Redondo e o IPTI.

Quando Sebastiana mencionou que a Fundação continuava a desenvolver o trabalho nos povoados de Pedras Grandes e na Barra da Onça, ensinando as meninas da região, Mariquinha nos informou que, pela sua experiência nos outros cursos oferecidos ao longo dos anos no município, as meninas começam a fazer, aprenderam e sabem, mas não querem continuar se aprimorando e passam a trabalhar no comércio como vendedoras ou outras atividades. Segundo ela, o problema que faz com que as meninas capacitadas não continuem trabalhando com a renda é a pouca demanda do mercado e assim, quem consegue um emprego fixo, acaba optando pelo trabalho formal. Ela gostaria de formar um grupo maior para produzir e vender, mas a procura pela renda não é atrativa o suficiente para um grupo maior.

A situação da renda de bilro em Poço Redondo, assemelha-se com os resultados obtidos na pesquisa de Maria da Luz Góis Campos e Elinete Luisa Lopes (2006), em que as autoras percebem que, com relação à organização básica da cooperativa pesquisada por elas, não existia, no cotidiano, uma discussão coletiva sobre a gestão da produção cooperativa e a participação dos/as associados/as em suas atividades sócio-econômico-políticas. Além disso, perceberam um sentimento de subordinação em relação às decisões das artesãs mais experientes, o que demonstrou que, apesar de legalmente não existir uma hierarquia de poder, as trabalhadoras artesãs aprendizes acabavam por se colocar no papel de subordinadas, constituindo, portanto, um tipo de relação própria do modo de produção capitalista.

Com isso, as autoras apontam que os relatos de sua pesquisa instigam uma redescoberta cidadã do trabalho, com as consequentes implicações políticas, econômicas e sociais de intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores de setores da economia.

A partir do que já foi apresentado até aqui, é possível entender quais os principais agentes participantes da estruturação do campo formado pelas relações entre entidades e as rendeiras de bilro do município de Poço Redondo. Um fator que pode ficar claro em todas as propostas de intervenção

é que dois pontos foram principais para a realização e implementação dos projetos junto às rendeiras: 1) O interesse em preservar uma tradição que demonstrava estar em vias de extinção; e 2) Diminuir os índices de pobreza, fazendo com que a comunidade compreendesse o artesanato como mais uma forma de gerar renda por meio da preservação da cultura e empreendedorismo das rendeiras.

Se entendemos a noção de campo, a partir de Bourdieu, estamos falando de um campo de forças, em que os diversos agentes sociais a partir de necessidades que lhes são impostas, e um campo de lutas, em que os atores, possuindo meios e fins diferenciados, conforme a sua posição na estrutura do campo de forças e, nessa luta, acabam por contribuir para a conservação ou transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 2005b).

Assim, parece-nos importante, inicialmente, destacar os principais agentes envolvidos no campo formado a partir da necessidade de transmissão e preservação da renda de bilro em Poço Redondo. Para fazer isso, depois da história contada nas linhas anteriores, conseguimos demarcar um período principal de análise, para que a estruturação do campo remonte a uma realidade atual, da mesma forma em que seja representativa das ações atuais de diversos agentes para a construção desse campo. Portanto, o período de análise definido para análise desse campo se inicia em 2002, com o resultado da pesquisa de Beatriz Dantas e encerra em 2018, quando realizadas as entrevistas com as rendeiras, bordadeiras e dirigentes do Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão.

Podemos também demarcar aqui que, dentre os capitais existentes na configuração do campo, da mesma forma que indicada por Pierre Bourdieu, há uma força dos **capitais econômico e cultural** na estruturação do campo, mas não apenas estes. Quando buscamos compreender o campo formado pelas rendeiras de bilro de Poço Redondo, as relações de gênero e a identificação do trabalho artesanal desvalorizado das mulheres e suas relações públicas e domésticas, levantam também a importância do **capital simbólico**, relativo não apenas ao conhecimento da tradição por parte de algumas mulheres, mas também pela violência simbólica sofrida por estas no momento de buscar realizar atividades fora da vida privada.

Ainda podemos definir que o capital que as rendeiras possuem é um **capital de tradição**, pois se levarmos em consideração os trabalhos de Bourdieu, o capital cultural está diretamente ligado ao conhecimento educacional dos atores envolvidos. Assim, como o conhecimento das rendeiras está relacionado à manutenção da produção em renda de bilro, vamos considerar que este é o capital delas.

Abaixo apresentaremos um quadro cronológico que demonstra os atores que compuseram o campo da renda de bilro em Poço Redondo, iniciando em 2002, bem como seus objetivos e interesses ao participarem do campo e os tipos de capital que possuíam na estruturação do campo. Essa

demarcação leva em consideração o fato de que o campo é composto pelo conjunto de organizações que se relacionam e se influenciam, controlando, regulando e organizando ou fazendo-se representar no espaço social (Leão Júnior, 2002).

Quadro 7 – Atores que Compõem o Campo da Renda de Bilro em Poço Redondo em Ordem Cronológica e por Cores

Período	Atores	Objetivos e interesses	Tipos de capital
2002/2004	Universidade Federal de Sergipe	<ul style="list-style-type: none"> • Catalogação das Rendas e rendeiras • Conhecer a história e situação da produção do patrimônio histórico imaterial. • Não permitir a extinção da tradição 	Capital cultural
	Rendeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir e comercializar renda para uso próprio ou como forma de complementar o orçamento doméstico 	Capital de tradição
	Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> • IPHAN 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear, documentar, registrar, inventariar o patrimônio histórico imaterial • Formular planos e ações de salvaguarda do patrimônio • Implementar ações de apoio e fomento nas demandas sociais identificadas 	Capital cultural, capital econômico, simbólico, físico e social
2005/2008	Sebrae	<ul style="list-style-type: none"> • Multiplicar a renda de pequenos empreendedores do artesanato • Estimular o ofício artesanal • Oferecer conhecimento, informação e oportunidade para fortalecer e comercializar o artesanato brasileiro 	Capital cultural, econômico e social
	Prefeitura do Município <ul style="list-style-type: none"> • CRAS • Secretaria de Combate à Pobreza 	<ul style="list-style-type: none"> • Acabar com a pobreza através da geração de renda para pessoas em situação de extrema pobreza • Melhorar o IDH do município • Erradicar o trabalho infantil 	Capital cultural, capital econômico, simbólico, físico e social
	Rendeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir e comercializar renda para uso próprio ou como forma de complementar o orçamento doméstico. • Transmitir o ofício a partir das oficinas e receber recursos financeiros a partir dessa atividade. • Aprender o ofício a partir das oficinas. 	Capital de tradição e capital econômico
	Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> • Programa Bolsa Família 	<ul style="list-style-type: none"> • Acabar com a pobreza a partir do incentivo financeiro e inserção das crianças na escola 	Capital cultural, capital econômico, simbólico, físico e social
2008	Associação dos Artesãos do Município de Poço Redondo	<ul style="list-style-type: none"> • Defender os interesses da categoria • Comercializar os produtos artesanais do grupo 	Capital de tradição e simbólico

		<ul style="list-style-type: none"> • Manter a produção artesanal da comunidade 	
	Rendeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir e comercializar renda para uso próprio ou como forma de complementar o orçamento doméstico • Transmitir o ofício a partir das oficinas e receber recursos financeiros a partir dessa atividade. • Aprender o ofício a partir das oficinas. 	Capital de tradição e capital econômico.
2009/2010	Promoart <ul style="list-style-type: none"> • Associação Amigos do Museu • MinC • UFS 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar os grupos de artesãos e artesãs • Destacar a importância dos saberes tradicionais • Promoção de um mercado para venda dos produtos • Dar condição de sobrevivência à comunidade 	Capital cultural, capital econômico, simbólico, físico e social
	Rendeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir e comercializar renda para uso próprio ou como forma de complementar o orçamento doméstico • Transmitir o ofício a partir das oficinas e receber recursos financeiros a partir dessa atividade. • Aprender o ofício a partir das oficinas. 	Capital de tradição e capital econômico.
2010/2013	Programa Cultura Viva <ul style="list-style-type: none"> • MinC • Sociedade Civil • Fundação Dom José Brandão de Castro (Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão) • Secretaria de Cultura do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a tradição da renda de bilro, não permitindo a sua extinção • Valorizar a renda de bilro para jovens meninas e meninos da comunidade • Catalogar as rendas existentes na localidade • Oferecer ferramentas para que as artesãs e artesãos possam comercializar seus produtos • Oferecer autoestima e empoderamento à comunidade por meio da preservação da renda de bilro 	Capital cultural, capital econômico, simbólico, físico e social
	Sebrae	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar as rendeiras recém formadas pelo ponto de cultura para ações de empreendedorismo 	Capital econômico, cultural e social
	Rendeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir e comercializar renda para uso próprio ou como forma de complementar o orçamento doméstico • Transmitir o ofício a partir das oficinas e receber recursos financeiros a partir dessa atividade. • Aprender o ofício a partir das oficinas. 	Capital de tradição e capital econômico.
2014/2018	Fundação Dom José Brandão de Castro	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a tradição em renda de bilro na comunidade • Valorização do trabalho da rendeira e da cultura do cangaço. 	Capital cultural, econômico e de tradição

	Rendeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir e comercializar renda para uso próprio ou como forma de complementar o orçamento doméstico • Transmitir o ofício a partir das oficinas e receber recursos financeiros a partir dessa atividade. • Aprender o ofício a partir das oficinas. 	Capital de tradição e capital econômico.
2014/2018	Sebrae e Crab	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação em empreendedorismo e comercialização dos produtos elaborados pelas rendeiras 	Capital econômico, social e cultural
	Governo do Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições de vida da comunidade • Acabar com a pobreza 	Capital cultural, capital econômico, simbólico, físico e social
	ITPI	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar e desenvolver social e economicamente a comunidade atendida 	Capital econômico e cultural
	Rendeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir e comercializar renda para uso próprio ou como forma de complementar o orçamento doméstico • Transmitir o ofício a partir das oficinas e receber recursos financeiros a partir dessa atividade. • Aprender o ofício a partir das oficinas. 	Capital de tradição e capital econômico.
	Associação de Artesãos do Município	<ul style="list-style-type: none"> • Comercializar o artesanato produzido • Manter viva a tradição cultural 	Capital de tradição e capital econômico

Fonte: Elaboração própria

No quadro acima, temos, portanto, um resumo dos principais períodos de mudanças e novas configurações e disputas de poder do campo da produção, transmissão de saberes e comercialização da renda de bilro em Poço Redondo. Como podemos perceber, o Quadro foi dividido por cores, para que os diversos períodos ficassem mais demarcados, já que alguns deles se sobrepõem e, como as ações e interesses são distintos, resolvemos deixar as cores evidenciar as ações diferentes desses períodos.

Também fica clara a inserção de um mesmo ator social em diversos momentos, como é o caso do Sebrae, por exemplo, que aparece sempre presente em praticamente todas as ações desenvolvidas, demonstrando que o capital econômico, cultural e social que esta entidade possui demarca os interesses de boa parte dos atores envolvidos em todas as etapas e mudanças na estruturação do campo cultural do município.

O Estado se faz presente em todos os momentos, seja a partir das ações, políticas públicas, inserção de recursos ou doação de espaço público. Quando falamos em Estado, nesse caso específico,

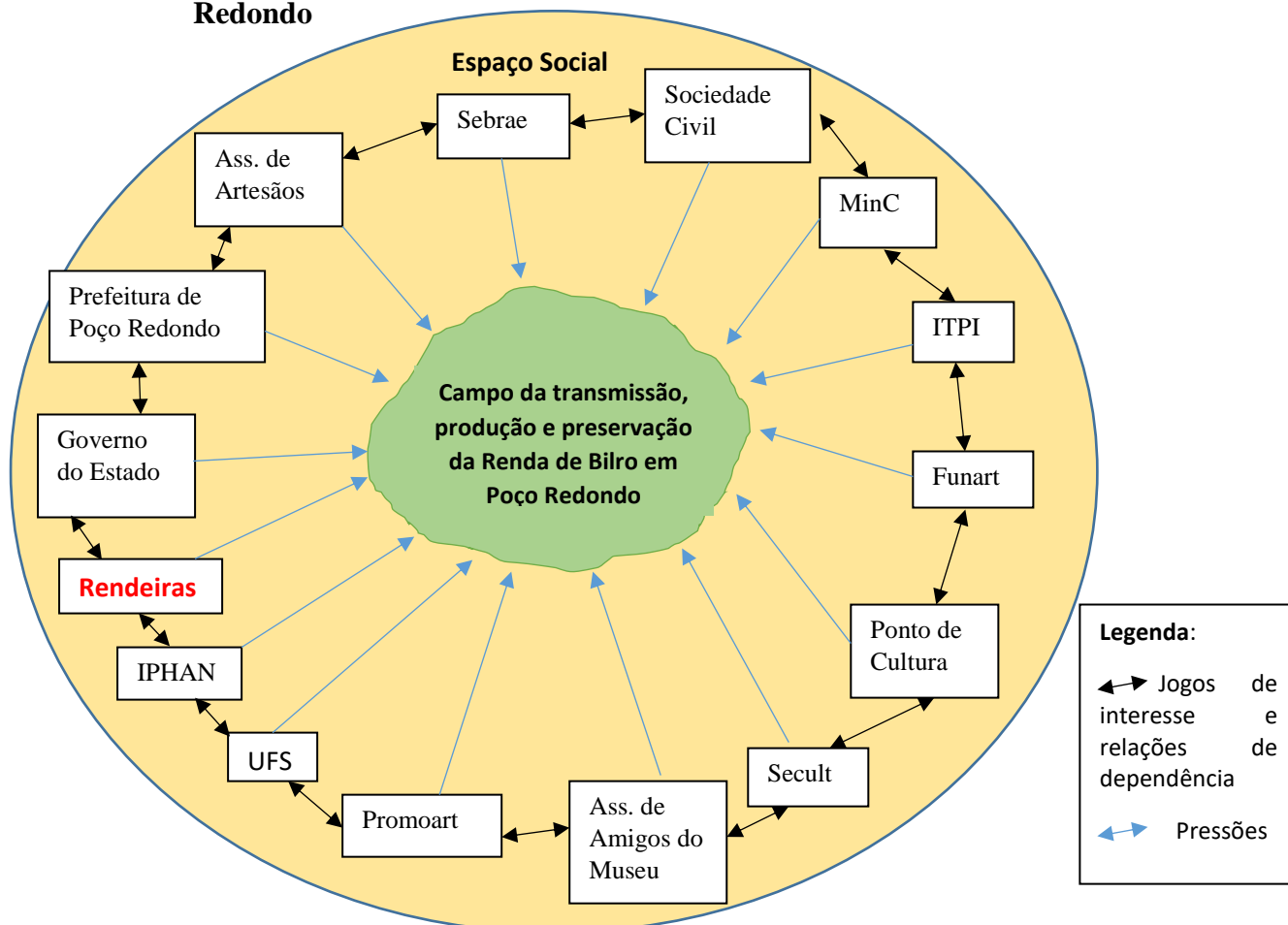
estamos englobando os governos Federal, Estadual e Municipal, através de suas secretarias, ministérios ou organismos. Isso demonstra o que Bourdieu (2005b) retrata sobre o metapoder que o Estado possui. É o Estado, que detém o capital econômico, cultural, social e simbólico que dita os caminhos em que os diversos projetos foram desenvolvidos ao longo dos anos em Poço Redondo, seja no interesse de mapear, documentar, preservar e manter a cultura local, seja com o esforço de tornar a cultura local uma fonte de trabalho e renda para a população poço redondense, que demarca as principais preocupações ao longo destes 16 anos de trabalhos desenvolvidos junto às rendeiras da comunidade.

Cabe salientar a presença do capital físico que, segundo Pierre Bourdieu (2005b) é um dos capitais que geram o metapoder do Estado, mesmo que ele não precise ser utilizado, como foi o caso em Poço Redondo. Não foi a partir da força física que o Estado decidiu os caminhos pelos quais a produção do saber da renda de bilro seria passada, não houve coerção ou força de polícia para isso, mas o poder simbólico que ele possui, faz com que as pessoas que seriam as maiores beneficiárias das ações (e dos recursos nela investidos), estejam submetidas às decisões tomadas pelo estado e aceitem suas determinações, mesmo que não sejam as mais adequadas para a população, assim, contribuindo, de forma determinante, na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social.

A sociedade civil organizada está representada no quadro acima por meio da Fundação Dom José Brandão de Castro e da Associação de Artesãos do Município, mas não apenas essas organizações (detentoras do capital tradicional) são importantes no jogo de interesses que estruturaram o campo ao longo dos anos. Pessoas específicas foram importantes, mas estas acabam, em algum momento, fazendo parte das organizações apresentadas acima e, durante os relatos, essa relação acaba por ficar mais clara.

Sendo assim, podemos utilizar o modelo de estruturação do campo formulado por Fernando Pontual de Souza Leão Júnior (2002) a fim de trazer uma outra forma de visualização que aponta principais atores envolvidos no processo de configuração do campo cultural em Poço Redondo, conforme a Figura 11:

Figura 11 – Campo da Transmissão, Produção e Preservação da Renda de Bilro em Poço Redondo



Fonte: Adaptado de Leão Júnior (2002).

Conforme Fernando Pontual Leão Júnior (2002), os atores sociais atuam no campo de modo a criar formas de pressão determinantes na estruturação do campo organizacional e essas ações irão delimitar o campo organizacional. Estas ações não são uniformes, já que a atividade social é dinâmica e contínua e as estruturas de dominação e poder estão em constante mudança. O seu modelo para o campo cultural e traduzido na realidade da renda de bilro em Poço Redondo através da Figura acima, parte da identificação dos atores sociais e dos interesses implícitos em seus discursos e ações. Para conhecer o campo ora apresentado, Leão Júnior (2001) afirma que é necessário identificar os aspectos que baseiam o repertório de ação destes atores, ou seja, conhecer os recursos controlados por eles, bem como a forma pela qual utilizam tais recursos dentro do jogo. Isso foi explicado nas linhas anteriores e sistematizado no Quadro 7.

Para Bourdieu (2001), a ideia de jogo implica em compreender que existe um campo, jogadores e regras socialmente aceitas. Assim, o jogador é um ator que está disposto a jogar e concorda com as regras estabelecidas, mesmo que tenha como intenção mudá-las posteriormente, mas isso só será possível a partir de sua ação dentro do jogo.

Com a estruturação do campo delimitada e a forma de atuar de seus principais agentes, passo a tratar nas próximas páginas, mais profundamente sobre as ações do Ponto de Cultura na Trilha do Sertão, utilizando para isso, não apenas a descrição de documentos secundários e primários, mas principalmente as memórias das mulheres que estavam envolvidas em diversas partes dessa ação. E, posteriormente, utilizo o relato dessas mulheres para compreender, a partir de suas experiências, como elas entendem a ação da política pública e sua influência em seu empoderamento.

6 SOBRE A FUNDAÇÃO DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO E O PONTO DE CULTURA NA TRILHA DO SERTÃO

A Fundação Dom José Brandão de Castro para o Desenvolvimento Educacional e Social é uma organização não governamental que iniciou suas atividades com o objetivo de promover ações que garantissem o desenvolvimento sustentável da população do semiárido sergipano. Foi fundada no início do século XXI, pela sua presidente até o momento, Sebastiana e tinha como objetivo inicial, desenvolver ações junto à prefeitura de Poço Redondo com o foco em estudos e experiências práticas para adoção de um plano de educação voltado para as populações camponesas, de forma a trabalhar a partir da Educação contextualizada com o semiárido.

Este trabalho foi concretizado por meio de um projeto desenvolvido na Escola Bom Jesus dos Passos, no distrito de Sítios Novos, em Poço Redondo. Segundo Christiane Falcão e Marluce Falcão (2008), o trabalho desenvolvido a partir da articulação de entidades não governamentais e públicas e membros da sociedade civil, tornou possível um aprendizado contextualizado nas escolas municipais e nesta em especial. Assim, a realidade sertaneja e do semiárido trouxe para a sala de aula a concepção de uma escola sem muro, que caminhava na direção da lógica do saber fazer e da cidadania. A partir dessa nova concepção de escola, as autoras entendem que os alunos puderam transformar as tarefas de casa em pesquisa sobre a vida da comunidade, fazendo inventário da realidade, conhecendo assim, o número de pessoas analfabetas, quais as plantas nativas em extinção, quais os olhos d'água existentes, além de outros fenômenos da região.

Em 2008, a Fundação realizou um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente para a constituição de um Coletivo Educador que implementou ações voltadas ao Programa Nacional de Educação Ambiental, de forma continuada e sustentável. Esse projeto visava a capacitação e formação de educadores ambientais nos municípios de Canindé do São Francisco, Porto da Folha, Monte Alegre e Poço Redondo (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2008). Todos esses municípios interligados formam o semiárido sergipano. Nesse período, conforme relatado anteriormente, alguns cursos de renda de bilro já haviam sido realizados, tendo em vista a possibilidade de ter extinto esse tipo de produção na região.

Assim, quando em 2009 saiu o edital para criação de Pontos de Cultura, através de convênio do Ministério da Cultura (MINC) e Secretaria de Cultura de Sergipe (SECULT), a presidente da Fundação, em parceria com sua filha, o prefeito de Poço Redondo na época, Frei Enoque, e o historiador Raimundo Eliete, entenderam que os recursos desse edital tornariam possível a realização

de atividades já identificadas por eles/as nos anos anteriores e, assim promover, segundo Sebastiana, em entrevista, o conhecimento e empoderamento da comunidade. Nas palavras de Nenê sobre a decisão de montar o ponto de cultura a partir da Fundação:

A gente achava que Poço Redondo é um município que tem uma diversidade cultural e ambiental absurda e tem um peso histórico importante por ali, e não tinha um financiamento de cultura. Além de ser um município de baixa monetização, onde você tem uma quantidade de postos de trabalho limitados. Você tem uma agricultura precarizada por conta do semiárido e da própria desorganização comunitária que ocorreu no sertão, as pessoas perderam um pouco das tecnologias sociais e tradicionais de cultivo no semiárido. A gente sabe que os fazedores de cultura popular são agricultores, em sua maioria, ou são extrativistas. Enfim, são povos de comunidades tradicionais. Então foi isso que motivou a gente (NENÊ, EM ENTREVISTA).

Para decidir as principais ações a serem desenvolvidas pelo Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão, as coordenadoras do projeto e participantes da Fundação realizaram um brainstorming⁶ com um grupo de pessoas indicadas por Raimundo a fim de entender quais as expressões culturais mais interessantes para colocar no projeto. Assim, o ponto de cultura surgiu como uma tentativa de valorização da produção artesanal da renda de bilro, da preservação das orquídeas, do bordado, do couro, da palha de Ouricuri e a cultura afro presentes na Serra da Guia⁷. Além disso, o trabalho do Ponto de Cultura procurou reproduzir a ação bem sucedida, desenvolvida anteriormente pela Fundação, e utilizar o projeto da rádio escola, a fim de reavivar, junto aos alunos da rede municipal, a educação contextualizada através da convivência com o semiárido.

A questão da renda de bilro, na época do edital do ponto de cultura, apesar de já ter sido iniciado um trabalho anterior para a manutenção, preservação e transmissão de conhecimento, ainda sofria com um número reduzido de rendeiras e com o envelhecimento daquelas que ainda eram detentoras do saber. Então, a renda de bilro foi colocada como um ponto central do projeto, de forma que pudesse servir de ganho para as pessoas, pois segundo Sebastiana, o município precisava de um recomeço com novas rendeiras, com jovens e com crianças e, mesmo com o término do repasse do governo e encerramento do projeto, até hoje essa é uma ação que a Fundação desenvolve nos povoados do município.

⁶ Brainstorming ou tempestade de ideias é o nome de uma técnica utilizada em grupos com o intuito de resolver problemas específicos a partir de várias soluções que são colocadas a fim de facilitar o processo criativo.

⁷ É um quilombo localizado no município de Poço Redondo e faz parte do complexo da Serra Negra, cadeia de morros situada na divisa entre os estados de Sergipe e Bahia. O direito sobre o seu território de 9.013,18 hectares foi validado por decreto de desapropriação publicado em 22 de novembro de 2012. (FRIZERO, 2016, p. 1)

Segundo Sebastiana, a decisão do projeto do ponto de cultura foi baseada em um contexto cultural, econômico, social e emocional. Pois, na medida em que essas questões eram resgatadas, a comunidade, no entendimento dela, começava a criar uma nova autoestima e a fazer com que as idosas, que se tornaram oficinairas, comessem a pensar melhor, fazendo com que o envelhecimento não fosse muito longe. Para ela, mesmo que algumas rendeiras não tivessem mais condições de repassar esse saber, outras tentaram e aconteceu.

Utilizando a memória de Sebastiana a respeito de todas as ações promovidas e/ou idealizadas no projeto aprovado pelo edital e que deu origem ao Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão, seguimos com a descrição das principais atividades desenvolvidas pela organização no período de 2010 a 2013, enquanto ainda era um Ponto de Cultura e, até 2018, quando a entrevista foi realizada, com as atividades da Fundação.

Ainda seguindo a linha das ações anteriormente realizadas pela Fundação, o Ponto de Cultura realizou um trabalho nas escolas municipais com o objetivo de contextualizar a realidade dos alunos e alunas, levando para a escola o conhecimento sobre a renda de bilro, a palha de Ouricuri, o bordado, as danças inerentes à Serra da Guia, a fim de que todos esses eixos pudessem estar inseridos na vida dessa gente. A intenção era deixar uma rede de rádio escola no sertão e que essa rede, seria o meio de comunicação para valorização, principalmente da renda.

Um outro ponto importante do projeto era o de estimular os jovens para serem guias turísticos e houve algumas oficinas nesse sentido também, além da criação de grupos de produção em réplica de almofada de renda de bilro para comercialização. Em outra ação o Ponto de Cultura atuou com o intuito de requalificar as bordadeiras a partir do conhecimento já existente de um grupo de bordadeiras em Sítios Novos. Foi contratada uma oficinaira que deu instruções na questão das cores, dos pontos, montando uma chave de cores para que fizessem bordados nuns tons mais leves que facilitassem a comercialização.

No que diz respeito à preservação das orquídeas, foi convidada uma bióloga, que tinha experiência dessa área e foram feitas de 500 a 800 mudas. O propósito dessa ação era fazer com que as famílias preservassem e plantassem essas flores ao longo da trilha, o que traria ganhos culturais e de sustentabilidade, já que as mudas poderiam ser vendidas. Dessas mudas, algumas foram vendidas numa mini exposição realizada em parceria com o Orquidário de Sergipe. Essa ação não foi terminada, pois fazia parte de uma terceira etapa do projeto, mas os recursos dessa última etapa ficaram retidos na Secult por problemas no contrato.

Uma outra ação estava relacionada com o trabalho de reavivar a história dos remanescentes de quilombo. Para isso, foram desenvolvidas algumas oficinas com várias danças próprias da comunidade quilombola, mas Sebastiana explica que houve muita dificuldade em realizar essa ação, seja pela distância da Serra da Guia para os outros povoados, como também de resistência da própria comunidade. Segundo ela: “Há um distanciamento também do poder público, da secretaria de educação, dos órgãos que trabalham na região, no sentido de fazer um trabalho de conscientização dessa gente” (SEBASTIANA, EM ENTREVISTA). Mesmo com as dificuldades enfrentadas, foi possível realizar oficinas de samba de coco, dança de roda e uma dança afro com as crianças.

Para Nenê, o problema em desenvolver as ações na Serra da Guia envolveu não apenas uma questão logística e financeira, mas também um aspecto social forte, já que essa é uma comunidade quilombola muito precarizada, de forma que é necessário fazer um trabalho de mobilização muito sensível, pois as pessoas precisam sobreviver antes de despertarem o interesse em uma oficina, por exemplo.

Com relação à confecção das bolsas de couro e de palha, seriam ações a serem desenvolvidas na terceira etapa do projeto e que não ocorreram, Seja por falta dos recursos, que não vieram e até hoje são aguardados pela Fundação, seja por determinação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que estava proibindo de tirar as palhas dos ouricuzeiros, já que estava havendo muita degradação na Serra da Guia.

Com esses altos e baixos no desenvolvimento das ações do projeto do Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão, podemos identificar que as ações desenvolvidas pelo Estado, como o caso dos editais de pontos de cultura, apesar de terem uma proposta de ação voltada para a democratização da cultura, carregam uma burocracia que inviabiliza a entrada e permanência dos verdadeiros fazedores de cultura e acabam por tornar o campo cultural um negócio. Para Cristina Carvalho (2009), o Estado, ao igualar os coletivos culturais à condição de pessoas jurídicas, obrigam-nos a se burocratizarem também, na medida em que passam a exigir que estes entendam de questões tecnocráticas e legais das normas dos convênios com o governo e o processo de prestação de contas rígidas. Assim, entendemos porque o trabalho com a renda de bilro não pôde ser desenvolvido pela Associação de Artesãos do Município na época do edital, pois esta ainda era uma organização com menos de dois anos de fundada, e não cabia no edital, sem contar com a falta de conhecimento das rendeiras sobre a forma de elaborar projetos.

Com isso, a Fundação, que tinha objetivos mais amplos, acabou buscando uma inserção em várias áreas em que não foi possível atuar e, talvez se o projeto fosse realizado pela própria

comunidade, pelas próprias rendeiras em cima de suas necessidades, a situação fosse diferente. Essa é uma preocupação, inclusive, de uma das coordenadoras e idealizadora do Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão:

Me dá uma certa angústia esse fato, por exemplo, nós não somos de lá, nós somos daqui (de Aracaju), a gente trabalha lá há muito tempo, mas não somos de lá. Ao mesmo tempo é difícil que você encontre, naquela época pelo menos, que você encontrasse atores sociais de lá que tivessem as condições materiais pra poder elaborar, aplicar... É muito injusta essa formatação burocrática de convênio, né?. O Estado, ele trata as entidades, os coletivos artísticos e populares como se tivesse tratando um município, um governo interestadual. Isso é justo? Tanto é que você deve ter visto lá na Secult a quantidade de pontos de cultura com dificuldades na prestação de contas, né? A gente sabe que é difícil, as vezes você não pode pagar e mesmo pagando um contador é complicado. Então isso eu acho que é um limitador absurdo para todo e qualquer projeto nesse formato de convênio. E eu tenho essa sensação de ser injusto que a gente tenha dirigido, vamos dizer assim. Mas ao mesmo tempo, talvez não houvesse a possibilidade de ter sido realizado. Não estou dizendo que só a gente teria condição, mas naquele momento, eu acredito, que foi a forma que se fez viável (NENÊ, EM ENTREVISTA).

Em sua tese de doutorado, Luciana Holanda encontrou discurso semelhante quando realizou pesquisa junto a produtores culturais em pontos de cultura de Pernambuco. Segundo ela, a articulação entre o Estado e o Mercado tem apontado para uma tendência homogeneizante de mercantilização na gestão cultural, fundada nas leis de incentivo burocráticas via editais. Desse modo, muitas organizações, com o intuito de se adequarem aos editais para conseguir recursos, modificaram a forma como geriam suas atividades para um modelo mais semelhante ao de uma administração pública (HOLANDA, 2011).

Fica evidente também, para os que têm estudado e vivido no meio cultural, que o período dos governos petistas (2002-2016) inaugurou no Brasil, uma forma diferente de se tratar o setor cultural e fazer política pública. Para (2007), esse período foi marcado pelo papel ativo do Estado na formulação e implementação de políticas de cultura que fizessem uma conexão do Estado com a sociedade (desafio de formular e implementar políticas culturais em circunstâncias democráticas) e ampliassem o conceito de cultura (a abrangência do conceito se traduz num conceito mais amplo dito “antropológico”); fazendo com que o hoje extinto Ministério trabalhasse a favor não só das culturas cultas (eruditas), mas de “culturas populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; da mídia áudio-visual; das redes informáticas etc.” (RUBIM, 2007, p. 12).

Sebastiana terminou a apresentação sobre o trabalho do Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão apontando as conquistas obtidas. Segundo ela, foi possível montar um grupo de produção de renda de bilro com 70 novas rendeiras e foram implantadas duas novas turmas de rendeiras mirins em

parceria com a Escola Bom Jesus dos Passos, em Sítios Novos. Nesse último caso, o intuito era que essa escola permanecesse com o curso na disciplina de artes, independente do orçamento do projeto, mas ela relatou a dificuldade de manutenção por resistência dos próprios professores de arte, que não estimulavam as turmas a fazerem as aulas, mesmo com uma sala com estrutura de almofadas e uma oficina paga pela Fundação.

Foi feita uma excursão pedagógica para a cidade de São Sebastião, em Alagoas, pois lá existe uma escola municipal de renda de bilro. Situada no agreste em que predomina a cultura de subsistência, essa cidade possui características semelhantes a Poço Redondo. No entanto, é importante salientar que a tradição da transmissão do conhecimento em renda de bilro em São Sebastião ainda é passada das mães para as filhas, como herança de família. Segundo o site da Artesol (Artesanato Solidário), quase todas as mulheres, nativas do Município, sabem “render” e têm as suas almofadas feitas por elas mesmas (ARTESOL, 2018). Da mesma forma, posteriormente, houve um encontro de rendeiras promovido pelo Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão, que reuniu as rendeiras de Poço Redondo e das de São Sebastião, que também visitaram Sergipe, como um intercâmbio.

Inspiradas no trabalho de Beatriz Góis, que em seu livro apresentou a quantidade reduzida de rendeiras em Poço Redondo, mas também catalogou os desenhos de renda de bilro ainda existentes na reunião, o Ponto de Cultura realizou uma pesquisa de mapeamento das novas rendeiras, o tipo de renda que produziam e os desenhos e, com isso, foi publicado um catálogo com as rendas que estavam sendo produzidas naquele período a fim de deixar guardado esse registro para a posteridade.

Outra atividade que foi proposta pelo Ponto de Cultura, mas que não foi concretizada foi a organização, em um assentamento do MST, de uma casa da renda de bilro, conforme foi visto na excursão para São Sebastião. O MST chegou a ser contatado e disponibilizou um espaço, mas faltou o recurso da terceira etapa, para o pagamento das oficinas e de organização da infraestrutura do espaço.

Também não foi concretizado, por falta dos recursos da terceira etapa do projeto, o Centro de Cultura Sertaneja, onde seriam comercializados os produtos desenvolvidos pelo Ponto de Cultura, seja os trabalhos em renda de bilro, mudas de orquídeas, trabalhos feitos em couro etc. O prefeito da época também sugeriu que uma escola que estava fechada e ficava na beira da pista no caminho para Xingó e Canindé, um destino turístico importante da região, fosse utilizada pela Fundação para montar o Centro em regime de comodato. Isso, segundo Sebastiana, seria importante, pois daria visibilidade para o Ponto de Cultura e o trabalho desenvolvido pelos produtores locais.

Mesmo com essas dificuldades, a movimentação que o Ponto de Cultura na Trilha do Sertão conseguiu junto à comunidade no que diz respeito ao seu trabalho com as rendeiras trouxe nova visibilidade para a região. A Funarte (Fundação Nacional de Artes), em 2013, montou um edital para Microprojetos Bacia do São Francisco e o Ponto de Cultura ganhou em primeiro lugar, com os R\$ 15.000,00 obtidos com esse prêmio, através do projeto “Ateliê Flor de Mandacaru”, que tinha o objetivo de requalificar as bordadeiras e artesãs do município a partir das oficinas de corte e costura e design, servindo de extensão das atividades do Ponto de Cultura ‘Na Trilha do Sertão’. Com esse trabalho, Sebastiana disse que foi possível vender muitos dos produtos comercializados. Além disso, houve um investimento do Banco Mundial, o que tornou e torna possível que a Fundação ainda consiga desenvolver seu trabalho de transmissão dos saberes em renda de bilro.

Além do Ponto de Cultura na Trilha do Sertão, posteriormente mais duas organizações conseguiram aprovar editais, em 2011, para montar pontos de cultura. Foi o caso do Ponto de Cultura ‘Rendando Arte com Fios da Cultura’, da Associação Cultural Raízes Nordestinas (Acrane), que abriga o grupo de Teatro Raízes Nordestinas, e buscava desenvolver ações no sentido de seu fortalecimento e para realizar oficinas sobre o semiárido. E o Ponto ‘Bordando História - Criando Cultura’, da Associação dos Artesões de Poço Redondo, que tinha como objetivo resgate e incentivo do patrimônio imaterial do saber fazer dos artesãos da Associação, mas não trabalhou diretamente com a renda de bilro.

Em 2012, essas três organizações juntas realizaram um evento denominado I Seminário de Cultura Popular X Cultura de Massa, onde tiveram um dia inteiro dedicado às discussões sobre a cultura popular e às ações de fortalecimento da rede de Pontos de Cultura da região para que pudessem promover, de forma unificada, a produção e o acesso à cultura (F5NEWS, 2017).

É importante destacar aqui que a Secretaria de Cultura lançou apenas dois editais para a criação de pontos de cultura em Sergipe, um em 2009 e outro em 2011. Dessa forma, foram atendidas 30 organizações ao todo, sendo elas distribuídas por diversas regiões do Estado. Esse período pode ser demarcado também como um período de maior incentivo ao campo cultural, em especial no sentido de democratizar a cultura do Estado, que seguia em consonância com a forma de trabalho do Governo Federal. Então, cabe aqui salientar que, em Sergipe, passávamos por um governo também petista e que desenvolveu várias ações de mapeamento e financiamento de ações culturais sergipanas.

A partir de 2012, com a doença e posterior morte, em 2013, do governador petista, Marcelo Déda, assumiu o seu vice do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – hoje MDB) Jackson Barreto e, com isso, houve uma série de mudanças na Secretaria de Cultura do Estado e,

consequentemente em suas ações junto aos municípios sergipanos. Então, depois do segundo edital, em 2011, a Secult deixou de firmar convênio com o Minc para lançamento de novos editais para manutenção dos pontos de cultura já existentes e criação de novos. Além disso, as dificuldades já apresentadas aqui no que diz respeito à prestação de contas dos pontos de cultura, trouxeram atrasos e até pausa nos recursos das organizações envolvidas, como é o caso de ‘Na Trilha do Sertão’.

A ideia dos pontos de cultura também traz consigo um propósito de fazer com que a própria sociedade, manifesta a partir desses pontos, estivessem organizadas em forma de teia, de modo que as organizações se ajudassem mutuamente, dependendo cada vez menos do Estado. Apesar de enxergarmos as limitações da proposta, cabe questionarmos se é possível falar em participação social, sem deixar de lado um processo que se traduz na construção da cidadania, que tem como foco a dinâmica da sociedade. Para Vera da Silva Telles (2004, p.91), quando tomamos a sociedade como foco da discussão, é necessário problematizar as “práticas, discursos e valores que afetam o modo como desigualdades e diferenças são figuradas no cenário público, como interesses se expressam e os conflitos se realizam”.

Para compreender a relação entre Estado e sociedade, a partir dessa política pública denominada Plano Nacional de Cultura, podemos trazer o fundamento de Evelina Dagnino (2002), pois segundo ela, a natureza dos conflitos está na partilha efetiva do poder. A autora aponta três limitações ao processo participativo que, se solucionadas, podem ocasionar uma verdadeira participação social na gestão pública e deveriam ter sido observadas no momento de construção e implementação dessa política.

A primeira delas está fundamentada nas concepções políticas brasileiras, resistentes à democratização, que são: a dificuldade do Estado em compartilhar o seu poder exclusivo sobre as políticas públicas e, por outro lado, a insistência dos setores da sociedade em participar dessas decisões e concretizar o controle sobre elas. Essa distinção de interesses faz com que as práticas democráticas acabem por se tornar apenas mecanismos de função consultiva ou de legitimação das decisões tomadas nos órgãos públicos.

A segunda limitação refere-se às características estruturais do Estado, ainda fundado sob uma razão tecnoburocrata, que dificulta o acesso às informações. E, por fim, a exigência de uma maior qualificação técnica e política da sociedade, necessária a uma participação mais igualitária nos espaços públicos. Sem essa qualificação, a sociedade perde poder e, desse modo, o processo democrático torna-se deficiente.

E, apesar dos avanços trazidos pelas organizações beneficiadas com os editais de pontos de cultura em Sergipe em suas comunidades, como foi relatado em trabalho anterior desenvolvido por mim e outros colegas (SILVA et al., 2014), as limitações apresentadas acima, juntamente com questões relacionadas tanto ao contexto sergipano, como a morte de um governador de grande atuação no campo cultural, como também nacional, foram determinantes para os problemas de não conclusão dos trabalhos de vários dos pontos de cultura de Sergipe. Destarte, não podemos deixar de destacar que, durante o período de escrita desta tese de doutorado, o Brasil vem passando por um processo político conturbado que culminou, em 2016, com um golpe de estado através do impeachment da presidenta petista, Dilma Rousseff. Depois disso, ao assumir, o vice presidente, Michel Temer, decidiu pela extinção do Ministério da Cultura.

No entanto, após muitas manifestações, ocupações e atos públicos, os artistas conseguiram fazer com que o presidente interino anulasse a decisão e a cultura manteve o seu ministério. Mas, mesmo sobrevivendo ao golpe, ele perdeu a força e recursos que vinha conseguindo nos últimos anos e, em 2019, com a posse do presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, o MinC foi, novamente, extinto. Dessa forma, o campo da cultura brasileira, em especial o da cultura popular, cada vez mais apresenta um futuro incerto e necessita de uma maior movimentação e cobrança da sociedade civil organizada.

Os projetos desenvolvidos pela Fundação Dom José Brandão de Castro, depois de 2013, sofreram algumas alterações, não somente pela falta de recursos oriundos da Secult/MinC, mas também por problemas de ordem pessoal da presidente da Fundação e sua filha, considerando que o marido de Sebastiana (e pai de Nenê) passou por um câncer e, depois de recuperado, sofreu novo problema que acometeu sua locomoção motora. Apenas no final de 2018 que Sebastiana relatou estar mais disponível para retornar às viagens a Poço Redondo e atuar mais fortemente junto à Fundação. Por isso, ela fez questão de ir comigo às entrevistas, pois além de me apresentar as mulheres que fazem/fizeram parte da Fundação na época do Ponto de Cultura, além das rendeiras mais antigas da região, ela poderia conversar com pessoas, visitar os locais onde a Fundação está atuando e tomar decisões sobre novos trabalhos.

Mesmo com os problemas envolvendo as dirigentes e consequente redução das suas atividades na Fundação, algumas mulheres continuaram responsáveis pelo seu andamento, seja realizando oficinas de renda de bilro e bordado, seja buscando novas parcerias. Uma delas, inclusive, cedeu um espaço de sua casa para guardar os materiais da Fundação e ainda servir como espaço para a realização de oficinas e venda dos artesanatos produzidos. Essas três mulheres, Noca, Rosalina e Zefinha são as

responsáveis por manter a Fundação Dom José Brandão de Castro em funcionamento e perpetuar os ensinamentos para novas gerações, considerando que depois da atuação do Ponto de Cultura, nenhuma nova ação de transmissão de saberes foi realizada em Poço Redondo, nem na Associação de Artesãos, que hoje se ocupa principalmente da comercialização das peças produzidas pelas diversas artesãs do município (segundo Dadá, são artesãs de várias áreas, mas todas mulheres).

Sebastiana e Nenê, com seus próprios recursos, enviam dinheiro para Noca, Rosalina e Zefinha, em Poço Redondo, no intuito de manter as suas atividades ainda em funcionamento, mesmo que não da mesma forma de antes. Mas fica claro que essas cinco mulheres atuam ainda com esse trabalho, muito mais por ideologia que para gerar renda. Posteriormente, na fala de cada uma delas, apresentaremos suas expectativas e anseios com relação ao seu trabalho com a renda de bilro na Fundação. Na fala de Sebastiana, em entrevista:

Eu mando, de vez em quando uns trocados. Eu ainda tenho algumas peças de renda, entendeu? As pessoas as vezes ligam pra mim: - “Ainda tem a renda de bilro de Poço Redondo?”. “Tenho!”. Aí eu vendo. São rendas de barracas caras. E aí vai pagando... Não é um pagamento, assim... merecedor. Mas é uma gratificação. Ela vai num dia de domingo, passa o dia de domingo com as meninas de manhã e de tarde. A gente manda algum material pro lanche. Zefinha, essa menina que coordena, ela é assistente social. Ela consegue alguns recursos por lá, que ela trabalhava num dos CRAS, né? E vamo tocando como pode. É só ideológico! É você tá com aquela ideia fixa e achar que ainda pode acontecer.

Atualmente Zefinha coordena as atividades em Poço Redondo e consegue alguns recursos junto a entidades em Poço Redondo, a fim de manter as atividades em funcionamento. Rosalina é quem disponibiliza o espaço de sua casa, em Barra da Onça, para realizar uma parte das oficinas de bilro e bordado, além de dar aulas de bordado para as jovens alunas. Noca, que foi aluna no momento do projeto do Ponto de Cultura, hoje dá aulas de renda de bilro nos dois grupos pequenos ainda existentes, um em Barra da Onça e o outro em Pedras Grandes, num espaço cedido pela comunidade, com oficinas que ocorrem nos dias de domingo ou nas quintas feiras, dependendo da oscilação dos horários dos alunos e alunas das escolas.

Figura 12 – Oficina de Renda de Bilro na casa de Rosalina



Fonte: Fotografia tirada pela pesquisadora

Para Sebastiana, não há um interesse do poder público municipal em auxiliar os trabalhos da Fundação para preservação da renda de bilro, pois ela entende que eles não possuem esclarecimento suficiente para entender que esse trabalho é uma questão cultural e que deve ser preservada, e não apenas um aspecto relacionado a geração de renda. Pois, segundo ela, a economia está em um momento complicado para comercializar com a renda de bilro e, nem por isso o trabalho de preservação e transmissão de saberes deve ser encerrado, a fim de manter a tradição da comunidade.

Passa por um momento assim de que a economia, ela tá complicada pra você comercializar a renda de bilro. Então você vender um metro de renda de bilro por R\$ 15,00 a pessoa não quer comprar. Porque você compra umas rendas é... chinesa por R\$ 8,00, por R\$ 5,00, que eles dizem assim: “Faz o mesmo efeito”.

Isso corrobora o trabalho de Hayesca Costa Barroso e Maria Helena de Paula Frota (2010), em que as autoras apresentam dados do Banco do Nordeste acerca da participação da mulher no artesanato. Estes dados demonstram que o perfil do artesão nordestino é segmentado sexualmente, ou seja, as práticas artesanais ocorrem determinadas conforme o sexo e a tipologia e isso parece ser um dado cultural. As rendas e bordados, tecelagem e tecidos são executados, em sua maioria, por mulheres, já os trabalhos em couro e metal, madeira e cerâmica são realizados por homens. No que diz respeito à renda, as diferenças de sexo continuam existindo, o que pode ser demonstrado pelo fato de que os rendimentos auferidos pelas mulheres são inferiores aos dos homens, o que demonstra que

as tipologias exercidas predominantemente por homens possuem maior valor agregado de comercialização.

Para conseguir manter seu funcionamento de uma forma mais ampla, Sebastiana nos relatou algumas possibilidades futuras, desde o envio de um projeto sobre cultura popular, em que ela espera que, com resultado positivo, os recursos advindos da premiação possibilitem ampliar o número de oficinas de renda de bilro e de alunas/os de povoados de Poço Redondo, que já possuem lista de espera, caso as oficinas aconteçam.

Um outro anseio é que, em conversa com o antigo prefeito, frei Enoque, este afirmou que trataria diretamente com o secretário da cultura da época da entrevista, Augusto Gama, a fim de tentar viabilizar a liberação do recurso da terceira etapa do projeto do Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão, ainda retido na Secult ou financiar as oficinas. Inclusive, o secretário havia se comprometido com Zefinha, Noca e Rosalina, em Poço Redondo, a financiar essas oficinas. Mas, segundo Sebastiana, essa promessa é algo que ela não pode contar.

Assim, percebemos que a Fundação Dom José Brandão de Castro, apesar de ter iniciado suas atividades muito mais voltadas às questões mais gerais de uma educação contextualizada para o campo e o semiárido, conforme demonstrado no trabalho de Christiane Falcão e Marluce Falcão (2008), após o início de suas atividades, enquanto Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão, junto às rendeiras do município, acabou tornando esse o seu trabalho principal: manter a tradição em renda de bilro, ensinando jovens a arte e, ao mesmo tempo, criar a autoestima na comunidade, de modo a tornar o aprendizado um ofício que pudesse gerar renda e desenvolvimento para a comunidade.

6.1 AS MULHERES DO PONTO DE CULTURA NA TRILHA DO SERTÃO

A partir das falas de cada uma das mulheres envolvidas, no caso deste trabalho foram entrevistadas as cinco mulheres mencionadas aqui, além de Dadá, que hoje não faz mais parte da Fundação, mas deu aulas nas oficinas durante a época do projeto. Assim, tentaremos compreender, em suas experiências e memórias, como este trabalho com a renda de bilro modificou suas vidas e pôde, de alguma forma, possibilitar seu empoderamento enquanto mulheres ou modificar as estruturas de gênero presentes no cotidiano do cangaço.

Além das mulheres envolvidas nas ações do Ponto de Cultura, também conversamos com duas dasicineiras mais antigas e ainda vivas e atuando em Poço Redondo e mais umaicineira que, junto com Dadá, participou da primeira turma de mulheres que participou de oficinas para aprender

a renda de bilro em 2006 e, posteriormente, deu aulas para meninas em 2010. Essa última, da mesma forma que as duas rendeiras mais velhas, não foram entrevistadas de maneira formal, com uma entrevista estruturada, mas de modo informal, com o intuito de conhecer melhor o campo pesquisado. Mesmo assim, essas conversas foram gravadas e alguns pontos de suas falas nos parecem relevantes mencionar. Tentamos, no momento em que relatamos essas falas e memórias, trazer também o espaço onde as conversas foram realizadas e algumas das minhas sensações no momento da entrevista. Assim, nesta próxima etapa do trabalho, trago aqui não apenas as memórias das mulheres entrevistadas, mas também as minhas reflexões ao ouvir suas falas.

6.1.1 Sebastiana

A entrevista foi realizada às 15h30 na sala de estudo do condomínio da entrevistada. Ao chegar, ela já havia separado alguns materiais do ponto de cultura para me mostrar durante a conversa, como documentos de estudo elaborados por ela e outras pessoas do ponto para as/os alunas/os do curso de renda de bilro, material em data show para apresentação do projeto do ponto de cultura e o resultado de pesquisa de mapeamento sobre tipos de rendado existentes na região de Poço Redondo.

Sebastiana possui 70 anos, é casada e tem dois filhos e duas filhas já adultos/as. Ela possui formação em assistência social e pedagogia, além de uma especialização em políticas públicas. No momento está aposentada e, durante o período que trabalhou com o ponto de cultura, apesar de estar aposentada, atuava no interior como consultora da prefeitura de Poço Redondo.

Antes de iniciar a entrevista gravada, ela pediu para dar uma explicação inicial sobre as suas motivações pessoais em entrar com o projeto do ponto de cultura no município de Poço Redondo e, mesmo sendo explicado que essa era uma das perguntas a serem realizadas durante a entrevista, ela preferiu que não fosse gravada, pois considerava muito pessoal. Estava relacionada a algumas de suas preocupações quanto ao meu entendimento sobre as dificuldades enfrentadas pelo Ponto de Cultura e consequente impossibilidade de algumas ações. Ela me explicou, naquele momento, sobre os problemas com a Secult para repasse das verbas e suas idas e vindas à Secretaria para tentar conseguir os recursos da terceira etapa, que deveriam ter sido repassados em 2013 e, mesmo com o encerramento do convênio, em 2014, este dinheiro nunca veio para as mãos da Fundação.

Além disso, ela me relatou seus problemas de ordem familiar que ocorreram entre 2013 e estavam melhorando no ano da entrevista, em meados de 2017, que impossibilitaram uma maior

atuação sua junto à Fundação, principalmente porque envolvia viagens a Poço Redondo e, de Aracaju para lá, leva ao menos umas três horas.

Após suas explicações sobre a atuação sobre o Ponto de Cultura, que levou aproximadamente meia hora, foi o momento de iniciarmos a entrevista. Nesse momento, Sebastiana já havia respondido a uma série de questionamentos que seriam feitos. E logo depois, percebi seu encantamento com esse trabalho, pois ao ser questionada sobre o que ela enxergou como pontos positivos e negativos da experiência sobre o ponto de cultura e ela passou mais meia hora falando sobre suas constatações, observações e desejos a respeito do trabalho do Ponto de Cultura, não apenas com relação às rendeiras, mas também aos outros trabalhos relacionados com a rádio escola e com a valorização do trabalho sertanejo.

Para ela, esse projeto foi importante para a comunidade, pois entende que foi algo que marcou aquele período quando as pessoas vinham de Aracaju, Maceió ou Paulo Afonso e viam na porta da Fundação aquele número de rendeiras fazendo a sua renda, mostrando o aspecto cultural da cidade. Assim como nas escolas, com o programa de rádio, bem como a questão das orquídeas, que é algo que pode ser explorado na Serra da Guia.

Na realidade eu acho que o que passou para população é que eles têm potencialidade. Eles podem construir a cultura deles. Não é só cangaço! A gente pode dizer o que tem em Poço Redondo? Tem a renda, tem a orquídea, tem o chapéu de couro, tem a blusa agregando o valor da renda, tem o bordado (SEBASTIANA, EM ENTREVISTA).

O que ficou de incompleto foi o fato do poder público não ter feito o compromisso conforme definido no convênio. Para ela, a comunidade recebeu bem o projeto, mas o poder público poderia ter se envolvido mais de forma que esse Ponto de Cultura se tornasse um Pontão no futuro, que formaria uma rede com os demais pontos de cultura da região do semiárido sergipano e, segundo ela, seria capaz de trabalhar em várias frentes de trabalho em que eles pudessem relacionar cultura, trabalho e educação a partir de um mesmo contexto, o que facilitaria a atividade de todos os pontos envolvidos.

Considerando que nessa região existiam sete pontos de cultura em funcionamento, desses, três estavam em Poço Redondo, lidando com questões diretas da região no que diz respeito à valorização da cultura do cangaço, um em Nossa Senhora das Dores, também seguindo a linha de valorização da cultura local sertaneja, um em Porto da Folha, que buscava retratar a cultura da região, englobando a cultura indígena, quilombola, bem como o artesanato típico da região e as tradições de vaqueiros,

além de outros dois em Nossa Senhora da Glória, que lidavam diretamente com ações para pessoas com deficiência da região.

Se o sertão é pobre, é terra rachada na seca, mas ele é rico. Porque na medida que vem a chuva, o sertão renasce, o sertão tem uma outra vida. O sertão tem mais feijão, tem mais milho, tem mais capim pro gado, tem mais água pras pessoas trabalharem de suas diversas formas, né? Tem sua paisagem da caatinga que fica mais bonita, mais reavivada. Enfim, esse projeto era justamente isso. Pra que realmente as pessoas desmistificassem que o sertão era só pobreza. Esse projeto tinha esse objetivo e ainda tem de mostrar pra população que o sertão é rico, que o sertão tem sua potencialidade.

Sendo assim, a ideia de se trabalhar com um pontão na região do semiárido de Sergipe, talvez fosse uma resposta às dificuldades que as lideranças de pontos de cultura apontaram em pesquisa realizada anteriormente por mim e outros colegas em Sergipe, que não há uma articulação efetiva entre os pontos de cultura do estado, geradas principalmente, pela falta de comunicação e distância entre eles (SILVA e outros, 2014).

Com essa proposta de ter um pontão por região, conforme proposta de Sebastiana, talvez esse fosse um problema resolvido, pois as distâncias entre as organizações seriam reduzidas e a similaridade entre as suas realidades talvez tornassem possível uma maior interação e, conseqüentemente, maior desenvolvimento das ações dos pontos. Esse ressentimento com relação à Secult e MinC sobre não serem capazes de facilitar essa relação foi percebido também nas entrevistas feitas anteriormente com outros pontos de cultura durante a minha pesquisa anterior.

Com relação às questões de gênero, Sebastiana ressalta dois aspectos que considerou importantes durante o período de atuação do Ponto de Cultura. O primeiro foi o fato de dois garotos terem se interessado em aprender a fazer renda, principalmente considerando que Poço Redondo é uma cidade do interior do Nordeste, onde ainda existe muito preconceito e machismo no que diz respeito ao que é de homem e o que é de mulher. Um dos rapazes é o filho de Noca e, tanto ele participou do projeto como aluno, como também depois deu algumas oficinas para outras turmas. Segundo ela, a presença dele foi muito comemorada no momento da premiação da Funarte, pois todos ficavam encantados com a destreza do rapaz na produção da renda. E, recentemente, Noca lhe informou, por telefone, que mais um menino tinha interesse em fazer a oficina, mas a própria família estava impedindo que ele fosse às aulas.

Essa questão de gênero ela é muito séria. Se ela não é trabalhada na escola e da escola pra família. Porque a família não tem essa visão, pois traz toda uma carga do passado, né? Menino é azulzinho, a menina é rosinha. E essas atividades que podem ser

desenvolvidas pelo homem e pela mulher, há realmente assim uma quebra de braço, né?. Você tem que fazer coisa do homem, do macho; e a mulher tem que fazer a coisa da mulher. Então ela é muito séria porque a escola é que podia tá puxando essa discussão. Hoje me parece que já começa, mas muito pálido ainda e naquela época era pior ainda (SEBASTIANA, EM ENTREVISTA).

Um outro ponto relacionado ao gênero que ela apresenta é a dificuldade de algumas mulheres permanecerem no curso por seus maridos não gostarem da ideia de estarem casados com velhas. Segundo ela, algumas moças levavam as almofadas para casa nos finais de semana, pois tinham uma quantidade de renda a fazer como exercício e, chegando em casa, os maridos reclamavam que aquilo era uma atividade de velha e que eles queriam estar casados com mulheres novas.

Assim, percebemos não apenas o aspecto relacional, mas também uma submissão a uma estrutura de gênero machista, patriarcal, em que os homens definem o que a mulher pode ou não fazer e, a fim de manterem essas mulheres fora do ambiente público, passam a humilhá-las ou desestimular seu trabalho de forma que elas sejam as mulheres que eles desejam. Fazendo uma analogia à reportagem da Revista Veja sobre a ex primeira dama, a jovem esposa de Michel Temer, os homens parecem esperar que tenham em casa mulheres belas, recatadas e do lar. Segundo Sebastiana, algumas ações foram realizadas, como palestras dadas por sua filha, Nenê, para tentar quebrar esse preconceito.

Segundo Nalu Faria (2008, p. 2), a partir do momento em que consideramos que o homem deve ser o representante dos interesses familiares e com poder de decisão, estamos baseados em relações patriarcais, fundadas numa estrutura hierarquizada de gênero e geração, onde os homens exercem seu poder sobre as mulheres e filhos/as, e se apoiam em uma visão da economia e do trabalho limitados ao mercado, já que a esfera produtiva é tida como um espaço masculino. Para ela, essa visão está amparada no discurso de “que as mulheres são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico vinculado à maternidade”. Isso corrobora com o não reconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres dentro da família.

No que diz respeito à liderança da comunidade, Sebastiana informa que em nenhum momento se sentiu desprestigiada pelo fato de ser mulher. Sentia inclusive uma admiração das pessoas com relação ao trabalho desenvolvido pelo Ponto de Cultura, pois além das ações desenvolvidas e premiadas, muitas pessoas se identificavam pelo fato de achar importante a preservação dessa arte, que era da época de suas bisavós. No entanto, não se pode deixar de considerar o fato de que, Sebastiana, por ser consultora da prefeitura, formada, proveniente da capital, possuía **capital cultural e econômico** que lhe garantia certa distinção social em relação à população de Poço Redondo.

Terminadas as questões relacionadas ao trabalho no Ponto de Cultura, passei para as questões mais pessoais, voltadas para o ambiente da casa. Com relação ao orçamento doméstico, Sebastiana disse que na casa dela o marido, que era médico, tinha o contracheque dele, mas os recursos dela também sempre foram destinados às necessidades básicas da família, e quando eram mais jovens, ainda noivos, os dois se formaram no mesmo ano, mas ela já foi logo fazer extensão rural e foi trabalhar em Lagarto, enquanto ele ainda estava pensando se iria trabalhar para dar aula na universidade ou fazer concurso para o INSS no interior. Segundo ela, nessa época ele já sentia uma diferença, pois ela começou recebendo mais que ele. No entanto, depois que o tempo foi passando, mesmo ele sendo médico e crescendo na profissão, ela também sempre trabalhou muito, dentro e fora de Aracaju e tinha um salário compatível com o dele.

Atualmente, porém, com os salários de aposentadoria, o rendimento dela é menor que o do esposo, mas mesmo assim, boa parte dele é utilizado não apenas para necessidades mais gerais do orçamento doméstico ou alguma necessidade dos filhos e filhas, mas principalmente agora com questões médicas. Em 2012, as contas tiveram que ser reorganizadas por causa da doença do marido que, primeiro teve câncer e depois um problema na medula, ficando temporariamente tetraplégico, como pelo aumento dos gastos de manutenção de cuidadoras, remédios, viagens e outras necessidades que surgiram com as doenças. Na época da entrevista, Sebastiana comemorava o fato de que ele já podia andar com ajuda de um andador e, por isso, ela já se sentia a vontade de voltar a trabalhar.

Então eu acho que essa questão de gênero ela passa tanto no homem, como mais passa na mulher. Por ela amadurecer mais, ela se forma primeiro, arranja emprego primeiro, vai pro mundo primeiro. Eu não sei como é hoje, eu fico observando, né? Mas eu mesma, quando me formei em serviço social, eu não me conformei com serviço social e fiz pedagogia. Não, eu quero ter dois empregos, porque quando um não der certo o outro vai dar. E foi isso mesmo! Porque eu quero é ter o meu e eu não quero depender do dinheiro dele. Como eu fui de uma década também assim, muito aguçada em termo assim. Eu acho que eu amadureci e eu acho que hoje a mulher, ela não pode ficar dependendo do marido o tempo todo porque o dia de amanhã ninguém sabe. Minha mãe me dizia que o primeiro casamento tem que ser com o emprego e eu sempre disse isso a minhas filhas também.

Com isso, percebemos que um **fator impulsionador** de empoderamento para Sebastiana que está atrelado ao fato de que ela possuía **renda suficiente** para se sustentar, não criando uma relação de dependência com o marido. Além disso, ela tinha **acesso a comunicação e conhecimento**, representado pelas suas formações. Utilizando as palavras de Bourdieu, possuía capital econômico e cultural suficiente para que se colocasse enquanto mulher e pessoa que possuía direitos iguais de

acesso a trabalho e liberdade de ir e vir do ambiente reprodutivo para o produtivo, o que lhe garantiu também um aumento na **autoestima**.

Já no que diz respeito aos trabalhos domésticos e com a criação dos filhos e das filhas, para ela, ficam mais a cargo dela. Mesmo assim, isso não parece ter sido um fator inibidor do empoderamento de Sebastiana. Que, mesmo com quatro crianças em casa, nunca deixou de trabalhar fora de casa, inclusive fazendo viagens para o interior, mesmo depois de aposentada. Segundo ela:

Essa relação de afazeres domésticos fica muito com a mulher. Não é uma questão que a gente diga assim: “Não fulaninho, você tem que lavar o prato. Oh, fulano, você tem que fazer supermercado”. Mas é uma questão já que tá no sangue de uma herança milenar de que a mulher, é que tem que assumir os afazeres domésticos, administrativos etc. Por conta de que o homem da década de... Esse povo de décadas anteriores são pessoas afinadas muito a essa questão de que o macho não deve assumir as questões da família. Apesar de que eu nunca tive esse problema lá em casa não, sabe? Porque eu gosto de assumir essas coisas porque eu vivia muito tempo fora. Então eu tinha que deixar a casa: feira, supermercado, empregada, comida.

Nessa fala, percebemos o seu entendimento acerca das demarcações de gênero e sua própria submissão ao papel de responsável pelas tarefas domésticas. No entanto, como já dito anteriormente, isso não a aprisionou. Afinal, como ela e o esposo possuíam recursos suficientes, mantinham com isso uma empregada que cuidava das questões de cuidado geral com os afazeres domésticos. Isso não retira o fato de que as preocupações relacionadas a esses problemas eram resolvidas, via de regra, por Sebastiana e não pelo seu esposo. Um outro ponto, que podemos levantar nesse sentido, é o que as pesquisas apontam que as mulheres, quando podem sair do ambiente reprodutivo para o produtivo, acabam por precisar de outras mulheres, que pode ser a mãe, a irmã ou uma empregada. Sendo assim ainda uma atividade tipicamente feminina o desses cuidados com a casa e crianças.

Sebastiana entende que essa questão de gênero é muito cultural e de informação e que isso é desenvolvido mais ou menos dentro da família e, na casa dela, ela nunca colocou isso como um fator impeditivo, mas acredita que esse enfoque de gênero depende muito de informação e de leitura.

Encerramos a entrevista depois de uma hora e meia e ainda levamos mais meia hora conversando sobre assuntos diversos, como se fôssemos amigas de longas datas, na medida em que nossas histórias de vida pareciam semelhantes em alguns aspectos e descobrimos, inclusive, amigos e histórias em comum e essas conversas continuaram durante nossas viagens para Poço Redondo, para minhas entrevistas por lá.

6.1.2 Nenê

Filha de Sebastiana, Nenê preferiu marcar nossa entrevista num café dentro de uma livraria num shopping da cidade. Chegamos a precisar remarcar, pois ela estava em processo de reforma em casa e fizemos um ajuste de data e horário, de forma que fosse um dia tranquilo para as duas, principalmente porque ambas possuímos crianças pequenas e a entrevista demandava um tempo sem elas. Muito simpática e falante, Nenê também possuía uma opinião política forte, provavelmente relacionada a sua formação e militância, conforme será explicado ao longo desse relato.

Nenê tem 33 anos, é casada e tinha uma filha de 1 ano, na época da entrevista. É de Aracaju e mora aqui com o esposo e a filha, mas também viaja muito para Brasília, pois realiza trabalhos de consultoria do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a serviço do SEPPIR (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), do extinto Ministério de Direitos Humanos, fazendo parte de uma equipe de consultores que estava elaborando o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Além disso, possui graduação em Comunicação e mestrado em Antropologia, faz especialização na UFBA na área de povos tradicionais e um doutorado trancado, desde 2012, por conta da doença do pai, na Escócia.

Sua relação com o projeto dos pontos de cultura iniciou em 2004, quando ela participou de uma primeira leva de pontos de cultura de Sergipe, que foi o ponto de cultura denominado “Casa Curta-Se”, assim que começou o Programa Cultura Viva e os editais ainda era federalizados, não havendo relação com a Secretaria de Cultura do Estado. Em 2009, quando o primeiro edital de ponto de cultura que funcionou sob os moldes de parceria entre o MinC e a Secult, ela nem estava morando em Aracaju, estava em Recife fazendo mestrado, mas ela e sua mãe acharam importante participar, pois Poço Redondo, para elas, possuía um potencial grande e carecia de ações voltadas para a cultura. A partir da experiência dela, de sua mãe e de Raimundo Eliete no município, acabaram percebendo que aquela era uma oportunidade ímpar para aquele trabalho.

No momento do edital, a renda de bilro ficou como ponto central, principalmente por causa das dificuldades que a renda de bilro vinha passando naquela época no sentido de preservação da arte. Apesar de algum trabalho já ter iniciado, muitas das rendeiras que produziam na época da pesquisa de Beatriz Dantas já haviam morrido e, por isso, era sentida a necessidade de se manter oficinas para que a tradição não morresse.

Com relação ao seu envolvimento com o campo da cultura, Nenê explicou que quando estava na faculdade, ia muito para Laranjeiras, para festas de lambe sujo e caboclinho, para o encontro cultural, e também fez trabalhos de iniciação científica sobre Artur Bispo do Rosário e suas expressões de cultura popular. Além disso, sua avó era sertaneja e com ela aprendeu a bordar desde pequena e a sua mãe foi coordenadora do Artesanato de Sergipe. Então é algo que ela sempre esteve envolvida e sempre gostou muito e até hoje ela é artesã. Segundo ela, foi esta vivência que despertou seu interesse no campo da cultura. Em suas palavras:

Me interessa muito essa politização também da cultura popular porque as vezes a gente tem uma coisa: Ah! Que a cultura popular... como se fosse um biscoito e não é, né? Os fazedores de cultura popular são pessoas que tem condições materiais precarizadas, né? Geralmente são camponeses ou são extrativistas, enfim. A própria pecha de cultura popular tem um sentido de subalternidade. E é isso que me interessa muito.

Além disso, ela desenvolveu trabalhos na Mussuca e em Japarutuba. Mas devido a uma forte ligação com sua mãe, com quem desenvolveu trabalhos de consultoria em Poço Redondo e com outras pessoas com quem trabalhou esse tempo, acabou tendo uma ligação mais forte com o sertão. Não apenas emocional ou acadêmica, mas também de trabalho e oportunidades. Além disso, trabalhou como consultora do Ministério da Cultura para culturas populares.

Para Pierre Bourdieu (2005), a primeira condição para a adequada análise da relação entre *posições sociais*, *disposições (habitus)* e *tomadas de posição* é compreender as “escolhas” que os diferentes agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática. Assim, as decisões e ações de um indivíduo em determinado campo são produzidas a partir de um corpo estruturante, que incorporou as estruturas (historicamente construídas) imanentes de um mundo, ou de um campo, e que estrutura a percepção e ação nesse mundo. Assim, podemos perceber, no caso de Nenê, um *habitus* que estrutura o seu entendimento sobre fazer e compreender a cultura popular, inclusive, por já ter participado anteriormente de um ponto de cultura, de ser artesã e, ao mesmo tempo, de ter uma história de conhecimento e de participação no que diz respeito à cultura popular no Brasil.

Além disso, sua vivência no MinC, foi essencial para conhecer como escrever o projeto, que tipo de propostas são normalmente aceitas e, durante a realização do projeto, também foi essencial para que não tivessem tantos problemas com prestação de contas, o que lhe garante um **capital cultural** na sua participação no campo da renda de bilro em Poço Redondo.

Apesar de não ter recebido a terceira parcela do convênio com a Secult, o Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão é muito bem visto na Secretaria de Cultura do Estado. Quando fui visitar a

Secretaria e pedir informações sobre os pontos de cultura do Estado que trabalhavam, principalmente com mulheres, este foi um dos quatro (dentre 30 pontos de cultura) que foi recomendado pela pessoa responsável por cuidar da papelada dos contratos dos pontos.

Sobre os pontos positivos do trabalho no Ponto de Cultura, Nenê afirma que é muito apaixonada na história da renda de bilro e o que ela significou para as mulheres na década de 1960. Seja pelo conhecimento obtido a partir do livro de Beatriz Dantas, seja pela conversa com as rendeiras em Poço Redondo, Nenê demonstra encanto pela ideia de que a renda seguiu a renda de muitas famílias num período de seca muito forte e também quando os homens iam para Brasília para trabalhar e as famílias eram chefiadas pelas mulheres.

O fato delas terem conseguido, com o trabalho do Ponto de Cultura, formar mais de 70 mulheres na arte da renda de bilro é, para ela, um fator muito importante e, que por si, já justifica a importância do trabalho desenvolvido na comunidade. Afinal, quando começaram o trabalho, o grupo de mulheres que sabiam trabalhar com a renda era muito reduzido e poderia estar em vias de acabar. A partir de agora, o fim da produção de renda de bilro em Poço Redondo já é algo distante. Segundo ela:

Então o que eu acho mais importante assim... essas palavrinhas que a gente sempre usa, né? Revitalizar, resgatar, enfim, reacender esse lugar da renda de bilro porque ele sempre esteve lá. Foi reacender o lugar da renda de bilro naquela comunidade de mulheres e esse contato intergeracional de mulheres de diferentes gerações estarem juntas e isso é um espaço de partilha. A gente sabe, porque é a gente é mulher aqui, a gente sabe que tem certas coisas que você pode ter um amigo um homem, seu companheiro e tem coisas que você não consegue dividir porque ele não tem noção. Se a gente fala de uma coisa material: maternidade. Não tem como falar pra ele o que é amamentar. Ele não tem condições de entender. Então esse espaço de partilha entre mulheres é o que eu acho assim, central. E a gente sabe de histórias de mulheres que tinham problemas em casa, de violência doméstica e aquele era um espaço dela, dela estar conversando com as amigas. Enfim, sabe, isso foi só depois que a gente começou a ter um viés um pouco mais politizado pra isso. Pra também transformar esse espaço de produção artística em espaço de empoderamento mesmo, sabe? De conversar sobre violência doméstica e no sertão isso é um assunto delicadíssimo. As sociedades camponesas a gente sabe que são sociedades extremamente machistas.

Percebemos aqui que, por conta da vivência de Nenê com discussões mais políticas, ela teve a sensibilidade de perceber as oficinas como um espaço de discussão sobre questões de gênero. Apesar de que, mesmo tendo um projeto que tinha como foco um trabalho eminentemente feminino, o projeto inicial não tinha os ajustes necessários para lidar com essa questão. Esse é um problema das políticas públicas a não colocarem a questão de gênero como característica importante quando estão direcionadas para outras áreas, como a cultura, por exemplo. Assim, quando as políticas não levam

em consideração essa categoria central, que é o gênero, as questões relacionadas a ele passam a depender de pessoas individuais que, como Nenê, percebiam que esses pontos devem ser levados em consideração.

Mesmo assim, tendo identificado essa questão da violência doméstica, por exemplo, e do espaço das oficinas como um espaço de partilha feminino, as ações promovidas pelo Ponto de Cultura para o empoderamento das mulheres nesse sentido, ficaram restritas a duas palestras, conforme dito anteriormente por Sebastiana. Essas duas palestras servem para sensibilizar as ouvintes, mas dificilmente, sem um plano de ação mais elaborado, se tornam em uma ação política mais efetiva dentro daquela comunidade.

No caso da Fundação, esse trabalho foi feito de forma mais sistematizada no edital que foi premiado pela Funarte, pois como elas já haviam diagnosticado isso, atrelaram ao projeto do Ateliê essa ação mais política junto às rendeiras, bordadeiras e costureiras. Então, segundo ela, esses espaços de produção também eram um espaço de formação política.

O fato de serem mulheres não limitou a liderança do Ponto de Cultura, pois, segundo ela, o aspecto econômico e social era mais forte. As pessoas do sertão se referiam a elas como as doutoras, então isso foi mais forte e colaborando para o trabalho dela. O reconhecimento da comunidade de Poço Redondo sobre o poder do **capital econômico e cultural** das dirigentes do ponto, deu a elas uma distinção social que, para Nenê, foi mais forte que o aspecto do gênero em uma sociedade tão marcadamente machista.

Sobre o trabalho com o Ponto de Cultura, Nenê informou que elas tentaram trabalhar de forma mais descentralizada, até porque ela e a mãe não moravam em Poço Redondo e era necessário que esse trabalho fosse feito por pessoas de lá. Então elas optaram por pagarem os coordenadores de cada ação e estas pessoas geriam suas atividades, sob a coordenação geral de Zefinha, que tem uma forte atuação no município, seja pela sua atuação no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), seja pela sua possibilidade de articulação entre a área urbana e rural do município. Enquanto isso, ela e a mãe ficaram com a parte mais burocrática de prestação de contas, depósitos de cheques etc.

Para fortalecer o empoderamento das mulheres, Nenê acredita que é necessário politizar cada vez mais esse tipo de ação. Para ela, não é possível fazer uma oficina sem contextualizar, sem falar sobre o lugar das pessoas que estão sendo formadas no mundo, de forma facilitada. São espaços de formação e de produção, mas também devem ser espaço de politização, de acesso a materiais sobre leis, sobre quais as instituições que eles podem acessar.

E mais que isso, a construção de uma rede entre elas de partilha, de solidariedade, de acabar com essa história de que: - Ah! Toda mulher é falsa, você não tem amiga mulher. Essas coisinhas clichês que estão dentro do nosso pensamento dominante cotidiano. Eu acho que esses espaços de cultura, de oficinas culturais, eles são potencializadores, catalizadores sobre esse processo de construção de redes de solidariedade entre mulheres.

Esse pensamento corrobora a visão freireana de educação dialógica e que, ao mesmo tempo, depende da postura do educador para com o educando. Assim, o pensamento de Nenê se assemelha a uma postura que está relacionada a sua concepção dos seres humanos e do mundo e que envolve não só a associação de imagens sensoriais, mas também pensamento-linguagem; desejo, transformação transformadora sobre o mundo, resultando em um conhecimento do mundo transformado e que só pode ser realmente compreendida na unidade dialética entre subjetividade e objetividade (FREIRE, 1981).

Nesse espaço de transmissão de saberes em um ambiente não formal de uma sala de aula, é possível tratar questões cotidianas. Aliado a isso, o ensino de renda de bilro, que normalmente é feito de mãe para filha, dentro de casa, pode se beneficiar ao ser feito fora do ambiente doméstico já que, conforme Hanna Arendt (1998), as pessoas só conseguem exercer o seu “direito a ter direitos” através do acesso aos espaços públicos, pois esses direitos não nos são dados, mas sim construídos na convivência coletiva.

Isso nos remete às conclusões de Katiane Vargens de Oliveira (2017), em sua dissertação de mestrado, em que ela aponta que a prática educativa incorpora a ideia de que aprendizados muito ricos e significativos são assimilados e construídos nos diversos espaços de partilha da organização por ela pesquisada, além das variadas experiências das mulheres que conviviam nessa associação. Assim, a educação se desenvolve nos ambientes que acompanham as trajetórias de vida dos indivíduos, dos grupos, das comunidades.

Agora, ao tratar das questões de ordem pessoal, Nenê informou que, em sua casa, o orçamento principal é o dela e, no que diz respeito às tarefas domésticas, disse que tenta equilibrar, mas que mesmo o seu companheiro tentando dividir as tarefas de forma mais igualitária, ela considera que os homens ainda não estão preparados para isso. Para Nenê esse é um processo educativo, pois sempre que ela conversa com seu companheiro, ele diz que é só ela falar, mas que ela alerta que ele também precisa prestar atenção, para que ela não precise falar tudo e toda hora, pois isso também gera desgaste e acaba sendo também um trabalho doméstico que se torna função dela, quando não deveria ser.

Ele é bem participativo. Aliás, participativo não, ocupa o lugar dele. Tanto também no cuidado com nossa filha, mas os homens eles precisam ainda... é... eu não sei como dizer, se é a gente que tem que ensinar... eu sou meio contra isso... mas não que a gente tem que desistir deles não. A gente tem essa tentativa assim de equilibrar, mas o trabalho emocional e mental é sempre mais nosso.

Mais uma vez, percebemos aqui que há um **fator impulsionador** de empoderamento que é o aspecto financeiro, até mesmo pela educação dada por Sebastiana, que sempre a motivou a buscar sua **renda suficiente**, além do **conhecimento formal e militância política**, gerando assim um **acesso a informação, além de confiança e autoestima** elevadas, o que impulsiona Nenê a ser uma mulher empoderada também em seu ambiente doméstico e **na relação com seu companheiro**.

No que diz respeito aos cuidados com a filha, Nenê viaja muito, ao menos uma vez por mês e algumas vezes ela passa de três a quatro dias fora e quem fica com a bebê é o esposo. De acordo com ela, o marido faz isso sem problema nenhum, mas mesmo assim, a maior parte das questões logísticas de quando vão sair juntos e separar o que precisa, é com ela, mas que ele é muito autônomo em relação aos cuidados com a filha e cada vez mais tem melhorado nesse sentido. Isso demonstra que há, também nos afazeres dos cuidados com a filha, uma partilha mais igualitária entre os dois, não sendo este um fator que restringe o seu empoderamento, visto que Nenê pode desenvolver suas atividades de trabalho e viagem sem ter que se preocupar com a filha nesse momento.

Com relação aos projetos futuros, Nenê disse que gostaria (e precisa) terminar o doutorado e se manter no que ela trabalha hoje, que é com a formulação de políticas públicas, pois ela sente que é um trabalho que contempla seus anseios, principalmente dentro da possibilidade de participação social. Assim, o doutorado seria importante para isso, pois o tema envolve a ação de mulheres conselheiras em instâncias de participação social e seu desejo é se aprofundar cada vez mais nesse tema, apesar do cenário na época não ser muito favorável a esse tipo de pesquisa, já que nossa entrevista ocorreu após o impeachment da presidenta Dilma. Além disso, ela é militante, mesmo não participando de coletivos, atua diretamente com a auto-organização das mulheres negras e participa de uma escola de feminismo negro.

Assim, podemos perceber que seu trabalho e atuação militante estão presentes em boa parte do seu discurso. O conhecimento sobre mulheres, empoderamento e feminismo e as questões atreladas a raça, gênero e cultura popular são moldadas a partir de suas vivências e experiência enquanto aluna, pesquisadora, militante e profissional da área de formulação de políticas públicas. O que nos leva a compreender a proposta do Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão com o intuito de

realmente manter a cultura popular da região, mas também dar autonomia às mulheres rendeiras. Não no sentido de renda, como definido pelas políticas públicas de forma geral, mas no sentido de emancipação, no sentido freireano e também feminista.

6.1.3 Noca

A entrevista com Noca foi feita em duas etapas. Num primeiro momento, assim que cheguei em Bom Jardim (Povoado de Poço Redondo), ela estava dando a oficina de renda de bilro e tivemos uma conversa com todo o grupo. Nesse momento, prefiro chamar de conversa, muito mais que entrevista, pois não segui nenhum roteiro e foi muito mais um momento de me inteirar daquele trabalho e conhecer cada uma das mulheres e meninas ali presentes, além de me apresentar para o grupo. No entanto, como essa conversa foi gravada, algumas falas que considero importantes foram usadas para estruturar as memórias de Noca aqui apresentadas.

Num segundo momento, já no período da tarde, Noca também estava dando aulas, agora no povoado de Pedra Grande, mas enquanto as alunas teciam os fios da renda, conversamos de forma mais individualizada, respondendo as questões do roteiro da entrevista, conforme está descrito a seguir.

Noca aprendeu a fazer renda na primeira oficina da Trilha do Sertão junto com sua filha e seu filho. Começaram como aprendizes e, depois, tanto ela como a menina e o menino viraram oficineiros também, pois como cada um aprendeu a fazer pontos diferentes, a proposta era que quem aprendesse, passasse para as/os outras/os.

Na época da entrevista tinha 43 anos, já estava separada há 9 e tinha duas filhas e um filho e estudou até a sétima série do ensino fundamental. Sua filha mais nova, de 14 anos, ainda mora com ela, a mais velha já é casada e tem um filho e mora em sua própria casa com o marido, enquanto que seu filho é separado e mora com o pai, em Alagoas, mas sempre vai em Poço Redondo.

Mesmo quando era casada, era o sustento da família enquanto o esposo, segundo ela, não queria fazer nada, ficava em casa esperando que o serviço fosse até ele. Ela viveu assim por oito anos até que decidiu se separar. Em suas palavras, no momento da decisão:

Você quer saber de uma? Tô dando comida a cinco, vou diminuir um. Vão ser quatro. (NOCA, em entrevista).

Na separação ela deixou um lote grande e casa mobiliada com o ex esposo. Segundo ela, as pessoas reclamavam, pois sabiam que ela tinha direito a metade de tudo, mas ela preferiu levar apenas o que ela conquistou com o dinheiro dela, o que era dele, ela não quis.

Na época o menino tinha 11 anos, uma das meninas 8 e a mais nova 4 anos. E, depois da separação, as crianças sentiram o preconceito, principalmente na escola, onde os/as colegas diziam que filhos de pais separados não valem nada, que são ladrões etc. Segundo ela, sua filha mais velha sempre respondia às provocações e as professoras, inclusive, em alguns momentos, utilizavam o espaço da sala de aula para discutir questões como essa, a fim de gerar um entendimento com a turma sobre as questões relacionadas aos diferentes tipos de família, buscando levar maior compreensão às turmas.

Atualmente ela já tem sua casa própria, graças a um projeto do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em que ela e outros/as pequenos/as agricultores/as deram uma partilha de R\$ 500,00 e o restante foi com o movimento. As crianças sempre foram visitar o pai, em Monte Alegre, no Natal, fim de ano ou outras datas, e depois voltavam para casa.

O interesse em fazer renda de bilro veio através do convite de pessoas conhecidas, como Dadá e sua irmã (que também é rendeira), que lhe explicaram que essa era uma atividade passada de geração em geração. Inclusive, foi sua irmã que a incentivou a fazer diversos cursos. Todos os que ela fazia (crochê, corte e costura, renda de bilro), inscrevia Noca também e, junto com ela, as crianças iam fazer também. No começo, por questões de transporte de onde moravam, para realizar os cursos, havia uma maior facilidade, pois a rota feita pela condução, possibilitava a ida dos três, mas depois, com as mudanças nos horários de escola das crianças, foi ficando mais difícil para elas irem, então Noca ia sozinha.

Para ela, realizar essas oficinas foi muito importante, pois percebeu uma grande mudança depois disso. Segundo ela, quando olha o passado, acha que antes não era ninguém, porque era muito introvertida e sua vida era apenas de casa para a roça e da roça para casa e agora ela percebe que tem mais liberdade e isso lhe é muito caro. Além disso, apresenta uma fome de saber e disse que não quer parar por aí, que quer aprender mais sobre a renda, novidades sobre costura e várias outras coisas que ela não conhece e ainda quer conhecer e passar para seus/suas filhos/as e seu neto, que tinha acabado

de nascer. Importante destacar que sua terceira filha, a mais nova, atualmente é sua aluna na oficina de renda de bilro da Fundação e a mais velha, bem como o filho, algumas vezes dão aula em seu lugar, quando ela não pode. Além disso, considera que fazer renda é uma terapia:

A gente pode fazer isso o dia todo, mas o dia todo não dá. Porque ela é uma terapia se você seguir a regra da hora, se você ultrapassar, ela vai danificar a coluna, vai provocar inchaço de um negócio que vem do coração, não sei como é direito não. Então só duas hora de manhã, duas à tarde e fica tudo ok. Aí relaxa mais, quem tem seus problemas de casa, pessoal, esquece um pouquinho ali (NOCA, EM ENTREVISTA).

Financeiramente ela também percebe que o aprendizado lhe ajudou. Não apenas com a renda de bilro, mas sistematicamente, além das aulas de renda de bilro, ela ainda dá algumas aulas de corte e costura, o que complementa o orçamento doméstico. Além disso, em alguns momentos ela é chamada para fazer alguma faxina e consegue mais algum recurso. Essas atividades, junto com o auxílio do governo e o trabalho na roça, possibilitam o seu sustento.

Percebemos então em Noca **fatores impulsionadores** de seu empoderamento dados a partir de sua **independência financeira** que, inicialmente, possibilitou a sua separação e recentemente, mantido o seu sustento. No entanto, é importante frisar que as oficinas servem de complemento para o orçamento doméstico, que é tido, principalmente, pelo incentivo do governo para pequenos agricultores e complementado com seus serviços de faxina, venda de bolos e aulas de costura e renda de bilro. Mesmo assim, Noca também adquiriu **conhecimento** durante os cursos, mesmo sem o aprendizado formal da escola, o que aprendeu nas diversas oficinas que realizou lhe garantiu conseguir aulas e outra perspectiva sobre a sua realidade, além de aumentar sua **autoestima**.

Então, fica evidente a existência de um **capital de tradição**, adquirido ao longo dos diversos cursos e oficinas de artesanato, realizados por Noca, como também o **capital econômico**, que foi trazido a partir das aulas que ela dá, bem como dos produtos que vende a partir desse conhecimento.

Assim, as políticas públicas podem ser consideradas determinantes na melhoria de qualidade de vida e empoderamento de Noca, pois essas políticas foram impulsionadoras para a melhoria da sua renda e conhecimento, mesmo que esse conhecimento tenha ocorrido fora do espaço de sala de aula formal. István Meszáros (2008) nos fala da importância de uma concepção mais ampla de educação, pois muitos dos nossos processos contínuos de aprendizagem estão fora das instituições formais de educação, como é o caso dos locais onde Noca aprendeu a render, costurar e bordar.

Para Olga Rodrigues de Moraes von Simson, Margareth Brandini Park e Renata Sieiro Fernandes (2001), a educação não-formal, por poder lidar com outra lógica espaço-temporal, e, por envolver profissionais e frequentadores que podem exercitar e experimentar um outro papel social diferente do representado na escola formal (como professores e alunos), contribui com uma nova maneira de lidar com o cotidiano, com os saberes, com a natureza e com a coletividade.

Como os filhos estão maiores, cada um já cuida de seu próprio sustento, com exceção da menor, que ainda mora com ela. Mas no sertão, desde cedo as crianças já lidam com o dia a dia de trabalho e participam dos afazeres tanto da casa como dos cuidados com a roça. Poço Redondo, como já foi dito anteriormente, é um município onde a maior parte da população vive no meio rural e este é o caso de Noca e sua família.

Segundo Noca, apesar disso tudo que ela conquistou e as mulheres conseguiram, de forma geral, entende que o trabalho da mulher é muito desvalorizado e, em suas palavras “massacrado”, mas mesmo assim ela vai tentando mudar isso em sua vida e espera que isso seja passado para as gerações futuras.

6.1.4 Rosalina

Da mesma forma que Noca, a entrevista com Rosalina também foi feita em duas partes, na primeira apresentação, assim que cheguei pela primeira vez na sede da Fundação, e depois de forma individualizada numa outra visita. Um aspecto que considerei interessante foi o fato de Rosalina parecer muito mais falante no primeiro dia, quando estávamos em uma conversa mais informal, que no dia da entrevista, quando percebi que ela ficou um pouco mais tensa e, em alguns momentos, limitou-se a respostas mais curtas.

Rosalina é a dona do espaço onde hoje estão guardadas várias coisas da Fundação, como armários, linhas etc., e que serve de sala de aula para as oficinas. Tinha 43 anos na época da entrevista, é casada e tem três filhos e não possui o ensino fundamental completo.

Aos 12 anos já trabalhava na roça e costurava para fora e, desde então, não parou. Tem facilidade de aprender artes manuais e sabe um pouco de tudo, costura, bordado, crochê, só não sabe renda de bilro. Sempre teve interesse em aprender e até hoje continuou trabalhando com costura,

fazendo doces, bolos e salgados para vender, cuidando da casa e ajudando no trabalho da roça, junto com o marido, além de cursos e oficinas, em que dá aula de bordado e de crochê.

Ela faz parte da Associação dos Trabalhadores Rurais da Região de Garrote e do Movimento dos Pequenos Agricultores e sempre participa das ações desenvolvidas por esses grupos e consegue parcerias, por exemplo, com o Sebrae, para conseguir encomendas de corte e costura, bordado e crochê. Segundo ela, o marido nunca reclamou de suas diversas atividades e falou que se ele reclamar, ela faria do mesmo jeito.

E assim, tem gente que quando casa continua tudo, mas tem gente que quando casa, acabou tudo, né? Eu mesmo é que nunca parei. Endoidei mesmo e nunca... (ROSALINA, EM ENTREVISTA).

Em sua fala, apresenta uma forte noção de fazer coletivo. Fica chateada quando as pessoas que aprenderam bordado com ela, através da Fundação, e de forma gratuita, não fazem propaganda da organização ou preferem trabalhar sozinhas com encomendas particulares. Normalmente, quando recebe encomendas grandes, ela convida outras bordadeiras para que façam de forma coletiva e partilhem os ganhos e acredita que dessa forma deve ser feito sempre.

O interessem em começar a dar aulas na Fundação, na época do Ponto de Cultura, e continuar até hoje se dá pelo seu prazer em dar aula. Segundo ela, isso foi o que a motivou, pois é algo que ela gosta muito e sempre fez, mesmo sem receber por isso. Ela relatou o seguinte na entrevista:

Antes do projeto, da Fundação, eu fiz um grupo aqui de mulheres. Eu ensinei quase um ano a elas. Sem projeto, sem nada. Só nós ensinando mesmo. Agora elas assim, elas compravam as coisas e eu ensinava, que é essas mesmo que já aprenderam e me ajuda, sabe? Ensinava a elas a bordar sem ganhar nada.

Além disso, explicou que na comunidade, tudo o que tem para fazer, as pessoas dizem que ela tem que estar envolvida. Isso demonstra que ela possui um forte senso de liderança do grupo, seja por seu interesse em participar das atividades, de compartilhar informações como também de enxergar as ações de forma coletiva, tendo o reconhecimento da comunidade sobre sua liderança.

E é uma coisa assim. Aqui mesmo na comunidade tudo que vai fazer aqui, tem que ser com eu. [...] Até as crianças, pra ir pra igreja, tem uma menina que ensina o catecismo, mas se eu for, é muitas criança, se eu não for, já é pouca.

Com relação aos cursos, ela disse que as mulheres têm conseguido ir e fazer sem problemas maiores, mas se for necessário viajar para Aracaju ou outro lugar, muitas não podem, pois os maridos não deixam. No caso dela, já precisou ficar três dias fora, sem problemas, mas acredita que se passar de três dias fica complicado, pois no momento só tem homem em casa, a filha mulher já casou, então eles não conseguiriam cuidar da casa por tanto tempo, sem ela.

Não há divisão de tarefas domésticas entre ela e o esposo. O marido trabalha na roça e comercializa o leite com a ajuda dos filhos. Ela faz todo o serviço doméstico, quando acaba vai para roça também e, segundo ela, prefere esse trabalho aos afazeres domésticos. E à noite vai fazer seu serviço de costura e/ou bordado. Quando as crianças eram menores, também era dela a responsabilidade dos cuidados delas e, quando precisava sair, deixava com a mãe ou alguma irmã. “Meus meninos nunca foi de dizer assim: é apegado com eu não. Com oito dias de nascido, pronde eu quisesse ir, eu já ia e já deixava eles” (ROSALINA, EM ENTREVISTA).

Aqui percebemos que Rosalina, tem uma personalidade expansiva e possui como **fatores impulsionadores** de empoderamento uma **autoestima** elevada, seja pelos **conhecimentos** adquiridos de costura, artesanato (capital de tradição), de forma geral, mas também do **reconhecimento da comunidade** sobre a sua importância para eles (capital social), fazendo parte de várias instâncias de congregação. Possui uma **independência financeira** graças ao seu trabalho com artesanato, com relação ao marido, na medida em que os dois colocam a renda em casa de forma igualitária (capital econômico).

A maternidade, para ela, não foi um **fator restritivo**, na medida em que sempre se sentiu a vontade de deixar as crianças com a mãe ou as irmãs, fazendo parte de um modelo familiar de delegação que, conforme Helena Hirata (2015), é um modelo em que a mulher delega a outras mulheres o cuidado com a casa, família e crianças.

Já no caso dos **cuidados com a casa e tarefas domésticas**, mesmo não gostando muito (ou preferindo a lida na roça), Rosalina se sente obrigada a fazê-la, sendo a única responsável por essas atividades, sendo um impeditivo, inclusive, para viagens mais longas, caso necessário. Assim, segue o que Hirata (2015) denomina de modelo de conciliação, em que a mulher trabalha fora, mas concilia trabalho profissional e trabalho doméstico enquanto o homem não sente a mesma necessidade, já que não existe para ele uma norma social que defina que ele deve realizar o trabalho doméstico e de cuidados, concomitante ao trabalho profissional.

6.1.5 Maria Fernandes

Maria Fernandes hoje não faz mais parte da Fundação, mas quando soube de minha presença para entrevista, junto com Sebastiana, foi para a sede da Fundação e, numa conversa coletiva enquanto as jovens trançavam o bilro e formaram suas primeiras rendas, sob os olhares atentos de Noca, passou informações sobre sua vida a partir do aprendizado da renda que considero importante destacar aqui. Ela chegou a dar algumas oficinas no Ponto de Cultura e aprendeu a fazer renda na primeira turma, no primeiro projeto que surgiu depois da pesquisa de Beatriz Dantas, na mesma época que Dadá.

Em 2017, ela estava com 27 anos, casada e uma filha de 3 anos. Quando surgiu o primeiro projeto, ela tinha aproximadamente 16 anos e, como sempre achou bonito ver as idosas na calçada fazendo renda, se interessou pelo projeto destinado a jovens de famílias que recebiam bolsa família para o aprendizado de renda de bilro. Depois de terminado o projeto, ela começou a ensinar em um colégio em Sítios Novos, da mesma forma que Dadá. E, quando surgiu o projeto do Ponto de Cultura, apenas Dadá e Maria Fernandes continuaram produzindo renda, junto com as idosas que já rendavam antes. E, por isso, foram chamadas para dar aulas nas oficinas do Na Trilha do Sertão.

Segundo ela, depois que aprendeu a fazer renda, nunca fez para vender. Sempre fez em casa para seu uso pessoal mesmo. Mas, depois que casou, parou de fazer. A almofada ainda está em casa, mas todos os seus bilros foram emprestados para uma ex aluna que queria ficar produzindo renda de bilro em casa, e, como ela não tinha mais tempo de fazer, emprestou a essa aluna, já faz alguns anos. Segundo ela, o seu marido nunca a impediu de fazer renda, mas a luta do dia a dia não permitiu continuar, pois ela foi se interessando por outras coisas como: fazer bolo, salgado, pois dão mais dinheiro. Para ela, a renda de bilro é pouco valorizada, dá muito trabalho e leva muito tempo, não valendo a pena o esforço do trabalho pelo que é pago.

Esse relato de Maria Fernandes, se assemelha com o que a pesquisadora mexicana, Marcela Lagarde (2005), fala da categoria de ‘madresposa’. Segundo ela, nessa perspectiva, as mulheres desenvolvem o papel social, em grande parte, girando ao redor da conjugalidade e da maternidade e nesse contexto atrelado ao espaço doméstico, está o trabalho artesanal. O espaço privado e as atividades nele geradas são consideradas invisíveis e, em consequência, desvalorizadas socialmente. Além disso, atrela o término do seu trabalho de rendeira com o casamento, de forma que demonstra o peso do trabalho doméstico no seu cotidiano.

Ainda podemos destacar que o fazer renda, naquele momento em que as demandas domésticas eram altas, não cabia, pois financeiramente, sua participação no orçamento doméstico precisava ser maior, garantida a partir da venda de bolos e salgados, que demora menos tempo para serem produzidos e são vendidos com maior facilidade. Mesmo assim, percebemos que seu trabalho ainda é desenvolvido dentro do ambiente doméstico, tirando-a do espaço público de participação na comunidade que ela frequentava antes de casar.

Com isso, da mesma forma que foi percebido no trabalho de Beatriz Dantas, ainda no início dos anos 2000, e mesmo com tantos trabalhos desenvolvidos junto à comunidade, desde o ensino da renda, como capacitação na mudança do design para uma opção mais voltada para o mercado e de outros cursos de empreendedorismo, algumas rendeiras ainda consideram que essa é uma arte desvalorizada. Gostam de fazer renda em casa para uso pessoal, acham bonito o trabalho, desenvolvem em casa, mas não percebem que esse é um trabalho que pode contribuir no rendimento da casa.

Eu imagino que quando eu ficar véinha e não puder fazer minhas coisas, eu vou fazer minha renda. Porque véio não tem o que fazer, quando num pode fazer minhas coisas aí tem véio que fica: Vixe, meu Deus, num tem o que fazer. Eu pelo menos fazia alguma coisa, porque renda é que nem andar de bicicleta, você aprendeu, pronto!

Mais uma vez o aspecto da geração é levantado na conversa com as rendeiras. Para as meninas novas, mesmo aquelas que chegaram a ministrar oficinas em outros projetos, o trabalho com renda de bilro ainda está relacionado com a idade da rendeira. Percebe-se uma construção histórica da identidade do ser rendeira do município. Para Mônica Campedelli (2009), a identidade de um indivíduo é construída a partir de sua relação com os diversos grupos a que este pertence e é efetivada ao longo do tempo. O imaginário da idosa rendeira que fica na porta de casa, por muitos anos foi realidade em Poço Redondo e, por isso, essa é uma atividade que frequentemente está relacionada com a idade das rendeiras, mesmo com o trabalho desenvolvido, ao longo dos anos, com pessoas mais jovens.

6.1.6 Zefinha

Zefinha chegou na minha segunda visita a Bom Jardim com um sorriso no rosto que durou todo o tempo em que conversamos. Muito expressiva, foi respondendo as questões de forma alegre e leve e fiquei imaginando como a comunidade tinha sorte de ter alguém tão dedicado àquela região, sem ter nascido lá. Depois da entrevista, eu e Sebastiana fomos levá-la em sua casa e, com muita alegria, ela nos pediu para entrar e conhecer, pois aquele espaço foi conquistado com a luta dos/as camponeses/as do MPA e eles/as mesmos/as que construíram e levantaram as paredes, em uma ação coletiva da comunidade junto ao Governo Federal. Além disso, nos apresentou seu filho, seu esposo, suas sobrinhas, a roça da qual vivem atualmente e os cachorros e gatos abandonados que cuida em seu terreno.

Tinha 40 anos no momento da entrevista, casada, com um filho de quase um ano e mora em Poço Redondo desde 2003. É natural de São Paulo, mas como era filha caçula, veio acompanhar a mãe, que tem um sítio num dos povoados e acabou ficando. Atualmente possui um terreno vizinho ao da mãe. Em São Paulo trabalhava como gerente de loja e nunca tinha se envolvido em ações sociais ou nada parecido, mas com a vinda para o município de Poço Redondo, ficou sensibilizada com a realidade de extrema pobreza e precariedade de condições de vida de boa parte da população. Assim, começou a atuar para reivindicar melhorias para a comunidade, pois percebia a falta de muitas coisas e, com isso, acabou ficando conhecida na região e começou a trabalhar com o Programa Agente Jovem, onde coordenava um grupo de 15 jovens por quase dois anos.

Depois disso, começou a fazer um trabalho social, junto com Sebastiana e a prefeitura, com jovens carentes da comunidade, além de desenvolver diversas outras ações com os programas sociais que tinha no município e, devido a esse trabalho e seu envolvimento com as políticas públicas de Poço Redondo, foi convidada por Sebastiana para coordenar as ações do Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão.

Com essas demandas da comunidade que vivenciou nesse período, sentiu necessidade de fazer o curso técnico em enfermagem e, posteriormente, conseguiu a graduação em Serviço Social. Estava fazendo, no período da entrevista, uma pós graduação em Projetos Sociais.

O papel de Zefinha, no trabalho da Fundação e do Ponto de Cultura está relacionado ao aspecto de gestão geral das ações do projeto. Ela não participou de nenhum curso ou oficina como aluna nem

professora e nem tem conhecimento em artesanato. Para ela, houve uma transformação muito importante do trabalho com renda de bilro desenvolvido pela Fundação, pois as mulheres envolvidas acabaram sendo beneficiadas, seja como Dadá, que ao ensinar, tornou-se mestre na arte de produzir a renda, seja como Noca que, de estudante, tornou-se professora.

Houve uma transformação, no meu ponto de vista, muito importante porque muitas alunas que aprenderam, através da Fundação, renda de bilro, hoje elas ensinam. É o caso de Noca, que foi aluna de Dadá e que aprendeu... E elas foram muito beneficiadas pela questão da Fundação porque Dadá eraicineira, Noca era aluna, mas tudo que envolvesse a questão da renda de bilro, elas estavam envolvidas. [...] Noca hoje dá aula, que já ensina outras meninas que já estão bem aprimoradas que também futuramente podem ensinar. Que esse é o objetivo do projeto “Saber da mulher rendeira” é justamente isso: ensinar pra que elas também ensinem pra outras pessoas. O objetivo é também não deixar a renda morrer, né? (ZEFINHA, em entrevista).

Para Zefinha, vivemos em uma era tecnológica e de muitas transformações e quando ela percebe que a Fundação pega meninas adolescentes que têm interesse em aprender renda de bilro, é o que faz com que ela e as outras continuem a trabalhar ali, mesmo que seja de uma forma quase voluntária, para não deixar essa cultura acabar.

Quem é o adolescente, o jovem que quer deixar de tá no celular, no zap zap, como eles mesmo falam, pra estar ali, na paciência fazendo renda de bilro? Que requer muita paciência, atenção, equilíbrio. Então eu acho que a Fundação tem um papel importantíssimo nesse processo (ZEFINHA, em entrevista).

Considera que a Fundação tem um papel primordial nesse sentido e que foi determinante a ideia de levar as oficinas para os povoados, pois a oficina que havia sido desenvolvida antes era na capital. Como Poço Redondo é um município muito grande, o deslocamento entre os muitos povoados era muito difícil e colocar as aulas mais próximas dessa comunidade, para ela, foi de extrema importância e ela espera que esse trabalho não se acabe.

No momento da entrevista, ela estava desempregada, mas trabalhou como assistente social de Canindé e de Poço Redondo, mas como não era concursada, com a entrada do prefeito atual, o contrato foi encerrado assim que ela retornou da licença maternidade. Faz parte do Movimento dos Pequenos Agricultores, em que realiza um trabalho de formação de base, junto com 18 famílias, onde discutem mensalmente sobre questões políticas e da comunidade. Para essas e outras ações, acaba

levando o filho pequeno, sempre que possível e, quando não pode, deixa com a sobrinha. Mas faz questão de levar o filho junto, pois acha importante ir com ele, para já ir se envolvendo.

Como o filho tem menos de um ano, ela disse que vem tentando se envolver cada vez menos da liderança das ações, mas não consegue deixar de assumir esse papel de líder, pois as pessoas acabam esperando isso dela e, quando ela percebe que algo precisa ser feito, não consegue deixar de participar e atuar. Assim, é percebido um **capital social** forte, já que as pessoas passam a reconhecê-la como uma liderança legítima da comunidade.

Ela percebe que o papel da mulher, no campo da cultura, é muito mais evidente que o do homem, participando muito mais que os homens. Mas nunca sentiu diferença ou dificuldade em exercer uma liderança política ou assumir papéis sociais importantes dentro da comunidade, pelo fato de ser mulher. Pelo contrário, ela acredita que isso lhe possibilita, muitas vezes, de levar mais pessoas, especialmente homens para as reuniões.

Esse caso pode estar relacionado também pela percepção da comunidade sobre os tipos de capital que Zefinha possui. Primeiro por vir “da cidade grande” de São Paulo e, segundo, por ter uma formação superior, o que lhe garante um **capital cultural** que a distingue das outras pessoas da comunidade e, da mesma forma que Nenê percebeu com relação a ela e sua mãe, esse tipo de capital pode lhe dar algum tipo de poder. Além disso, é possível perceber que o seu papel de **militância** junto à comunidade em Poço Redondo, possibilitou uma posição de destaque e respeito perante as pessoas no município, o que lhe assegurou a função de coordenadora do projeto atuando diretamente nos povoados e fazendo articulações com a prefeitura e outras instituições de Poço Redondo.

No que diz respeito ao campo cultural, Zefinha entende que tudo o que sabe atualmente sobre cultura, foi através da Fundação, seja na coordenação das diversas áreas na Serra da Guia, nos povoados com a renda de bilro, no Museu da Gente Sergipana, com a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo Ponto de Cultura. Para ela, todo esse universo novo só entrou em sua vida por meio do seu trabalho com a Fundação e isto, para ela, enriqueceu muito os seus horizontes.

Atualmente, ela e o esposo estão desempregados, então o orçamento doméstico vem a partir dos subsídios do governo para pequenos agricultores e da compra e venda de gado e leite que produzem na roça. Mas antes o maior orçamento da casa era o dela. Mesmo assim, ela não percebe no esposo nenhuma oposição com relação a isso, mas que as pessoas de fora comentam como ela

se envolveu com alguém tão diferente dela, seja por características pessoais, já que ele é muito tímido e ela expansiva; seja por questões financeiras, mas segundo ela, o que conta são as coisas do coração.

No que diz respeito à criação do filho, ela disse que conseguem equilibrar bem, inclusive, no momento da entrevista, ele havia desmarcado um compromisso para ficar com o filho e, sempre que ela precisa, ele também fica com o menino, até em viagens, como uma que ela precisou fazer certa vez para Brasília. No que diz respeito a divisão das tarefas domésticas, agora que ela está desempregada, é que ela fica com a maioria das atividades e ele com a lida na roça e cuidado com os cachorros (ela cuida de 20 cadelas abandonadas), mas como criança pequena toma muito tempo, o esposo faz algumas tarefas também para ajudar. Além disso, ela possui uma sobrinha adolescente, que frequentemente está na casa dela, segundo ela, por causa do wifi, e acaba auxiliando nos afazeres domésticos e no cuidado com o filho. Mais uma vez a prática corrobora o argumento de Hirata sobre a possibilidade de trabalho fora de casa das mulheres, a partir da delegação dos cuidados domésticos para membros externos ao núcleo familiar central.

Assim, podemos perceber que há uma divisão das tarefas bem delimitadas sobre os afazeres de homem e de mulher, pelo menos nesse momento de cuidado com o filho, mas também percebemos que Zefinha não sente as diferenças de gênero nas divisões de tarefas de sua família, que ela considera justa, dado o que cada um faz dentro de casa. No que diz respeito aos **fatores impulsionadores** do empoderamento, podemos perceber que ela sempre teve uma **independência financeira** (capital econômico), com exceção do momento da entrevista, já que estava desempregada. Mas os incentivos governamentais lhe garantiam um certo recurso, adicionado ao trabalho de seu esposo na roça, além da venda de leite e gado. Zefinha também, pelo fato de ser formada, possui um **conhecimento** e **autoestima** que lhe garante assumir um papel de **liderança** junto à comunidade, auxiliando o desenvolvimento da comunidade e seu próprio.

6.1.7 Dadá

A entrevista com Dadá foi a que eu mais esperei para fazer, pois em quase toda reportagem, artigo, documento ou conversa que eu tinha sobre a renda de bilro, o nome dela era mencionado. Ela, mesmo sem ter nascido em Poço Redondo, mesmo sem ter aprendido a tradição com as mães, de só ter começado a fazer renda em 2006, quando iniciaram o primeiro projeto para ensinar as jovens da

cidade, acabou se tornando uma das guardiãs da renda de bilro do município e representando a cidade e seu artesanato em diversas ocasiões.

Fizemos a entrevista um pouco depois do almoço, sem marcar hora, apenas chegando lá e explicando o motivo da entrevista. De sua casa tinha acabado de sair um grupo de estudantes que também haviam ido lhe entrevistar e, com a naturalidade de quem já está acostumada aos pesquisadores, foi respondendo as minhas perguntas e contando a sua história de vida, de forma muito espontânea. Passamos quase uma hora conversando na varanda fresca da sua casa, que também serve de espaço para uma pequena mercearia, sob os cuidados de seu esposo, que ficou na calçada conversando e atendendo clientes.

Tinha 48 anos na época da entrevista, casada há 27 anos, tem duas filhas e um filho e tem o ensino médio completo. Nascida em Coruripe, Alagoas, e criada em São Paulo, onde começou a trabalhar, já aos dez anos de idade auxiliando uma costureira a cortar pontas de linho. Aos doze anos, já trabalhava diariamente em uma serigrafia, onde ficou até os vinte e quatro. Conheceu o esposo em Coruripe, namoraram, casaram e ele foi morar com ela em São Paulo, onde tiveram a primeira filha. Algum tempo depois, ela e o marido ficaram desempregados e foi quando ele sugeriu que viessem morar em Sergipe, já que os pais dele moravam em Poço Redondo.

Ficaram na casa da sogra por um tempo e com a parte do dinheiro que tinha, o esposo comprou um salão, que eles têm até hoje, e começou a vender arroz, cereal, massa de milho na feira, enquanto ela fazia crochê (que ela já sabia fazer desde os oito anos) para, segundo ela, ajudar o esposo no orçamento doméstico. Em Poço Redondo, ela disse que observava sempre as rendeiras na porta, pra quem ela olhava com admiração, pois sempre quis aprender a fazer renda, pois sua avó foi rendeira também.

Passado o tempo, teve sua segunda filha e começou a atuar como agente de saúde do município e nessa época não tinha nem o fundamental completo ainda. Mas esse trabalho durou uns dois anos e depois ela saiu para ajudar o marido em um bar que ele abriu quando parou de vender coisas na feira. Nesse período, a cidade tinha muitas festas e, com isso, o esposo abria uma barraca e trabalhava nas festas à noite e, pelo dia, enquanto ele dormia, ela cuidava do bar. Essa época, para ela, foi muito promissora financeiramente, pois conseguiram comprar sua casa e aumentar o espaço do bar. Ela continuava fazendo crochê para complementar o orçamento da casa.

Em 2006 surgiu a oportunidade de aprender a fazer renda de bilro e Dadá fez três meses de curso, no qual ela buscou aprender tudo o que podia com as rendeiras mais antigas, pois sempre teve o sonho de aprender a fazer bilro, tanto para ganhar dinheiro, como também para repassar seus conhecimentos. Fez o curso por 3 horas em 3 dias da semana durante 3 meses e nunca faltou um dia. Ao final, foi proposto às alunas que, quem ficasse por mais um mês ficaria com o material utilizado para o aprendizado (almofada, os bilros, o suporte, tesoura e linha). E assim ela o fez, mantendo esse material até hoje em sua posse, além de ter adquirido ou ganhado outras peças mais.

Figura 13 – Parte dos Bilros de Dadá



Fonte: Fotografias tiradas pela pesquisadora após a entrevista

Apesar das diversas atividades que desenvolvia ao longo do dia, desde seus trabalhos com crochê, ajudar e cozinhar no bar que o marido era dono, cuidava da casa e de suas duas filhas e um filho. Além das críticas do marido, todas as vezes em que ela, durante suas horas livres, “quebrava cabeça nas rendas” e dizia a ele “Um dia isso ainda vai dar futuro pra nós”. Em suas memórias, Dadá fala sobre sua rotina enquanto fazia o curso:

Aí eu olhava os pequenos dos parentes pra me dar alguma coisa. É... cheguei até a amamentar filho de cunhada dele (do esposo), né? E tomar conta durante... elas iam trabalhar ou fazer alguma coisa eu ficava... bebezinhos. A minha menina mamou até grandona, ele (o filho) também. Amamentava eles, ajudava ele no bar, fazia crochê e quebrava a cabeça na renda. Ele dizia assim: “Você é doida” - meu marido - “Maluca, você vai endoidar. Tá vendo que isso não dá futuro!”. E eu: “Dá!. Um dia eu mostro a ele” (DADÁ, EM ENTREVISTA).

É importante destacar que seu esposo estava bem próximo a nós, junto com alguns amigos, na calçada da casa, enquanto estávamos na varanda. Enquanto me contava essa história, Dadá falava em tom de voz alto e sorridente, como se falasse em tom de brincadeira e para que o marido pudesse ouvir. Podemos recorrer a Pierre Bourdieu por meio dessa fala de Dadá sobre seu companheiro que, ao desmerecer e desvalorizar seu aprendizado, chamando-a de doida, demonstra uma forma de violência, que é a violência simbólica, na medida em que, para manter a relação de dominação sobre ela, o homem passa a desvalorizá-la para que a mesma permaneça no lugar que lhe cabe, que é numa posição subordinada ao homem.

Além disso, percebemos as diversas tarefas nas quais as mulheres estão envolvidas em suas rotinas diárias. Além do esforço no espaço público, Dadá ainda se envolvia em várias atividades no ambiente doméstico no que diz respeito aos cuidados com a casa e criação de filhos/as e até sobrinhos/as. Segundo os dados apresentados pelo Indicador Retrato das Desigualdades no Brasil (2011), as mulheres, independente de sua raça, com 16 anos ou mais, dedicam uma média de 27 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto os homens na mesma faixa etária, dedicam apenas 10 horas. Essa alta dedicação das mulheres às atividades não remuneradas acaba por limitar sua atuação no mercado de trabalho em condições de igualdade com os homens e, talvez esse pensamento tenha feito Dadá, mesmo com tantas atribuições, perceber na renda de bilro a possibilidade de independência financeira.

Em 2007, como dito anteriormente, começou a dar aula de renda de bilro, junto com outra rendeira antiga em Sítios Novos na cooperativa dos bordados. Nessa mesma época, também deu aula a 20 meninas e senhoras no centro de Poço Redondo.

Depois surgiu a oportunidade pela Promoart, não eu de ensinar, mas sim ser agente local deles aqui. Isso era em seguida. 2006 eu aprendi, 2007, 2008, 2009 surgiu a oportunidade pra 2010 tá fazendo esse trabalho. Fiz esse trabalho, foi um ano, muito bom. As rendeiras mais velhas ensinava e eu só era agente local pra tá pegando os dados das meninas, das instrutoras, repassando o pagamento delas e tudo. Eu que tava organizando. E passando as informações pra coordenadora que vinha de Aracaju. Ela vinha só de mês em mês e trabalhei nisso. Acabei também ensinando renda de bilro porque tava todo mundo junto (DADÁ, EM ENTREVISTA).

Em 2010 ela começou a dar aulas também para o Ponto de Cultura. Nessa época, viajou para o Rio e levou as peças que tinha promovido com a Promoart para uma exposição chamada “Mercado Brasil” e, no fim de 2016 mandou novas peças para a mesma exposição. Começou a ensinar, na época do Ponto de Cultura, no salão dela, que havia sido alugado pela neta de Lampião e que cedeu o espaço para as aulas de renda e depois ensinou na praça da cidade. Participou também do projeto do Ateliê

Flor de Mandacaru, desenvolvido pela Fundação, em que ensinou as meninas a fazerem os bicos de renda em roupas das aulas de corte e costura.

Segundo ela, além dela e das rendeiras mais antigas, algumas das moças formadas nas oficinas, começaram também a dar aulas e auxiliar na produção de peças, tanto para comercialização pelo Ateliê, como para a Associação de Artesanato. Considera que esse foi um período muito produtivo e intenso, pois na medida que as moças eram formadas, já iam fazendo parte da produção. Então, quando as aprendizes começaram a ensinar, ela, Maria Bonita, Mariquinha e Osana passaram a coordenar as atividades muito mais que dar aulas. Segundo ela, muitas meninas que foram alunas dela nessa época eram muito boas e algumas ainda continuam rendando.

Depois que acabou o projeto, ela disse que, apesar de gostar muito de ensinar, parou de dar aulas de renda de bilro e agora se dedica mais à produção e venda de seus produtos através da Associação de Artesãos do Município. Mas, mesmo sem dar aulas, ainda ensina às pessoas que vão na casa dela pedir orientações. Comentou que deu aulas a Noca, sua irmã, sua filha e seu filho, mas de todas as alunas que teve, a que mais dá orgulho é Noca.

Segundo ela, ao longo de sua trajetória com a renda de bilro, ela foi ganhando mais confiança, principalmente porque dentro de casa era muito criticada por acreditar que esse trabalho lhe renderia frutos. Em um determinado momento, ela disse que deixou de acreditar na intuição dela sobre a renda, mas desde que começou a aprender esse ofício de rendeira, nunca mais parou. Sempre surgiam novas oportunidades, seja de dar aula, de coordenar, produzir e, por isso, ela nunca mais parou e hoje é uma das principais rendeiras da cidade.

A minha confiança é: eu sei fazer renda, faço bem renda. Tenho meu orgulho de dizer que eu faço bem renda. Aprendo rápido coisas diferentes, como desse tempo que parei da Fundação pra cá eu venho só desenvolvendo trabalhos diferentes, diferentes, diferentes do que eu já fazia. O que eu aprendi foi bicos e entremeios hoje eu faço diversos. Acho que se eu contar tem umas 50 peças de renda de bilro que eu faço e já fiz diferente de bicos e entremeios, né? Então se hoje chegar um desenho de renda e dizer assim: você quer tentar? Eu vou tentar, nem que a gente mude um pouco, não saia tão... mas eu vou tentar. A primeira peça demora, a segunda já faço mais rápido, a terceira, vou embora. Ninguém segura, de jeito nenhum. Então, quer dizer, foi uma confiança grande. Eu passo isso pras meninas quando eu ensino eu passei pra Noca, que Noca entendeu a mensagem. Noca captou a mensagem.

Com isso, podemos destacar em Dadá um empoderamento a partir do desenvolvimento de um **componente psicológico**, responsável por fornecer para ela sentimentos de **autoconfiança e autoestima**, que são apoiados a partir do **componente econômico** que o ofício favorece. (STROMQUIST, 1997).

Esse componente econômico é complementado na fala de Dadá sobre sua autoconfiança, pois explica que conseguiu ganhar dinheiro com a renda, apesar de que ela esperava ganhar mais. Mesmo assim, aponta que, levando em consideração o que ela ganhava antes com o crochê, a renda de bilro lhe trouxe um retorno maior. E explica que foi a partir desse seu trabalho de rendeira que ela conseguiu custear a faculdade da filha em uma instituição privada de ensino (a filha possui FIES⁸) e estava finalizando a faculdade da segunda filha, também em instituição privada, além de pagar as contas de moradia, alimentação, transporte etc. da filha, que foi morar em outra cidade para fazer o curso.

Mesmo assim, quando não estava dando cursos ou produzindo renda, Dadá ainda ia para a cozinha, fazer os petiscos do bar do esposo, que funcionou por 15 anos. Depois eles mudaram, para a casa onde moram hoje e abriu a mercearia, que tira cópias também, mas ela disse que nem quer aprender a mexer na fotocopadora, para não lhe darem mais uma incumbência. Segundo ela, atualmente a produção diminuiu com relação à época da Trilha do Sertão, mas ela continua com produções por encomenda ou então ela mantém a produção para deixar as peças à venda na Associação de Artesãos.

Ela participa sempre de feiras e eventos, faz contatos com outras pessoas, que a procuram para encomendar. Com isso, ela iniciou a desenvolver trabalhos para uma mulher de São Paulo e outra de Aracaju que, com frequência, fazem pedidos que Dadá encaminha pelo correio. Fez uma peça para o professor da filha que descobriu, a partir de uma reportagem que as duas eram rendeiras e pediu uma passadeira grande para a mesa. Quando não está produzindo ou fazendo encomendas, ela faz conserto de roupa na máquina ou crochê, trabalho em que já tem clientes certos.

Quando não tem uma coisa eu sempre tenho outra e às vezes eu tenho tudo pra fazer. Eu fico doidinha. Mas aí eu tô produzindo. Eu acordo 5h da manhã e vou dormir 21h30, 22h da noite. [...] Se eu estiver deitada eu estou doente. E ainda tenho dois velhinhos aqui pra cuidar: minha mãe e meu pai, que tão aqui mais eu.

Pela fala de Dadá, já podemos perceber que ela passa a entender que o aprendizado de bilro, em 2006, foi um fator importante no seu desenvolvimento na esfera pública e na participação na sociedade. De estudante, na primeira turma, Dadá se torna instrutora, ao lado de rendeiras antigas e passa, aos poucos, a tornar-se também guardiã da renda. É comum perceber, em qualquer busca que

⁸ FIES – Fundo de Financiamento Estudantil - é um programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores MEC, 2018).

trate de falar sobre a renda de bilro em Poço Redondo, que o nome de Dadá é citado. Em seu blog, Rangel Alves da Costa, nascido em Poço Redondo, dedica uma página inteira para falar de Dadá, da qual retiro aqui um trecho:

Mas eis que chegou Dadá e reinventou a arte. Eis que chegou Dadá e reanimou esse fazer antigo, mas tão novo e encantador a cada bilro que é dedilhado. E ela não só pratica como ensina. Chega até gente de muito longe para que ela ensine alguma coisa deste nobre ofício.

A abnegação de Dadá é tamanha que fez florescer em suas jovens filhas o mesmo gosto pelo ofício da renda, da arte, do artesanato, da criatividade tipicamente sertaneja. Suas filhas, assim como a mãe, parecem nascidas com o destino da preservação, da continuidade.

Hoje é uma família rendeira, ainda que as moças se dividam entre os estudos, outros ofícios e as almofadas. E sem elas certamente que Poço Redondo não estaria novamente reencontrando seu amor e sua dedicação pela renda de bilros (COSTA, 14 DE MAIO DE 2018).

Nesse texto, ainda percebemos como a identidade feminina é construída a partir da fala do autor. A predestinação para a preservação do ofício de rendeira é passada para as filhas, como se fosse inerente à mulher o desenvolvimento do trabalho de rendeiras. Mesmo que a renda de bilro, conforme a fala da própria Dadá, seja atualmente uma das principais fontes de renda da casa, aos homens não coube esse papel de preservação da arte rendeira, pois este é um papel social destinado à mulher e não ao homem, conforme definem Helena Hirata e Danielle Kergoat (2007).

Dadá acredita que há uma resistência dos companheiros com relação ao trabalho das rendeiras. Não só no caso dela, em que o marido no começo foi contra o trabalho, mas pelo que ela vê com as outras mulheres, em geral, há uma resistência pelo fato delas serem mulheres e donas de casa.

Quando é uma pessoa como eu que diz: “Você não vai!”. Eu já tô pegando um avião em Aracaju e já tô indo, né?. Ele: - “Tomara que o avião caia!”. E eu digo: - “Pode cair. Eu tô nem aí! Que caia no mar”. Mas ele fala brincando. Também se fala de verdade, problema é dele (DADÁ, EM ENTREVISTA).

Então percebemos que Dadá enxerga o **casamento** como um **fator limitador** de empoderamento, mas não apenas isso, a obrigatoriedade **das tarefas domésticas** por parte das mulheres, o que faz com que seus maridos não queiram que elas saiam de casa. Mais uma vez, percebemos que os cuidados com a casa no espaço doméstico como um limitador importante da presença feminina nos espaços públicos. A mulher, principalmente em uma cidade do interior do

Nordeste, que pretende se fazer presente no espaço público, precisa ter muita determinação e autoestima elevada para conseguir superar as barreiras no caminho, principalmente aquelas que começam dentro de casa. Assim, ao falar sobre essas resistências, Dadá comenta que:

Assim, tem uma resistência muito grande, a gente de se organizar às vezes tem uma dificuldade muito grande. Eu desde que eu comecei a história da renda de bilro sinto uma dificuldade muito grande de organização, de juntar. Tem horas que eu começo a juntar, daqui a pouco se espalha, daí eu tento de novo, aí se espalha e eu tô tentando...

Ela conta que conseguiram um espaço para a Associação de Artesãos para divulgar e comercializar os produtos, mas as mulheres (não apenas rendeiras) colocam os afazeres domésticos em primeiro lugar e, com isso, a Associação perde, na medida em que as pessoas passam e encontram fechado, deixa de vender e divulgar. Mas, como as pessoas, segundo ela, não querem sair da zona de conforto, ficam as Associações e artesãos individuais trabalhando em separado e, com isso, deixam de fortalecer o artesanato da região do baixo São Francisco.

Com relação aos afazeres domésticos, ela sempre foi responsável por todas as tarefas da casa. Segundo ela, até hoje acorda muito cedo, pois já dá andamento às tarefas da casa, parte do almoço já fica pronta, para que possa fazer sua renda ou fazer o curso ou dar aulas (na época). Além das tarefas da casa (e do bar, quando tinham), ainda cuidava das crianças, dela e os sobrinhos e da sogra que foi morar com ela antes de morrer e estava muito debilitada e precisava de alguém que cuidasse. Ela comentou que a sorte, na época, foi que a sogra, apesar de inválida, era muito paciente e que as filhas já estavam crescidas e, quando ela ia para os cursos, elas cuidavam do restante das tarefas da casa e do irmão que ainda era pequeno (hoje já tem 15 anos). A única tarefa do esposo, nessa rotina cansativa era levar as crianças na escola e participar de reuniões quando Dadá não podia ir.

Atualmente, ela mantém o mesmo ritmo de trabalho e, apesar de não ter criança pequena, cuida do pai e da mãe, que moram na casa vizinha à dela. Como não tem mais as filhas em casa, ela está ensinando ao filho mais novo como finalizar o almoço, que ela já deixa encaminhado, para que ele não fique esperando por ela e, assim, ele e o pai possam se virar, enquanto ela não está em casa. Além disso, o fato de que o seu trabalho começou a dar possibilidades financeiras em casa fez com que, tanto o filho, como também o esposo, começassem a fazer algumas pequenas tarefas para que as peças pudessem ser feitas.

E quando eu tô mesmo assim aperreada ele me ajuda. Até ele (o esposo). Meu filho, vá fazer isso pra mainha, vá. [...] Porque quando ele diz: “Mainha, eu preciso comprar isso”. E aí, se a mainha não tiver o dinheiro?

No começo eu ia administrando assim aí ele (o esposo) começou a me ajudar. Teve uma época que eu fiz umas bolsas pra Fundação, fiquei até meia noite costurando, ele foi pra pia lavar os pratos. Quando eu saí da máquina já tava os pratos tudo lavadinho, eu digo: “Ói, que bom! Tá vendo aí?”. Com o dinheiro a gente comprou um microondas pra nós. Quer dizer, ele começou a entender e começou a ajudar também.

Com isso, mais uma vez, a questão dos afazeres domésticos envolvendo a rotina das mulheres. Mesmo com o cuidado da mãe do esposo, para dar banho e comida, a responsabilidade estava nas mãos de Dadá e não do filho. Nos momentos em que ela diz que precisou de apoio nos serviços domésticos, contava com outras mulheres, como a filha, a sogra (quando não tinha adoecido ainda) ou as cunhadas. Só posteriormente, a partir da percepção de que o seu trabalho estava trazendo uma boa parte do recurso do orçamento doméstico é que os homens da casa passaram a “ajudar” nas tarefas mais simples. Então, temos, neste caso, a **renda** conseguida através da produção das rendas de bilro como um **fator impulsionador** de empoderamento.

Cabe salientar que, mesmo com essa “ajuda” do esposo e filho nas atividades domésticas (quis deixar a palavra entre aspas porque é assim que é considerada a tarefa) não é uma tarefa deles, é obrigação dela, enquanto mulher, desempenhar o papel de dona de casa, mas eles dois, como precisam dos recursos provenientes do trabalho que ela realiza, “ajudam” para que ela possa realizar tais atividades. Isso corrobora o trabalho de Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2000) que dizem que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas.

Sobre seus planos para o futuro, Dadá colocou em primeiro lugar conseguir dinheiro suficiente para poder fazer uma pequena festa de formatura para a filha e continuar fazendo renda de bilro. Disse que não tem mais interesse em ensinar a fazer renda, principalmente no esquema que fazia anteriormente, com 20 alunas de uma vez. Segundo ela, o ideal é que cada rendeira dê aula a apenas 4 alunas, dando mais atenção ao trabalho e deixando espaço para a cabeça pensar. Mesmo assim, o seu interesse está em produzir, pois disse que rendeira que dá aula, não tem tempo de produzir.

Para ela, a renda de bilro melhorou muito a sua vida, pois ela vivia uma vida de fogão e crochê apenas. E com a renda, ela se encontrou na arte que ela faz por amor e que espera fazer “enquanto as mãos mexer e os olhos enxergar”. O que corrobora os resultados da pesquisa de Vera Lúcia Barbosa e Maria Inácia D’Ávila (2014), em que as autoras identificaram que, para as artesãs entrevistadas, havia a expectativa de um futuro melhor para elas mesmas e para a família e que seus anseios estavam fundados em projetos consistentes baseados em um planejamento econômico, em que as artesãs desejavam escolaridade para os filhos e aquisição de objetos e melhorias nas suas casas.

6.1.8 Maria Bonita

Quando cheguei à casa de Maria Bonita, em pleno meio dia, no calor da região, ela estava sentada na sala, em frente à almofada, fazendo sua renda. Cheguei com Sebastiana, já conhecida da região e, como se já estivesse acostumada a bater uma prosa, começou a conversar conosco como se fôssemos antigas conhecidas ou ao menos que fossem esperadas aquelas hóspedes, que adentraram sua sala e com ela sentaram no que considero mais um bate papo que uma entrevista.

Fomos sem pretensão de entrevistá-la formalmente, pois ela não havia dado oficina para o projeto da Fundação, mas com o interesse de conhecer um pouco da história daquela mulher, que é uma das mais antigas que ainda guardavam a tradição da renda. E, como aquelas histórias acrescentariam ao trabalho, pedi licença para gravar um pouco da nossa conversa informal.

Nesse breve momento de diálogo, ela nos contou um pouco de suas dores naquele momento, por conta da chicungunha, que a tinha a atacado recentemente. Tentava lembrar de Sebastiana e de onde a conhecia, mostrava com orgulho a renda que vinha tecendo em sua almofada e suas linhas, ainda fruto do primeiro projeto em que ela, junto às rendeiras mais velhas, ensinaram a arte da renda de bilro para outras mulheres da região. Seus netos, com quem ela parecia morar, pareciam estar acostumados com as visitas à avó, pois nos deixaram à vontade, nem questionaram nossa entrada em sua casa.

Ela nos contou que a renda de bilro foi o que ajudou na manutenção da família a partir da sua venda. Segundo seu relato, antigamente ela passava o dia todo trabalhando na roça, mas ao chegar em casa sentava em sua almofada e ia fazer renda, depois de fazer o trabalho de dentro de casa. Essas rendas eram vendidas, por três compradores principais, que compravam dela e outras rendeiras antigas em grandes quantidades, que eram vendidas para Aracaju, Rio de Janeiro e São Paulo. Essa

fala de Maria Bonita corrobora as informações dadas anteriormente. Até porque essa senhora é uma das “guardiãs da renda” que foi entrevistada durante o período de pesquisa de Beatriz Dantas no município de Poço Redondo.

Ao mesmo tempo, podemos perceber que o **dinheiro** conseguido a partir da venda de seu artesanato foi e ainda é (hoje em menor proporção) um **fator impulsionador** do empoderamento desta mulher que, além de ter produzido renda a vida inteira, ainda saiu do seu espaço doméstico para poder dar aulas para outras mulheres a fim de manter viva a tradição da qual ela é uma das guardiãs.

Maria Bonita, com seus 80 anos, revela ser uma autodidata. Aprendeu a fazer renda de bilro sozinha ainda quando menina, antes dos 10 anos de idade, só mexendo nas almofadas da mãe, que sempre pedia que ela saísse, para não estragar nem a almofada nem as linhas dela.

Se for pra uma pessoa me ensinar a eu fazer uma coisa é trabalho perdido, aí eu tenho que fazer é da minha cabeça mesmo, num sabe? Porque essa renda mesmo eu pegava da minha mãe e aí eu fazia, aí ela ‘vá desmanchar de vez em quando’, aí eu ia desmanchar, desmanchava e já ia fazer de novo, sabe?

Aí quando eu aprendi, aí ela achava era bom, porque eu sabia fazer, aí ela mesma fez uma almofada pra mim (MARIA BONITA, EM ENTREVISTA).

Mesmo demonstrando ter aprendido sozinha, sem que ninguém tivesse parado para lhe ensinar, percebemos que essa foi uma tradição passada de mãe para filha através do observar a mãe trançando a renda. Da mesma forma, o aprendizado é percebido quando a mãe lhe orienta sobre o desmanche da peça quando ficava imperfeita e lhe oferecendo o prêmio, ao final do aprendizado, que era a sua própria almofada de bilro. Assim, reconhecemos aqui o aprendizado acontecendo fora do ambiente de sala de aula, mas de forma informal, dentro do ambiente doméstico.

6.1.9 Mariquinha

Antes de irmos para a casa de Maria Bonita, havíamos passado na casa de Mariquinha, mas esta não estava em casa. Curiosa para saber quem foi, quando foi avisada em casa que estivemos lá para falar com ela, foi para a casa de Maria Bonita, provavelmente motivada pelo meu carro, estacionado à porta.

Assim que fomos apresentadas, de novo por Sebastiana, e soube do meu interesse em conhecer um pouco da história delas no trabalho com renda de bilro, veio toda falante, comentar sobre o que vinha desenvolvendo junto com Maria Bonita, Dadá, Osana (a mais velha entre todas as rendeiras) e Naninha, quando o estudo deixa, já que ela está em outra cidade para estudar na faculdade. Ela nos

disse que lembrava muito da época dos projetos com a Fundação, porque tinha tantas meninas aprendendo e agora não tem mais ninguém. Mas, ao mesmo tempo, falou que agora está produzindo bastante para fora.

Eu lembro tanto às vezes, eu me lembro aí digo: Ih! Cabou-se tudo. Mas agora, agora num tá tendo mais... o povo tá procurando. A renda da gente tá na internet e sempre tem uma encomendazinha. Tem uma mulher lá de São Paulo que manda a gente fazer.

Segundo Mariquinha, elas se revezam nas encomendas, pois assim que surgem pessoas querendo comprar, muitas vezes a pessoa quer uma quantidade grande e, com o tempo curto, é necessário que todas façam uma parte. Assim, as quatro rendeiras antigas têm conseguido manter uma quantidade de vendas trabalhando de forma coletiva, através dessa relação da Associação de Artesãos do Município de Poço Redondo, o IPTI, Sebrae e outras encomendas, já mencionadas por Dadá.

Perguntei com quantos anos ela aprendeu a fazer renda de bilro, a fim de reavivar um pouco a memória desse aprendizado. E, conforme ela, já faz tanto tempo que não lembra, só sabe que começou pequeninha na renda, mas com o tempo começou a perceber que as meninas/moças da idade dela queriam era costurar. Foi quando ela decidiu parar com a renda de bilro e se dedicar à costura. E só voltou a fazer renda de novo já mais velha e que agora, com seus 77 anos, afirmou que não quer mais parar.

Mãe disse que quando me ensinou fazer renda, disse que eu não podia com a almofada. Era obrigado a ela botar no sol em tempo que chovia, né? Muito. Era os bilro tudo pretinho, ficava tudo suado, ela disse que botava no sol, botava num lugar preu trabaíá. Num me lembro disso não.

Quando eu fiquei maiorzinha, sabe? Aí eu ficava oiando as outra tudo costurando e eu ficava assim: “Meu Deus! Só eu com essa almofada, as minhas amigas tudo costurando e eu com essa almofada. Pois eu vou aprender!”. Aí assim eu pá, aprendi. Aí eu abandonei a almofada, num quis mais não e fui costurar.

Aí depois de já véia, aí eu comecei de novo. Só vou deixar quando eu morrer.

A fala de Mariquinha corrobora os dados apresentados por Beatriz Dantas e outros autores acerca do fato de que algumas das rendeiras, em um determinado período, pararam de produzir em renda de bilro e foram procurar outras artes, como costura, bordados etc. E isso acontecia também porque acabou se tornando um hábito das mais jovens, aprender essas outras técnicas de artesanato. Em alguns dos relatos ouvi as rendeiras falando que, em um determinado período, trabalhar com a almofada de bilro era considerado coisa de “velha”.

6.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES

No caso desta tese, descrevemos a forma como se estrutura o campo cultural em torno das práticas de ensino e produção da renda de bilro, com o intuito de manter viva a tradição cultural do município de Poço Redondo e de criar oportunidades de emprego e renda para uma população tão pobre. É importante destacar esses dois pontos, pois foram as ações públicas que tendiam para um campo ou para o outro, que demarcaram, atuaram e estruturaram o campo cultural, em especial aquele vivenciado pelas artesãs de renda de bilro neste município.

No caso das políticas públicas culturais, suas diversas parcerias apresentavam um discurso de valorização da cultura e a necessidade de preservação do patrimônio cultural, em que estava incluída as ações voltadas para a transmissão de saberes principalmente. No caso específico desta tese, a política cultural foi essencial para que as rendeiras mais experientes, transferissem seu conhecimento para outras pessoas, além de ter possibilitado alguns intercâmbios, como o passeio para Alagoas, a fim de conhecer a escola de renda de bilro.

Já na adoção das políticas públicas para gerar emprego e renda, percebemos que a transferência dos conhecimentos sobre renda de bilro somente aconteceu no início, quando apenas as idosas sabiam rendar. Depois, essa ação de repassar os saberes da renda, ficaram a cargo das ações da Fundação Dom José Brandão de Castro, inicialmente, por meio dos recursos do convênio entre o MinC e Secult, depois pelo prêmio recebido pela FUNDAJ e, atualmente, por recursos próprios das dirigentes ou da venda dos produtos. Então, retomando as políticas promotoras de emprego e renda, passaram a se preocupar com a capacitação técnica das rendeiras já experientes, dando-lhes um suporte mercadológico para venda e comercialização dos produtos.

Essas ações públicas também acabaram determinando os tipos de capital importantes no campo cultural que se formou na região. Como já foi descrito anteriormente, as organizações que compuseram o campo, cada uma delas, possui o(s) seu(s) próprio(s) tipo(s) de capital, mas, para a comunidade, o capital da tradição começou a destacar quem detinha algum tipo de poder nesse campo, como por exemplo, quem seriam as mulheres convidadas para dar as aulas ou fazer os cursos. Além disso, outras organizações da sociedade civil, como no caso da Fundação Dom José Brandão de Castro, também entraram no campo e suas coordenadoras também possuíam capitais importantes para o campo a fim de receberem o financiamento público.

Cabe destacar que as políticas de incentivo, ao tornar possível o engajamento de mulheres com diversos tipos de capitais e competências, possibilitaram recuperar o valor simbólico da renda de bilro e, com isso, o capital simbólico das rendeiras.

Mas estamos tratando aqui dos capitais existentes no âmbito do campo cultural formado a partir da transmissão de saberes em renda de bilro, que podem ser evidenciados no Quadro 8, em que apresento as entrevistadas e relaciono os fatores impulsionadores e inibidores de empoderamento com os tipos de capital que apresentaram.

Quadro 8 – Relação entre Empoderamento e Tipos de Capital

Nome	Papel na Fundação	Fatores impulsionadores	Fatores limitadores	Tipo de capital
Sebastiana	Coordenadora/ Presidente	Renda suficiente Acesso ao conhecimento formal Acesso às informações Confiança e autoestima Desenvolvimento de habilidades Liderança Rede de relações	----	Cultural Econômico Social
Nenê	Coordenadora	Renda suficiente Acesso ao conhecimento formal Acesso às informações Confiança e autoestima Desenvolvimento de habilidades Liderança Militância política Rede de relações	----	Cultural Econômico Social
Zefinha	Coordenadora	Renda suficiente Acesso às informações Confiança e autoestima Desenvolvimento de habilidades Liderança Militância política Rede de Relações	Responsabilidades domésticas	Cultural Social Econômico
Rosalina	Oficineira – bordado	Renda suficiente Acesso às informações Confiança e autoestima Desenvolvimento de habilidades Liderança	Responsabilidades domésticas	Tradição Social Econômico
Noca	Oficineira	Renda suficiente Acesso às informações Confiança e autoestima Desenvolvimento de habilidades Rede de Relações	Responsabilidades domésticas	Tradição Social Econômico
Dadá	Oficineira	Renda suficiente Acesso ao conhecimento formal Acesso às informações Confiança e autoestima Desenvolvimento de habilidades Liderança Rede de relações	Responsabilidades domésticas Opressão Falta de apoio	Tradição Social Econômico

Fonte: Elaborado pela própria autora

Com esse quadro, fica mais visível que o ambiente doméstico ainda é um fator limitador importante para a maior parte das mulheres. Os cuidados com a casa e filhos/as acabam exercendo influência na vida das mulheres na medida em que o número de horas necessárias para realizar as atividades domésticas acaba por impossibilitar ou dificultar seu acesso ao ambiente público. Não foi o caso das mulheres aqui entrevistadas, pois a maioria delas, mesmo com essas limitações, resolveram participar do espaço público e, talvez pela consciência de trabalho coletiva, talvez pelo dinheiro entrando em casa, resolveram modificar a lógica estruturada e participar ativamente dos espaços públicos. Portanto, o empoderamento dessas mulheres pode ser percebido através do desenvolvimento do componente psicológico, em que elas demonstram apresentar autoconfiança e autoestima que vem se apoiando no componente econômico que o ofício favorece. (STROMQUIST, 1997).

Ainda com relação ao Quadro 8, destacamos que na lista de fatores impulsionadores do empoderamento apresentados anteriormente foram acrescentados dois novos fatores, presentes nas mulheres entrevistadas e que não contemplariam a realidade delas se não fossem colocados. Um dos fatores apresentados por Martelo (2003) é a participação em redes sociais e, no caso das mulheres aqui presentes, podemos dizer que apenas Dadá, por meio da ação do Crab, possui essa participação. No entanto, todas as mulheres envolvidas no trabalho com a renda já possuíam ou aumentaram a sua rede de relações sociais, obtendo com isso, inclusive, um capital social importante. Tonaram-se ou já eram pessoas de destaque na comunidade, o que lhes abre portas e auxilia no seu processo de empoderamento também.

Um outro fator que impulsiona o empoderamento de Nenê e de Zefinha, certamente é a militância política delas. Essa militância, deu às duas a possibilidade de buscar novos espaços de luta, de aumentar seu acesso à informação e ao conhecimento formal e até melhorar a rede de relações, aumentando também sua capacidade de liderança e aumentando sua autoconfiança. Essa militância veio antes do trabalho com a Fundação e suas ações no Ponto de Cultura e, por isso, necessitam um destaque especial também.

No caso de Sebastiana e de Nenê ainda destacamos a não existência de fatores inibidores de empoderamento, mas isso provavelmente se dá pelo fato da existência de dois fatores impulsionadores importantes e que as diferencia das outras mulheres entrevistadas que é a renda, muito superior que a das mulheres que residem em Poço Redondo e o conhecimento, visto que as duas possuem graduação e pós graduação. Com isso, elas têm acesso a dois tipos de capital

importantes, os mais importantes, segundo Pierre Bourdieu, na sociedade capitalista em que vivemos que é o econômico e o cultural. No caso de Sebastiana, ela sentia e sente a pressão de fazer as coisas da casa, sendo dela a responsabilidade por todo o planejamento doméstico. No entanto, não consideramos como fator limitante, pois, da mesma forma que observado por Bruschini (2007), muito da possibilidade de acesso das mulheres ao ambiente de trabalho se dá a partir do trabalho de outras mulheres, como no caso de Sebastiana, que sempre contratou empregadas para que pudesse desenvolver suas atividades fora de casa. Isso também pode ser percebido com relação a todas as outras mulheres entrevistadas que, ao precisar se ausentar, deixam os/as filhos/as com mães, sogras, irmãs etc.

No caso de Nenê, já podemos perceber uma melhor divisão das tarefas domésticas, o que não lhe tira também a responsabilidade central da casa. O caso de Zefinha tem algumas diferenças, pois no momento da entrevista, ela se encontrava desempregada e cuidava de um bebê, depois de uma gravidez complicada, o que lhe voltou mais para os afazeres domésticos, enquanto que ao marido cabe mais a lida na roça. No entanto, o ambiente doméstico também não se mostra como um impeditivo em suas ações, considerando que, quando não tem o marido, a sobrinha também ajuda nos cuidados com a casa e a criança.

Não podemos deixar de levar em consideração que não bastam ações públicas, mas podemos pensar que tais ações podem acabar por criar grupos coletivos, de forma que nesta coletividade, seja por meio de associações ou grupos montados pela própria sociedade (já que estamos falando em ações públicas que foram criadas com a proposta de democratizar o País), há possibilidade de um empoderamento não apenas no nível macro, mas no nível micro.

Assim, entendemos que a participação em grupos com demandas coletivas acaba por proporcionar uma maior percepção sobre os mecanismos de dominação existentes que nos leva a questionar a realidade como está posta e, com as pressões desses grupos, é possível mudar os mecanismos de poder num nível das políticas públicas (macro) e também no que diz respeito às relações pessoais (micro).

Para Munique Oliveira e Temis Parente (2017) o processo de empoderamento compreende duas dimensões, a individual e a social. Na **individual**, é possível identificar que há uma relação direta com a competência, habilidade, autoestima, além da confiança que as mulheres adquirem em si mesmas enquanto seres humanos, pois o fato de compartilhar com outras mulheres as suas vidas, suas histórias, acaba contribuindo com o fortalecimento de sua autoestima e confiança. Quanto à dimensão

coletiva, faz com que essas mulheres se desenvolvam em um contexto mais social e comunitário a partir de suas ações dentro daquela organização, pois na medida em que elas passam a se relacionar com outras pessoas, no ambiente público, elas possuem uma visão acerca do grupo ampliada e passam a exercer o papel de liderança, o que não ocorre na esfera doméstica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos em artesanato, inevitavelmente acabamos adentrando nas discussões de gênero. O universo da cultura popular, em especial das artesãs rendeiras está normalmente vinculado ao universo feminino, pois a produção e até transmissão desses conhecimentos acaba sendo feita no ambiente doméstico. As mulheres são maioria nesse campo, mas ao mesmo tempo isso está relacionado a uma desvalorização do saber fazer cultura, do saber fazer artesanato.

Normalmente vemos mães ensinando suas filhas a bordar, a costurar, a tecer rendados. Antigamente, inclusive, isto fazia parte da educação de qualquer menina a fim de que se tornasse uma mulher “boa para casar”. Hoje em dia, com as mulheres cada vez mais participando ativamente do mercado de trabalho, impulsionadas não apenas pelas lutas e conquistas feministas, mas também por um sistema econômico capitalista que busca cada vez mais pessoas a serem exploradas (e a mulher ainda é uma mão de obra capacitada e barata), a transmissão dos saberes da cultura popular e do artesanato acabam por perder espaço.

E o que fazer quando alguma manifestação popular corre o risco de morrer, como no caso da renda de bilro, em Poço Redondo? Qual o papel do Estado no que diz respeito à formulação e implementação de políticas públicas culturais que tornem possível o ensino da cultura popular no ambiente formal, dentro das escolas, a partir de uma educação contextualizada; ou também e principalmente fora da sala de aula, em ambientes mais próximos à comunidade, em dias e horários facilitados para o público alvo, com um conteúdo dinâmico e que atue de forma dialógica?

Essas são perguntas que não podem ser respondidas sem trazer à tona uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho, as diferenças de gênero, o modo de produção capitalista e o papel da mulher nesse contexto. Como pudemos perceber nesta tese, o universo do artesanato brasileiro é dominado por mulheres e isso pode ser ocasionado pelo fato de que, para participar deste campo, a mulher não precisa sair do ambiente doméstico. Entre os cuidados com a casa e com os filhos, as artesãs utilizam o tempo livre (ou criam esse tempo) de forma a realizar suas atividades artesanais, seja para uso pessoal, seja para “auxiliar” no orçamento doméstico. Coloco aspas neste auxílio, pois muitas vezes esse trabalho é que coloca o dinheiro em casa e traz condições de sustentar toda a família.

Mesmo assim, as mulheres artesãs acabam se conformando com os afazeres domésticos e entronizando a ideia de que as tarefas de cuidado com a casa e filhos são sua obrigação. Ou, mesmo que não entenda dessa forma, acaba realizando sempre maior parte das atividades, pois seus

companheiros não entendem, da mesma forma que elas, que essas também são obrigações que lhes cabem. O que vemos, portanto nesse cenário, são mulheres que, com dificuldade, participam de ações fora do ambiente doméstico, seja realizando cursos, dando aulas, comercializando ou expondo seus produtos, participando de cooperativas ou associações, principalmente em uma cidade no interior do Nordeste, onde o machismo, a violência contra a mulher e o poder do homem são exaltados na figura do nordestino “cabra macho”.

As mulheres aqui retratadas, ao longo desta tese de doutorado, são mulheres que quebraram este paradigma, que enfrentaram e enfrentam barreiras para que possam participar também do ambiente produtivo e, de certa forma, envolver seus companheiros (quando ainda os têm) nos afazeres do ambiente reprodutivo. Que conquistaram, a partir do conhecimento que possuem, seja no ambiente formal da escola, como no caso das coordenadoras da Fundação, que não são rendeiras, mas participam deste universo através da elaboração e gestão de projetos para que o trabalho das rendeiras de bilro de Poço Redondo não desapareça, seja no ambiente informal, fora das salas de aulas e universidades, mas no campo da cultura, onde as rendeiras puderam dar um outro status aos seus papéis de artesãs, mas tornarem-se também professoras.

Esse conhecimento e trabalho garantiu a todas elas um retorno financeiro que lhes proporcionou não apenas “ajudarem” no rendimento da casa, mas efetivamente participarem desse orçamento doméstico, o que lhes deu mais confiança, aumentou a autoestima e fez com que elas comesçassem a impor seus anseios e interesses e seus esposos parecem ter precisado acompanhar esse novo ritmo. Todas as mulheres aqui retratadas, de alguma forma, sentiram-se mais empoderadas a partir do trabalho desenvolvido, ao longo dos anos, com o Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão e na sua relação com o campo estruturado pelas ações voltadas à transmissão de saberes em renda de bilro no município de Poço Redondo, o que não significa dizer que as problemáticas de gênero não as limitam.

Pelo contrário, apesar de desempenharem funções no ambiente reprodutivo, essas mulheres ainda são as principais responsáveis pelos cuidados com a casa e suas filhas e filhos e, quando precisam se ausentar nessas funções, acabam dependendo de outras mulheres como: empregadas, filhas mais velhas, sobrinhas, mães, irmãs etc. A divisão sexual do trabalho no seio do ambiente doméstico ainda é uma luta constante e, muitas vezes, a mulher prefere simplesmente aceitar que as coisas são assim mesmo e, com isso, precisa de uma energia extra para trabalhar dentro e fora de casa. Enquanto isso, os homens, de forma geral, não têm a mesma preocupação e, com isso, mantém-se

uma relação hierarquizada e gendrada nas relações, onde o peso do trabalho reprodutivo fica quase que exclusivo nas mãos das mulheres, limitando o seu trabalho na esfera produtiva.

Assim, quando tratamos de políticas públicas culturais, principalmente aquelas que estão voltadas à transmissão de saberes para a preservação de uma cultura popular em comunidades tradicionais, é necessário que as questões de gênero sejam levantadas. É comum lermos em programas de políticas públicas, sejam eles voltados para a cultura ou não, que irão abranger várias áreas da sociedade de forma interligada, incluindo aí as discussões de gênero. No entanto, na prática, o que percebemos é que, mesmo àqueles projetos que são nomeadamente voltados para mulheres, as problemáticas de gênero são sequer colocadas.

No caso específico de Poço Redondo, por exemplo, há anos que a cidade vem recebendo atenção de diversos entes públicos e privados no sentido de transmitir, preservar e manter viva a produção de renda de bilro no município. Visivelmente estas ações são realizadas para atender mulheres, com poucas exceções, mas em nenhuma dessas atividades foram disponibilizados recursos, incentivos ou ações no intuito de promover um debate ou qualquer outra atividade que coloque em xeque a divisão sexual do trabalho doméstico, que buscasse levar mais homens para aprender renda de bilro, bordado ou costura, que facilitasse o acesso das mulheres aos espaços públicos.

A única exceção foram algumas palestras, realizadas pela Fundação Dom José Brandão sobre violência doméstica e empoderamento feminino durante os cursos do Ateliê Flor de Mandacaru. No entanto, isso ocorreu porque uma das coordenadoras do projeto é pesquisadora da área e teve a sensibilidade de perceber essa problemática ao longo do trabalho com as mulheres em Poço Redondo. Mas se o governo investe em ações destinadas a empoderar as mulheres de uma dada região, não basta lhes ensinar a fazer renda, a conhecer novos pontos e modelos ou a empreender. É necessário que se estabeleça, naquela região, uma nova dinâmica de trabalho, em que a mulher não seja explorada no ambiente doméstico, em que a divisão sexual do trabalho seja discutida dentro e fora de casa.

Como percebemos, neste trabalho, a partir de uma pesquisa desenvolvida por uma professora da Universidade Federal de Sergipe, foi possível identificar que a tradição de produzir renda de bilro no município de Poço Redondo estava nas mãos de, aproximadamente, 20 mulheres idosas e, que suas filhas e netas não sabiam e nem tinham interesse em aprender a continuar o trabalho de suas mães e avós e, com a morte dessas rendeiras, essa era uma manifestação popular que iria acabar na região.

Adicionado a isso, nesse mesmo período, o Brasil passava por um processo de implementação de políticas públicas que tinham o interesse em diminuir a fome e extrema pobreza do país e, considerando que em Poço Redondo encontramos os menores índices de desenvolvimento humano do Estado, a implementação de políticas para a preservação desse patrimônio imaterial, que é a renda de bilro, pareceu ser uma boa alternativa para a geração de emprego e renda de uma população que vivia em uma situação de extrema pobreza.

Com isso, vários organismos começaram a participar de um processo de estruturação do campo da cultura, a partir de trabalhos voltados para a transmissão dos saberes em renda de bilro no município. O Estado, seja por meio da prefeitura, do governo estadual ou federal, trazia consigo um metacapital, que definia onde, como e com quais objetivos os recursos deveriam ser empregados nessas ações. No seu entorno, outras organizações, como Sebrae, ITPI, a própria Fundação Dom José Brandão de Castro e as outras entidades relacionadas nesta tese, trouxeram consigo, principalmente, o capital econômico e o cultural, determinando as regras do jogo a ser jogado no campo, às quais todos deviam se adequar. As mulheres da comunidade atendida, por não possuírem esses dois tipos de capital, acabaram subordinadas às regras impostas. Não sem resistência, obviamente, mas ainda assim, sem conseguir estabelecer os pontos que eram prioritários, em sua opinião.

No caso específico das ações da Fundação Dom José Brandão de Castro, que atuou como o Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão no período de 2010 a 2013 e continua, de forma menos estruturada, desenvolvendo o trabalho de transmissão dos saberes da renda de bilro nos povoados de Poço Redondo, percebemos, inicialmente, a importância de uma política pública cultural como é a Lei Cultura Viva. Toda a proposta, desde o início, está fundada numa visão antropológica da cultura, em que o dinheiro público funciona apenas como uma agente, em que as próprias comunidades decidem onde esse dinheiro será investido, possibilitando uma maior capilaridade no campo cultural.

Desde 2004, entre altos e baixos do extinto Ministério da Cultura, o campo cultural brasileiro tem ganhado novos traços, novos pontos, nova vida, tudo isso simbolizado em um trabalho que busca levar uma visão de empoderamento e democratização do saber fazer cultura. No entanto, as limitações impostas pelo próprio Estado, ente burocrático que exige dos produtores culturais uma linguagem e formas de ação baseadas numa lógica de gestão pública tecnocrata, acabam por fazer com que muitas organizações não consigam desenvolver seu trabalho dentro da comunidade, esperando assim pessoas com maior capital cultural para que possam participar dos editais.

Assim, por falta de conhecimento e de tempo de formação da recém criada Associação de Artesãos do Município de Poço Redondo, a Fundação precisou assumir a tarefa de tornar ponto de

cultura para investir (por meio dos recursos do edital) em ações voltadas para a transmissão de saberes da renda de bilro na comunidade. Como não viviam no município e não trabalhavam diretamente com essas questões do artesanato local, a proposta inicial do Ponto de Cultura tentou abranger vários campos de educação para o contexto localidade que, de certa forma, deslocaram recursos e esforços, que poderiam ter sido despendidos principal e exclusivamente para o trabalho das artesãs do município.

Por outro lado, estas ações também começaram a colocar em evidência outros tipos de capital, que passaram a ser importantes na comunidade, como o capital da tradição de saber fazer a renda de bilro, de ter orgulho de produzir renda e de tentar construir uma nova identidade da mulher rendeira dentro do município. Era comum, nas memórias passadas pelas entrevistadas, que a renda era uma arte de mulheres velhas. Porém isso mudou ou vem mudando na cidade. Uma das principais rendeiras da região hoje, Dadá, aprendeu a fazer renda em um desses cursos, no qual também foi professora, e ela ainda não tem nem 50 anos de idade. Suas filhas, que produzem com ela, são mais novas ainda, além de Noca e Maria Fernandes. Como dizer que essa ainda é uma arte de velhas?

Com isso, a construção da identidade das rendeiras vai se modificando, bem como a sua forma de fazer e de comercializar a renda. Hoje, Dadá e as outras rendeiras não precisam esperar o vendiã, como antigamente. Suas produções estão na internet, estão na Associação, são expostas em mostras e exposições. É claro que ainda existem os atravessadores, é claro que é um trabalho desvalorizado (termo recorrente em praticamente todas as falas), mas é uma arte produzida por mulheres (principalmente) que não deixaram morrer a tradição, que saíram do ambiente doméstico, mesmo com todas as imposições da sociedade, e foram para o espaço público ensinar o que sabiam, formar grupos com outras mulheres para produzir e vender de forma coletiva, que viajaram para outras cidades, a fim de obter mais conhecimento, e de levar conhecimento para fora.

A forma como o campo se estruturou em Poço Redondo não colocou em evidência as questões de gênero, não teve como propósito quebrar a lógica patriarcal daquela comunidade do cangaço, onde o machismo e patriarcalismo ainda imperam de forma predominante. Mas o conhecimento adquirido e transmitido por essas mulheres, as partilhas que elas fizeram no espaço público, o dinheiro que elas obtiveram a partir das aulas e da produção de renda, fez com que a confiança nelas próprias aumentasse e, com isso, pelo menos para elas, aquela relação com o campo melhorasse suas vidas.

Em todas as falas, podemos enxergar mulheres orgulhosas de terem participado e continuarem participando de um processo formado principalmente por mulheres. De perceberem que, diferente de outras, conhecidas delas, que não quiseram ou puderam desafiar a lógica de que “lugar de mulher é

dentro de casa”, elas buscaram o conhecimento, conseguiram, passaram esse conhecimento para outras mulheres e, ao mesmo tempo, ganharam uma independência financeira (mesmo que aquém do que esperavam e mereciam) que lhes possibilitou ter uma nova visão de mundo e, de alguma forma, trouxe para elas um sentimento de empoderamento e de anseios para o futuro.

Por isso, é importante colocar que não é possível mudar a divisão sexual do trabalho profissional das artesãs, sem trabalhar uma mudança na divisão sexual do trabalho doméstico, a divisão sexual do poder e do saber na sociedade. E daí vem a importância das políticas públicas e a ação de movimentos feministas, que podem ser utilizados como duas vias principais para a superação dessas desigualdades de gênero. Sendo assim, podemos falar que divisão sexual do trabalho vai além de simplesmente constatar desigualdades, mas é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar as atividades.

Isso demonstra a importância desta tese, na medida em que nos leva a refletir sobre o papel que as políticas públicas, em especial aquelas voltadas para a cultura popular, têm na redução dessas desigualdades. Afinal, não basta criar políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda, que sustentam uma sociedade capitalista que é fundada e se sustenta com a divisão sexual do trabalho, na medida em que explora o trabalho feminino. Assim, devemos pensar em políticas públicas que estejam fundadas na luta pela igualdade e pela justiça, já que é dever de todos nós, homens e mulheres, trabalharmos em defesa de um mundo mais humano, com a ética nos diferentes tipos de trabalho, sem hierarquias gendradas.

Com este estudo, pretendo demonstrar que os metacapitais do Estado propiciam um grande poder em qualquer área em que ele se envolva, como no caso da cultura, e, por isso, suas ações devem ser pensadas no sentido de trazer ao país um sentido de equidade, de justiça social e de igualdade de direitos. Não podemos falar dessas coisas sem evidenciar que as desigualdades de sexo são formadas a partir de um componente histórico e cultural importante e que, para que essa desigualdade não ocorra, os paradigmas do patriarcado precisam acabar.

Falar em políticas públicas democratizantes, em qualquer área que seja, deve envolver, sim, ações que trabalhem no intuito de reduzir as diferenças entre homens e mulheres. Essas ações devem estar claras na hora da formulação da política pública, principalmente quando trabalham diretamente com a mulher. Pois são ações tão importantes, que não podem ficar apenas no discurso como se fossem algo transversal quando, na verdade, apenas se apresentam quando algum/a dos/as atores/as sociais possuem sensibilidade/conhecimento para compreender que as questões de gênero devem ser

colocadas em questão. Apesar disso, qualquer ação que possibilite a reunião de muitas mulheres e que as permitam sair do espaço doméstico, já são capazes de auxiliar no seu empoderamento, mesmo que ainda de forma limitada.

Como sugestão de pesquisas futuras, acredito que poderia ser feita uma análise sobre esse tipo de relação entre políticas públicas e a transferência de saberes em outros setores, que não necessariamente o campo cultural. Mas, se evidenciarmos o campo cultural e a política pública aqui analisada, que foi o Plano Nacional Cultura Viva, talvez fosse importante destacar, em nível nacional, se houve uma real possibilidade de empoderamento feminino a partir das ações desse plano e nos pontos de cultura distribuídos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, L. Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007.
- ACSELRAD, H. Território e poder: a política das escalas. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- ALVIM, Rosilene. Artesanato, tradição e mudança social: um estudo a partir da arte do ouro de Juazeiro do Norte. Em: **O artesanato tradicional e a sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.
- ANDRADE, Ciro Brasil de. e colegas. Vulnerabilidade social no estado de Sergipe. Em: MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; PINTO, Carlos Vinícius da Silva. **Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira**. Livro 1. Brasília: IPEA: INCT, 2017.
- ANGELO, Elis Regina Barbosa. O “saber fazer” renda de bilros: as ressignificações do processo na Lagoa da Conceição em Florianópolis. **Revista de História**. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s). Bilros. Fortaleza, v. 1, n. 1, 2013.
- ARAÚJO SÁ, Fernando. Memória do cangaço no sertão do São Francisco. Em: **Textos de História**. vol. 17, n. 1, 2009.
- ARAUJO, Ângela M. Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e Relações de Gênero no Contexto da Reestruturação Produtiva. ROCHA, Maria Izabel Baltarda Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios. Campinas: APEP, NEPO/INICAMP e CEDEPLAR/UFGM/São Paulo, Ed. 34, 2000.
- ARENDT, Hannah. **Da revolução**. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- ARTESOL. **Projetos São Sebastião/AL**. Capturado em: <http://www.artesol.org.br>. Capturado em: 22/10/2018.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Capturado em: 10 de novembro de 2018.
- AUGUSTO, Cleicle Albuquerque et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 745-764, 2013.
- BAHIA, M. C. dos A.; FERRAZ, M. A. V. Entre a exceção e a regra: a construção do feminino na polícia civil baiana. Em: **Organizações e Sociedade**. Salvador: EAUFBA, v.7, n.18, 2000.
- BARBOSA, Vera Lúcia; D'ÁVILA, Maria Inácia. Mulheres e artesanato: um ‘ofício feminino’ no Povoado do Bichinho/Prados-MG. **Revista Artémis**. V. 17, n. 1, 2014. p.141-152.
- BARROS, J. M.; ZIVIANI, P. O programa cultura viva e a diversidade cultural. Em: BARBOSA, F.; CALABRE, L. **Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEIA, 2011.

- BARROSO, Hayesca Costa; FROTA, Maria Helena de Paula. A trama do trabalho artesanal para mulheres cearenses: desvendando códigos de gênero. **Fazendo Gênero 9**. Diáspora, Diversidades, Deslocamentos, de 23 a 26 de agosto de 2010.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo, Perspectiva, 2002.
- BAUDRILLARD, Jean. **Selected Writings**, organizado por Mark Pôster. Cambridge, Polty Press, 1998.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**, Volume 2. Difusão Européia do Livro, 2. ed, 1970.
- BECK, Ulrich et AL. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na globalização**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- BERGAMIN, Camila. A importância da renda de bilro na economia familiar em Florianópolis no início do Século XX e sua continuidade no tempo presente. **Revista Santa Catarina**. V.7, n. 1, 2013.
- BONELLI, Maria da Glória. Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais. Em: **Contemporânea**. n. 1 p. 103-123. Jan.–Jun. 2011.
- BORGES, Rodolfo. Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico. Em: **El País Internacional**. Desigualdade econômica. São Paulo, 14 de dezembro de 2017. [capturado em: 20 de setembro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html]
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo Perspectiva, v.15, n.2, São Paulo, abr/jun, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005a.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 7.ed. São Paulo: Papirus, 2005b.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte**. São Paulo: Zouk, 2003.
- BRANDÃO, C. R. **O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRANDÃO, C. R. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. Em: **Cadernos de Pesquisa**, v. 138, set./dez. 2009.
- BRANT, L. **Políticas culturais**. Barueri, SP: Manole, v.I, 2003.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- BRASIL. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010 / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2014.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**. Sala da Cidadania, Consulta pública de beneficiários. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Capturado em 20 de

outubro de 2018.

BRASIL. **Ministério da Cultura**. MINC. Disponível em [<http://www.cultura.gov.br>]. <Acesso em 29 de agosto de 2016>.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Economia e Política Cultural**: acesso, emprego e financiamento. Frederico A. Barbosa da Silva, autor – Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 308 p. – (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 3).

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Programa de Financiamento Estudantil. Disponível em [<http://www.fiesportam.mec.gov.br>]. Capturado em: 15 de setembro de 2018.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. MDS. Disponível em [<http://www.mds.gov.br>]. <Acesso em 29 de outubro de 2018>.

BRASIL. **Relatório de Informações Sociais** / RI Bolsa Família e Cadastro Único de Poço Redondo. Capturado em: 20 de outubro de 2018.

BRASIL. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada et. al., 4ª. ed. Brasília: IPEA, 2001.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e CUNILL GRAU, Nuria. Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal. In: BRESSER PEREIRA, L. C. CUNILL GRAU, N. (orgs). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. Em: CLIO PRESVELOU, Francesca Rodrigues Almeida; JOAQUIM, Anécio Almeida (orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: UFSM, 1996.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho feminino no Brasil**: novas conquistas ou persistência da discriminação? Chicago, Illinois: Latin American Studies Association, 1998.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cad. Pesquisa. vol.37 no.132 São Paulo Sept./Dec. 2007.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cad. Pesqui [online]. 2000, n. 110, pp. 67-104.

BRUSSI, Júlia D. E. O turismo e as transformações da renda de bilro na Prainha (CE, Brasil). Em: **VIII Reunión de Antropologia del Mercosur**. Buenos Aires, 2009.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. Em: RUBIM, Antônio Albino Canelas; RUBIM, Taiane Fernandes Luri (Orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2007.

CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais**: reflexões e ações. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 18-33, 2009.

CAMINHA, D. O. . Políticas culturais e transformação social: um estudo crítico do discurso do ministério da cultura do Brasil no início do século XXI. In: **XXXVII Encontro da ANPAD**, 2013, Rio de Janeiro. Anais do XXXVII Encontro da ANPAD, 2013. v. 37. p. 1-16.

CAMPOS, Maria da Luz Góis.; LOPES, Eliete Luisa. Administração da produção artesanal em empresa cooperativa: o caso Copala. **Revista de Administração**. V. 41, n. 2, 2006

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

CARVALHO, Cristina Amélia (Coord.). Paineis: A mercantilização das atividades substantivas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. Anais... Salvador: UFBA/NEPOL: PDGS, 2003. 1 CD-ROM.

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. O estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil. Em CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 18-33, 2009.

CARVALHO, Cristina; GAMEIRO, Rodrigo; GOULART, Sueli. As políticas públicas da cultura e a participação de novo tipo no Brasil. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/716.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero, educação e ciência. Em: MACHADO, Charliton José dos Santos; FREITAS, Idalina Maria; SANTIAGO, Lima; NUNES, Maria Lúcia da Silva (ORGS.). **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mary Garcia. **O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos**. Cad. CRH, Salvador, (17): 80-105, 1992

CASTRO, Rocio. Gênero nas organizações: o caso do projeto Axé e da Fundação Cidade Mãe em Salvador. In: **Anais do 22 Encontro Nacional de Pós Graduação em Administração**, Foz do Iguaçu, ENANPAD, 1997.

CASTRO, Rocío. Gênero e participação cidadã para o desenvolvimento local: os conselhos municipais de Salvador – Bahia. Em: **Organizações e Sociedade**. Salvador: EAUFBA, v.6, n.16, 1999.

CESNIK, Fábio de Sá. **Guia de Incentivo à Cultura**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2002.

CHANTLER, Khatidja; BURNS, Diane. Metodologias feministas. Em: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. **Teorias e métodos de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. Alguns ousam chamá-lo poder. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2001. v.2. Organizadores da edição brasileira: CALDAS, Miguel Pinto; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento feminino. Em: **Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no pro gavião**. Vitória da Conquista, BA: NEIM, de 16 a 18 de fevereiro, 2000.

COSTA, Rangel Alves da. Dona Domingas e a renda de bilro em Poço Redondo. **Recanto das letras**. Crônica escrita em 14/05/2018. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/6336506>. Capturado em: 20/10/2018.

CRUZ, Ana Cristina Grisi Casali. **A análise serviço social sobre o processo de empoderamento das mulheres de Morrinhos**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2008.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade**. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

CRUZ, Maria Helena Santana. A construção de identidades de mulheres artesãs. **Sísifo**. Revista de Ciências da Educação, n. 10, 2009.

CRUZ, Maria Helena Santana. Refletindo sobre a diversidade de gênero no campo da educação. **Saberes em Perspectiva**, v. 2, p. 13-32, 2012.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DANTAS, Beatriz Góis. **Rendeiras de Poço Redondo: vida e arte de mulheres que batem bilros no sertão do São Francisco**. Aracaju, Instituto Xingó, Arqueologia e Patrimônio. Centro de Documentação e Pesquisa do Baixo São Francisco, 2002. (Cadernos CENDOP 3).

DANTAS, B. G. Rendas e rendeiras no São Francisco. Estudos e documentos sobre a renda de bilro de Poço Redondo/SE. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 2006.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. In: DEMO, Pedro. **Política social e participação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DINIZ, J. A. F. **A condição camponesa em Sergipe: desigualdade e persistência da agricultura familiar**. São Cristóvão: NPGeo, 1996.

ENRIQUEZ, E. Como estudar as organizações locais. In FISCHER, T. (organizadora). **Gestão contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

F5NEWS. **Ponto de cultura resgata tradição da renda de bilro no sertão**. Cotidiano. Publicado em 13/01/2012. Disponível em: http://www.f5news.com.br/cotidiano/ponto-de-cultura-resgata-tradicao-da-renda-de-bilro-no-sertao_2613/. Capturado em: 20/11/2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FALCÃO, Christiane Rocha; FALCÃO, Marluce Rocha. No meio do sertão: experiência da escola Bom Jesus dos Passos com a metodologia da educação contextualizada com o semiárido. **Revista Fórum Identidades**. V. 4, p. 11-120, 2009.

FALCÃO, Christiane. Rendas e rendeiras... de Beatriz Góis Dantas: a interdisciplinaridade e o documento oral nas metodologias de registro do patrimônio. Resenha crítica. **Revista Proa**, nº 01, vol. 01, 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa>. [Capturado em: 05/12/2018].

FARAH, Marta F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista de Estudos Feministas**, Abr 2004, vol.12, no.1, p.47-71. ISSN 0104-026X

- FEATHERSTONE, Mike (org.) **Cultura global**. Nacionalismo, globalização e modernidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- FEATHERSTONE, Mike. A Globalização da Complexidade. Pós-modernismo e cultura de consumo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.32, ano 11, pp.105-124, 1996.
- PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. O que é empoderamento (Empowerment). Disponível em <<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>>. Acesso em: 25 de maio 2016.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.
- FIGUEREDO, Patrícia Maria; DELAGNELLO, Eloise Helena Livramento. A gestão das mulheres em organizações não governamentais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2. mai./ago. 2011.
- FISCHER, I. R.; MARQUES, F. Gênero e exclusão social. Trabalhos para discussão, nº 113/2001, 2001. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>. Acesso em: 20 de maio de 2014.
- FLEURY, Sônia. Reforma del Estado. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, p. 7-42, set./out. 2001.
- FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa e quantitativa cap.3 In: **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: ARTMED, 2009.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Globalização e crise do Estado Nacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 38-50, abr./jun. 2000.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2011.
- FRIZERO, Mariana Gonçalves. Quilombo Serra da Guia. **Coleção Terras de Quilombos-Sergipe**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.
- GANEM, Márcia Luíza Freitas. **Design dialógico**: uma estratégia para a gestão criativa de tradições. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Programa de Desenvolvimento e Gestão Social. Salvador, 2013.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GILL, Scherto; GOODSON, Ivor. Métodos de história de vida e narrativa. In: DOMEKH & LEWIN. *Teoria e Métodos de Pesquisa Social*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GOULART, Sueli, MENEZES, Michelle F. de, GONÇALVES, Júlio C. Composição e características do campo organizacional dos museus e teatros da região Metropolitana do Recife. In CARVALHO, C. A., VIEIRA, M. M. F. *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*. Recife: EDUFEPE, 2003.

HIRATA, Helena (org.). Divisão capitalista do trabalho: O que é qualificação do trabalho? Da divisão do trabalho entre os sexos. Introdução à psicopatologia do trabalho). Tempo social. USP. São Paulo. 1 (2); 73-103, 2 sem, 1989.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu** (17/18) 2001/02: pp.139-156.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa. v. 37, n. 132, p.595-609. Set/dez, 2007.

HIRST, P. e THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HOLANDA, Luciana Araújo de. **Resistência e apropriação do management em coletivos de cultura popular**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2011

IBGE. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros**: cultura: 2014/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015.

INSTITUTO MARCELO DEDA. **Ponto de cultura resgata tradição da renda de bilro no sertão**. Publicado em 12 de janeiro de 2012. Disponível em <http://www.institutomarcelodeda.com.br/ponto-de-cultura-resgata-tradicao=da-renda-de-bilro-no-sertao>. Capturado em: 20 de outubro 2017.

KABEER, Naila. Women, Wages and Intra-household Power Relations in Urban Bangladesh. **Development and Change**, abril 1997. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-7660.00043/abstract>. Capturado em 23 de fev. 2017.

KELLER, Paulo F. Condições, processo e organização do trabalho artesanal contemporâneo: os casos da Cooperativa das artesãs dos Lençóis Maranhenses e da Associação das Artesãs do Monte Castelo (Maranhão). Em: **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho** – ABET, 2011.

KERGOAT, D. A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. Pro-Posições, **Revista Quadrimestral da Faculdade da Educação da Universidade Estadual de Campinas**, vol.13, n.1 (37) – jan-abril, 2002.

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LEÃO JÚNIOR, Fernando Pontual de Souza. Formação e estruturação de campos organizacionais: um modelo para análise do campo cultural. **Encontro Nacional de Pós Graduação em Administração**, 2011.

LEÃO JÚNIOR, Fernando Pontual de Souza. **Formação e estruturação do campo organizacional dos museus da Região Metropolitana do Recife**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

LEÓN, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá, Colombia: Tercer Mundo, 1997.

LIMA, Ricardo. **Artesanato**: cinco pontos para discussão. IPHAN, 2005.

LINCOLN, Yvonna S. e GUBA, Egon G. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging

confluences. In: DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. (eds). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2000. p. 163- 188.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheira e gerente: Desafios enfrentados por mulheres em gerentes em posição de comando na área tecnológica. In: **Mercado de trabalho e gênero**. Comparações internacionais.(Orgs.). COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ Bila; BRUSCHINI, Cristina,Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória popular. Em: **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MADEIRO, G. **Carnaval, mercado e diferenciação social**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MARTELO, Emma Zapata. **Microfinanzas y empoderamiento de las mujeres rurales**. Plaza y Valdés, México, 2003.

MATOS, Marlise . Movimento e a Teoria Feminista em sua Nova Onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global?. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso) , v. 18, p. 67-92, 2010.

MENEZES, Rodrigo da Silva. Geografia Histórica - Mapa da Rota Lampirônica no Estado de Sergipe. Em **GEOSUS Geotecnologia e Sustentabilidade**. Capturado em [http://geosusblog.blogspot.com/2015/09/geografia-historica-mapa-da-rota.html]. Postagem de 9 de setembro de 2015.

MÉSZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MISOCZKY, M. C. **O campo da atenção à saúde após a Constituição de 1988**: uma narrativa de sua produção social. Porto alegre: Dacasa, 2002.

MISOCZKY, M. C. Uma Defesa da Reflexão Teórico-Crítica na Pesquisa e Prática da Administração Pública. In: **ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA**, 1., 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. 1 CD ROM.

MONTIEL, Edgar. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização, In SIDEKUM, A. (org.), **Alteridade e multiculturalismo**, Ijuí, RS, Unijuí, 2003.

MOTTA, Fernando C. Prestes; PEREIRA, Luiz C. Bresser . **Introdução a organização burocrática**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

MULHERES DO CANGAÇO. **Origens das cangaceiras**. Disponível em: <http://www.mulheresdocangaco.com.br>. Capturado em: 27 de outubro de 2018.denzin

NARVAZ, Martha Giudice . **Gênero, para além da diferencia sexual** - Revisão da literatura. Aletheia (ULBRA) , v. 32, p. 174-182, 2010.

- NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: APEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.
- NUNES, Ariel F. Pontos de cultura e os novos paradigmas das políticas públicas culturais: reflexões macro e micro-políticas. In: **II Seminário Internacional de Políticas Culturais**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_ArielNunes_Pontos_de_cultura_e_os_novos_paradigmas_das_politicas_publicas_culturais.pdf>. Acessado em 12 de jan. 2017.
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, Katiane Vargens de. **Aprendizagem em espaços não formais e o empoderamento feminino: um estudo de caso em uma associação da região amazônica**. 2017. Dissertação de Mestrado – Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES.
- OLIVEIRA, Munique Daniela Maia; PARENTE, Temis Gomes. O processo de (des)empoderamento das mulheres na associação dos artesãos de Porto Nacional. **Revista Feminismos**. Vol. 5, N. 1 (2017).
- PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: **La Ciudadanía Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- PERROW, Charles B. **Complex organizations: critical essai**. New York: Random House, 1986.
- POÇO REDONDO. **Prefeitura Municipal de Poço Redondo**. Disponível em: <http://pocoredondo.se.gov.br>. Capturado em: 13 de setembro de 2018.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Relatos Orais, do “Indizível” ao “Dizível”. São Paulo: **Revista Ciência e Cultura**, v. 39, n. 3, p. 272-286, março de 1987.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2013.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROISMAN, Maysa Blay. **Estudo de caso da indicação geográfica do Cariri Paraibano**. Dissertação de Mestrado. Instituto Nacional da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro, 2015.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- SANTANA, Cristiane. **As mulheres chefes de família de baixa renda na luta pelo direito a moradia o caso da Vila das Mulheres e dos Pedreiros sem Teto - Região Metropolitana do Recife - RMR**. 2000. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000

SANTANA, Maria Morgana Santos. **A Mobilidade do Trabalho em Comunidade Camponesa do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Alto Sertão Sergipano**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado e os modos de produção do poder social. In: _____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Josimari Viturino; BEZERRA, Rosely Fernandes. Atuação do PROMOART em terras sergipanas: polos Divina Pastora e Poço Redondo. **Revista de Extensão Universitária da UFS**. São Cristóvão, n. 2, 2013.

SANTOS, Weslany Aristides dos. **Educação do campo**: a materialização das diretrizes operacionais da educação básica para as escolas do campo na Escol Municipal José Matias, localizada na comunidade Lagoa Grande/Poço Redondo/SE. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Educação. São Cristóvão, 2016.

SARDENBERG, C. “Da Transversalidade à Transversalização de Gênero”. In: I.ALVES; M.L. SCHEFLER; P. VAZQUEZ; AQUINO, S. (orgs), **Travessias de Gênero na Perspectiva Feminista**. Salvador : NEIM/EDUFBA, 2010:

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**, Ago 2004, vol.12, no.2, p.35-50. ISSN 0104-026X

SARTOR, C.S.D. **As políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação**: a experiência coletiva nos pontos de cultura. Tese (doutorado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2011. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/index.php?codObra=0&codAcervo=193699&posicao_atual=12899&posicao_maxima=16799&tipo=bd&codBib=0&codMat=&flag=&desc=&titulo=Publica%E7%F5es%20On-Line&contador=0&parcial=&letra=td&lista=E> Capturado em 17 de out. de 2016.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. Em: SCOTT, PArry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

SILVA, René Marc da Costa. Cultura popular, linguagens artísticas e educação. Em: **Cultura popular e educação**: um salto para o futuro. Organização René Marc da Costa Silva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2008.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (orgs.). **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

SOLÉ, Andreu. L’entreprise: une invention latine? 20 f. Apresentado no II Colóquio Internacional de Poder Local– Análise de organizações: perspectivas latinas em Salvador: NEPOL/UFBA, jun. 2003.

SORJ, Bila. **O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade**. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 15-23, 1992.

STROMQUIST, N. La busqueda del empoderamiento: em que puede contribuir el campo de la

educación. Em: LEÓN, Magdalena (org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres** Bogotá: MT Editores, 1997.

TEIXEIRA COELHO, José. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

TELLES, V. da S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.). Anos 90, política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** ensaios de teoria organizacional e gestão social. Ijuí: Nobel, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

TURINO, Célio. O desmonte do programa cultura viva e dos pontos de cultura sob o governo Dilma. Em **Revista Forum**. Disponível em <http://www.revistaforum.com.br/brasilvivo/2013/07/07/o-desmonte-do-programa-cultura-viva-e-dos-pontos-de-cultura-sob-o-governo-dilma/>> Capturado em 15/11/2016.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura**: o Brasil de baixo para cima. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; NEVES, Paulo S. da C. **Inventário de cada um dos oito territórios de Sergipe e elaboração de um Atlas de cultura sergipana**. Relatório. Aracaju: UFS/SEPAN, 2009.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; NEVES, Paulo S. da C. Olhares sobre identidades e festas em Sergipe. **Revista Geográfica da América Central**. V. 2, 2011.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; MISOCZKY, Maria Ceci. Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 1., 2000, Curitiba. Anais... Curitiba: CEPPEAD / UFPR ; Rio de Janeiro : ANPAD, 2000. 1 CD-ROM.

WARNIER, Jean Pierre. A mundialização da Cultura. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ZACCHI, Marina. S. **Fios de tradição em Poço Redondo**. Rio de Janeiro: CNFPC/IPHAN, 2013.

ZANELLA, A. V.; BALBINOT, G.; PEREIRA, R. S. A renda que enreda: analisando o processo de constituir-se rendeira. **Educação e Sociedade**, 71(2), 2000.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com as lideranças do Ponto de Cultura

Roteiro de Entrevista das lideranças dos Pontos de Cultura

Data: / / 2017

Perfil Socioeconômico

- Nome?
- Idade?
- Quantos filho(a)s tem?
- Estado civil?
- Grau de escolaridade e instituição (pública ou privada)?
- Qual a sua profissão?
- Há quanto tempo trabalha na liderança do Ponto de Cultura?
- O trabalho no ponto de cultura é sua fonte exclusiva de renda? Se não, qual seu outro trabalho?

Sobre atuação no Ponto de cultura

- Nome do Ponto de Cultura?
- Período do convênio:
- Local de atuação e público alvo?
- Nº de pessoas da equipe de trabalho contratada para o Ponto?
- Quais profissionais trabalham no Ponto?
- Sítio / blog / facebook / twitter?
- Como é a sua relação com a Secretaria de Cultura?
- Vocês recebem recursos de outras fontes, além do MinC? Quais? Como isso se deu e qual seu papel na obtenção dessas fontes de recursos?
- Quando você começou a trabalhar com cultura popular?
- Conte um pouco sobre o seu trabalho no ponto de Cultura. O que motivou a participação no edital e como tem sido desenvolver esse trabalho?

- Quais são os trabalhos/ações desenvolvidas no Ponto de Cultura? Elas continuam sendo desenvolvidas, mesmo com o fim do contrato?
- Costuma desenvolver ações conjuntas com outros pontos de cultura?
- Você acha que a participação da sua organização como ponto de cultura ajudou você a desenvolver seu trabalho na comunidade? Em que sentido?
- Existe alguém de sua família que também trabalha com cultura popular ou no ponto de cultura? Como é a sua relação com essas pessoas?

Sobre o trabalho

- Quais as principais dificuldades encontradas no seu trabalho aqui no Ponto de Cultura? E quais as coisas positivas desse trabalho?
- E com relação ao seu papel de liderança no ponto de cultura, você percebe alguma dificuldade de aceitação das regras ou resistência pelo fato de você ser mulher?
- Como você acha que a sua experiência de vida influencia no seu trabalho no Ponto de Cultura?
- E o trabalho com cultura popular, mudou a sua vida? Como?
- Como você percebe as relações de gênero no campo da cultura popular em Sergipe?

Sobre a casa

- Com relação à organização familiar, você divide com alguém o orçamento doméstico? A sua renda é a principal da casa?
- E com relação aos trabalhos domésticos, como são divididos em casa?
- E com relação à educação do(a)s filho(a)s? Com quem ficam durante o trabalho, como administra e quem lhe ajuda nisso?

APENDICE B – Roteiro de Entrevista com as mulheres atendidas pelo Ponto de Cultura

Entrevista com artistas atendidas pelos Pontos de Cultura

Roteiro de Entrevista – história oral temática

Dados pessoais

Perfil Socioeconômico

- Nome?
- Idade?
- Quantos filho(a)s tem?
- Estado civil?
- Grau de escolaridade e instituição (pública ou privada)?
- Trabalha? Onde?
- Quando começou a trabalhar? Que tipo de trabalhos já fez?
- Sua renda é a principal da casa?

Ponto de Cultura

- O que motivou a sua participação no Ponto de Cultura?
- O conhecimento em cultura popular começou a partir das atividades no Ponto de Cultura?
- Alguém da sua família participa de atividades no campo da cultura?
- Quais as principais atividades que desenvolve dentro do ponto de cultura?
- Quais os aspectos positivos e negativos dessas ações desenvolvidas no Ponto de Cultura, em sua opinião?
- Você acha que é difícil trabalhar com cultura popular?
- Você percebe diferença nas ações desenvolvidas por homens e mulheres no campo da cultura?
- E o que você aprendeu aqui no ponto de cultura, mudou a sua vida (casa, trabalho, participação política)? Como? Quem teve influência nisso?

Sobre a casa

- Com relação à organização familiar, você divide com alguém o orçamento doméstico? A sua renda é a principal da casa?
- E com relação aos trabalhos domésticos, como são divididos em casa?
- E com relação à educação do(a)s filho(a)s? Com quem ficam durante o trabalho, como administra e quem lhe ajuda nisso?

APENDICE C – Termo de Autorização

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado/a e identificado/a, autorizo a estudante de doutorado Flávia Lopes Pacheco, portadora do RG 1.186.728 SSP-SE e CPF 711.977.105-15, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação da UFS/PPGED, ou ainda destinadas à inclusão em artigos acadêmicos em seminários, encontros, congressos e/ou publicações impressas sem limitação de tempo ou de número de exposições.

Estou ciente de que se trata de uma atividade voluntária, que posso desistir a qualquer momento e que a participação não envolve remuneração. Nestes termos, posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar. Tenho o direito também de determinar que sejam excluídas do material da pesquisa informações que já tenham sido dadas.

Fui informado que a pesquisa não envolve riscos ou danos à saúde e que o pesquisador, que garantirá a confidencialidade e o anonimato. Fica acordado que as informações por mim fornecidas não serão utilizadas para outro fim além deste e a assinatura desse consentimento não inviabiliza nenhum dos meus direitos legais.

Caso ainda haja dúvidas, tenho direito de tirá-las agora, ou, em surgindo alguma dúvida no decorrer da entrevista, esclarecê-las, a qualquer momento.

Após ter lido e discutido com o entrevistador os termos contidos neste consentimento esclarecido, concordo em participar como informante, colaborando, desta forma, com a entrevista concedida no dia___/___/___, pela referida doutoranda.

Aracaju, _____ de _____ 2017.

Assinatura: _____

Nome Completo: _____